



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ESTUDO DAS TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES DE USOS E (DES)
APROPRIAÇÕES ENTRE A POPULAÇÃO CAMPINENSE E O PARQUE EVALDO
CRUZ, A PARTIR DA HISTÓRIA ORAL**

LAYS VIEIRA DO NASCIMENTO

**NATAL | RN
Novembro | 2021**

LAYS VIEIRA DO NASCIMENTO

**ESTUDO DAS TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES DE USOS E (DES)
APROPRIAÇÕES ENTRE A POPULAÇÃO CAMPINENSE E O PARQUE EVALDO
CRUZ, A PARTIR DA HISTÓRIA ORAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para a obtenção do título de mestre em arquitetura e urbanismo.

Linha de Pesquisa: Intervenções territoriais, habitação social e cidadania

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Verônica Maria Fernandes de Lima

NATAL | RN
Novembro | 2021

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial Prof. Dr. Marcelo Bezerra de Melo Tinóco - DARQ - -CT

Nascimento, Lays Vieira do.

Estudo das transformações das relações de usos e (DES) apropriações entre a população campinense e o Parque Evaldo Cruz, a partir da história oral / Lays Vieira do Nascimento. - 2021.

231f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Tecnologia, Departamento de Arquitetura. Natal, RN, 2021.

Orientadora: Verônica Maria Fernandes de Lima.

1. Espaço público - Dissertação. 2. Apropriação - Dissertação. 3. Percepção - Dissertação. 4. Memória - Dissertação. I. Lima, Verônica Maria Fernandes de. II. Título.

RN/UF/BSE15

CDU 712.25

**ESTUDO DAS TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES DE USOS E (DES)
APROPRIAÇÕES ENTRE A POPULAÇÃO CAMPINENSE E O PARQUE EVALDO
CRUZ, A PARTIR DA HISTÓRIA ORAL**

Dissertação defendida e julgada em 09 de dezembro de 2021, perante a banca examinadora:

Profa. Dra. Verônica Maria Fernandes de Lima

Orientadora – PPGAU/UFRN

Profa. Dra. Gleice Virginia Medeiros de Azambuja Elali

Examinadora interna – PPGAU/UFRN

Prof. Dr. César Henriques Matos e Silva

Examinador externo – PROFIAP/UFS

*Aos meus pais, Alvaro Augusto e Tania Maria,
minha eterna referência de amor e cuidado. ♥*

AGRADECIMENTOS

À Deus, por tornar o sonho de me tornar mestre possível. Sem ti, Pai, eu nada seria.

À Santa Terezinha do Menino Jesus por sua intercessão.

Aos meus pais Alvaro Augusto e Tania Maria por, incansavelmente, batalhar ao meu lado pela realização do sonho de me tornar mestre; pelos cuidados cheios de amor dedicados à minha filha; pelos cuidados dedicados à minha família; por cada livro comprado; por cada palavra de força proferida; por acreditarem em mim; por sonharem comigo e por vencerem comigo.

Aos meus irmãos Alvinho e Laryssa por acreditarem e apoiarem o meu sonho.

Ao meu esposo Thales, meu companheiro de todas as horas durante o mestrado, primeiro, por ter me acompanhado e cuidado de mim quando precisei estar Natal para estudar – com você eu nunca estive só; segundo, agradeço por toda força e paciência em perseverar ao meu lado todos os dias.

À minha amada filha Lívia por me inspirar e fortalecer todos os dias.

Aos meus sogros Paulo Roberto e Sandra Maria por todo apoio dado a minha família, durante minha trajetória de estudante.

À indispensável Simone pela ajuda incansável e todo amor dedicado à minha filha Lívia enquanto eu me dedicava a fazer este trabalho.

À minha orientadora Verônica Lima por seus ensinamentos, acompanhamento, compreensão e por toda alegria que expressou quando descobriu que eu estava à espera de minha filha.♥

Aos Professores e Funcionários do PPGAU, por toda a convivência. Em especial, seu Mário, que todos os dias me recebia com sua alegria contagiante. Não esquecerei.

À CAPES, pelo financiamento da pesquisa.

Aos amigos que o mestrado me trouxe, em especial Diego, um pequeno grande homem que sempre me inspirou e me ajudou, prontamente, sempre que precisei.

Ao grupo de orientandos da professora Verônica, pelas contribuições ao meu trabalho.

Às queridas amigas Ana Aparecida e Germana por todo o apoio.

Aos familiares e amigos de toda uma vida, que não tiveram seus nomes citados nessa página, mas que se fizeram presentes em minha caminhada, direta ou indiretamente.

Obrigada!

O antigo Açude Novo

*O antigo Açude Novo fez parte da história de Campina Grande
Nossa Campina hoje é uma grande metrópole
A água do Açude Novo não atendia mais nossa demanda
Para Campina Grande a água de Boqueirão foi canalizada
Pela ação do tempo a água do Açude Novo foi poluída
Então a água do Açude Novo fora evacuada
Em Volta do Açude Novo construíram uma parede
No local do Açude Novo foi construído um campo de futebol
Um cidadão fundou logo um time de futebol
Naquele local um cidadão fundou o Grêmio do Bacião
O mascote do time era um bode, por nome de Armando
O prefeito Evaldo Cruz tempos depois fundou um parque
Próximo à rua Pedro II foi feito um museu
Para sempre da história de Campina Grande o Açude Novo desapareceu
Na praça do Açude Novo, Evaldo Cruz botou uma fonte luminosa
A praça passou a ser a fonte do encontro dos namorados
Hoje a praça está completamente esquecida
No momento faz medo a gente passar por aquele local
O local foi tomado pela ação dos marginais
Dói na minha mente ver a história do Açude Novo ser desprezada
Eu sinto saudades daqueles tempos memoráveis
Na minha mente a história do Açude Novo está memorizada
Na minha mente a história do Açude novo está digitalizada*

Severino Marinho Filho, 2021.

Nascimento, L. V. **Estudo das transformações das relações de usos e (des) apropriações entre a população campinense e o Parque Evaldo Cruz, a partir da história oral.** 2021. 232 p. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2021.

RESUMO

Esta pesquisa dá ênfase a um tema cujas reflexões e análises se pautam na relação entre o homem e o espaço em áreas centrais, tendo o parque urbano como referência. Reflete uma preocupação, de um problema cada vez maior em nossas cidades, a perda gradativa dos espaços públicos para convivência, encontros e lazer. O Parque Evaldo Cruz (PEC), universo de estudo desta pesquisa, está situado no bairro Centro de Campina Grande - PB, foi amplamente utilizado e apropriado pela população até meados da década de 1990, quando se tem início a decadência da área. É um espaço público bem localizado, situado em núcleo de forte integração da cidade, possui boa estruturação física e urbana, com bom potencial de uso, oferecendo áreas destinadas a permanência, margeado por equipamentos urbanos que atraem grande número de pessoas diariamente, porém, apresenta baixos níveis de uso e apropriação por parte da população. Diante dessa situação, em que o parque perde a importância dentro do contexto social da cidade, questiona-se: Segundo a percepção de antigos usuários, como se deu o processo de transformação das relações de usos e apropriações entre a população campinense e o PEC? Este trabalho tem como objetivo geral contar a história do Parque Evaldo Cruz, com foco nas transformações das relações de uso e apropriação ocorridas ao longo do tempo, a partir da história oral. Os objetivos específicos são: (1) Discutir as questões recentes sobre as transformações sócio espaciais que envolvem o espaço público na cidade contemporânea, tendo como referência o parque urbano; (2) Apresentar o Parque Evaldo Cruz segundo aspectos históricos e suas características físicas; (3) Descrever as transformações das relações de usos e apropriações ocorridos no parque Evaldo Cruz ao longo do tempo, a partir da memória e percepção dos seus usuários. Para este estudo de caso, o conhecimento do passado foi percebido a partir de relatos do presente, transmitidos oralmente, através das narrativas de diferentes gerações. Como fontes de evidências do estudo de caso foram utilizadas história oral, análise documental e observação *in loco*, e como método de análise de dados, análise de conteúdo de Bardin (1977). A partir das análises, foram criadas três categorias: (1) Anos de ouro e antigos usos do Parque Evaldo Cruz; (2) Decadência do Parque Evaldo Cruz e seus novos usos e usuários; e (3) Dos anos de ouro ao futuro do Parque Evaldo Cruz. Ao discutir cada categoria, foram relatadas as transformações sócio espaciais pelas quais o PEC passou ao longo dos anos, desde um espaço amplamente utilizado pela população a um espaço com baixos níveis de apropriação. A partir disto, pôde-se entender o porquê de o parque se encontrar nessa situação de abandono, indo além do discurso de que “o local é muito perigoso”. Há um processo social, político e econômico por trás da decadência das áreas centrais tradicionais das cidades, além de apenas problemas de ordem física.

Palavras-chave: Espaço Público, Apropriação, Percepção, Memória.

Nascimento, L. V. **Study of the transformations of the relations of uses and (mis) appropriations between the population of campinense and Parque Evaldo Cruz, based on oral history.** 2021. 232 p. Master's Dissertation– Federal University of Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2021.

ABSTRACT

This research emphasizes a theme whose reflections and analyzes are based on the relationship between man and space in central areas, having the urban park as a reference. It reflects a concern, a growing problem in our cities, the gradual loss of public spaces for coexistence, meetings and leisure. The Evaldo Cruz Park (PEC), the study universe of this research, is located in the Centro neighborhood of Campina Grande - PB, it was widely used and appropriated by the population until the mid-1990s, when the area began to decline. It is a well located public space, located in a core of strong integration of the city, it has good physical and urban structure, with good potential for use, offering areas for permanence, bordered by urban facilities that attract a large number of people daily, however, it presents low levels of use and appropriation by the population. Faced with this situation, in which the park loses its importance within the social context of the city, the question is: According to the perception of former users, how did the process of transformation of the relations of uses and appropriations between the population of Campinas and the PEC take place? The main objective of this work is to tell the story of Parque Evaldo Cruz, focusing on the transformations in the relations of use and appropriation that occurred over time, based on oral history. The specific objectives are: (1) To discuss recent questions about the socio-spatial transformations that involve public space in the contemporary city, having the urban park as a reference; (2) To present the Evaldo Cruz Park according to historical aspects and its physical characteristics; (3) To describe the transformations in the relations of uses and appropriations that occurred in the Evaldo Cruz Park over time, based on the memory and perception of its users. For this case study, knowledge of the past was perceived from reports of the present, transmitted orally, through the narratives of different generations. As sources of evidence for the case study, oral history, document analysis and on-site observation were used, and as a method of data analysis, Bardin's content analysis (1977). Based on the analyses, three categories were created: (1) Golden years and former uses of Evaldo Cruz Park; (2) Decay of Parque Evaldo Cruz and its new uses and users; and (3) From the golden years to the future of Parque Evaldo Cruz. When discussing each category, the socio-spatial transformations through which the PEC passed over the years were reported, from a space widely used by the population to a space with low levels of appropriation. From this, it was possible to understand why the park is in this situation of abandonment, going beyond the discourse that “the place is very dangerous”. There is a social, political and economic process behind the decay of traditional central areas of cities, beyond just physical problems.

Keywords: Public Space, Appropriation, Perception, Memory.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNH	Banco Nacional da Habitação
CEHAP	Companhia Estadual de Habitação Popular
CELB	Companhia de Eletricidade da Borborema
CG	Campina Grande
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
COMDECA	Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande
CURA	Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada
ELP	Espaço Livre Público
ELs	Espaços Livres
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
HO	História Oral
MAPP	Museu de Arte Popular da Paraíba
PB	Paraíba
PDLI	Plano de Desenvolvimento Local Integrado
PEC	Parque Evaldo Cruz
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PLAMOB	Plano de Mobilidade Urbana de Campina Grande
PMCG	Prefeitura Municipal de Campina Grande
RHCG	Retalhos Históricos de Campina Grande
SECULT	Secretaria de Cultura de Campina Grande
SEL	Sistema de Espaços Livres
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Finanças
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SESC	Serviço Social do Comércio
STTP	Superintendência de trânsito e Transportes Públicos
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
URNe	Universidade Regional do Nordeste

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema de Estratégia Analítica Geral.....	23
Figura 2: Categorias de análises da pesquisa em linha do tempo.....	40
Figura 3: Tabela com categorias e suas respectivas temáticas	41
Figura 4: Mapa de visão macro do SEL	58
Figura 5: Classificação das categorias de espaço	59
Figura 6: Vista aérea do Parque do Povo sem sediar eventos	60
Figura 7: Parque do Povo em período de São João em 2019	60
Figura 8: Vista aérea do Parque da Criança	61
Figura 9: Praça da Bandeira.....	62
Figura 10: Parque Evaldo Cruz	63
Figura 11: Praça Clementino Procópio.....	63
Figura 12: Vista Aérea do Açude Velho	64
Figura 13: Calçadão que circunda o Açude Velho bastante movimentado por caminhantes... 64	
Figura 14: Trecho da Avenida Floriano Peixoto próximo a Catedral Diocesana.....	65
Figura 15: Permeabilidade do solo nos ELs	66
Figura 16: Função de projeto no ELs	67
Figura 17: Mapa de barreiras físicas.....	68
Figura 18: Mapa de fachada como interface simbólica	69
Figura 19: Esquema teórico do processo perceptivo	82
Figura 20: Compartimentação Geoeconômica do Estado da Paraíba.....	89
Figura 21: Anteprojeto do Museu de Arte Assis Chateaubriand dentro da área do Parque Evaldo Cruz.....	90
Figura 22: Anteprojeto de Urbanização do Açude Novo	91
Figura 23: Expansão de Campina Grande em 1980	93
Figura 24: Açude Novo na década de 1950.....	94
Figura 25: Açude Novo na década de 1950 sendo utilizado pela população	94
Figura 26: O Parque Açude Novo sendo construído	95
Figura 27: O Parque Açude Novo no ano de 1976.....	95
Figura 28: Vista aérea do formato e de como o parque está inserido na malha urbana	96
Figura 29: Parque Evaldo Cruz e seus usuários em meados da década de 1980.....	97
Figura 30: Parque Evaldo Cruz e seus usuários a pós a inauguração em 1976.....	97

Figura 31: Imagem noturna mostrando a fonte luminosa alguns mobiliários urbanos	98
Figura 32: Parque Evaldo Cruz após reforma em 2008.....	100
Figura 33: Parque Evaldo Cruz em 2019.....	100
Figura 34: Localização da Paraíba no Brasil e do Parque Evaldo Cruz em Campina Grande	101
Figura 35: Localização da Área de Estudo.....	102
Figura 36: Mapa de Macrozoneamento de Campina Grande	103
Figura 37: Mapa de Densidade de Campina Grande.....	104
Figura 38: Mapa de Renda de Campina Grande.....	105
Figura 39: Mapa de Uso e Ocupação do solo.....	106
Figura 40: Mapa cheios e vazios do parque e do entorno imediato	107
Figura 41: Mapa de hierarquia viária do entorno imediato	108
Figura 42: Mapa de Vegetação.....	109
Figura 43: Vista aérea onde se observa a densidade arbórea do Parque	110
Figura 44: Descontinuidade visual entre área interna e externa do Parque.....	110
Figura 45: Falta de cuidados com o paisagismo do Parque.....	111
Figura 46: Descontinuidade na plantação de Palmeiras Imperiais	111
Figura 47: Caracterização do entorno.....	112
Figura 48: Prédio original do Museu Assis Chateaubriand após inauguração	113
Figura 49: Muro que encobriu os pilotis que sustentavam o museu	113
Figura 50: Muro do Convento das Clarissas	114
Figura 51: Fachada posterior do Teatro Municipal Severino Cabral	114
Figura 52: Barreira visual causada pelo Terminal de Integração	115
Figura 53: Grade que determina o limite da área do terminal e perpassa toda a fachada norte do parque	115
Figura 54: Fachadas principais de lanchonetes que se localizam na calçada do PEC.....	116
Figura 55: Fachadas posteriores de lanchonetes que se localizam na calçada do PEC.....	116
Figura 56: Transformações morfológicas ocorridas na área – relação entre os edifícios construídos e o espaço livre representado pelo parque.....	117
Figura 57: Mudanças na área ao redor do obelisco	118
Figura 58: Equipamentos infantis que foram retirados do PEC	118
Figura 59: Bares, quiosques e a Sede da Força Florestal (1ª imagem) fechados no interior do PEC.....	119

Figura 60: Localização do mobiliário urbano do PEC	120
Figura 61: Bancos em concreto no Parque Evaldo Cruz	121
Figura 62: Bancos deteriorados no Parque Evaldo Cruz	121
Figura 63: Estado de conservação do obelisco e fonte luminosa	122
Figura 64: Lanchonetes no entorno do PEC durante o período noturno	122
Figura 65: Único parquinho encontrado no PEC.....	123
Figura 66: Mapa de localização dos postes de iluminação no PEC	124
Figura 67: Lâmpada quebrada no PEC.....	124
Figura 68: Fonte luminosa desativada	125
Figura 69: Caminhos confusos dentro do PEC.....	125
Figura 70: Área pavimentada do PEC	126
Figura 71: Localização dos Banheiros.....	127
Figura 72: Entrada dos Banheiros na escadaria principal do PEC	127
Figura 73: Interior dos banheiros do PEC	127
Figura 74: Palavras de José Carlos Xavier de Almeida sobre o PEC.....	133
Figura 75: Visita do ex-presidente Geisel a Campina Grande, em 1976	134
Figura 76: Museu Assis Chateaubriand ao fundo, em 1976.....	135
Figura 77: Museu Assis Chateaubriand em 1981, no Parque Evaldo Cruz.....	136
Figura 78: A fonte luminosa que enfeitava as noites campinenses, em 1976.	137
Figura 79: Pessoas de todas as idades e classes sociais disfrutavam do PEC, em 1976.	139
Figura 80: Gráfico de antigos usos e usuários do parque, segundo os entrevistados	141
Figura 81: Crianças com seus animais de estimação no final da década de 1970.....	141
Figura 82: Crianças brincando nos equipamentos infantis do PEC em meados da década de 1980	142
Figura 83: Primeiro Shopping Center de Campina Grande em meados da década de 1980..	143
Figura 84: Entrada do PEC em 2008, decorada para os festejos juninos	145
Figura 85: Estrutura do palco montado para o Cantinho da Benção, no anfiteatro do PEC em 2015	146
Figura 86: Público do Cantinho da Benção, sediado no PEC em 2015.....	146
Figura 87: Show musical sediado no anfiteatro do PEC, durante Encontro da Nova Consciência em 2006.....	147
Figura 88: Ato ecumênico sediado no anfiteatro do PEC, durante Encontro da Nova Consciência em 2006.....	147

Figura 89: Apresentação teatral no anfiteatro do PEC, durante Festival de Inverno em 2013	148
Figura 90: Parque de diversão instalado no PEC no período junino, em 2014	150
Figura 91: Palhoção no Largo do Açude Novo em 1984	152
Figura 92: Parque do Centro Cultural pronto para o Maior São João do Mundo em 1985....	152
Figura 93: Inauguração do Parque do Povo.....	153
Figura 94: Nota no jornal Diário da Borborema Oficial sobre o Açude Novo, após inauguração do Parque do Povo, em 1986	154
Figura 95: Parque da Criança sendo construído em 1993	155
Figura 96: Gráfico de fatores que contribuíram para o esvaziamento do Parque Evaldo Cruz	157
Figura 97: Processo de esvaziamento do Parque Evaldo Cruz.....	159
Figura 98: Placa referente a reforma feita por Cássio Cunha Lima em 1992	160
Figura 99: Placa referente a reforma feita por Cozete Barbosa em 2004.....	161
Figura 100: Antes e depois da fonte luminosa, após reforma em 2002.....	162
Figura 101: Quiosque que teve esquadrias fechadas com tijolos	164
Figura 102: Barreira visual causada pelo Terminal de Integração em relação ao Museu	165
Figura 103: Aumento de 1m da grade, ao qual se referiu o Entrevistado 13	166
Figura 104: Parque Evaldo Cruz em 2008 para homenagear a cantora Marinês	167
Figura 105: Pichações do anfiteatro do PEC, 2019	169
Figura 106: Pessoa em situação de rua dormindo no alpendre de um dos quiosques fechados do PEC.....	171
Figura 107: Crianças brincando no Parque do Povo em tempos de Pandemia	173
Figura 108: Parque da Criança	174
Figura 109: Parque da Liberdade.....	175
Figura 110: Intervenções que contribuiriam para a revitalização do Parque Evaldo Cruz, segundo os entrevistados	177
Figura 111: Gráfico com intervenções que contribuiriam para a revitalização do Parque Evaldo Cruz.....	178
Figura 112: As grades do Parque da Criança	179
Figura 113: Eventos que acontecem na Praça da Bandeira em Campina Grande.....	183
Figura 114: Distância entre espaços públicos no Centro de Campina Grande.....	184
Figura 115: Praça José Américo toda iluminada e seu entorno, no período Natalino.....	185

Figura 116: Movimento intenso de pessoas na Praça José Américo e seu entorno, no período Natalino	186
Figura 117: Trânsito intenso nas proximidades da Praça José Américo, durante o período Natalino	186
Figura 118: Demais espaços públicos de Campina Grande que poderiam ser ornamentados para o Natal.....	187
Figura 119: Polo Cultural de Campina Grande a que se refere o Entrevistado 11	188
Figura 120: Projeto para nova área do Maior São João do Mundo 2018	191
Figura 121: Detalhes de como seria o Polo de Eventos Poeta Ronaldo Cunha Lima	192

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Modelo de tabela na qual as entrevistas foram inseridas para dar início a leitura flutuante.....	36
Tabela 2: Referenciação de temas e elaboração de temáticas na entrevista	37
Tabela 3: Tabela de ocorrências dos temas nas entrevistas.....	39
Tabela 4: Tabela de antigos usos e usuários do parque, segundo os entrevistados.....	140
Tabela 5: Tabela de fatores que contribuíram para o esvaziamento do Parque Evaldo Cruz	156

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1 ABORDAGEM METODOLÓGICA	22
1.1 Aspectos Teóricos.....	22
1.2 O Estudo de Caso como método	22
1.3 Procedimentos	24
<i>1.3.1 Revisão de literatura</i>	<i>24</i>
<i>1.3.2 Preparação para coleta de evidências</i>	<i>25</i>
<i>1.3.3 Fontes de evidências</i>	<i>26</i>
<i>1.3.3.1 Visita à campo</i>	<i>26</i>
<i>1.3.3.2 Entrevista (História Oral)</i>	<i>27</i>
<i>1.3.3.3 Documentação</i>	<i>29</i>
<i>1.3.4 Análise das evidências</i>	<i>30</i>
<i>1.3.4.1 Análise de Conteúdo.....</i>	<i>30</i>
<i>1.3.4.2 Análise de Conteúdo na prática</i>	<i>34</i>
<i>1.3.4.3 Construção da explicação</i>	<i>41</i>
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	44
2.1 Espaço público.....	44
<i>2.1.1 Um debate sobre o espaço público contemporâneo</i>	<i>45</i>
<i>2.1.1.1 O desafio dos espaços públicos nas cidades brasileiras.....</i>	<i>45</i>
<i>2.1.2 Os parques urbanos no Brasil.....</i>	<i>51</i>
<i>2.1.3 Os espaços públicos em Campina Grande</i>	<i>55</i>
<i>2.1.4 A urbanidade no espaço público</i>	<i>71</i>
<i>2.1.4.1 Uma breve discussão sobre o conceito de urbanidade</i>	<i>71</i>
<i>2.1.2.2 Dimensão humana e urbanidade.....</i>	<i>75</i>
2.2 Quando o espaço vira lugar.....	76
<i>2.2.1 O lugar como fruto da apropriação</i>	<i>76</i>
<i>2.2.2 O lugar da percepção e da memória</i>	<i>81</i>
3 PARQUE EVALDO CRUZ: DE BOAS LEMBRANÇAS AO ESQUECIMENTO	
87	
3.1 Campina Grande e as iniciativas para sua modernização	87
3.2 Um dia açude, hoje parque: um breve histórico do Parque Evaldo Cruz.....	93

3.3 O parque Evaldo Cruz e seu entorno imediato: caracterização da área de estudo	101
3.3.1 Localização	101
3.3.1.1 <i>Aspectos legais</i>	102
3.3.1.2 <i>Bairros: Centro, Prata e São José</i>	104
3.3.2 Uso e ocupação do solo	105
3.3.3 Cheios e vazios	106
3.3.4 Hierarquia Viária	107
3.3.5 Vegetação	108
3.3.6 Edificações/equipamentos internos e do entorno	112
3.3.7 Infraestrutura	119
3.3.7.1 <i>Mobiliário urbano</i>	119
3.3.7.2 <i>Pavimentação</i>	125
3.3.7.3 <i>Banheiros</i>	126
4. O QUE ME CONTARAM DO PARQUE EVALDO CRUZ	130
4.1 A década de 1970 e os anos de ouro do Parque Evaldo Cruz	131
4.1.1 <i>Os antigos usos do Parque Evaldo Cruz</i>	139
4.2 A decadência do Parque Evaldo Cruz	151
4.2.1 <i>Novos usos e usuários do Parque Evaldo Cruz</i>	168
4.3 Dos anos de decadência ao futuro do Parque Evaldo Cruz	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS	199
APÊNDICES	206



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Estudar o espaço público é estudar o dinamismo da cidade e a sua rotina, por onde as pessoas passam, onde as pessoas se reúnem, o que fazem, como se relacionam entre si e com a cidade. Este trabalho adota o conceito de espaço público como sendo lugar de uso comum e posse coletiva onde são desenvolvidas atividades de convívio e trocas sociais entre os diferentes grupos que compõem a sociedade urbana (ARENDETT, 2009).

Apointa-se aqui, para se entender o significado da apropriação do espaço público, como fator propício à ampliação da compreensão dos desejos e das necessidades da população e respectivo vínculo ao ambiente urbano. Contudo, é importante reconhecer a existência de aspectos que contribuem de maneira desfavorável às apropriações dos espaços públicos, tais como a própria qualidade dos espaços, e, portanto, as formas de planejamento e gestão sobre estes incidentes (MENDONÇA, 2007).

Este trabalho dá ênfase a um tema cujas reflexões e análises se pautam na relação entre o homem e o espaço em áreas centrais, tendo o parque urbano como referência. Reflete uma preocupação, enquanto estudiosa do espaço urbano, de um problema cada vez maior em nossas cidades, a perda gradativa dos espaços públicos para convivência, encontros e lazer.

Essa problemática urbana vem se acirrando há várias décadas, em função da depreciação acelerada de ambientes, ditos “comuns a todos”, acompanhada da respectiva perda de sua função, ou inversão de funções, em consequência do processo de “esvaziamento do homem público” e do correspondente alargamento da esfera privada no meio urbano, acarretando um incentivo à busca cada vez mais acentuada de espaços privados de consumo, lazer, cultura e prática esportiva.

Campina Grande, segunda maior cidade do estado da Paraíba, possui uma população média de 380 mil habitantes, e é considerada um polo econômico do Agreste da Paraíba. Situa-se no oriente do Planalto da Borborema, a aproximadamente 130 km de João Pessoa, capital e litoral do estado. Seu território abrange uma área estimada de 595 km² e apresenta densidade demográfica de 648,31 hab/km², considerada uma cidade de porte médio.

Segundo Silva, Silva, Lima (2015), o planejamento e a gestão do espaço urbano de Campina Grande, encontram-se em evidente descompasso com as dinâmicas socioambientais da cidade. Os espaços livres públicos apresentam-se desarticulados e ameaçados de ocupações indevidas. Em algumas áreas da cidade, observam-se espaços públicos desvalorizados e inseguros, sem acessibilidade e pouco convidativos. Dentre esses espaços subutilizados, há o

que compreende o Parque Evaldo Cruz (PEC), popularmente conhecido como Açude Novo, universo de estudo desta pesquisa.

Onde hoje se encontra o parque, no passado fora um açude. O Açude Novo foi construído em 1830 com o objetivo de abastecer Campina Grande em épocas de secas na região. Foi o segundo açude construído na cidade. O primeiro foi o Açude Velho, que hoje é um importante cartão postal da cidade. Durante 100 anos, os dois açudes foram as únicas fontes de abastecimento de água da cidade. Em 1976, o Açude Novo foi soterrado e transformado em parque, pelo então prefeito Evaldo Cruz.

O parque está situado no bairro Centro, classificado em estudo¹ por Barros Filho *et. al* (2015) como espaço público qualificado na cidade, no que se refere a infraestrutura e localização. Foi amplamente utilizado e apropriado pela população nos anos que sucederam sua inauguração até meados da década de 1990, quando se tem início a decadência da área. Ao longo do tempo passou por algumas reformas e atualmente, é um espaço público bem localizado, situado em núcleo de forte integração da cidade, possui boa estruturação física e urbana, com bom potencial de uso, oferecendo áreas destinadas a permanência, é também margeado por equipamentos urbanos que atraem grande número de pessoas diariamente, porém, de acordo com Silva (2015) apresenta baixos níveis de uso e apropriação por parte da população – uma das grandes ironias da cidade.

Diante dessa situação, em que o parque perde a importância dentro do contexto social da cidade, questiona-se: Segundo a percepção de antigos usuários, como se deu o processo de transformação das relações de usos e apropriações entre a população campinense e o Parque Evaldo Cruz?

Este trabalho tem como objetivo geral contar a história do Parque Evaldo Cruz, com foco nas transformações das relações de uso e apropriação ocorridas ao longo do tempo, a partir da história oral. Os objetivos específicos são: (1) Discutir as questões recentes sobre as transformações socioespaciais que envolvem o espaço público na cidade contemporânea, tendo como referência o parque urbano; (2) Apresentar o Parque Evaldo Cruz segundo aspectos históricos e suas características físicas; e (3) Descrever as transformações das relações de usos e apropriações ocorridos no parque Evaldo Cruz ao longo do tempo, a partir da memória e percepção dos seus usuários.

¹Lacunaridade dos Espaços Livres Públicos: O Caso de Campina Grande, PB. Disponível em: <http://quapa.fau.usp.br> Acesso em 12 de março de 2018.

A pesquisa trata-se de um estudo de caso, cujo universo de estudo é o Parque Evaldo Cruz e seu entorno imediato. Para obtenção das informações que foram utilizadas no processo de desenvolvimento deste trabalho, foram adotadas pesquisas bibliográfica e empírica. A pesquisa bibliográfica consiste na etapa inicial do trabalho e fornece os caminhos para o embasamento teórico do mesmo.

Através da pesquisa empírica, o trabalho se propõe, então, a revelar uma leitura das transformações socioespaciais sofridas pelo Parque Evaldo Cruz ao longo de sua história. A proposta é explicar o parque pelo viés de como ele foi/é sentido, percebido, inserido em seu contexto espacial e utilizado. Para este trabalho, o conhecimento do passado foi percebido a partir de relatos do presente, transmitidos oralmente, através das narrativas de diferentes gerações, cujas lembranças e passados não são idênticos, mas são incorporados e ressignificados no cotidiano delas. Como fontes de evidências do estudo de caso foram utilizadas história oral e análise documental, como método de análise dos dados, análise de conteúdo de Bardin (2016).

A estrutura adotada para a dissertação constará de quatro capítulos, que compreendem no seguinte:

O primeiro capítulo, dedicado à abordagem metodológica, apresenta os métodos e ferramentas utilizados, bem como a descrição dos procedimentos da pesquisa.

No segundo capítulo, será feita uma discussão teórica acerca de conceitos importantes que compõe os objetos teóricos da pesquisa, apontando reflexões importantes sobre espaços públicos contemporâneos, apropriação, percepção e memória.

O terceiro capítulo apresentará o universo de estudo e tratará da evolução do Parque Evaldo Cruz em seu contexto histórico e espacial. A finalidade deste capítulo é apresentar, brevemente, o contexto histórico em que o parque foi construído, bem como os resultados obtidos acerca da situação atual do Parque Evaldo Cruz e seu entorno imediato, a partir das observações feitas durante a pesquisa de campo.

O quarto capítulo contará um pouco da trajetória do Parque Evaldo Cruz segundo a memória e percepção dos entrevistados, que descreveram o parque durante suas fases de infância, adolescência, idade adulta até os dias atuais.

Por fim, as Considerações Finais, enumera os resultados alcançados, limitações, assim como os contributos retirados do desenvolvimento do trabalho.



Capítulo 01

ABORDAGEM METODOLÓGICA

1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

1.1 Aspectos Teóricos

A pesquisa bibliográfica foi a etapa inicial deste trabalho e consistiu na revisão de literatura sobre as principais teorias que norteiam o mesmo. A revisão de literatura ajuda os pesquisadores a limitar o escopo de sua investigação e transmite para os leitores a importância de estudar um determinado assunto (CRESWELL, 2007).

Como autores fundamentais na base referencial da pesquisa destacam-se, Yi-fu Tuan (2013), Richard Senett (1998), Hanna Arendt (2009), Christopher Alexander (1980), Kevin Lynch (1981), Angelo Serpa (2020), Ana Fani Carlos (2007), Vicente Del Rio (1999), Paul Ricoeur (2007), David Lowenthal (1998), Paul Thompson (2002), Robert Yin (2015), Laurence Bardin (1977), dentre outros.

1.2 O Estudo de Caso como método

A pesquisa se apoiou em uma metodologia que abrangesse a realidade de forma qualitativa - através de um estudo de caso, que permitiu lidar com ampla variedade de evidências (documentos, entrevistas, observações, etc.).

O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. [...] O estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística (GOLDENBERG, 2002, p. 34).

A intenção deste estudo foi mergulhar o pesquisador no contexto estudado e fazer uma análise interpretativa da realidade, envolvendo uma descrição do cenário e das pessoas, reunindo o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, durante um dado período de tempo, seguida de análise de dados, orientada por embasamento teórico, como sugere Yin (2015).

Essa forma de entender a realidade surge como alternativa às pesquisas empíricas, onde:

O termo pesquisa ganha um novo significado, passando a ser concebido como uma trajetória circular em torno do que se deseja compreender, não se preocupando única e/ou aprioristicamente com princípios, leis e generalizações, mas voltando o olhar a qualidade, aos elementos que sejam significativos para o observador investigador (GARNICA, 1997, p. 110 apud LIMA, 2009).

Essa estratégia de investigação tem certa flexibilidade, pois permite inserir, no decorrer da pesquisa de campo, informações que se façam relevantes e que não foram previstas pelo pesquisador, sendo feitas mudanças na seleção do caso ou dos métodos de coleta de dados à medida que o pesquisador desenvolve novas hipóteses (YIN, 2015).

Segundo Diniz (1999, p. 49), “o estudo de caso é uma forma de investigar o real pelo qual se coletam e se registram dados para a posterior interpretação, objetivando a reconstrução, em bases científicas, dos fenômenos observados”. O objetivo dos estudos de caso é a “descoberta de ideias úteis, críticas e norteadoras de novas atitudes em relação ao mundo” (DINIZ, 1999, p.50).

Segundo Yin (2015) é fundamental para a construção de um estudo de caso a criação de uma estratégia analítica geral (Ver esquema metodológico representado na Figura 1). A estratégia desenvolvida para a pesquisa desta dissertação baseou-se nas proposições teóricas desenvolvidas no segundo capítulo deste trabalho e na questão de pesquisa colocada na introdução.

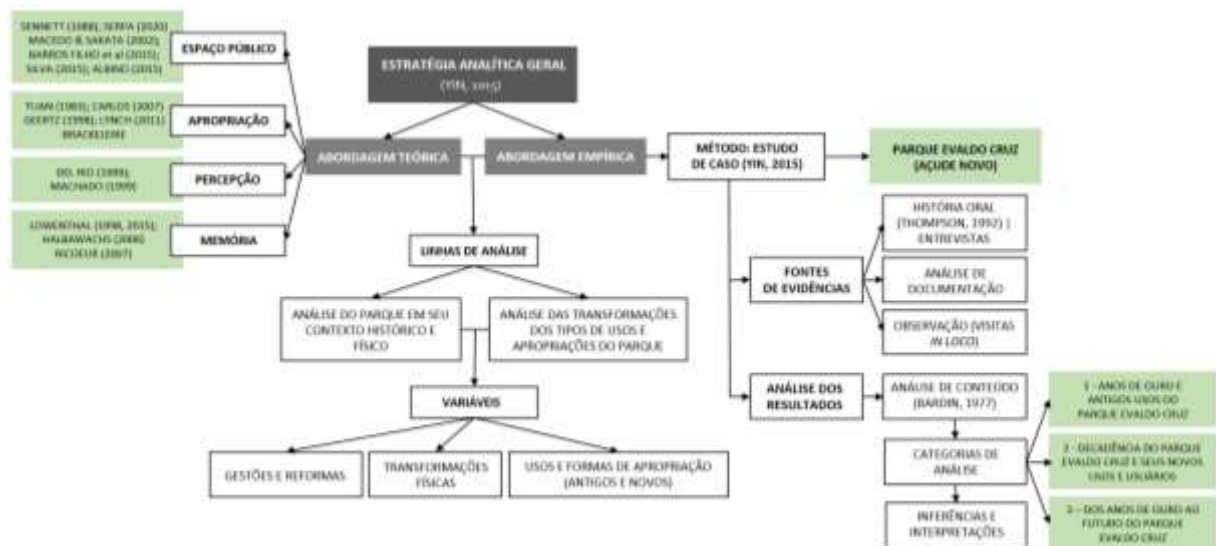


Figura 1: Esquema de Estratégia Analítica Geral

Fonte: Editado pelo autor, 2020.

Foi elaborada uma estrutura de estudo de caso através de duas linhas de análise:

1. **Análise do parque em seu contexto histórico e físico** – buscando uma compreensão de como as transformações físicas ocorridas influenciaram os usos e apropriações, ao longo do tempo.

2. **Análise das transformações dos tipos de usos e apropriações do parque** – onde buscou-se compreender as transformações que ocorreram nos tipos de usos e apropriações da área, desde a época de sua implantação até os dias atuais. Como o parque foi apropriado antes (meados das décadas de 1970, 1980 e 1990, principalmente) e como ele tem sido apropriado hoje.

Para cada uma dessas linhas de análise foram definidas variáveis que pudessem apoiar a busca por respostas à pergunta de pesquisa.

Na primeira linha de análise - **análise do parque em seu contexto histórico e físico**, as variáveis foram:

1. Gestões e reformas – analisar as contribuições de cada gestão para o PEC;
2. Transformações físicas – analisar as transformações físicas ocorridas no PEC ao longo do tempo.

Na segunda linha de análise - **análise das transformações dos tipos de usos e apropriações do parque**, as variáveis foram:

1. Usos e formas de apropriação (antigos e novos)

Antigos usos do PEC – analisar como o PEC era utilizado por seus usuários em meados das décadas de 1970, 1980 e 1990, principalmente; Novos usos do PEC – analisar como o PEC tem sido utilizado hoje pela população campinense.

1.3 Procedimentos

A seguir serão descritos os passos dados para a realização da pesquisa que foi realizada em duas etapas, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa empírica.

1.3.1 Revisão de literatura

Para a pesquisa bibliográfica deste trabalho, foram utilizadas informações já publicadas em livros, trabalhos acadêmicos, artigos ou outras fontes de publicações relevantes, que tratam dos temas abordados nos eixos temáticos da dissertação: Espaço Público, Apropriação, Percepção e Memória, subsidiando, também, discussões acerca do universo de estudo e métodos da pesquisa. Os acervos pesquisados foram: Biblioteca da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

e Biblioteca Municipal de Campina Grande. O estudo também contou com a biblioteca digital de teses e dissertações (bdtd.ibict.br), e Periódico Capes (periodicos.capes.gov.br).

Essa etapa não foi aleatória, por esse motivo ela implicou em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções atentas ao objeto de estudo (CRESWELL, 2007). Após a seleção do material pertinente aos eixos temáticos abordados, este foi lido, analisado e interpretado. Foram feitos fichamentos e anotações dos conteúdos que foram julgados mais importantes e que foram usados como fundamentação teórica nesta dissertação.

1.3.2 Preparação para coleta de evidências

Esta foi a fase da pesquisa que antecedeu a coleta de dados propriamente dita, na qual foram realizados alguns procedimentos formais e preparatórios.

Em um primeiro momento, antes de serem realizadas as visitas a campo, houve a manipulação e tratamento das bases cartográficas que englobam a escala da área de estudo como um todo. Buscou-se referências cartográficas disponibilizadas pela Secretaria de Planejamento de Campina Grande, que fizessem alusão aos principais eixos viários, vegetação, ao uso do solo, às densidades e toda a gama de material que fosse pertinente à análise física da região.

Em seguida, para a elaboração do roteiro da entrevista (APÊNDICE A), que foi aberta e semiestruturada, pensou-se em perguntas que dessem condições ao respondente de dar respostas que não fossem tão objetivas, falando abertamente e sem restrição de tempo sobre suas vivências e experiências no Parque Evaldo Cruz. A sequência lógica temporal das perguntas foi proposta para que o participante pudesse voltar no passado e falar também do presente com facilidade, sem se perder nos diferentes tempos. Então, em um primeiro momento da entrevista, os entrevistados falaram de suas vivências no parque nas décadas passadas e, apenas no final da entrevista eles expressaram seus sentimentos e sensações referentes ao estado em que o parque se encontra hoje, de forma que, durante a análise dos dados, fosse evitada alguma confusão por parte do pesquisador, sem comprometer a precisão da pesquisa.

Como a pesquisa envolveu sujeitos humanos, foi necessário pensar em como proteger os participantes do estudo. Sendo assim um dos primeiros passos antes de dar início a coleta de dados foi obter a aprovação do Projeto de Pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela instituição proponente, de forma a obter o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética para que a pesquisa pudesse ser iniciada. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(TCLE) foi assinado por cada participante antes da entrevista, protegendo sua privacidade e confiabilidade.

Os entrevistados foram pessoas que frequentaram o local, desde a época em que o parque era amplamente utilizado pela população, até os dias de hoje. A seleção do público participante foi feita previamente, sendo necessária para a obtenção de respostas mais precisas e que realmente colaborassem para a concretização dos objetivos almejados. A inclusão ou exclusão de um sujeito da pesquisa deu-se a partir de sua idade, sendo necessário que os participantes tivessem se apropriado do parque em algum momento do passado (meados das décadas de 1970, 1980 e 1990, principalmente). Sendo assim, os participantes foram pessoas com no mínimo 40 anos de idade. Foi muito importante que participassem da pesquisa pessoas das mais variadas idades, a partir dos 40 anos, para que fosse possível o estudo das transformações das relações de uso e apropriação entre a população e o parque, ao longo do tempo.

No que diz respeito ao recrutamento dos entrevistados, segundo Yin (2015):

“Quanto mais o entrevistado auxiliar dessa maneira, mais o papel pode ser considerado o de um “informante”, não apenas o de um participante. Os informantes-chave são frequentemente fundamentais para o sucesso de um estudo de caso. Essas pessoas podem proporcionar a você *insights* sobre o assunto e também acesso a outros entrevistados que podem ter evidências corroborantes ou opostas” (YIN, 2015, p. 115).

Para esta pesquisa, o recrutamento dos participantes foi feito de acordo com a metodologia de Yin (2015), onde cada entrevistado pôde sugerir outras pessoas para serem entrevistadas. O primeiro participante era conhecido do pesquisador e, a partir deste foi formada uma teia de 18 entrevistados a partir da indicação do primeiro.

1.3.3 Fontes de evidências

A seguir serão apresentadas as fontes de evidências que foram utilizadas durante a pesquisa empírica, e que contribuíram para explicar o caso do Parque Evaldo Cruz. Foram utilizadas três fontes de evidências como forma de possibilitar uma maior validação da pesquisa: a visita à campo, a entrevista e a análise de documentação.

1.3.3.1 Visita à campo

Para Lynch, “(...) as imagens do meio ambiente são o resultado de um processo bilateral entre o observador e o meio. O meio ambiente sugere distinções e relações, e o observador - com grande adaptação e à luz dos seus objetivos próprios - seleciona, organiza e dota de sentido aquilo que vê” (LYNCH, 1982, p.16).

Analisar morfologicamente o espaço não é o foco dessa pesquisa, mas, há uma preocupação em compreender como a vida pública é afetada pela morfologia urbana e como esta se transforma ao longo do tempo, enquanto também é parcialmente definida pelas transformações sociais e pelas formas de apropriação do espaço pela população. A finalidade da análise física do lugar é apresentar os resultados obtidos, acerca da situação atual do Parque Evaldo Cruz e seu entorno imediato, a partir das observações feitas durante a pesquisa de campo.

O registro em diário de campo, outro procedimento adotado, permitiu que fossem guardadas as impressões e observações durante os momentos de visita ao parque. Associado a esse procedimento está o registro fotográfico, que tratou de coletar imagens de relevância analítica para a pesquisa. Utilizando-se dos mapas produzidos como base para anotações, durante as visitas foram observados e registrados aspectos como vegetação, edificações internas e do entorno, acessibilidade, iluminação, pavimentação, mobiliário, hierarquia viária e usos do solo. Em incontáveis visitas aleatórias, foram feitas inúmeras caminhadas pelo parque, onde a pesquisadora observou o espaço e registrou suas observações, a fim de se construir mapas temáticos que auxiliaram a da caracterização da área, posteriormente.

O Parque Evaldo Cruz deveria ser visitado durante pelo menos 15 dias seguidos (incluindo finais de semana), em horários diferenciados para poder visualizar a dinâmica que se desenvolve no espaço em momentos distintos do decorrer do dia. Porém devido a Pandemia da Covid-19, as pesquisas de campo tiveram algumas limitações e por consequência sofreram algumas alterações, como, por exemplo, a observação mais aprofundada do comportamento dos usuários do parque não pôde ser realizada, e o diagnóstico do PEC foi feito a partir da percepção da pesquisadora, em dias e horários aleatórios, em visitas feitas pela mesma, quando precisava colher algum dado ou fazer algum registro fotográfico *in loco*.

1.3.3.2 Entrevista (História Oral)

A entrevista é uma das fontes mais importantes de informação para um estudo de caso. Esta pode ser gravada ou não, sendo uma questão de preferência pessoal. Porém, o áudio

registrado fornece uma interpretação mais precisa de qualquer entrevista do que apenas fazer anotações (YIN, 2015).

Para a realização desta pesquisa foram feitas entrevistas abertas semiestruturadas, com áudios gravados, utilizando a técnica da história oral (HO). A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais (DELGADO, 2006). É, portanto, o registro de depoimentos sobre uma história vivida. De acordo com Meihy (2005), é um procedimento premeditado de produção de conhecimento, que envolve o entrevistador, o entrevistado e a aparelhagem da gravação.

Essa técnica, recorre à memória como fonte principal que a subsidia e alimenta as narrativas que constituirão o documento final. Esse documento deve obedecer a uma série de critérios técnicos e seu conteúdo não deve ser confundido como verdade definitiva. O que interessa num depoimento oral não é a precisão dos fatos ou a narrativa verídica dos eventos, mas a representação que o indivíduo fez desses eventos, sua percepção subjetiva na relação com o entorno social, suas opiniões, suas impressões e suas vivências.

Vale salientar que uma das críticas à história oral está na subjetividade do entrevistado, gerando receios de que produza distorções que prejudiquem a pesquisa. Mas, de lembranças e esquecimentos também são compostos os documentos oficiais, tendo em vista serem construídos pelas mãos de sujeitos imersos em relações de interesses e interdições. Durante muito tempo, desde a perspectiva positivista predominante no século XIX, a história preconizou o escrito em detrimento do oral [...]. Considerava-se que os relatos pessoais, as histórias de vida e as biografias não contribuíram para o conhecimento do passado, pois são subjetivos, muitas vezes distorcem os fatos e dificilmente seriam representativos de uma época ou grupo. [...] Hoje é generalizada a concepção de que fontes escritas também podem ser subjetivas e de que a própria subjetividade pode se constituir em objeto do pensamento científico (ALBERTI, 2005, p. 163). Cabe destacar que o papel do pesquisador não é buscar as verdades contidas nas falas dos entrevistados, mas entendê-las como representações, construções, uma das possibilidades para compreender o objeto no seu contexto que, entrelaçado com outras fontes, ajudará a compor o quebra-cabeça. São esses os desafios da pesquisa: articular temas e questões, pondo-os em diálogo; perceber suas diferenças e conexões; trabalhar as fontes; urdir o tecido.

A história oral se apresenta, então, como “mais um dos meios e acervos de informação de que dispõe o pesquisador para a construção da história e suas contribuições para o estudo

das culturas no tempo e no espaço, da experiência humana” (LOZANO, 2006, p. 24) A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações (THOMPSON, 1995).

Após aprovação do Projeto de Pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa, foram iniciadas as entrevistas. Os entrevistados foram pessoas que frequentavam e/ou frequentam o local, desde a época em que o parque era amplamente utilizado pela população, até os dias de hoje, o que compreende os anos entre 1976 e 2020. As entrevistas tiveram como principal objetivo resgatar as vivências dessas pessoas, trazendo para o trabalho como as mesmas usavam e se apropriavam do espaço antes do mesmo ser abandonado pela população, extraíndo de suas falas como se deram as transformações nas relações dos usos e apropriações entre a população e o Parque Evaldo Cruz ao longo do tempo.

A aplicação da entrevista aconteceu segundo a permissão do participante, que antes de participar da pesquisa, assinou o TCLE, contendo informações como: objetivos do trabalho; como seria aplicada a entrevista; forma de divulgação dos resultados; segurança quanto ao sigilo do nome ou dados que identificassem o participante e a concordância deste em participar da mesma.

Em virtude de todas as limitações impostas pela Pandemia da Covid-19, algumas entrevistas foram realizadas presencialmente e outras por vídeo chamada. As que foram realizadas por vídeo chamada, foram feitas através da plataforma Google Meet, a fim de se tomar as medidas protetivas necessárias para que não fosse colocada em risco a saúde dos participantes da pesquisa. Neste aspecto, não houveram prejuízos à pesquisa, já que foi possível a gravação de todas as chamadas. O TCLE foi enviado via *e-mail* para os participantes, que assinaram o termo e me retornaram o documento em forma de imagem.

1.3.3.3 Documentação

A história oral foi aliada a técnica de análise documental, como forma de complementar os dados colhidos através das entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa documental consiste em um trabalho de investigação, na busca por informações em documentos contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos, possibilitando ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de

contextualização histórica e sociocultural. Esse método, favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008).

Sobre os documentos, não se tratam apenas de textos escritos e/ou impressos. Como fonte de pesquisa podem ser escritos e não escritos (registros fotográficos e videográficos, jornais, mapas, slides, pôsteres e etc.). Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007).

A pesquisa documental foi importante pelo fato de corroborar e aumentar a evidência de outras fontes (YIN, 2015), ajudando a contar sobre as transformações sócio espaciais ocorridas no Parque Evaldo Cruz ao longo da história. Dessa forma, buscou-se a “veracidade” das informações analisando-as com um senso crítico acurado e buscando cruzar os dados obtidos com outras fontes de evidência (entrevistas, referências bibliográficas, etc.).

Foram utilizados como fontes: documentos, mapas em arquivos digitais, impressos e imagens, provenientes de órgãos públicos, como Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG), Secretaria de Estado de Planejamento e Finanças (SEPLAN), Secretaria de Cultura (SECULT). Também foram feitas pesquisas no acervo do Museu Histórico de Campina Grande e da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida. Além disso, foram utilizadas fotografias cedidas pelos próprios entrevistados.

1.3.4 Análise das evidências

Após coletados os dados através de suas devidas fontes, os mesmos foram analisados através do cruzamento entre a fundamentação teórica e as percepções adquiridas a respeito do parque. Aqui será apresentada a escolha da estratégia analítica dos dados coletados através das entrevistas.

1.3.4.1 Análise de Conteúdo

Para analisar os dados obtidos através das entrevistas, optou-se pela técnica Análise de Conteúdo. A técnica é abordada por vários autores, mas nesta pesquisa, tomou-se como base a

conceituação de Laurence Bardin, bem como as etapas da técnica explicitadas por esta autora, em sua famosa obra *L'analyse de contenu*², publicada em 1977.

Para Bardin (2016) a análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, que recorre a indicadores (quantitativos ou não), enriquecendo a leitura dos dados coletados.

Existem diversas formas de documentação do material coletado, na maioria das vezes constituindo-se de material textual: notas de campo, diário de pesquisa, fichas de documentação, transcrição de entrevistas (tipo de documentação analisada nesta pesquisa) etc. Entretanto, o material também pode ser documentado por meio de fotos, filmes, áudios e outros, pois todas as formas de documentação têm relevância no processo de pesquisa, possibilitando uma análise adequada (FLICK, 2009). Para Flick (2009, p. 291) a análise de conteúdo “é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material”.

O processo de análise em si envolve várias etapas para auferir significação aos dados coletados. Segundo Bardin (2016), a técnica é constituída por três etapas: (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise é a fase de organização do material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. “Geralmente, esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 2016, p. 125).

Nesta fase, a autora cita quatro etapas: (a) leitura flutuante, quando se inicia o contato com os documentos da coleta de dados e se passa a conhecer melhor o texto; (b) escolha dos documentos, que consiste na escolha do que é importante para ser analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise; (e) a preparação do material (BARDIN, 2016).

De modo geral, como observa Bardin (1977), quatro regras devem ser consideradas para a constituição do corpus da pesquisa: (1) a regra da exaustividade sugere que todos os

² Uma obra bastante referenciada no Brasil até os dias atuais, para análises de dados em pesquisas qualitativas.

documentos, independentemente das peculiaridades que mantêm entre si, devem ser considerados rigidamente na pesquisa, por meio de um ou mais critérios, sem exclusão de nenhuma unidade pertinente à delimitação do corpus; (2) a regra da representatividade leva em conta a abrangência do universo a ser pesquisado – frequentemente, isso está relacionado com o período de coleta definido pelo pesquisador; (3) a regra da homogeneidade sustenta que os documentos obtidos devem partilhar características comuns, sendo da mesma natureza, gênero ou estarem relacionados ao mesmo tema; (4) por fim, a regra da pertinência diz respeito à adequação dos documentos aos objetivos do pesquisador.

Depois que todos os documentos forem coletados e armazenados, constituindo, inicialmente, o corpus da pesquisa, parte-se para o contato inicial, a leitura flutuante sobre tudo o que foi selecionado. Essa fase permite ao pesquisador deixar-se levar por suas impressões e orientações (FONSECA, 2006). Neste momento, pode ocorrer a formulação de hipóteses que venham a ser consideradas na pesquisa. Outro aspecto essencial é a depuração da amostra que será efetivamente considerada: documentos que não se enquadram no tema ou objetivo propostos devem ser descartados. Assim, essa fase se conclui chegando-se à configuração definitiva do corpus da pesquisa e às inferências iniciais do investigador, que podem alterar ou reafirmar os rumos do estudo.

A segunda fase é a exploração do material, que consiste na definição de categorias (sistemas de codificação) e a identificação das unidades de registro e unidades de contexto. A unidade de registro corresponde ao segmento de conteúdo que será analisado, visando posteriormente sua categorização ou contagem frequencial. A unidade de contexto corresponde ao segmento da mensagem na qual está inserida a unidade de registro, ou seja, analisar o contexto em que a unidade de registro foi citada auxilia na significação exata da mesma. Nesse sentido, Thompson (1995) aponta a importância do contexto social e histórico nas análises científicas. De forma semelhante, Bateson (2000) salienta que considerar conteúdo sem o contexto, qualquer seja a análise, ela se torna falha; por isso, há a necessidade de olhar o sistema como um todo, contrapondo-se à fragmentação da ciência.

A exploração do material é uma etapa muito importante, porque vai possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências. Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao *corpus* submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase (BARDIN, 2016).

A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Nela ocorre a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2016).

Após explanação das três etapas do processo de análise de conteúdo, a autora destaca as dimensões da codificação e categorização, que possibilitam e facilitam as interpretações e as inferências. A codificação, “corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão” (BARDIN, 2016, p. 133).

A codificação vem seguida da categorização, que consiste na:

classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos ... sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (Bardin, 2016, p. 147).

Apesar de a técnica apresentar um passo a passo a ser seguido para seu emprego, respeitando certas “regras”, a análise de conteúdo não deve ser considerada e trabalhada como um modelo exato e rígido. A própria Bardin (2016) ignora essa ideia de rigidez, deixando claro que a proposta da análise de conteúdo pode oscilar entre o rigor da cientificidade e a riqueza da subjetividade. Sendo assim, a técnica tem o propósito de ultrapassar o senso comum do subjetivismo e alcançar o rigor científico necessário, mas não a rigidez da aplicação da técnica, postura que não condiz mais com tempos atuais. Reforçando essa ideia, Flick (2009) salienta a importância da criatividade e flexibilidade nas análises dos resultados para que não haja limitações na pesquisa.

O passo a passo a ser seguido e as muitas regras formuladas destacam a impressão de uma maior clareza e ausência de ambiguidade (FLICK, 2009). Tal aspecto pode ser visto como umas das potencialidades da técnica. Além disso, como afirmam outros pesquisadores a análise de conteúdo “reduz a complexidade de uma coleção de textos. A classificação sistemática e a contagem de unidades do texto destilam uma grande quantidade de material em uma descrição curta de algumas de suas características” (BAUER; GASKELL, 2008, p. 191).

A seguir será apresentado o passo a passo seguido para a realização da análise de dados da pesquisa, a partir da utilização das técnicas da análise de conteúdo, que teve como objetivo

compilar todas as entrevistas coletadas e condensá-las em informações precisas e claras, sobre as formas de usos e apropriações do PEC ao longo do tempo.

1.3.4.2 Análise de Conteúdo na prática

Dentre o conjunto de técnicas que compõem a análise de conteúdo pode-se citar: análise categorial, análise da avaliação, análise da enunciação, análise proposicional do discurso, análise da expressão e análise das relações.

Para trabalhar os dados coletados desta pesquisa, optou-se pela técnica de análise categorial, através de uma análise temática aplicada as entrevistas. Dentre todas as técnicas é cronologicamente a mais antiga e na prática, a mais utilizada. Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, e em categorias segundo reagrupamentos analógicos.

As etapas realizadas neste estudo para a análise de dados foram: transcrição das gravações, pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, todas descritas a seguir.

Transcrição das gravações

Após realizadas as entrevistas que tiveram seus áudios gravados, as mesmas foram transcritas para que se pudesse dar início a análises de dados propriamente dita. Foram contabilizadas 9 horas 40 minutos e 23 segundos de gravação, em 18 entrevistas, e o processo de transcrição ocorreu de forma descomplicada, a partir da utilização de softwares simples e de fácil acesso e manipulação. Os áudios eram reproduzidos pelo programa VCL Media Player, sempre em baixa velocidade para facilitar a transcrição, ao passo que a pesquisadora ia transcrevendo fielmente a fala de cada participante da pesquisa em arquivo no Microsoft Word. Para facilitar a manipulação dos dados, as entrevistas digitadas e impressas dispunham de colunas vazias à direita e à esquerda favorecendo a fase de codificação.

I - Pré-análise: a organização da análise

Leitura flutuante

Após a transcrição das entrevistas, a leitura flutuante foi a primeira atividade desenvolvida pela pesquisadora em contato com as entrevistas para fins de análise. Consistiu

em analisar e em conhecer os textos deixando-se invadir por impressões e orientações, apropriando-se do teor do material. Pouco a pouco, a leitura foi se tornando mais precisa, onde ainda nesta fase já foi possível visualizar alguns temas e temáticas para análise.

Lidamos com uma fala relativamente espontânea, com um discurso falado, no qual os entrevistados orquestraram mais ou menos à sua vontade, apesar de se tratar de uma entrevista semiestruturada. A subjetividade esteve sempre muito presente, pois a fala refere-se aquilo que cada pessoa viveu, sentiu e pensou a respeito do parque. A função da pesquisadora foi compreender através da linguagem do entrevistado seus pensamentos, processos cognitivos, sistemas de valores e de representações, suas emoções, afetividade e aflorações, a fim de conseguir descrever, com seus próprios [da pesquisadora] meios de expressão, acontecimentos, práticas, crenças, episódios passados e juízos de valores relacionados ao Parque Evaldo Cruz.

Escolha dos documentos a serem analisados

A escolha dos documentos a serem analisados foi uma das missões a serem cumpridas durante a fase de Pré-análise. Para esta pesquisa, todas as entrevistas coletadas tiveram seus conteúdos analisados. Eram entrevistas semiestruturadas, com perguntas que possibilitassem que o objetivo do trabalho fosse atingido. Sendo assim, não houve a intenção, desde o início da pesquisa, de se criar ou seguir critérios de exclusão de alguma entrevista. Cada uma, com suas particularidades e diferentes visões acerca do Parque Evaldo Cruz, foi de extrema importância para a pesquisa.

Mesmo não criando ou seguindo algum critério de exclusão de documento, é importante frisar que as entrevistas submetidas aos procedimentos analíticos seguem as principais regras a serem consideradas na constituição do *corpus* da pesquisa: (1) a regra da exaustividade, quando nenhuma das entrevistas foi excluída do *corpus*; (2) a regra da representatividade, levando em conta a abrangência do universo a ser pesquisado; (3) a regra da homogeneidade, a partir do momento em que os documentos obtidos possuem características comuns e estão relacionados ao mesmo tema; por fim, (4) a regra da pertinência que diz respeito à adequação dos documentos aos objetivos da pesquisadora, tratando-se de entrevistas semiestruturadas.

Elaboração de hipóteses e objetivos

Para esta pesquisa não foram pré-estabelecidas hipóteses. Segundo a própria Bardin “as hipóteses nem sempre são estabelecidas quando da pré-análise. Não é obrigatório ter como guia um *corpus* de hipóteses, para se proceder a análise. Algumas análises efetuam-se “às cegas” e sem ideias preconcebidas” (BADIN, 2016, p. 128).

A abordagem de aplicação escolhida para este trabalho – indutiva-construtiva – tomou como ponto de partida os dados, construindo a partir deles as categorias e a partir destas a teoria. Foi, portanto, essencialmente indutiva. Sua finalidade não foi generalizar ou testar hipóteses, mas construir uma compreensão do fenômeno investigado. Nesta abordagem as categorias foram construídas ao longo do processo da análise, resultantes de um processo de sistematização progressivo e analógico. A emergência das categorias foi resultado de um esforço, criatividade e perspicácia por parte da pesquisadora, exigindo uma releitura exaustiva para definir o que era essencial em função dos objetivos propostos. Os títulos das categorias só surgiram no final da análise (MORAES, 1999).

Referenciação de temas e elaboração das temáticas

Tratando-se de uma Análise Temática Categorial, nessa fase, ainda de pré-análise, os temas e as temáticas já começaram a serem visualizados e preestabelecidos, como uma espécie de pré-codificação, para que posteriormente fossem codificados e categorizados. As entrevistas foram transcritas em tabelas como a mostrada a seguir. Durante a leitura flutuante, anotações importantes sobre os usos e possíveis temáticas foram feitas nas colunas laterais.

Tabela 1: Modelo de tabela na qual as entrevistas foram inseridas para dar início a leitura flutuante

ENTREVISTA N°		
Vinculação do respondente com o lugar:		
USOS	ENTREVISTA - TEMAS	TEMÁTICAS
	Pergunta e resposta 1	
	Pergunta e resposta 2	
	Pergunta e resposta 3	

Fonte: Acervo pessoal, 2020.

II - Exploração do material: sistematização dos dados

A etapa de exploração do material consistiu na sistematização dos dados, agrupados de acordo com características comuns que importaram à análise.

Codificação

Durante a fase da codificação, deu-se continuidade ao que foi iniciado na pré-análise. Os temas e as temáticas foram referenciados, de fato, nas entrevistas. O tema (que também é conhecido como unidade registro) foi aqui considerado a menção explícita (“uma frase”) que se refere a um determinado assunto em uma mensagem. Ou seja, o texto foi recortado em enunciados portadores de significações isoláveis. Segundo Berelson (1952, *apud* BARDIN, 2016, p. 135), o tema é definido como “uma afirmação acerca de um assunto. Quer dizer, uma frase, ou uma frase composta, habitualmente um resumo ou uma frase condensada, por influência da qual pode ser afetado um vasto conjunto de formulações singulares”. A temática foi o agrupamento desses temas (“frases”) acerca de um mesmo assunto, que apareceram nas falas de diferentes pessoas com certa frequência, de maneira relativa ou absoluta.

A seguir, a transcrição (na íntegra) de parte de uma das entrevistas, mostrando como foi feita a referência de temas e elaboração de temáticas. Foram utilizadas cores diferentes para referenciar cada tema na entrevista transcrita na coluna central. Na coluna à esquerda foram colocados os antigos e novos usos (marcados na entrevista na cor cinza) do PEC, todos citados pelos entrevistados. Na coluna à direita, as temáticas que aparecem na entrevista, relacionadas as cores de seus respectivos temas. Observou-se que no decorrer das análises os temas e as temáticas foram se repetindo, fornecendo cada vez menos novidades.

Tabela 2: Referência de temas e elaboração de temáticas na entrevista

ENTREVISTA Nº 14		
Vinculação com o lugar: Moradora de Campina Grande que frequentava o Açude Novo quando criança para usufruir dos parquinhos		
USOS	ENTREVISTA	TEMÁTICAS
Brincar	Quando se fala no Parque Evaldo Cruz o que vem em sua mente? Brincadeiras, muitas brincadeiras.	O que vem na mente
	Lembra de quando a o Parque Evaldo Cruz foi inaugurado? Como a população reagiu? Não, eu não lembro da inauguração dele. Porque a gente menino não se liga nessas coisas. Aí eu via o espaço lá que a gente chamava Açude Novo como um espaço de lazer. Campina não dispunha de muita coisa para lazer e nós íamos todos os domingos pela manhã para brincar. Tinha lá o parquinho de alvenaria e alguns ainda	Visão positiva

Parquinho	de metal e aquela parte toda em areia. A gente se soltava lá. O pai que era quem nos levava nos soltava lá a vontade e passava lá a manhã inteira por lá.	Sobre Campina Grande antigamente Frequência de visitação
Frase importante		
Comer pipoca	Com que frequência você costumava ir ao Parque Evaldo Cruz? Quais motivos te levavam a frequentar o parque?	Frequência de visitação
Brincar	Normalmente íamos aos domingos pela manhã. Esporadicamente íamos aos domingos à tarde na hora que a fonte era ligada. Eles ligavam a fonte com aquela iluminação e aquilo era encantador. Ficávamos lá a comer pipoca, a brincar... era um espaço para brincadeira. íamos no final do ano ver a árvore de natal que era montada naquele obelisco que ficava piscando de várias cores e aquilo ali pra gente era o máximo. Porque na verdade, eu acho que era a única coisa que tinha em Campina Grande na época. Tinha muita iluminação nas árvores.	A beleza da fonte luminosa
Passear		Sobre Campina Grande A beleza do parque no Natal

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Após esse processo de referenciação de temas e temáticas, deu-se início a elaboração das tabelas de ocorrência. Nessas tabelas, foram listados e agrupados todos os temas citados em entrevistas para cada temática. Foram construídas tabelas (APÊNDICE B), contendo, nas linhas, os temas e, nas colunas, os indivíduos. Em seguida foi marcada cada interseção (presença/ausência e número de ocorrências, por indivíduo), como mostra a tabela a seguir, onde foi observado certa variação na frequência de temas. Ou seja, um tema que apareceu em uma determinada entrevista não necessariamente apareceu em outra. Assim, em algumas entrevistas algumas temáticas foram contempladas e em outras não. Neste exemplo (Tabela 2), nota-se que alguns temas foram bastante mencionados em várias falas. Também foi observado que alguns temas aparecem com um número de ocorrências mais elevado que outros em cada entrevista. O número de ocorrência (algarismo que se encontra nas interseções) foi contado a partir de quantas vezes determinado tema foi mencionado em respostas de diferentes perguntas. Quanto mais elevado o número de ocorrências, mais importância teve determinado tema para a análise.

Criou-se, assim, um banco de dados contendo todas as informações coletadas, organizadas em gráficos e tabelas, onde foi possível analisar as temáticas encontradas nas entrevistas. Assim, os dados obtidos foram analisados e associados a fim de permitir um estudo singular com o objetivo proposto nesse trabalho. Uma organização sistemática nesses moldes pode ser feita a partir de softwares como Microsoft Word, que foi utilizado neste trabalho. Um

recurso útil, importante, sobretudo, por permitir uma melhor visualização dos resultados por meio de tabelas.

Tabela 3: Tabela de ocorrências dos temas nas entrevistas

TEMÁTICA
É o agrupamento dos temas acerca de um mesmo assunto (BARDIN, 1977)

NÚMERO DE ENTREVISTADOS
Foram entrevistadas 18 pessoas, homens e mulheres, com idades entre 44 e 78 anos.

NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
Contado a partir de quantas vezes determinado tema foi mencionado em respostas de diferentes perguntas.

INTERSEÇÃO
Quando um entrevistado cita determinado tema.

TEMA
Também conhecido como unidade registro, foi considerado uma afirmação acerca de um assunto (BARDIN, 1977)

TEMÁTICA	ENTREVISTADOS																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Visão positiva																		
A atmosfera era boa, tinha clima de parque																		
Lugar bem tratado (iluminado, arborizado, bonito, limpo)							2											
Lugar seguro											3							
O lago/lago público mais bonito do Nordeste		2																
Lugar importante, que representava a cidade, um símbolo de Campina Grande																		
Projeto inovador, futurista e tecnológico																		
Um parque de família											2							
A beleza da fonte luminosa		3	3	2		2	2	6		2	4		1					
Bom localização																		
O parque foi muito bem aceito pela população																		
O orgulho de ser campinenses																		
Tinha muitos atrativos																		
Não havia o consumo de bebidas alcoólicas no parque																		

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Categorização

Nesta pesquisa a categorização teve como objetivo fornecer uma condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. Consistiu em uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. Ou seja, após recortar os textos (entrevistas) em diversos temas e temáticas, algumas temáticas viraram categorias de análise e outras foram agrupadas formando uma só categoria contendo subcategorias.

Cada categoria de análise criada foi pensada para convergir com os objetivos da pesquisa, sendo utilizado o critério de categorização semântico, onde as categorias temáticas reuniram os temas que tratavam do mesmo assunto (possuíam significados parecidos). O sistema de categorias desta pesquisa não foi fornecido previamente, ele resultou da classificação

analógica e progressiva dos elementos, sendo os títulos das categorias definidos apenas no final da operação.

Todas as temáticas se transformaram ou foram inseridas em alguma categoria, e nenhuma temática foi excluída da categorização. Ao todo foram 17 temáticas que deram origem a 3 categorias (Tabela 3). Cada categoria se refere as fases pelas quais o parque passou e a forma como foi/é utilizado em cada uma delas.

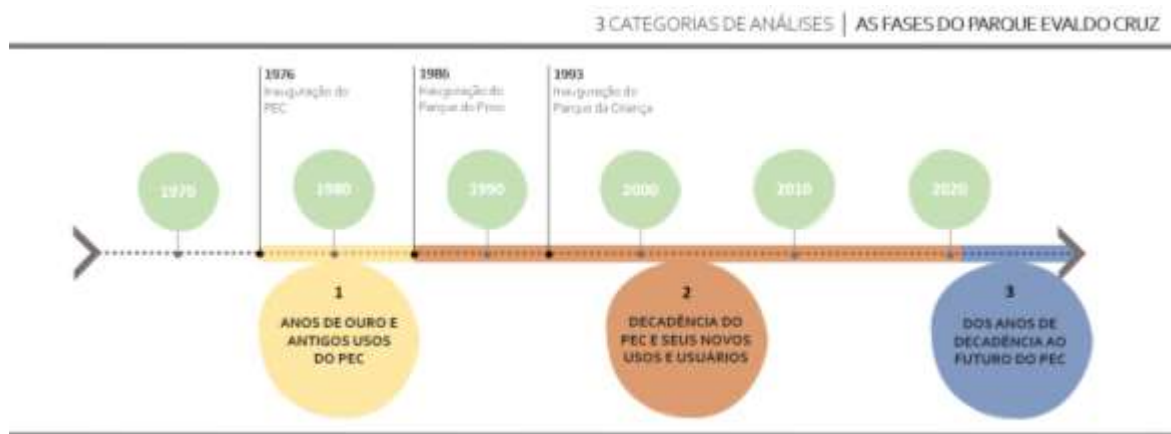


Figura 2: Categorias de análises da pesquisa em linha do tempo

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Então, a partir de toda a análise, foram definidas 3 categorias:

Categoria 1 –Anos de ouro e antigos usos do Parque Evaldo Cruz

Categoria 2 –Decadência do Parque Evaldo Cruz e seus novos usos e usuários

Categoria 3 –Dos anos de decadência ao futuro do Parque Evaldo Cruz

A 3ª categoria não se refere a uma fase pela qual o parque passou, mas poderia ser uma nova fase pela qual o parque viria a passar. A temática ‘Fatores que contribuiriam para a revitalização do PEC’ apareceu com muita frequência nas entrevistas, onde as pessoas falavam a todo instante, mesmo sem serem perguntadas, o que poderia ser feito no parque, para que ele voltasse a ser o que um dia foi. Dessa forma, essa temática foi transformada em uma categoria a ser discutida, devido a importância dada a ela durante as falas.

Na tabela a seguir, as 3 categorias e suas respectivas temáticas:

	CATEGORIAS		
	CATEGORIA 1	CATEGORIA 2	CATEGORIA 3
T E M Á T I C A S	Visão positiva	Visão negativa	Fatores que contribuiriam para a revitalização do PEC
	Imageabilidade	Fatores que contribuíram para o esvaziamento do PEC	
	Frequência de visitação	Início da decadência	
	A feirinha	Relação Parque da Criança/Parque do Povo/PEC	
	O que chamava atenção no PEC	Gestões e reformas significativas	
	Campina Grande na década de 1970	Novos usos e usuários	
	A beleza do PEC no Natal	Segurança	
	Antigos usos e usuários		
	Eventos		

Figura 3: Tabela com categorias e suas respectivas temáticas

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

III - Tratamento dos resultados: inferências e interpretações

Para esta etapa, os resultados brutos foram tratados de maneira a serem significativos, válidos e fiéis, de modo que foi possível a proposição de interpretações, onde a pesquisadora pôde inferir significados e suas compreensões acerca das mensagens fornecidas, chegando a uma interpretação final fundamentada para se descrever as transformações das relações de usos e (des) apropriações entre a população campinense e o Parque Evaldo Cruz ao longo do tempo.

1.3.4.3 Construção da explicação

A construção da explicação foi o método escolhido para a elaboração do capítulo do estudo de caso da presente dissertação, tendo como objetivo analisar os dados coletados a partir de várias fontes de evidências e construir uma explicação sobre o caso. Segundo Robert Yin, esse é um dos métodos principais de análise para estudos de caso e tem como objetivo analisar os dados através da construção de uma explicação minuciosa de um fenômeno específico. Em outras palavras, significa “estipular um conjunto presumido de elos causais em relação a ele [...]” (YIN, 2015, p. 152).

A explicação final é resultado de uma série de iterações:

Realização de uma declaração teórica inicial ou uma proposição explicativa inicial;
comparação das descobertas de um caso inicial com essa declaração ou proposição;

revisão da declaração ou da proposição; comparação de outros detalhes do caso com a revisão; comparação da revisão com as descobertas de um segundo, terceiro, ou mais casos; repetição destes processos tantas vezes quanto necessário (YIN, 2015, p. 153).

O produto final – o texto – foi fruto de muitas vozes e experiências de vida, vozes nativas, dos autores e do pesquisador, cabendo a este não apenas reproduzi-las, mas interpretá-las (ATKINSON; HAMMERSLEY, 1998). A partir dos procedimentos apresentados anteriormente, foi construído o 4º capítulo desta dissertação, buscando explicar como o Parque Evaldo Cruz foi/é sentido, percebido, inserido em seu contexto espacial e utilizado pela população.



Capítulo 02

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Espaço público

A tarefa de conceituar espaço público é bastante complexa, pois são muitos os debates existentes sobre o tema, além da diversidade de sentidos atribuídos ao mesmo. Souza (2008), baseado em diversas obras, define espaço público como forma espacial que se constrói na interação entre os diferentes indivíduos de uma sociedade, que projetam através de leis e normas de conduta, relações entre eles mesmos.

Nesse contexto, podemos dizer que o espaço público possui uma íntima relação com a política vivida dentro da cidade. Ao debatermos o espaço público, estamos também debatendo a questão da cidadania, ou seja, dos direitos daqueles que vivem na cidade. Segundo Gomes (2002), o espaço é público por ser aquele onde exercemos nossa cidadania, e que tem a condição de livre acesso:

Respeitada e revivida, a despeito de todas as diferenças e discórdias entre os inúmeros segmentos sociais que aí circulam e convivem, ou seja, as regras de convívio e do debate devem ser absolutamente respeitadas (...). Por isso esse espaço é o *locus da lei*. Poderíamos dizer que o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade (GOMES, 2002, p. 162).

O acesso e o encontro entre esses indivíduos que são diferentes entre si são sustentados porque o espaço público está estruturado a partir de um aparato legal que visa garantir, através de princípios de igualdade e de isonomia de direitos, o usufruto coletivo de um mesmo espaço. Para Habermas (1984), o Estado é o responsável e grande protetor das leis e das normas que mediam a vida em sociedade. No entanto, há uma contradição existente dentro da sociedade atual. O espaço público no atual momento histórico abarca todas as classes e grupos sociais que constituem nossa sociedade, mas a isonomia de direitos sobre a qual o espaço público é construído é algo meramente ideal, isto porque a desigualdade existente no cerne de nossa sociedade produz um espaço público onde uns tem mais direitos do que outros e as condições de acessibilidade podem variar entre classes sociais distintas dentro de uma mesma sociedade.

Os espaços públicos passam a ter convertida sua característica política em consumo, sendo esta transformação estimulada por todo um aparato legal por parte do Estado. O espaço público dentro da sociedade assimilou, a partir de seu valor de uso, a característica de valor de troca, onde espaços como parques urbanos, por exemplo, vêm para agregar valor à empreendimentos imobiliários e empresas. Deste fato emerge processos segregacionistas, pois

nem todos os espaços públicos possuem igual valor de troca, o que promove um maior distanciamento entre os espaços mais valorizados (áreas centrais) e aqueles menos valorizados (periferia).

Os espaços públicos são importantes objetos de estudos, para a compreensão do espaço urbano e as relações que se estabelecem mediante a apropriação e exclusão presente nestes. O estudo e a compreensão correspondente a esses espaços vêm ganhando destaque no contexto de estudos relacionados à análise sobre a cidade e suas características de centralidades e apropriações. Nesta pesquisa, será discutido o espaço público contemporâneo.

2.1.1 Um debate sobre o espaço público contemporâneo

A cidade do século XX foi marcada pelo surgimento de novos lugares voltados para o espetáculo e entretenimento. As ruas, as calçadas, as praças e parques, espaços públicos tradicionais na história urbana, foram “ressignificados”, ganhando novas conotações simbólicas e valores. O caos urbano que assola as metrópoles modernas – e já vem atingindo também cidades menores – aliado a falta de segurança, tem contribuído para criar novos ambientes urbanos pouco favoráveis à vida comunitária, com o surgimento de lugares que se voltam para si e menos para a cidade – espaços climatizados e artificiais, que até então não eram vistos nas cidades tradicionais.

Inevitavelmente, estes novos lugares vêm recebendo investimentos superiores aos da própria cidade, ao passo que esta vem recebendo menos investimentos, sejam públicos ou privados, para a melhoria e criação de seus espaços públicos. Sennett (1988) evidencia essa situação quando coloca que a visão intimista é impulsionada na proporção em que o domínio público é abandonado, por estar esvaziado e desprovido de sentido.

A crise do espaço urbano de qualidade é acentuada em países que durante o século XX vieram lutando contra problemas sociais e econômicos, onde a maior preocupação era atender as necessidades básicas de infraestrutura de suas populações que não pararam de crescer desde a explosão demográfica mundial que ocorreu a partir da década de cinquenta do século XX. Nesses países, as atenções não se voltaram para a criação de novos espaços públicos. A seguir, vejamos o caso das cidades brasileiras.

2.1.1.1 O desafio dos espaços públicos nas cidades brasileiras

O espaço público é fundamental para garantir a qualidade de vida das pessoas por ser o meio físico onde acontece o encontro, as trocas, a integração, e por ser um elemento que unifica, modela e ordena a estrutura da cidade. No passado, os espaços públicos assumiam-se como pontos essenciais da vida social e política, a exemplo da *Ágora Grega* como um ponto de transição entre as esferas pública e privada na medida em que além de ser o espaço do debate público, também se promovia dentro dela o comércio, se estabeleciam contratos privados, etc.

Segundo Sennett (2008), a *Ágora* é o exemplo de um espaço público mais próximo da realidade contemporânea, pois era o lugar de encontro dos indivíduos privados em público: “Na *ágora*, múltiplas atividades transcorriam simultaneamente, enquanto as pessoas se movimentavam, conversando em pequenos grupos sobre diferentes assuntos ao mesmo tempo. Não havia nenhuma voz dominante” (SENNETT, 2008, p.52).

Atualmente, as funções do espaço público estão associadas ao recreio e ao lazer, quase sempre com um consumo implícito – seja cultural, desportivo ou alimentar, e se reconhece a necessidade de os espaços serem criados para atender a versatilidade de uma sociedade, de forma a apreender as transformações sociais, comportamentais, políticas e econômicas que se têm verificado ao longo dos tempos (ASCHER, 2010).

Na América Latina, e em especial no Brasil, é evidente as formas como as cidades sob influência de más situações econômicas e políticas do país convivem com problemas que vem acontecendo a séculos. Essas cidades são exemplos da dicotomia do mundo atual, onde a pequena parcelados “incluídos” – pessoas que moram em bairros de melhor infraestrutura, possuem a melhor renda, se deslocam com veículos próprios e possuem as facilidades de acesso ao mundo da informação– dividem o espaço com o mar de “excluídos” do sistema, vivendo a parte da sociedade e à mercê da sorte.

Percebe-se assim, a contradição existente dentro da sociedade atual. A isonomia de direitos sobre a qual o espaço público é supostamente construído, é algo meramente ideal, isto porque a desigualdade existente no cerne de nossa sociedade produz um espaço público onde uns tem mais direitos do que outros, que têm que conviver, cada vez mais, com a ausência de condições mínimas para que possam exercer seus direitos de viver satisfatoriamente a cidade. Isso se configura de forma muito clara na constituição espacial de nossas cidades, quando a democracia urbana, ou seja, a existência de espaços públicos é pequena e seu uso é bem tímido, e às vezes elitizado (SOUZA, 2008). Como afirma Serpa (2020, p. 9), “ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos”.

Soares (1995) afirma que estamos vivendo o momento da demarcação do espaço individual, em nome da segurança, da propriedade, da livre expressão e da vida privada. Nesse contexto, o privado impõe-se ao público. O condomínio, a casa, o clube, o shopping center substituem a rua, a praça, o parque, as manifestações públicas. Agora, o que impera é o espaço da intimidade, protegido pelos portões, muros e jardins fechados. Sobre essa ascensão do espaço privado sobre o público, Sennett (1988) reforça que o espaço público “morto” é uma das razões, e a mais concreta delas, pelas quais as pessoas procurarão um terreno íntimo que em território alheio lhes é negado. A experiência coletiva que antes era feita, basicamente, nos espaços públicos de nossas cidades é cada vez mais vivida em outros espaços de sociabilidade, principalmente, ao se tratar dos setores mais abastados da sociedade, que pela disponibilidade financeira, podem ampliar suas possibilidades de experiência pública e recusar formas mais tradicionais de convivência social.

Ao falar sobre a individualização do homem na cidade contemporânea, Angelo Serpa afirma que esse processo pode ser determinado pela densidade populacional onde habitamos, pelo nível econômico, pelo grau de cooperação entre os habitantes e pela distância entre as unidades de habitação:

As relações de vizinhança na cidade contemporânea são ainda muito condicionadas pelas diferenças entre classes sociais. Nos bairros populares, a limitação de oportunidades, a pobreza e o isolamento relativos, a insegurança e o medo acabam por fortalecer-las e torná-las parte fundamental da trama de relações familiares. Nos bairros de classe média, as relações entre vizinhos são mais seletivas e pessoais, já que o maior poder aquisitivo faz diminuir a necessidade de ajuda mútua e aumentar a necessidade individual do espaço.

Sofrem as metrópoles contemporâneas, especialmente no Brasil, com a fragmentação do tecido sociopolítico espacial e a formação de enclaves territoriais no tecido urbano, sofisticando as formas de autoss segregação dos habitantes. Esses enclaves formam, nos bairros com urbanização de *status*, circuitos exclusivos cada vez mais restritos, de residências (condomínios), lazer (parques temáticos) e consumo (*shoppings centers*), constituindo o processo que Souza (1999, *apud* SERPA, 2020) denomina de “involução metropolitana”. A lógica dos novos bairros de classe média baseia-se na acessibilidade (física) e na valorização da segurança (SERPA, 2020, p. 35)

Nesse momento em que vivemos, de demarcação do espaço individual, há o aumento de diferentes formas de espacialidade não públicas, já mencionadas anteriormente. Sobre essas novas tipologias que acabam por surgir, Souza (2000) faz uma diferenciação do espaço público em relação a outros espaços coletivos, trazendo as seguintes noções: espaço privado familiar (propriedade privada), espaço público estatal (parques, praças e ruas), espaço condominial (espaços comuns de condomínios fechados), espaço público-privado (shopping center).

A partir desta classificação, o autor reforça a tese de Richard Sennett, ao entender o declínio do homem público devido ao aumento significativo de espaços de convivência que não são públicos em sua essência, com o conseqüente abandono dos espaços públicos. Sobre o caso brasileiro, Souza (2000) acrescenta que esse declínio tem relação com o aumento dos índices de violência e com o crescente aumento da sensação de insegurança. O espaço público está em decadência pela privatização de seu uso e pelo abandono de seus lugares na cidade. Fica evidente um contexto de declínio do engajamento cívico no espaço público contemporâneo.

No caso dos espaços públicos, o Estado é o responsável pela gestão desses espaços que compõem a esfera pública, exercendo em termos legais o “domínio” dos mesmos. Entretanto, se por um lado ele pode resguardar o interesse dos diferentes grupos sociais, a partir da mediação entre os mesmos, por outro lado o Estado pode reforçar os interesses de um determinado grupo frente ao outro, pelo próprio refazer das leis.

O Estado mesmo sendo, teoricamente, o defensor do bem comum, atua sobre a lógica dos interesses privados de determinados grupos, afinal vivemos sob uma democracia representativa, na qual os grupos mais poderosos (e persuasivos) ganham o direito de legislar. Ou seja, a própria ideia de Estado como um juiz neutro é um tanto quanto idealizada (SOUZA, 2008, p. 54).

Em suma, a formação da esfera pública burguesa tem o objetivo de permitir que pessoas discutam com e pelo Estado, a formação das leis que regerão o espaço como um todo, ou seja, tanto a esfera privada quanto a própria esfera pública.

Dentro desse contexto podemos dizer que nos Estados neoliberais em que ocorreu a privatização do público, houve a preponderância da esfera econômica diante da esfera política. Bobbio (1986) afirma que a privatização do público: “[...] representa a revanche dos interesses privados através da formação dos grandes grupos que se servem dos aparatos públicos para o alcance dos próprios objetivos”. (BOBBIO, 1986 p. 27 *apud* SOUZA, 2008, 56).

Tem se tornado cada vez mais comum a participação da iniciativa privada no processo de produção de espaços públicos, cada vez mais utilizando-se de estratégias segregadoras, na medida em que define usos possíveis do espaço e conseqüentemente grupos e/ou classes que terão “direitos” nesses espaços. No espaço público da cidade contemporânea a diferença e a desigualdade articulam-se no processo de apropriação espacial, definindo uma acessibilidade que é, sobretudo, hierárquica (SERPA, 2020).

Não há uma noção do coletivo... as privatizações se dão no sentido de definir o espaço público como continuidade do espaço privado de cada um. As ações sobre o espaço

público são absolutamente individualistas, tanto no que se refere às transformações físicas implementadas como na apropriação mais sutil (REGATTI, 1995, p. 193 *apud* FERREIRA, 2002, p. 6).

Sobre essa crescente atuação da iniciativa privada na produção de espaços públicos, em especial dos parques urbanos, Souza (2013) constatou em sua pesquisa que as leis e as normas produzidas na concepção e na programação de parques urbanos públicos que resultaram de grandes empreendimentos imobiliários privados, afetam/alteram a ampla acessibilidade característica dos espaços públicos, produzindo uma experiência coletiva urbana fragmentada aos indivíduos que usam esses espaços, mas que mesmo assim, é vista por eles como fundamental, na medida em que se sentem mais seguros pelo simples fato de visualizarem uma conservação da materialidade do espaço construído/preservado. Ou seja, há o apoio da própria população para a produção de espaços públicos mais restritivos, por aspectos que transitam entre a segurança pessoal, a manutenção da ordem, a preservação material das áreas e a conservação das práticas sociais já existentes. Por um lado, a privatização do público pode ser uma alternativa frente à carência do Estado, mas traz um novo modelo de espaço público que não atende as demandas da sociedade de forma plena.

A crise da modernidade acontece nos domínios público e privado: a erosão do equilíbrio entre a vida pública e a vida privada destrói o pilar que sustentava a sociedade nos primórdios do capitalismo (SENNETT, 1988). “O declínio do homem público” é como Richard Sennett percebe o retraimento dos indivíduos em relação a esfera pública, que teria como motivações a massificação provocada pela industrialização e a desvalorização das relações sociais que não tenham sido ativadas pela via da intimidade, o que coloca o espaço privado em posição de primazia. Caminhamos para a consagração do individualismo como modo de vida ideal, em detrimento de um coletivo cada vez mais decadente. Vemos assim, como sugere Ferreira (2002, p. 6), o chamado “esvaziamento do homem público”, que a cada momento passa a buscar espaços privados, restando a esses cidadãos, desprovidos de recursos financeiros que possibilitem acesso a locais de confraternização, diversão, cultura, lazer e prática esportiva, um único refúgio, a casa.

O desaparecimento dos espaços de relação isola os homens de um contato direto, alheia-os emotiva e culturalmente, deixando como única possibilidade de relação interpessoal e social a que é permitida pela mediação do guia, representado pelos meios de comunicação de massas e pelos papéis que cada um de nós desempenha nas estruturas produtivas, estabelecidas pelo sistema, e a ele relativas (DELLE DONNE, 1983, p. 193 *apud* FERREIRA, 2002, p. 6).

É possível perceber que as políticas públicas empreendidas nos espaços urbanos brasileiros e os planos urbanísticos propostos na estruturação, reestruturação e manutenção dos espaços públicos não demonstram uma preocupação social que venha minimizar as desigualdades nos padrões de qualidade de vida da população. O que se tem visto são intervenções cada vez mais pontuais, na maioria das vezes em áreas nobres das cidades, que se restringem a produzir cenários fascinantes para futuros usuários, verdadeiras imagens publicitárias das administrações locais, sem nenhuma continuidade com práticas sociais que pudessem dar ao espaço público algum conteúdo ou significado. O foco está na valorização fundiária, onde o espaço público, o parque público, se transformou em “objeto de consumo” (de poucos), vendido pelas administrações locais e por seus parceiros empresários como o “coroamento” de estratégias (segregacionistas) de requalificação urbana (SERPA, 2020, p. 61).

A problemática que envolve as questões relativas à perda das funções dos espaços públicos, sua efetiva depreciação e sua privatização, direta ou indireta, vem atrelada a fatores políticos, sociais, econômicos e culturais, que fazem do espaço urbano um cenário de contradições, coexistindo grupos sociais diferenciados, que se apropriam desses espaços de forma conflitante. Souza (1994) ressalta que os desafios para se chegar a espaços públicos mais democráticos e de qualidade são imensos, e apenas um planejamento integrado de desenvolvimento, que articule diferentes dimensões – econômica, cultural, ambiental, política e espaço-territorial – poderá prestar uma contribuição verdadeiramente positiva ao esforço de ultrapassagem das dificuldades atuais. Faltam-nos políticas públicas verdadeiramente imbuídas para a criação de projetos urbanísticos voltados a melhoria e a criação de novos espaços públicos que atendam mais as demandas da sociedade e menos as expectativas do mercado imobiliário.

À medida que novos espaços públicos vão sendo criados, determinadas práticas dos cidadãos e hábitos vão sendo substituídas por outros modos de vida e de apropriação da cidade. As formas das cidades, sejam elas projetadas ou resultantes de um processo de crescimento mais espontâneo, refletem as lógicas das sociedades que as acolhem. Assim, hoje o urbanismo necessita compreender a lógica que se estabelece na cidade/sociedade contemporânea que se transforma rapidamente. É necessária uma nova forma de se pensar a cidade, adequada aos desafios e às formas atuais de pensar e agir dessa sociedade. Dar prioridade ao espaço público tem sido um fator importante para lhe atribuir um maior protagonismo, numa época em que se tem uma forte tendência para a individualização na sociedade.

2.1.2 Os parques urbanos no Brasil

Como já foi visto, há uma crescente discussão em torno das transformações em curso na relação entre espaço público e privado, inclusive promovendo o surgimento de novas espacialidades de caráter mais restritivos. Porém, esta pesquisa discute o espaço público, com foco nos parques urbanos, exemplos significativos desses espaços, em função de sua ampla acessibilidade e de sua potencialidade socializadora.

Com relação a definição de parque urbano, essa nem sempre é precisa. “Muitas vezes, espaços de lazer de pequeno porte, 10 mil m² ou um pouco mais, são denominados parques apenas porque são cercados, contêm instalações de lazer e alguma vegetação” (MACEDO; SAKATA, 2002, p. 14). Para outros, parque é todo espaço público de lazer ou de conservação que contém vegetação, qualquer que seja o seu porte, seja um pátio ou uma área com milhares de metros quadrados. Desse modo, muitos espaços pequenos considerados parques não passam de praças de vizinhança, e esse equívoco se deve à falta de consenso sobre o assunto entre os especialistas, dentro e fora do poder público.

Segundo Macedo, Sakata (2002) parque urbano é:

Todo tipo de espaço público destinado a recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada por nenhuma estrutura construída no seu entorno (MACEDO; SAKATA, 2002, p. 14).

Com relação a origem, os parques urbanos são produtos da cidade da era industrial e surgiram pela necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender a uma nova demanda social: o lazer, o tempo do ócio e para contrapor-se ao ambiente urbano. Segundo Capel (2002, apud SOUZA, 2013, p. 34), na Grã-Bretanha do século XIX, os parques urbanos eram importantes espaços para proporcionar à população operária, a recreação e a diversão regulada racionalmente, sendo tratados como instrumentos de saúde pública pelo Estado. Isso aconteceu porque a urbanização reduziu os espaços livres que poderiam servir para o lazer, e por isso a necessidade de criação de parques.

Já no Brasil, esse não foi o quadro histórico que provocou a construção de parques urbanos. A industrialização no Brasil ocorre de forma tardia, em meados do século XX, mas os primeiros parques construídos datam do século XIX. Segundo Macedo, Sakata (2002), os primeiros parques urbanos no Brasil foram construídos para usufruto da elite brasileira, como uma tentativa de se aproximar de uma vida europeizada através da produção do espaço.

O parque é, no Brasil do século XIX e da *Belle Époque*, um grande cenário, um elemento urbano codificador de uma modernidade importada, totalmente alheio às necessidades sociais da massa urbana contemporânea de então, que usufruía de outros espaços, como terreiros e várzeas, conforme se observa nas crônicas da época. As cidades brasileiras, durante todo o século XIX e mesmo no século XX, em especial na sua primeira metade, expandiram-se de um modo não-contínuo, sempre dotadas de vazios urbanos, sendo o parque considerado equipamento desnecessário para o lazer imediato e cotidiano da população (MACEDO; SAKATA, 2002, p. 24).

No Brasil, somente nos últimos vinte anos do século XX observa-se um interesse político crescente pela implantação e formação de parques públicos. Essa tendência é influenciada pela crescente urbanização do país, que levou a grande maioria da população a residir em cidades. Iniciou-se, no final desse século, um processo crescente de implantação desse tipo de logradouro nos médios e grandes aglomerados urbanos, de responsabilidade tanto dos municípios como dos governos estaduais (MACEDO; SAKATA, 2002, p. 15).

Então, no final do século XIX e início do XX, para além da produção de um simulacro da vida urbana europeia, ganha força no país uma perspectiva higienista (também importada da Europa), que passa, desde então, a orientar a produção do espaço urbano brasileiro compreendendo que a criação de jardins e parques urbanos era fundamental à saúde da população urbana (SEGAWA, 1996 apud SOUZA, 2013).

O processo de urbanização brasileiro foi marcado pela omissão do Estado de seu papel de regular o desenvolvimento urbano (FERNANDES, 2002). Diante dessa falta de efetividade reguladora, houve um avanço privatista nas cidades brasileiras, produzindo uma precariedade com relação a espaços públicos. Poucos parques urbanos surgem e quando estão presentes na malha urbana, tornam-se raridades. Esse processo leva a valorização de áreas próximas a esses equipamentos, pela disponibilidade de lazer ao ar livre que o parque oferece, o que é escasso em ambiente metropolitano, fazendo com que os parques urbanos tenham seu valor de uso convertido em valor de troca. Devido a isso, a maior parte dos parques urbanos que surgiram na primeira metade do século XX tendiam a ser construídos nas áreas centrais e nobres das cidades, onde havia quem estivesse disposto a pagar pelo o que era oferecido. Em geral, distantes dos bairros periféricos das cidades, os novos equipamentos vêm segregar ainda mais a população de baixa renda (SERPA, 2020).

Os novos parques urbanos, em muitas cidades brasileiras, vêm apenas alimentar e “coroar” um processo de valorização imobiliária das áreas nobres da cidade, acrescentando novas amenidades físicas aos bairros que já possuem melhor infraestrutura de comércio e serviços, bem como vias expressas para circulação de veículos particulares (SERPA, 2020, p. 24).

Somente na metade do século XX, a produção dos parques urbanos nas cidades brasileiras se amplia, com a construção de parques também nas periferias, pois antes estavam

praticamente restritos a áreas centrais e bairros ricos (MACEDO; SAKATA, 2002). Este fato está associado ao aumento do proletariado urbano e a necessidade crescente por espaços livres públicos. Sobarzo Niño (2005) sugere que a criação de parques na periferia atende, muitas vezes, a fins eleitoreiros, propiciando a dominação política das camadas mais pobres da sociedade. No decorrer do tempo esses parques não recebem os devidos cuidados por parte do poder público, e em muitos casos encontram-se abandonados, ao passo que os parques das áreas centrais e nobres são priorizados.

Para a chegada de áreas públicas na periferia, foi importante que as leis de parcelamento do solo se tornassem mais efetivas. A Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano, de número 6.676/79 exige que haja a reserva de área pública dentro dos processos de loteamento, cuja porcentagem será aplicada pelos municípios, normalmente em seus Planos Diretores. O que significou um avanço, já que outras leis não expressavam essa necessidade. A lei existe, porém, deve-se haver a fiscalização ao cumprimento da mesma em muitas cidades brasileiras, já que os Planos Diretores tem sido historicamente um espaço onde o mercado imobiliário tem muito poder. Segundo Villaça (2005), quando leis progressistas são construídas, dificilmente elas são aplicadas, demonstrando que a ideia de que o Plano Diretor pode eliminar problemas sócio espaciais é muito ilusória.

Nesse sentido, pode-se dizer que produção de parques urbanos no Brasil tem crescido de modo muito limitado à potencialidade que deveria ter, inclusive, pelos mecanismos de regulação do solo urbano previstos na legislação atual. Esse crescimento não acontece, porque muitas vezes o que está na legislação não é executado; por causa dos interesses privados que insistem em determinar a produção do espaço urbano.

Os novos parques têm se tornado importantes instrumentos de valorização fundiária, onde a política de requalificação do espaço urbano no Brasil é conduzida por um discurso contraditório, que por um lado cria novos parques, e por outro expulsa para a periferia os antigos habitantes dos bairros onde esses parques são implantados.

Os novos parques parecem ter sido concebidos como elementos centrais de operações urbanas para provocar voluntariamente uma implacável mecânica de substituição de população, funcionando como aceleradores das mudanças no perfil social dos bairros e cidades “requalificados” (SERPA, 2020, p. 42).

No mundo ocidental, o lazer e o consumo das novas classes médias são os “motores” de complexas transformações urbanas, modificando áreas industriais, residenciais e comerciais decadentes, recuperando e “integrando” *waterfronts*, desenvolvendo novas atividades de

comércio e de lazer “festivo” (SERPA, 2020, p.21). As privatizações que ocorrem no processo de produção do espaço urbano visam atender, principalmente, as demandas dessa classe, que possui poder aquisitivo para pagar pelo que os empreendimentos oferecem.

Na cidade contemporânea, o parque público é um meio de controle social, sobretudo das novas classes médias, destino final das políticas públicas, que, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas (SERPA, 2020). Em suma, a apropriação social dos parques públicos mobiliza códigos de conduta supostamente conhecidos de todos, mas são as classes médias que impõe suas concepções e usos.

Sobre os parques públicos, pode-se afirmar que as práticas urbanas que neles ocorrem inscrevem-se em um processo de “territorialização do espaço”. Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis. O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. Consequentemente a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente (SERPA, 2020, p. 36).

Serpa (2020) ainda acrescenta que as chances de acesso das classes populares aos novos parques públicos dependem, sobretudo, da oferta e da qualidade dos transportes coletivos e da distância a percorrer, em um contexto de numerosos bairros periféricos, mal servidos pelo sistema de trens e ônibus urbanos. Em Campina Grande, apesar de se encontrar mais afastado dos bairros periféricos, o Parque Evaldo Cruz poderia atender a boa parte da população, principalmente a de menor renda e com maior dificuldade de deslocamento e menos opções de lazer, por se encontrar ao lado do terminal de integração da cidade. Mas por falta de qualidade do espaço e por uma série de fatores que serão discutidos neste trabalho, a população não se apropria dele.

A evolução do parque urbano nestes dois séculos tem acompanhado as mudanças urbanísticas das cidades, sendo assim um testemunho importante dos valores sociais e culturais das populações urbanas. É interessante observar que constituem um elemento de forte permanência, mantendo-se com suas principais características independentemente das transformações das estruturas urbanas em seu entorno (KLIASS, 1993), da própria sociedade, da gestão estatal e da intensificação do espaço público como valor de troca.

Em geral, muitos parques urbanos passaram por um movimento de abertura e de popularização que durou muito pouco, pois com problemas sociais como a criminalidade urbana, gentrificação, falta de manutenção da infraestrutura, dentre outros problemas, retoma-se uma tendência de fechamento e/ou de seletividade do espaço público. A grande questão que

se mostra, é que mesmo existindo locais propícios à produção da sociabilidade pública (parques, praças, ruas, calçadas, praias etc.), nem sempre eles respondem a essa possibilidade. Além de dar condições a essa sociabilidade, que é tão importante, Serpa (2020) aponta outras importantes funções dos parques para com a cidade e a sociedade:

O parque deve cumprir ao mesmo tempo toda sorte de expectativas: dar novamente coerência ao tecido urbano, transformar a imagem dos bairros do entorno, embelezar a cidade, oferecer lugares de entretenimento e diversão à população etc. Todos os interesses se superpõem. (SERPA, 2020, p. 73).

Em algumas cidades médias, a exemplo de Campina Grande, observa-se a crescente desvalorização e subutilização de alguns espaços públicos da cidade, justamente em áreas centrais, como é o caso do objeto empírico desta pesquisa, o Parque Evaldo Cruz. Pode-se observar alguns espaços públicos, em pleno centro da cidade, que se encontram desarticulados entre si e ameaçados de ocupações indevidas, não oferecendo a população condições de sociabilidade pública. Além de não cumprir com primazia suas funções de dar coerência ao tecido urbano, transformar a imagem dos bairros do entorno, embelezar a cidade, oferecer lugares de entretenimento e diversão à população. A seguir, através de breve explanação, será apresentado como se classificam e como se articulam alguns espaços públicos, inseridos em um Sistema de Espaços Livres tido como bastante significativo para o desenvolvimento da vida pública na cidade de Campina Grande.

2.1.3 Os espaços públicos em Campina Grande³

Antes de tratar diretamente das questões referentes ao Sistema de Espaços Livres (SEL) mencionado, é importante trazer para iniciar a discussão uma definição do que são espaços livres públicos, já que os espaços públicos inseridos em tal sistema são tratados pelos estudiosos dos mesmos pelo termo ‘espaços livres’.

A noção de espaços livres tem sido muito discutida atualmente. Robba e Macedo (2003) definem espaços livres como aqueles espaços que se caracterizam pela ausência de estruturas edificadas (recintos ou ambientes cobertos e fechados), que não estão contidos dentro de um invólucro, incluindo tanto os domínios públicos como os privados. Sá Carneiro e Mesquita

³Por se tratarem de dados retirados de outros estudos, essa seção encontra-se inserida na fundamentação teórica desta dissertação, sendo atribuídos todos os créditos aos autores dos respectivos estudos. São informações muito importantes, que foram indispensáveis na discussão dos resultados deste trabalho, mas que não são de autoria da pesquisadora responsável por esta dissertação.

acrescentam sobre a função desses espaços e citam alguns exemplos do que podem ser espaços livres:

Áreas parcialmente edificadas com nula ou mínima proporção de elementos construídos e/ou de vegetação – avenidas, ruas, passeios, vielas, pátios, largos, etc. – ou com presença efetiva de vegetação – parques, praças, jardins, etc. – com funções primordiais de circulação, recreação, composição paisagística e de equilíbrio ambiental, além de tornarem viável a distribuição e execução dos serviços públicos em geral. São ainda denominados espaços livres, áreas incluídas na malha urbana ocupadas por maciços arbóreos cultivados, representados pelos quintais residenciais, como também pelas atuais áreas de condomínio fechado, áreas remanescentes de ecossistemas primitivos – matas, manguezais, lagoas, restingas, etc. – além de praias fluviais e marítimas (SÁ CARNEIRO; MESQUITA, 2000, p. 24).

Esses espaços são imprescindíveis ao exercício da cidadania e à manifestação da vida pública, lugares onde podem estar assegurados os direitos do cidadão ao uso da cidade, à acessibilidade, à memória, segurança, informação, conforto e circulação. Deste modo, a materialidade desses espaços consiste em uma realização sociopolítica identificada por atributos de concepções de espaço público (como cidadania, vida pública e direitos) formulados em outras esferas do conhecimento (ABRAHÃO, 2008).

Os espaços livres, quando articulados, também, podem ser entendidos como uma unidade morfológica, constituindo o que se pode denominar de sistema. De acordo com Ferrari (1997, apud SILVA 2009), sistema significa reunião, grupo, conjunto. Para esse autor um sistema é composto pelas partes ou elementos componentes e as interligações ou interações entre elas. Essa interação ou interligação possui um objetivo funcional. Preto (2009) acrescenta que o sistema de espaços livres públicos pode valorizar áreas urbanas consolidadas, melhorando o ambiente urbano, proporcionando espaços que possibilitam uma diversidade de encontros públicos, envolvendo a população e seu cotidiano. Desse modo, o sistema de espaços livres públicos é composto por um conjunto de espaços, interligados entre si de diferentes formas, e são neles onde as trocas interpessoais e encontros sociais acontecem, abrindo possibilidades para a vivência e apropriação do espaço.

O foco desta pesquisa não é estudar Sistemas de Espaços Livres (SEL) em Campina Grande, mas sendo a cidade um sistema onde tudo está interligado, é necessário que se discuta sobre o SEL na área central de Campina Grande, no qual está inserido o Parque Evaldo Cruz, para uma melhor compreensão do que tem acontecido com o mesmo ao longo do tempo. Segundo Santos (2004), mesmo que se faça um recorte espacial com o intuito de garantir a realização de uma investigação, jamais poderemos ficar presos na explicação da parte pela parte. A parte não se explica sozinha, já que só possui sentido na relação que estabelece com o

todo. Contudo, reitera-se que a parte não é a miniatura do todo, já que ela possui propriedades que desdobram o global no local, gerando outras singularidades. Por tamanha complexidade, uma pesquisa nunca dará conta do todo, mas esse mesmo todo não poderá ser ignorado no processo de investigação. O SEL em questão refere-se ao perímetro que abrange o Parque da Criança, o Açude Velho, o Parque do Povo, o Parque Evaldo Cruz (Açude Novo), a Avenida Floriano Peixoto, e as praças da Bandeira e Clementino Procópio.

Barros Filho *et al.* (2015, p.10), trata esse SEL como bastante significativo para o desenvolvimento da vida pública na cidade de Campina Grande, que consolida o setor em que se localiza para o entretenimento, a cultura e o lazer:

Tratando especificamente dos espaços livres, as áreas centrais, em porções tombadas ou não, possuem o acervo mais significativo, identificado e usufruído por grande parte da população, no qual a vida pública se desenvolve de modo intenso: Açudes Novo e Velho, Parques do Povo e da Criança, Praças da Bandeira, Clementino Procópio e Coronel Antônio Pessoa. São partes integrantes de um conjunto histórico composto por edifícios e espaços livres que apresenta grande relevância patrimonial, arquitetônica, urbanística, paisagística, artística, cultural e ambiental para a cidade. Hoje, esse conjunto confere identidade a Campina Grande, atribuindo especificidades espaciais que a distingue de demais municípios.

A leitura técnica do SEL que será apresentado, baseia-se na identificação de aspectos que promovem a interdependência dos espaços e o reconhecimento de empecilhos para a apreensão e constituição de um sistema de espaços livres. O material cartográfico a ser apresentado foi produzido na I Oficina Quapá-SEL em Campina Grande. As macrocategorias – sete categorias, no total – que classificam os espaços livres foram desenvolvidas a partir de uma Pesquisa Pibic⁴ (2013/2014), e os dados apresentados na discussão desta seção da dissertação foram retirados do artigo⁵ fruto dessa mesma pesquisa, que objetiva identificar elementos morfológicos capazes de articular espaços livres da área central de Campina Grande, visando à constituição de um sistema, estruturado no quarteto, recursos hídricos, mobilidade urbana, projeto nos espaços livres e fachadas, através de elementos físico-espaciais existentes.

⁴ (Pibic 2013/2014) Espaços livres em Campina Grande: Um quadro de paisagismo na cidade. Pesquisa desenvolvida na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

⁵ Sistema de espaços livres na área central de Campina Grande (PB). Disponível em: <http://quapa.fau.usp.br> Acesso em 12 de dezembro de 2018.

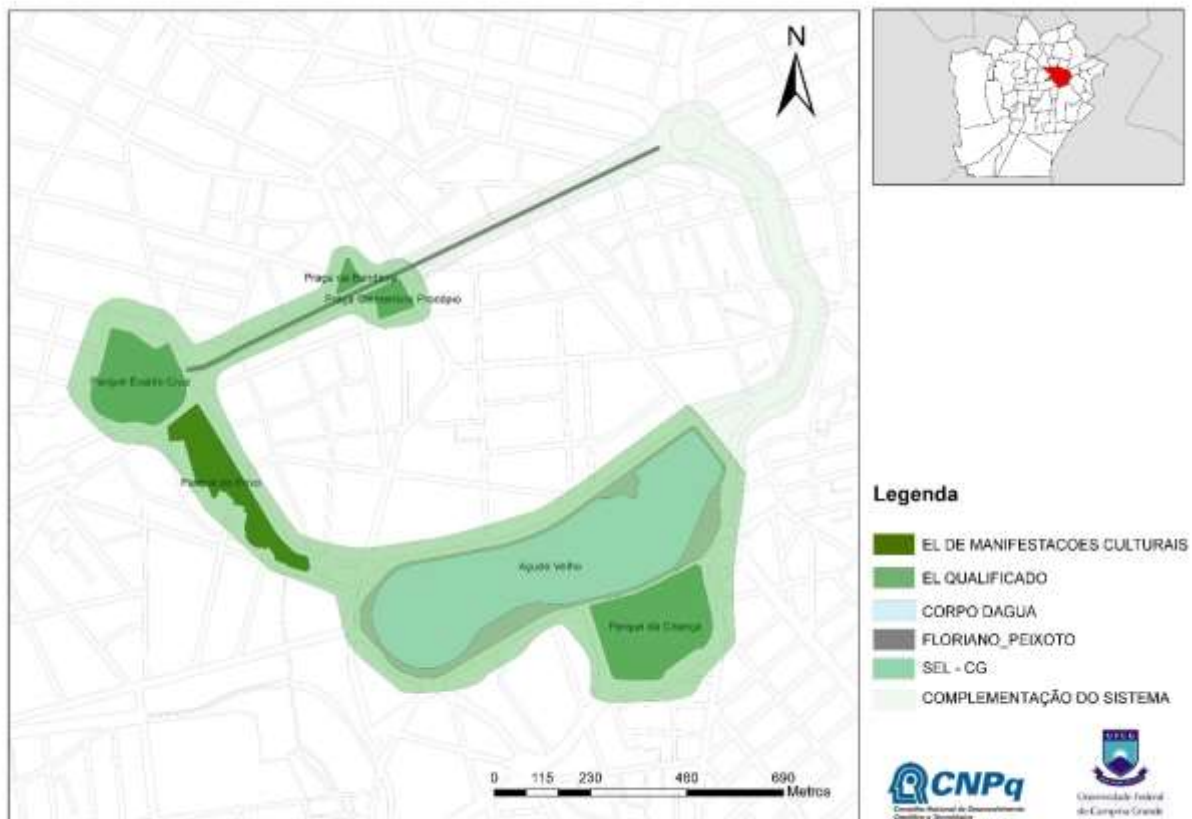


Figura 4: Mapa de visão macro do SEL

Fonte: Lima, A.; Silva, K./Dados cartográficos PMCG, 2015.

Com relação ao SEL em questão, percebe-se com clareza uma conexão entre os espaços e que há a possibilidade de fechamento de um circuito (Figura 4), sendo o sistema viário o protagonista na função de interligação desses espaços. Nesse sistema foram identificadas quatro categorias de Espaços Livres (ELs), que levaram em consideração aspectos, principalmente de ordem socioambiental e geográfica – EL de manifestações culturais; ELs qualificados; Corpos d'água; Sistema viário (Figura 5).

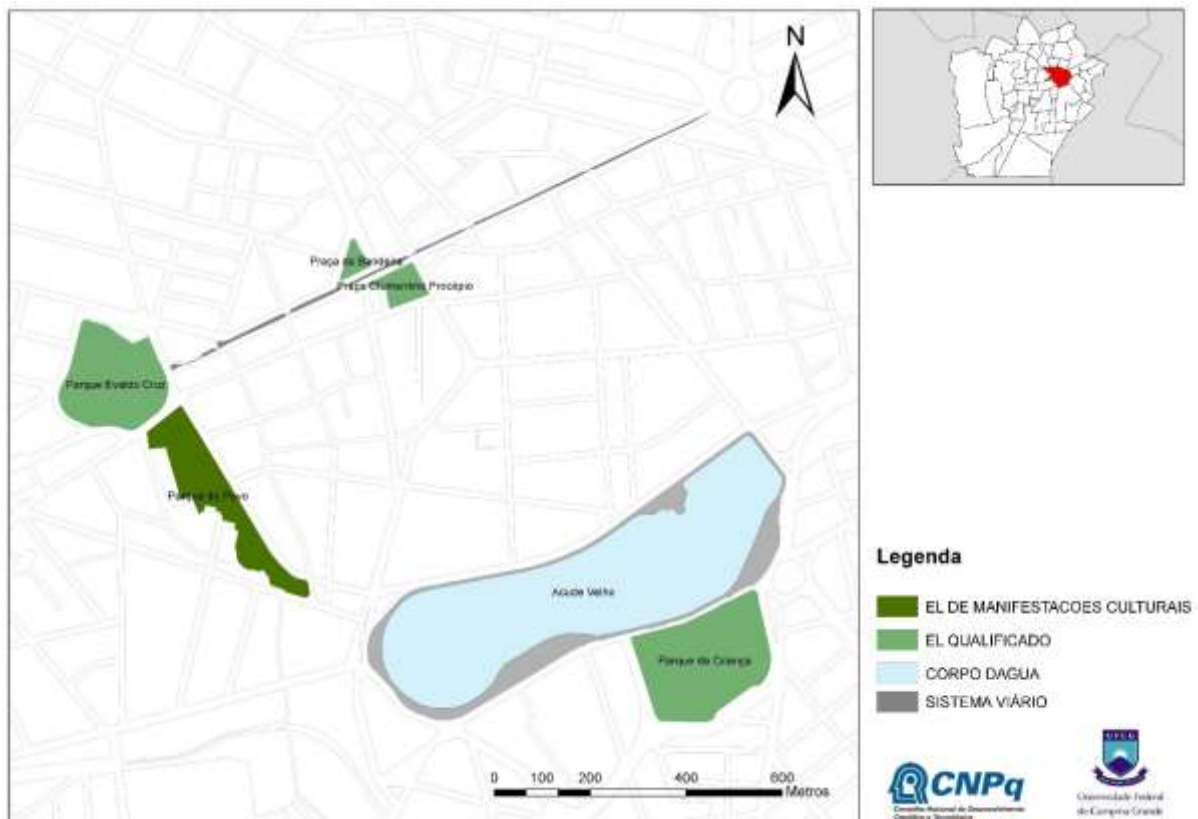


Figura 5: Classificação das categorias de espaço

Fonte: Lima, A.; Silva, K./Dados cartográficos PMCG, 2015.

O Parque do Povo é classificado como EL de manifestação cultural, local onde acontecem eventos específicos em determinadas épocas do ano, como a Consciência Cristã (período de carnaval), Campimóveis (sem data definida), Feirões de Automóveis (sem data definida) e o Maior São João do Mundo (entre os meses de junho e julho), dentre outros eventos. O Parque do Povo ganha muita visibilidade em poucos eventos durante o ano, mas quando não está sendo utilizado para os mesmos o parque é subutilizado na maior parte do tempo, sendo apropriado informalmente por poucas pessoas, para prática de esportes e lazer, principalmente próximo ao período noturno, quando o clima é mais ameno, por se tratar de uma grande área impermeável e não dispor de nenhum tipo de arborização. Na Figura 3 pode-se observar tais características. Na área, também não são observadas atividades de comércio e serviço, o que poderia ajudar a atrair mais pessoas ao local.



Figura 6: Vista aérea do Parque do Povo sem sediar eventos

Fonte: Google Maps, 2020.

Durante os eventos o Parque do Povo ganha vida e movimento, recebendo milhares de pessoas. A área que é subutilizada, na maior parte do tempo, vira o foco das atenções da população campinense e de turistas de todo o Brasil. Na Figura 7, observa-se o Parque do Povo sediando o Maior São João do Mundo no ano de 2019, o maior evento festivo da cidade.



Figura 7: Parque do Povo em período de São João em 2019

Fonte: Alex Costa⁶, 2019.

⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B3fk1_JjS7R/> Acesso em: 9 set. 2020.

Na categoria ELs qualificados estão a maior parte dos espaços – Parque da Criança, Parque Evaldo Cruz, Praça Clementino Procópio e Praça da Bandeira. Porém, há entre esses espaços uma grande disparidade de níveis e formas de apropriação, apesar de possuírem a mesma classificação. Dentre eles os mais utilizados são o Parque da Criança e a Praça da Bandeira.

O Parque da Criança, localizado as margens do Açude Velho, no bairro do Catolé (bairro nobre de Campina Grande), é bem servido de diversos equipamentos como quadras de esportes, playground, academia pública, pista de bicicross, pista para caminhada/corrída e ciclismo, quiosques, lanchonetes e espaços livres para usos diversos. Durante o ano é um espaço bastante utilizado pela população, principalmente por pais que costumam levar seus filhos para desfrutarem um pouco de ar livre e por idosos que costumam fazer caminhadas. Também é muito comum ver famílias fazendo piqueniques. Trata-se de um parque público, porém envolto por grades e possui horários de funcionamento predeterminados. Durante o período noturno o parque é fechado à população.



Figura 8: Vista aérea do Parque da Criança

Fonte: Ronaldo Júnior⁷, 2016.

A Praça da Bandeira é bastante utilizada pelos campinenses por estar localizada em área de grande fluxo no centro da cidade. Em seu entorno imediato encontram-se muitos estabelecimentos comerciais e uma escola particular tradicional em Campina Grande, além de

⁷ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BLOOv1yDW9t/?igshid=rb9j49z4p25s>> Acesso em: 9 set. 2020.

estar localizada em uma via estruturante (Av. Floriano Peixoto) que está incluída em um grande número de itinerários de transporte público. A praça é bem arborizada e possui vários banquinhos, bancas de revistas, espaços para engraxates, cafés e lanchonetes, sempre movimentados graças a sua localização. É comum também observar pessoas atravessando a praça que é muito utilizada como ponto de passagem para se chegar a outros destinos.



Figura 9: Praça da Bandeira

Fonte: Página da PBtur, 2020.

Os ELs menos utilizados classificados como qualificados são o Parque Evaldo Cruz e a Praça Clementino Procópio.

São espaços com potencial de uso, pois detém áreas destinadas a permanência, com mobiliário urbano que permitem esse tipo de prática. Mas, em contrapartida, possuem dois aspectos em comum que são considerados empecilhos para a sua apropriação – barreiras físicas – referentes à topografia e edificações localizadas na extremidade dos espaços, que dificultam a visualização entre o EL em questão e o outro EL mais próximo do sistema – e as barreiras psicológicas – referentes à clara sensação de insegurança que repele a população deste local (SILVA; SILVA; LIMA, 2015, p. 11).

São espaços pouco frequentados pela população e a sensação de insegurança sentida ao utilizá-los é um dos principais motivos para tal rejeição. A seguir, algumas imagens mostrando como se encontram esses espaços públicos atualmente. Espaços em pleno centro da cidade, que oferecem potencial de uso, mas são pouco utilizados.



Figura 10: Parque Evaldo Cruz

Fonte: Acervo pessoal do autor, 2019.



Figura 11: Praça Clementino Procópio

Fonte: Página da PBtur⁸, 2020.

O Açude Velho que foi classificado como Corpo d'água, é contornado por um calçadão bastante utilizado para a prática de atividades físicas em diversos períodos do dia. Possui comércio formal e informal em suas margens, onde está localizado o Museu de Arte Popular da Paraíba (MAPP), obra do arquiteto Oscar Niemeyer, e o recém construído Memorial do sesquicentenário de Campina Grande.

⁸ Disponível em: <<https://www.pbtur.com.br/node/10799>> Acesso em: 9 set. 2020.



Figura 12: Vista Aérea do Açude Velho

Fonte: Página da Mais PB⁹, 2019.



Figura 13: Calçadão que circunda o Açude Velho bastante movimentado por caminhantes

Fonte: Página do G1¹⁰, 2019.

Na classe Sistema viário encontra-se a Avenida Floriano Peixoto, via estruturante da cidade, de acordo com o Plano de Mobilidade Urbana de Campina Grande (PlaMob). Tal avenida é um eixo de grande importância da malha urbana que cruza toda a cidade, conectando

⁹ Disponível em: <<https://www.maispb.com.br/434463/acude-velho-deve-ganhar-projeto-para-despoluir-agua.html>> Acesso em: 9 set. 2020.

¹⁰ Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/10/10/155-anos-de-campina-grande-veja-o-que-fazer-no-feriado.ghtml>> Acesso em: 9 set. 2020.

diretamente três dos ELs estudados – Praça da Bandeira, Praça Clementino Procópio e Parque Evaldo Cruz.



Figura 14: Trecho da Avenida Floriano Peixoto próximo a Catedral Diocesana

Fonte: Alexandre Henrique¹¹, 2020.

Após breve apresentação dos espaços livres que compõe o SEL, os mesmos serão analisados a seguir segundo algumas características morfológicas – permeabilidade do solo, projeto de espaços livres, barreiras físicas, estudo de fachadas

Segundo Silva, Silva, Lima (2015, p. 13), a permeabilidade do solo dos ELs tem relação com os usos propostos para cada um:

Os parques Evaldo Cruz e da Criança proporcionam atividades esportivas e recreativas ao ar livre, possuem predominância do solo natural, piso permeável, caracterizados por maciços arbóreos. O Parque do Povo, por sua vez, apesar de ser denominado “parque” possui predominância de piso impermeável, já que foi planejado para comportar um grande número de pessoas para fins de manifestações culturais. Enquanto que as praças Clementino Procópio e da Bandeira, mesmo contendo vegetação para a garantia de sombra e conseqüente permanência, possuem o predomínio de pisos impermeáveis.

¹¹ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CEjpgfBjx-X/>> Acesso em: 9 set. 2020.

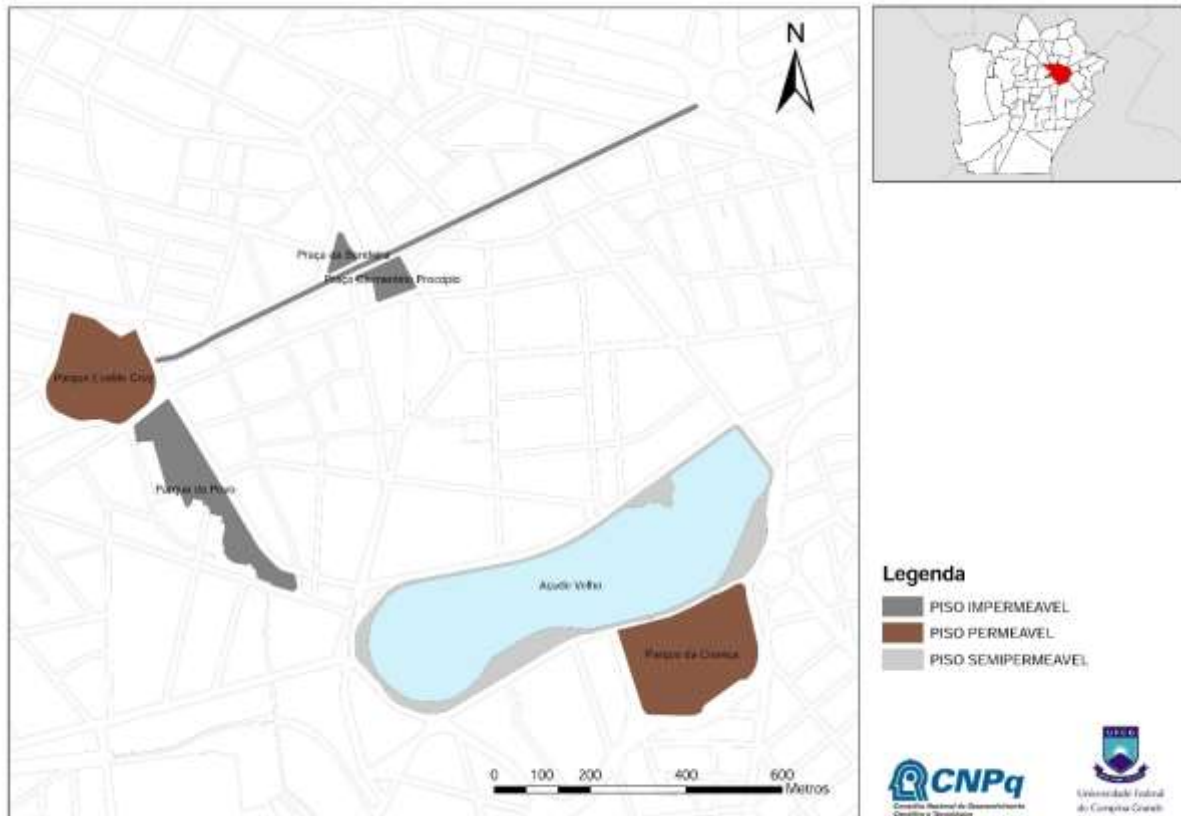


Figura 15: Permeabilidade do solo nos ELs

Fonte: Lima, A.; Silva, K./Dados cartográficos PMCG, 2015.

No eixo de análise de Projeto nos Espaços Livres, um dos principais aspectos diagnosticados foi o cumprimento da função original de projeto em cada espaço. Destes, apenas dois não cumprem sua função original, e coincidentemente tratam-se daqueles aos quais competiam a função de abastecimento da cidade no século passado – o Açude Velho e o Açude Novo. Este foi o que sofreu maior mudança, deixando de ser enquadrado na categoria corpo d’água, tornando-se parque, o Parque Evaldo Cruz.

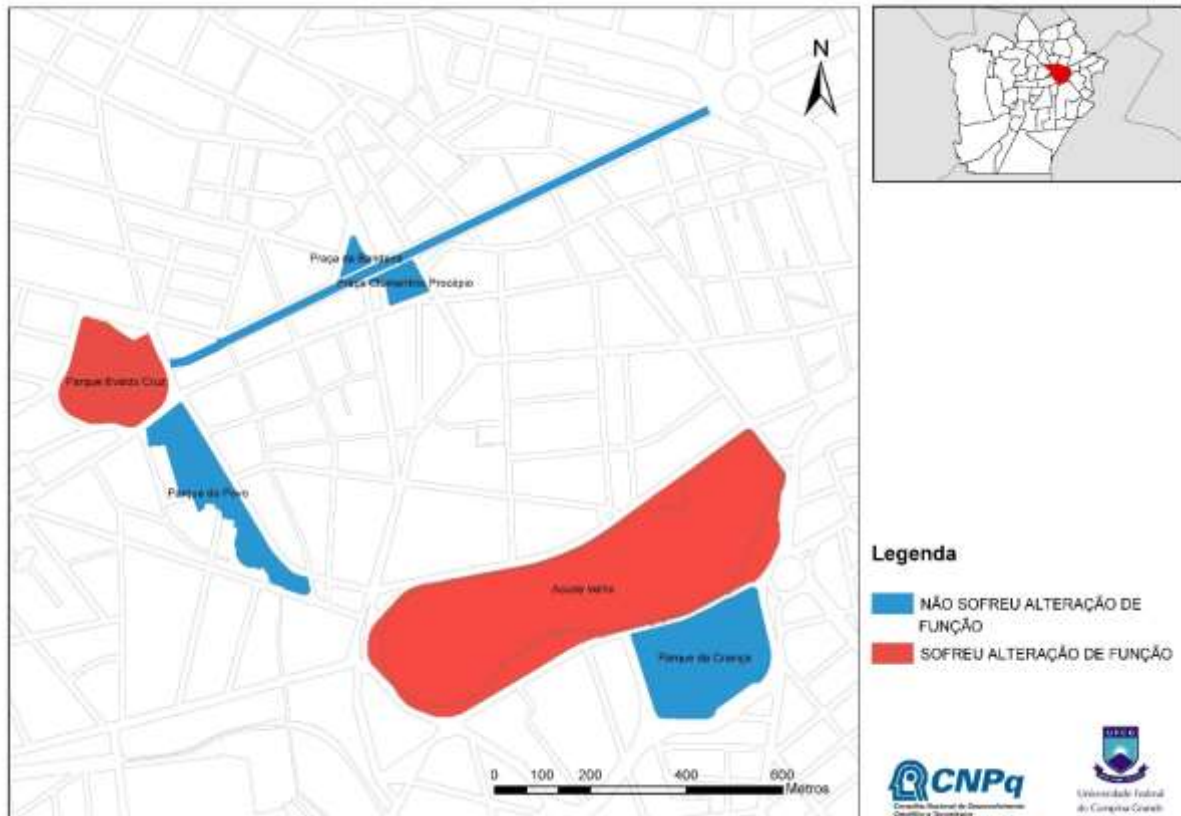


Figura 16: Função de projeto no ELs

Fonte: Lima, A.; Silva, K./Dados cartográficos PMCG, 2015.

Com relação as barreiras físicas, o Parque Evaldo Cruz sofre por estar fisicamente abaixo do nível da rua, dificultando a comunicação visual entre o EL e seu entorno imediato, inclusive com o Parque do Povo.

Além da barreira topográfica, existem as barreiras edilícias, que contornam parte do espaço, “dando as costas” para o parque, entre elas estão quiosques, o Museu de Artes Assis Chateaubriand, onde atualmente funciona a Secretaria de Cultura Municipal (SECULT) e o terminal de integração. Equipamentos como estes poderiam estar integrados de forma mais efetiva com o EL, fazendo com que o seu interior fosse tão utilizado quanto as suas margens, que recebem um fluxo incontável de pessoas todos os dias, principalmente pelo transporte público, enquanto seu interior permanece abandonado: uma das grandes ironias da cidade. Neste cenário, surge uma das principais barreiras: a psicológica, o sentimento de insegurança é um dos principais repelentes da apropriação deste espaço; os poucos pontos de observação, a sensação de fechamento provocada pelas edificações apenas intensifica o abandono, motivado pela cultura do medo (SILVA; SILVA; LIMA, 2015, p. 15).

Já a praça Clementino Procópio, possui barreiras físicas que impedem a visualização do EL mais próximo, a Praça da Bandeira, o que contribui para a desarticulação do SEL. As barreiras são formadas pelo setor comercial formal e informal, gerando uma descontinuidade explícita entre esses espaços. Dessa forma, acaba por zonear a praça em áreas comerciais,

extremamente utilizadas, e de permanência, subutilizada. Apesar de ser muito arborizada, aparentemente bonita e agradável, e oferecer boas condições de permanência, a sensação de insegurança é muito evidente nessa porção da praça.

No restante do SEL as barreiras encontradas são físicas. O percurso entre o Parque do Povo e o Açude Velho, por exemplo, possui edificações que dificultam sua integração visual e consequentemente sua articulação direta. O Parque da Criança, mesmo sendo adjacente ao Açude Velho, está contido em seu próprio perímetro, delimitado por grades, determinando pontos e horários específicos de acesso, prejudicando novamente a compreensão desses espaços como um sistema.

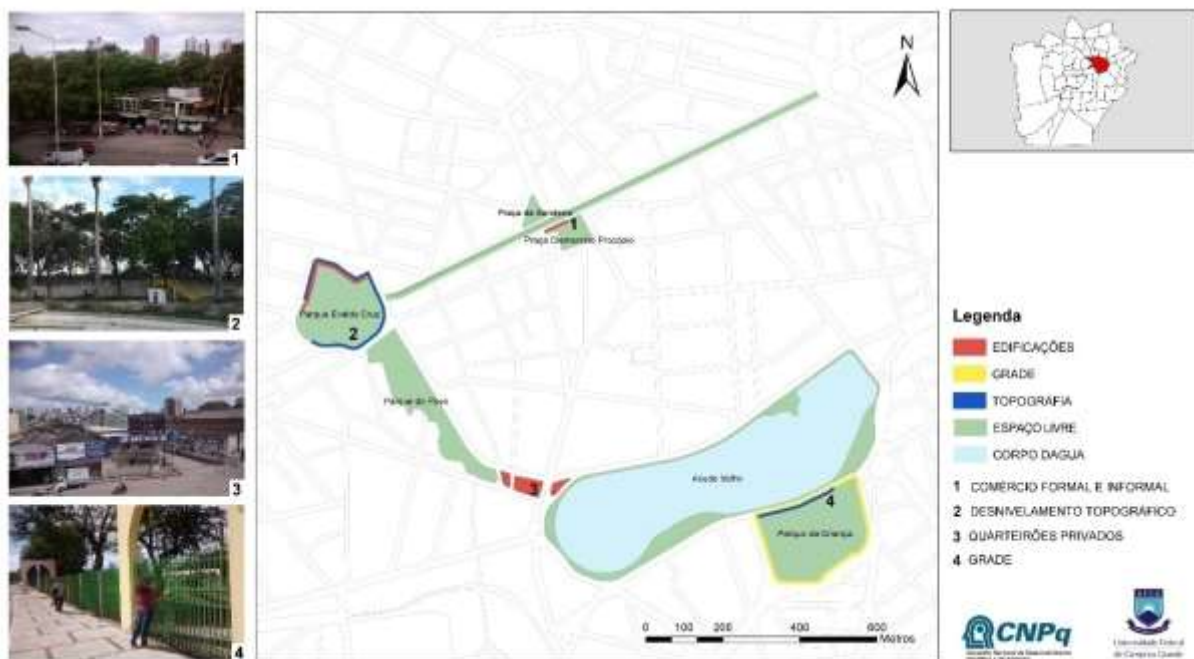


Figura 17: Mapa de barreiras físicas

Fonte: Lima, A.; Silva, K./Dados cartográficos PMCG, 2015.

As análises referentes aos estudos das fachadas como Interface Simbólica (Figura 18) adotam uma classificação de Rodrigues (2005 apud SILVA; SILVA; LIMA, 2016) relacionado com a percepção do usuário na comunicação entre espaço exterior urbano e o espaço interior, dados pela fachada.

“A categorização define o “grau de acessibilidade sinalizado pela fachada, e que no olhar – de fora para dentro para fora – do usuário definiu-se em três níveis: acessos reservados (i), restritos (ii) e livres (iii)”. (i) as relações entre interior e exterior não são exploradas, além de haver o controle da visão por parte do interior da edificação, quanto a composição da fachada, o cheio predomina sobre o vazio; (ii) preserva a relação entre cheios e vazios observada na anterior, guarda na abertura principal

bastante simbolismo e o controle da visão é dado pode ser dado pela penumbra: à distância não consegue apreender o interior, apenas aproximando-se, “sem interferir na visão em sentido contrário”; (iii) de perfil livre contrasta com as anteriores, “é total a reciprocidade de vistas, (...), é parte de um permanente diálogos em centros urbanos”, além da predominância de vazios. Os exemplos mais recorrentes seriam: (i) casa (com muro alto, em sua maioria), (ii) igrejas e (iii) lojas” (RODRIGUES, 2005, p. 80-81 *apud* SILVA; SILVA; LIMA, 2016).

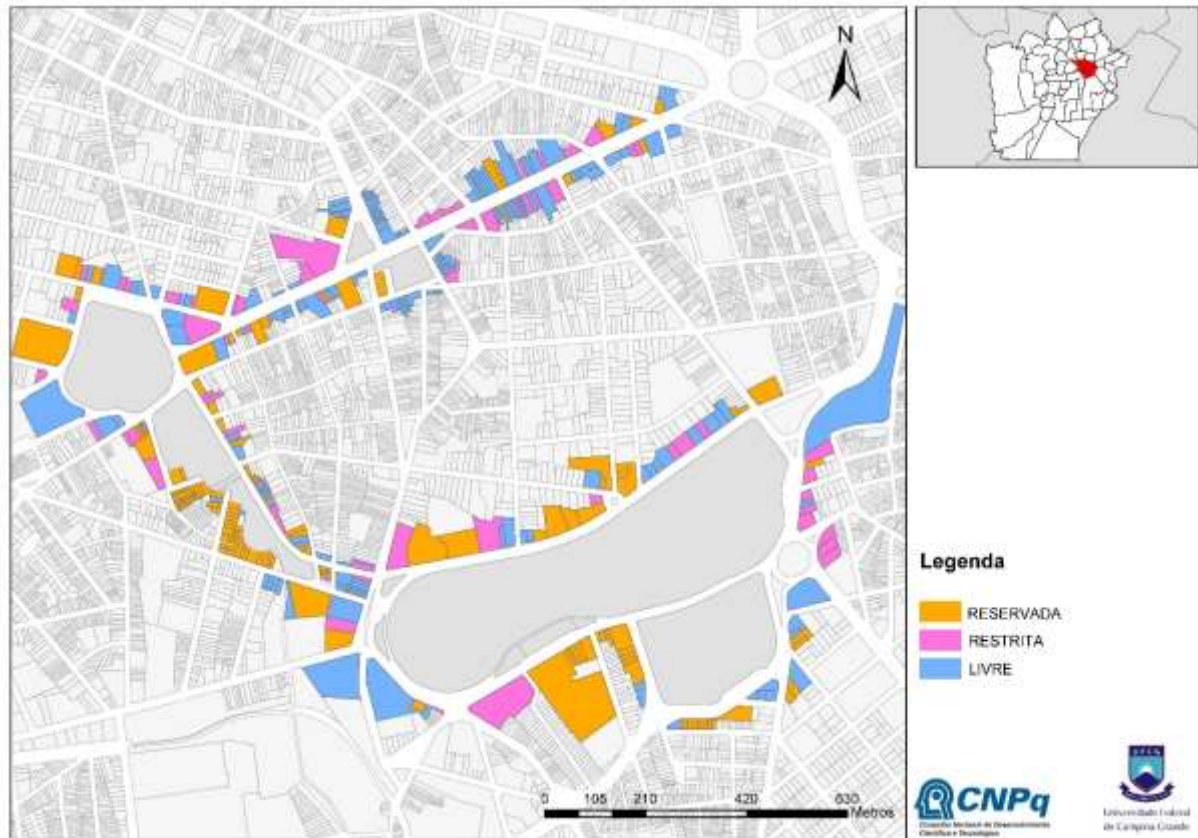


Figura 18: Mapa de fachada como interface simbólica

Fonte: Lima, A.; Silva, K./Dados cartográficos PMCG, 2015.

A partir dessa categorização foi possível visualizar e confirmar, *in loco*, que existem espaços que oferecem uma extensão do espaço urbano e outros que limitam e, em alguns níveis, oprimem com seus fechamentos. A Avenida Floriano Peixoto provoca uma diversidade de sensações para o pedestre, mesmo com o predomínio comercial com fachadas de perfil livre, alguns quarteirões apresentam edificações de fachadas restritas, bastante caracterizado pelo uso institucional. As relações entre as Praças da Bandeira e Clementino Procópio e o entorno são de intensa troca visual nos horários comerciais, o predomínio de fachadas livres é garantido pela forte presença comercial na área, o que reforça uma vigilância natural para as praças, apesar da maioria do público que as atravessam cotidianamente não usufruir do espaço para a permanência.

O Parque do Povo e o Parque da Criança possuem uma predominância de fachadas reservadas, porém diferem nos níveis de utilização, aspecto que pode ser explicado pelo fato de o primeiro ser um espaço delimitado pelas próprias fachadas, que em alguns momentos o dão as costas, e pelo segundo ser delimitado por grades, contendo suas atividades “dentro de si”. O Açude Velho apresenta clara diversidade de fachadas, que é concedida a partir da existência de lotes comerciais e residenciais. Este é um dos espaços mais procurados do SEL e carrega uma forte imagem afetiva e histórica da cidade.

O Parque Evaldo Cruz, por sua vez, apresenta algumas faces voltadas para fachadas livre, mas o fato de estar localizado abaixo do nível da rua e da presença de edificações em suas bordas, faz com que haja uma certa dificuldade na comunicação entre o espaço interno e externo. Ou seja, quem passa pela calçada, por exemplo, não consegue ter uma visão desimpedida de tudo que se passa dentro do parque.

Por todo o exposto, a partir do estudo de Silva, Silva, Lima (2015) e de observações feitas em visitas aos espaços livres mencionados, pode-se constatar que o SEL não tem cumprido o seu papel estruturador do espaço urbano da cidade. No sistema, percebe-se descontinuidade visual e a falta de sintonia entre seus espaços, destacada também, pela falta de unidade do mobiliário urbano dos mesmos (SILVA; SILVA; LIMA, 2015). A partir disso, constatou-se que cada um possui uma identidade visual independente, conferindo a cada EL imagem própria, havendo uma quebra de continuidade no sistema como um todo.

Em geral, os espaços revelam-se como residuais, isolados e desarticulados, onde elementos da escala micro, como mobiliário degradado, infraestrutura defasada, barreiras físicas, sensação de insegurança, vem comprometendo a sua apreensão na escala macro. Com isso, observa-se que o planejamento e a gestão do espaço urbano, encontram-se em descompasso com as dinâmicas socioambientais da cidade. Percebe-se certo descaso das gestões com alguns dos espaços mencionados e com quem os utiliza. A sensação que se tem é que por já existirem alguns espaços mais qualificados e bem apropriados, não há a necessidade de investir esforços e cuidados em outros espaços de localização tão próxima. Nesse caminhar, fica muito difícil para os espaços públicos da cidade competirem com os atrativos oferecidos pelos shoppings centers e áreas de lazer dos condomínios fechados. O ideal seria proporcionar espaços livres de qualidade para todos, o direito à cidade.

O Parque Evaldo Cruz, de todos os espaços citados é o que se encontra em pior situação, mas os outros, apesar de também classificados como qualificados, carecem de atenção do poder público. Carecem de medidas que possibilitem à população a se apropriar deles de forma plena.

São espaços subutilizados, que poderiam incentivar a interação entre os diferentes, a prática do exercício físico, o lazer, o fomento à cultura. E para isso, o planejamento urbano deve obedecer a princípios gerais que permitam a apropriação do espaço pela população e fomentar um processo participativo de planejamento, permitindo um melhor entendimento das atitudes e valores dos usuários dos espaços em questão. Assim será garantido um planejamento mais humano e voltado para os interesses da população, para que os espaços, enquanto um sistema, venha a cumprir o seu papel de estruturador da vida urbana, embelezador da cidade, oferecendo lugares de entretenimento, lazer, encontros, manifestações, espaços de acolhimento e construção da cidadania à população.

2.1.4 A urbanidade no espaço público

A presente pesquisa, o termo urbanidade será explorado em seu sentido físico, legível, como uma qualidade que deveria estar presente em nossas cidades, como geradora de vínculos entre homens e a materialidade da cidade. Para tal, buscou-se apoio na produção de alguns autores como: Jane Jacobs (2000), Frederico de Holanda (2002, 2013), Aguiar e Neto (2012), Jan Gehl (2015), dentre outros.

2.1.4.1 Uma breve discussão sobre o conceito de urbanidade

A urbanidade é um tema recente dentro das reflexões sobre as cidades contemporâneas. Ao longo da segunda metade do século XX, ao avaliar projetos urbanísticos do movimento moderno, os arquitetos passaram a ver algo de errado com as cidades criadas artificialmente, faltava-lhes urbanidade (AGUIAR; NETO 2012).

Identifica-se a ‘urbanidade’ como sendo as relações de civilidade e as práticas urbanas, inseridas em uma dupla dimensão socioespacial, onde se pode relacionar espaços públicos com os comportamentos corporais. Villaça (1998) afirma que:

Claro que espaços não mantêm relações sociais entre si. Entretanto, há certos processos sociais nos quais espaço e sociedade estão de tal forma imbricados que é impossível entender as relações sociais sem uma visão espacial. Isso é particularmente verdadeiro quando se trata do espaço intra-urbano, onde a presença do espaço nas relações sociais é marcante (VILLAÇA, 1998, p. 15).

Nesse sentido, Gehl (2015, p. 9) afirma que: “se olharmos a história das cidades, pode-se ver claramente que as estruturas urbanas e o planejamento influenciam o comportamento

humano e as formas de funcionamento das cidades”. Os moradores devem se sentir convidados a caminhar, tanto quanto possível, em conexão com suas atividades cotidianas. É, portanto, na escala micro – rua e bairro - onde os encontros pessoais ocorrem e fazem a vida urbana acontecer, reforçando assim a função social do espaço (GEHL, 2015). Trata-se de como o cidadão reage aos dispositivos de socialização presentes no meio urbano, e refletir nesse sentido é fundamental para repensarmos as formas de atuação, gestão e planejamento de nossas cidades.

Para discutir vida urbana em espaços públicos, Holanda (2013) se utiliza de dois conceitos socioespaciais que se contrapõe: ‘urbanidade’ e ‘formalidade’. Por urbanidade entende-se o intenso uso do espaço público por diferentes classes e gêneros, onde as relações sociais acontecem para os mais diversos fins. A formalidade se revela quando uma separação física implica em uma separação social, através de espaços construídos por unidades isoladas e especializadas, com ênfase na hierarquia social.

Autores como Jane Jacobs e Kevin Lynch, mesmo que não utilizando termo ‘urbanidade’, apresentaram desde 1960 importantes contribuições no estudo da vivência e da apropriação dos espaços urbanos.

Na década de 1960, Jane Jacobs, no livro “Morte e Vida de Grandes Cidades” (JACOBS, 2000), faz crítica ao planejamento urbano do século XX e discorre sobre a perda da diversidade nas novas urbanizações produzidas em grande escala nos Estados Unidos. A autora destaca a rua e a calçada como local para se “florescer a vida pública e exuberante da cidade” e tenta introduzir novos princípios de planejamento urbano diferentes dos que vêm sendo ensinados e que promovem a vitalidade socioeconômica nas cidades: os usos principais combinados, garantindo que haja pessoas nas ruas, de diferentes poder de compra, etnia e religião, em diferentes horários do dia e por motivos variados; quadras curtas; variação de idade e estado de conservação dos edifícios e densidade demográfica.

Lynch (2011), em “A Imagem da Cidade”, aborda a questão da percepção das pessoas no espaço público – foi um dos primeiros a desenvolver estudos sobre a imagem urbana. Segundo o autor, os elementos móveis de uma cidade e, em especial, as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto as partes físicas estacionárias. O autor insere conceitos como legibilidade e identidade. A legibilidade dos elementos urbanos por parte das pessoas, reforça o sentimento de pertença, fortalecendo assim a identidade do lugar. Quanto a identidade, ela se traduz nas várias relações que o cidadão tem com algumas partes da cidade, a partir do momento em que essas estão impregnadas na memória, possuindo algum significado.

Atualmente, o termo urbanidade tem sido mais discutido no âmbito dos estudos urbanos e surge com diferentes significados e aplicações. No Brasil, muitos autores exploram a abordagem, muitas vezes discordando entre si em muitos aspectos, mas concordam que a “urbanidade” é uma qualidade chave, que parece endereçar o coração da vida urbana (NETTO; VARGAS; SABOYA, 2012). A seguir algumas questões resultantes de reflexões feitas pelo Grupo Urbanidade¹²:

A urbanidade parece tão elusiva e difícil de entender quanto a própria cidade (como poderia ser diferente?). É uma essência do urbano? É uma qualidade das pessoas nos lugares, dos lugares em si, ou ainda das relações entre esses? Se ela habita a relação, e não as coisas, qual seu modo de existência? O que se exclui em seu campo de possibilidades como experiência ou como fato urbano? Ela se manifestaria entre atores ou existiria lá fora, impressa nas espacialidades em que vivemos? (NETTO; VARGAS; SABOYA, 2012, p.13).

Netto, Vargas, Saboya (2012), busca compreender a urbanidade a partir de duas áreas, filosofia e estudos urbanos – o que a investigação do urbano pode revelar sobre a forma de vida e a experiência da sociedade. O papel da cidade é de contribuir na convergência de diferentes socialidades e formas de vidas, evocando a ideia de urbanidade como ‘resultado’ e como ‘condição’ da integração social. Não basta a coexistência, precisa haver interação entre as pessoas. “Espaços que permitem a emergência da prática e do encontro, capazes de cortar através das diferenças sociais e gerar copresença dos diferentes são os espaços da urbanidade” (NETTO; VARGAS; SABOYA, 2012).

Segundo o mesmo autor, o espaço urbano é produzido por atos e esforços do atuar coletivo. É durável e mutável lentamente, onde seu presente é resultado de ações passadas, sendo a urbanidade presente o acúmulo de urbanidades passadas. Certo de que características espaciais e sociais não são homogêneas e mudam de lugar para lugar, de cultura para cultura, argumenta que “se há diferentes condições materiais e sociais para a urbanidade, haveria consequentemente diferentes urbanidades” (NETTO; VARGAS; SABOYA, 2012, p. 36).

No texto “Urbanidade e a qualidade da cidade”, Aguiar, Neto (2012) explora o conceito de urbanidade como o “caráter do urbano” em suas diferentes dimensões. Ele a define de diversas formas, a começar por “espaços com urbanidade são espaços hospitalares” ou “urbanidade é o conjunto de qualidades, boas ou más, que constituem a cidade”. O autor busca se amparar nas definições de Jacobs (1961) sobre vitalidade e diversidade, e Lynch (1960) sobre

¹²Grupo de pesquisadores brasileiros e autores do livro Urbanidade, que discutem virtual e presencialmente o tema urbanidade: Frederico de Holanda, Luciana Andrade, Romulo Krafta, Paulo Rheingantz, Lucas Figueiredo, Marcele Trigueiro, Douglas Aguiar e Vinícius M. Netto.

legibilidade e continuidade do espaço, tratando urbanidade como uma relação estreita entre corpo/espaço.

A urbanidade é composta por algo que vem da cidade, da rua e do edifício e que é apropriado com menor ou maior grau, pelo corpo, individual ou coletivamente. A partir desse raciocínio, podemos entender a possibilidade de mensuração da urbanidade, sendo possível afirmar que uma cidade, uma rua ou um edifício possui baixos ou altos níveis de urbanidade, de acordo com o modo de apropriação dos seus espaços, “estando a urbanidade no modo como essa relação espaço/corpo se materializa” (AGUIAR; NETO, 2012, p. 63).

Ou seja, ela se manifesta no modo com que a cidade acolhe as pessoas, funcionando como um termômetro na avaliação da qualidade dos lugares a partir da presença de pessoas. Sendo assim, se urbanidade é o conjunto de qualidades, boas ou más do espaço. Quanto mais pessoas frequentam determinado local, mais urbanidade ele tem ou melhor ele é, e quanto menos pessoas frequentam determinado local, menos urbanidade ou menos qualidades ele tem. “A urbanidade trata-se de algo essencialmente material, ainda que repercuta diretamente no comportamento e no bem-estar das pessoas no espaço público” (AGUIAR; NETO, 2012, p. 64).

Sendo urbanidade uma qualidade intrínseca ao lugar, algo que vem da cidade para atrair as pessoas, Fernandes (2011), aponta algumas características físicas que podem ser associadas à presença da urbanidade, entre elas: espaço público bem definido; minimização de espaços abertos em prol dos espaços ocupados; contiguidade entre edifícios; menores unidades de espaços abertos (ruas e praças); frágeis fronteiras entre espaço interno e externo; maior número de portas abrindo para espaços públicos; minimização de espaços segregados e guetizados; continuidade; etc.

Em complemento a essas características físicas, Gehl (2015) aponta que cidades vivas requerem estrutura urbana compacta, densidade razoável, distâncias mais curtas que possam ser percorridas a pé ou de bicicleta e espaço urbano de boa qualidade. Sem esquecer de dar atenção as atrações e oportunidades de permanência. Vida na cidade não se trata da quantidade de pessoas que passa por um determinado local, mas as pessoas que permanecem nele, pois é na pausa que as pessoas interagem e é na interação entre os diferentes, no espaço público, que a urbanidade se manifesta.

Os espaços públicos se encontram no cerne da questão da urbanidade, como instrumentos de fundamental importância para a organização da vida urbana (TRIGUEIRO, 2012). Considera-se espaço com urbanidade o espaço público como *locus* de uma cultura urbana compartilhada, fundada em valores coletivos; uma cultura que envolve o convívio entre

peças, diversidade, trocas e, mais que tudo, o desfrute de uma cidade que tenha o espaço urbano passivo de ocupação (AGUIAR; NETO 2012).

2.1.2.2 Dimensão humana e urbanidade

Durante décadas, a dimensão humana tem sido uma questão esquecida e negligenciada dentro do planejamento urbano. As ideologias dominantes de planejamento, principalmente as modernistas, deram pouca prioridade ao espaço público, às áreas de pedestres e ao espaço urbano como local de encontro. Um dos grandes desafios da humanidade hoje em dia é construir cidades inclusivas, saudáveis, funcionais e produtivas. E como forma de alcançar tal desenvolvimento, o investimento na qualidade dos espaços públicos é essencial.

Segundo Gehl (2015), um bom planejamento urbano exige trabalho que combine três escalas: a escala urbana, escala de implantação e a escala humana. A escala urbana abrange os bairros, funções e instalações de tráfego. A escala de implantação, se refere a partes individuais de um bairro, organização dos edifícios e dos espaços públicos. A escala humana, se refere a cidade experimentada pelas pessoas, ao nível dos olhos, interessando a qualidade da paisagem humana. O ideal seria que os três níveis fossem combinados em um todo, fornecendo um espaço convidativo para as pessoas na cidade, onde a cidade se harmonizasse em sua completude. Mas, na maioria das cidades e empreendimentos, a dimensão humana está, lamentavelmente, perdendo terreno, e os maiores investimentos e atenções estão voltados para as duas maiores escalas.

Nesse sentido, como forma de promover melhorias, Gehl (2015) destaca que, para que os espaços públicos sejam bem planejados, atrativos, respeitosos à escala humana, seguros e cheios de vida, deve-se primeiro pensar nas pessoas, depois nos espaços e só então nos edifícios. “Trabalhar com a escala humana significa, basicamente, criar bons espaços urbanos para pedestres, levando em consideração as possibilidades e limitações ditadas pelo corpo humano” (GEHL, 2015, p. 33).

As cidades devem pressionar os urbanistas e os arquitetos a reforçarem as áreas de pedestres como uma política urbana integrada para desenvolver cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis. Igualmente urgente é reforçar a função social do espaço da cidade como local de encontro que contribui para os objetivos da sustentabilidade social e para uma sociedade democrática e aberta (GEHL, 2015, p. 6).

É preciso despertar nos cidadãos o senso de pertencimento e de cidadania, bem como a vontade de exercer o seu direito de usufruir da cidade. Como aponta Lefebvre (2016), o urbanismo vem deixando de tratar-se apenas de regulamentação e administração do espaço construído, para se tornar prática social, interessando ao conjunto da sociedade, onde a cidade é um “organismo social” e o espaço é socialmente produzido pelos cidadãos e para eles.

Muitos autores como, Jacobs (2000), Holanda (2002; 2013) e Gehl (2015), discutem a importância das pessoas como atrativo urbano, e afirmam que elas se reúnem onde as coisas acontecem e espontaneamente buscam outras pessoas. Jacobs (2000), complementa que:

A presença das pessoas atrai outras pessoas, é uma coisa que os planejadores e projetistas tem dificuldade em compreender. Eles partem do princípio de que os habitantes das cidades preferem contemplar o vazio, a ordem e o sossego palpáveis. O equívoco não poderia ser maior. O prazer das pessoas em ver o movimento e outras pessoas é evidente em todas as cidades (JACOBS, 2000, p. 38).

Além disso, a autora garante que a segurança em uma rua ou espaço público é viabilizada pelo movimento das pessoas. Gehl (2015) enfatiza que o mais importante em uma cidade são as pessoas e as relações estabelecidas entre elas, portanto cidades que proporcionam vitalidade nas ruas estão também favorecendo os encontros, os fluxos e as trocas culturais, econômicas e de conhecimento. Estão favorecendo o florescimento da urbanidade.

Para o urbanista, o ponto de partida para reforçar a vida nas cidades, é estudar a vida como de fato é – o que acontece, quais são as principais atividades que fomentam o movimento e permanência, em quais dias, em que horários. Assim verifica-se como os espaços funcionam. Da mesma maneira, Holanda (2002, 2013) ressalta os efeitos da consciência (a possibilidade de ver as pessoas) e da copresença (a possibilidade de estar com as pessoas), como promotores de urbanidade.

2.2 Quando o espaço vira lugar

Esta seção tem a intenção de introduzir conceitos que permitam a compreensão dos processos temporais como condição e consequência das transformações socioespaciais, operando na consolidação da memória coletiva e conferência de identidades pelos cidadãos aos espaços da cidade.

2.2.1 O lugar como fruto da apropriação

Os espaços públicos em suas contextualizações históricas são os espaços utilizados para o desenvolvimento de atividades cotidianas pela sociedade. A partir da apropriação desses espaços as pessoas constroem uma afetividade e consequente identidade com certos espaços da cidade, através dos modos de apropriação e práticas em conjunto, que se estabelecem de modo mutável à medida que novas formas de uso se tornam evidentes, atendendo as novas necessidades dos usuários.

Entende-se como usuários todas as pessoas, que de uma forma ou outra utilizam os espaços públicos, seja para caminhar, brincar, apreciar, ler, jogar, sentar, namorar, trabalhar, etc. Rapoport (1978, p.13) define como “usuários ativos e exploradores do meio” todos “os seres humanos enquanto indivíduos”, e considera que qualquer pessoa deve ser considerada como membro de um grupo com valores, crenças e formas de entender o mundo.

O termo apropriação recebe contribuições das diversas áreas das ciências sociais. Interessa para este estudo a definição de Brackeleire (1997 apud LIMA, 2014) de que apropriar-se é tornar ou definir um espaço como sendo próprio, frente a outro, a partir de seu uso.

Ferrara (1988, p.22) afirma que “o uso é o modo de reconhecimento ambiental” e que os usuários se lembram das atividades que podem desenvolver em uma praça e não do seu projeto urbanístico. Para ela, o usuário é o “interpretante urbano que transforma a paisagem e é por ela transformado” (FERRARA, 1988, p. 56).

Segundo Lima (2014), apropriação é um processo complexo, que pode ser coletivo ou não e está relacionado com poder e papéis sociais, envolvimento e afetividade com o espaço, sendo um processo de diferenciação entre uma parte e outra. Tuan (2013) coloca que para que um espaço se transforme em lugar [haja apropriação], são necessárias as seguintes condições: certo reconhecimento do valor do espaço; a permanência; a intimidade de uma relação humana particular (laços de parentesco e/ou de vizinhança fortes); e um sentimento de singularidade e de identidade. “O espaço se transforma em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 2013, p. 151), ao longo do tempo. Carlos (2007) explica que lugar seria, então, a base da reprodução da vida, espaço apropriável e passível de ser sentido, pensado e vivido através do corpo.

A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar (...). O lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo em que é produzida a existência social dos seres humanos. (CARLOS, 2007, p. 20).

Para este trabalho, se faz importante discorrer sobre apropriação fazendo relação com a diáde espaço-tempo, já que a discussão acerca do Parque Evaldo Cruz será feita apontando as mudanças nas formas de usos e apropriações do espaço ao longo do tempo.

Para o geógrafo Santos (2008), os elementos estruturantes do espaço apresentam-se na forma de homens, firmas, instituições, meio ecológico e infraestruturas, todos em constante interação e interdependência funcional e evolução ao longo de processos históricos-sociais, alterando constantemente seus valores e modos de interação mútua. É a partir desta perspectiva que se faz possível compreender melhor as individualidades de cada lugar, tendo em mente que modos e processos de produções diferentes, submetidos a tempos e variáveis diferentes, geram lugares diferentes.

Carlos (2017) refere-se ao espaço da vida como sendo o palco da efetivação da apropriação, carregando o futuro nas possibilidades de usos aos quais pode ser designado.

(...) o tempo não é uma ilusão, ele se revela no modo de apropriação do espaço, isto é, no uso do espaço. Este, por sua vez, é a materialização concreta de relações sociais que se realizam – num determinado momento – enquanto emprego de tempo. Tal raciocínio aponta para a indissociabilidade do espaço e do tempo. Essa indissociabilidade espaço-tempo se realiza pela mediação do uso, enquanto modo de apropriação (CARLOS, 2017, p. 301).

Aqui também se faz necessária a inserção de novas variáveis ao se tratar do processo de apropriação – o papel da memória coletiva na consolidação de identidades e responsabilidades.

No processo de apropriação ocorrem negociações de concessão com o outro, baseadas em convergências ou divergências percebidas no uso do espaço. Desta maneira, é das apropriações que advém a identidade – possibilitando o estabelecimento de laços sociais com o espaço – e a responsabilidade, onde se formam espécies de contratos sociais e troca de interesses pessoais com o outro (LIMA, 2014).

Lima (2009), em estudo, aborda o conceito de cultura como base para discutir a respeito da apropriação, identidade coletiva e responsabilidade no contexto da construção da identidade urbanística¹³, por acreditar que foi a partir do momento que o homem começou a se comunicar através de símbolos que o mesmo se diferencia dos outros animais e começa a construir o que hoje se entende por “cultura” (GEERTZ, 1978).

¹³ A identidade urbanística seria a capacidade de um espaço urbano se diferenciar do outro através da materialização, no espaço físico, de signos e/ou símbolos (quer sejam novas concretudes ou permanências históricas) distintivos da cultura de um povo de determinado lugar (LIMA, 2009).

“Todos os símbolos devem ter uma forma física, pois do contrário não podem penetrar em nossa experiência, mas o seu significado não pode ser percebido pelos sentidos (WHITE, 1955, p. 180). Ou seja, para se perceber o significado de um símbolo é necessário conhecer a cultura que o criou (LARAIA, 2003, p. 56)”.

Trabalhar o conceito de cultura não é algo fácil, devido a sua amplitude. O antropólogo Kluckohn (1952 *apud* LIMA, 2014), trata o conceito sob várias óticas e traz a cultura como um modo de vida; a forma de pensar de um povo; ou como um mecanismo para regulação do comportamento humano em sociedade.

Levando em consideração a amplitude de tal conceito, neste estudo a cultura será tratada segundo as ideias de Geertz (1978), onde a dimensão cultural é observada a partir de manifestações espaciais expressas no espaço cotidiano da cidade. Para o autor, cultura “trata-se de um sistema ordenado de significado e símbolos [...] nos termos dos quais os indivíduos definem seu mundo, expressam seus sentimentos e fazem seus julgamentos” (GEERTZ, 1978, p. 81). Assim, para compreender a cultura de um povo é necessário que se conceda especial atenção à vivência cotidiana do homem, analisando sua experiência social adentrando na vida real dos atores sociais envolvidos no lugar estudado, pois é através do comportamento e ações sociais que as formas culturais se articulam. A cultura é um contexto dentro do qual os acontecimentos sociais e comportamentos acontecem e podem ser descritos (GEERTZ, 1978).

Sobre identidade, segundo Castells (2003), os movimentos sociais estão articulados em relação a construção de identidades. Ele define identidade como a fonte de significado e experiência de um povo, que servem de distinção entre si e os outros. Nesse sentido, a identidade, sempre uma construção, não tem um caráter essencial, mas sim contextual, histórico, específico e dinâmico.

Dinâmico no sentido de mutável, onde a dimensão temporal é fundamental para a construção da identidade humana, pois é através da história pessoal que a identidade é construída. Dessa forma, apesar da sensação que se tem que a identidade é imutável, pelo fato de se manter no consciente apenas aquilo que a memória seleciona como importante, ela está em constante possibilidade de mudança, pois os indivíduos não se mantêm os mesmos durante suas histórias de vida.

Para Lynch (2011, p.127) “a identidade é o nível a que uma pessoa consegue reconhecer ou recordar um local como sendo distinto de outros locais – como tendo um caráter próprio vívido, único, ou pelo menos particular”. Os cidadãos possuem numerosas relações com algumas partes de sua cidade, e sua imagem está impregnada de memórias e significações. A

legibilidade dos elementos urbanos, sua apreensão e a apropriação por parte do morador reforçam o sentimento de pertença, de identificação, fortalecendo, assim, a identidade do lugar.

Ao relacionar memória e identidade, Bauer (2004) diz que:

Memória, identidade e história apresentam-se em um processo de interação e construção: a memória constitui a identidade, à medida que reforça através de lembranças a unidade e continuidade do si mesmo ou o sentimento de pertencimento a um grupo; ao mesmo tempo, ela é constituída pela identidade, uma vez que o processo de identificação agirá na seleção e configuração dos episódios a serem lembrados, reordenando-os em uma nova história (BAUER, 2004, p. 31).

Ainda relacionando memória coletiva e identidade, Ana Fani Carlos acrescenta que a constante submissão do espaço à mudança de usos designados ao longo do tempo como condição para sua própria conformação pode acarretar em um processo de inibição à solidificação da memória coletiva, apresentando-se, a depender das condições, como um risco a formação de identidades.

(...) a necessidade de um novo tempo de produção atinge as relações cotidianas e transforma os usos porque o próprio espaço, como condição e produto da produção, também se transforma. Espaço e tempo abstratos redefinem constantemente os usos, com isso os processos que criam a identidade e acabam destruindo as condições nas quais se gesta a memória coletiva (CARLOS, 2017, p. 302).

Finalmente, segundo Brackeleire¹⁴ (apud LIMA, 2014), a responsabilidade é um aspecto que junto com a identidade, estão implícitos em toda forma de apropriação do espaço. Enquanto a identidade permite estabelecer um laço social com o espaço, a responsabilidade permite estabelecer um “contrato”.

A responsabilidade trata-se da sensação de se apossar ou assumir o espaço. Está relacionada aos papéis sociais que são desempenhados no espaço e as especializações, ou seja, as competências de cada ator social e as trocas por eles elaboradas. É a partir do papel assumido dentro de uma ordem social que se adquire a responsabilidade, portanto esse conceito está ligado à divisão e distribuição do trabalho. Ao assumir o seu espaço, o homem se responsabiliza pelos seus deveres e ao mesmo tempo passa a reivindicar seus direitos; isto pode ser visto como um fator positivo na construção de espaços públicos mais democráticos e responsivos (BRACKELEIRE apud LIMA, 2014, p. 104).

Alexander, Ishikawa, Silverstein. (1980, p.95) complementam que “as pessoas necessitam pertencer a uma unidade espacial reconhecível ou identificável”. Quando as pessoas

¹⁴Considerações baseadas em apontamentos das aulas ocorridas durante o curso Estruturação Social e Investimento Afetivo do Espaço, ministradas pelo professor e antropólogo Jean-Luc Brackeleire, no Mestrado de Arquitetura da UFBA da referida autora.

adquirem esse senso de pertencimento e identificação, elas criam um sentimento de maior apropriação do espaço, e consequentemente maior responsabilidade, estando seguras para desfrutar todas as experiências que o espaço proporciona.

Diante de tudo que foi apresentado e discutido nesta seção, em suma, pode-se dizer que os espaços se transformam em lugares quando apropriados, durante o processo histórico-social por mediação do tempo, apoiados na construção de identidades e responsabilidades, que podem ser mutáveis, frutos da memória coletiva que confere significado ao espaço através dos diversos usos a eles designados ao longo do tempo.

As pessoas se identificam com o espaço na medida em que os símbolos ou signos se conectam às suas experiências de vida, suas tradições, sua história, enfim a sua cultura. Os conceitos aqui mencionados, auxiliarão uma reflexão acerca do Parque Evaldo Cruz e sua conexão com a população campinense, a fim de se compreender as transformações nas relações dos usos e apropriações ocorridas neste espaço ao longo do tempo.

2.2.2 O lugar da percepção e da memória

Por esta pesquisa levar em consideração a relação pessoa-ambiente ao estudar as transformações nas relações de usos e apropriações, a partir das percepções e memórias dos usuários do Parque Evaldo Cruz, cabe inserir nessa discussão teórica dois conceitos importantes e associados, geralmente mencionados juntos – percepção e memória – muitas vezes sendo impossível abordar um sem necessariamente falar a respeito do outro.

Investigar a perspectiva dos usuários possibilita a discussão de itens importantes para a compreensão das transformações ocorridas na área estudada. As abordagens que foram adotadas são provenientes da Psicologia Ambiental e Sociologia. As contribuições teóricas destes campos de conhecimento vêm sendo bastante utilizadas nos estudos em Arquitetura e Urbanismo.

Conforme Elali (2007), o estudo da percepção de uma área da cidade nos permite observar: “sensações, experiências, memória, sentimento de afeto, apropriação e identidade” dos usuários desta área. Um outro autor que contribui para os estudos da percepção é Del Rio (1999), que aborda o processo perceptivo a partir do esquema teórico a seguir:



Figura 19: Esquema teórico do processo perceptivo

Fonte: DEL RIO, 1999, p.3.

Segundo Kuhnen, Higuchi (2011, p.250):

A percepção ambiental está relacionada ao modo como as pessoas experienciam os aspectos ambientais presentes em seu entorno, para o que são importantes não apenas os aspectos físicos, mas também os aspectos sociais, culturais e históricos. Graças à sua função de interpretação e de construção de significados, a percepção ambiental exerce papel fundamental nos processos de apropriação e de identificação dos espaços e ambientes.

É importante ressaltar que a percepção que cada ser humano tem de um lugar, ainda que haja muitos pontos em comum com a de outras pessoas, é sempre única e particular. Isso porque a percepção de cada indivíduo é moldada por sua história de vida e pelo tipo de interesse que possui em relação às pessoas, aos objetos e aos lugares. Na percepção do espaço urbano, a construção formada pelas vivências e experiências de cada um confirma a natureza singular da percepção, embora coexistindo com algumas tendências que favorecem a identificação de orientações comuns que soem encaminhar o processo perceptivo. (BAUZER, *apud*, DEL RIO; OLIVEIRA, 1999, p.13).

Um estudo clássico e influente sobre os processos de percepção foi o de Lynch (2011), publicado originalmente em *The Image of the City*, em 1960, que analisou a imagem mental que os habitantes tinham de sua cidade. Foi a primeira vez que alguém se perguntou qual seria o significado da cidade para seus usuários, identificando suas qualidades e elementos estruturadores. Lynch utilizou metodologia da Psicologia Ambiental e aplicou questionários e solicitou desenhos da área de estudo a um número de habitantes de Jersey City, Boston e Los Angeles.

Os resultados obtidos permitiram a constatação de que a construção das imagens mentais tem um caráter individual, variando significativamente de pessoa para pessoa. Por outro lado, as imagens apresentam “áreas consensuais que se pode esperar surjam da interação de

uma única realidade física, de uma cultura comum e de uma natureza fisiológica básica” (LYNCH, 2011, p.8).

A cidade como espaço de investigação possui a sua importância, sendo compreendida como um conjunto de percepções vividas e estabelecidas a partir de apreensões, valorações, decisões e comportamentos coletivos. Machado (1996) afirma que somente quem a experiencia por meio de um contato direto e contínuo pode alcançar melhor compreensão. Pode-se considerar a percepção de quem vive no lugar como uma informação de grande importância no estudo da interação entre o homem e a cidade, pois é inegável que há uma profunda diferença entre um cenário descrito e estudado e um cenário experienciado e vivido.

As relações entre a pessoa e o ambiente também são consideradas no conceito sociológico de ‘lugar’. Conforme definem Cavalcante, Nóbrega (2011), este conceito é utilizado para diferenciar um ambiente com significados sociais atribuídos pela vivência e sentimentos envolvidos de um ‘espaço’ caracterizado apenas por sua dimensão física, que, portanto, é neutro e exterior em relação ao indivíduo.

Uma das principais referências nos estudos de ‘lugar’ é o autor Yi-Fu Tuan, que diz: "O espaço transforma-se em lugar na medida em que adquire definição, significado e uma determinada carga emocional para o observador; quando podemos entendê-lo e coordená-lo através dos sentidos, conhecimento e sensações, ele se torna lugar" (TUAN, 1974 apud DEL RIO, 1990, p. 96). No entender de Del Rio (1990, p. 96) "a população busca perceber lugares familiares em seu ambiente construído que estejam carregados de memórias significativas e que possam gerar-lhes estabilidade psíquica e social". O lugar que tratamos aqui é o lugar cheio de significados, vivido e experienciado pelas pessoas, um dia percebido e guardado na memória das mesmas. Associando ‘percepção’ e ‘lugar’, Medeiros (2005, p. 34) acrescenta que a “percepção é um dos principais suportes para a transformação do espaço em lugar, ou melhor, para a construção da identidade de um lugar”.

Para abordar o conceito/fenômeno da memória utilizamos contribuições teóricas dos campos de conhecimento da Filosofia, História e Geografia. Na Filosofia abordamos as contribuições de Ricoeur (2007). Na História e Geografia, as do geógrafo e historiador norte-americano David Lowenthal em sua vasta literatura.

O termo memória possui várias definições. A memória que buscamos é a memória do cotidiano que parte das lembranças e diferentes percepções através das experiências e vivências com os lugares. Todas as pessoas são imersas em memórias, que ocorrem quando, a partir de um passado conhecido, se é tomado por sentimentos e percepções que promovem sensações de

resgate. É sentimento de pertencimento em relação a um tempo, “nada há no intelecto que não tenha estado antes nos sentidos” (MARSHALL, 1998).

Segundo Lowenthal (1998), toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças, recuperamos a consciência de acontecimentos anteriores, distinguimos o ontem do hoje, e confirmamos que já vivemos um passado. Segundo Lowenthal (1998) relembrar o passado é crucial para o nosso sentido de identidade – saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende da memória, pois recordar experiências passadas nos liga a nossos momentos anteriores, por mais diferentes que tenhamos nos tornado. Revisitar memória é, portanto, proporcionar reflexão entre passado, presente e futuro.

Esse passado aparece em memórias individuais e coletivas, que segundo Halbwachs (2006, p. 71) se interpenetram com frequência:

A memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher algumas de suas lacunas, pode se apoiar na memória coletiva, [...] e toda essa contribuição de fora é assimilada e progressivamente incorporada à sua substância. Por outro lado, a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas [...].

Ricoeur (2007) explica a memória a partir de duas operações: lembrar e esquecer, ou seja, o esquecimento também faz parte da memória. Com estas operações, é possível nos lembrarmos daquilo que sentimos em determinada circunstância, mesmo que no momento da recordação não tenhamos o mesmo sentimento e tão pouco estejamos no mesmo lugar. Os sentimentos são diferentes no ato de lembrar. Então, é possível vivermos uma experiência de dor em determinado lugar e no momento da lembrança o sentimento provocado por tal experiência tanto pode ser revivido, como ressignificado. Da mesma forma, os lugares no instante da experiência são vividos de uma forma e no rememorar são vividos de forma distinta.

Estamos a considerar que a coisa lembrada traz consigo uma marca temporal de quando foi vivida e outra de quando foi relembrada. Isto significa que podemos estar num lugar e nossa memória deslizar no tempo para que possamos narrar o que foi vivido em outro lugar, mas como se ele estivesse diante de nós e no presente.

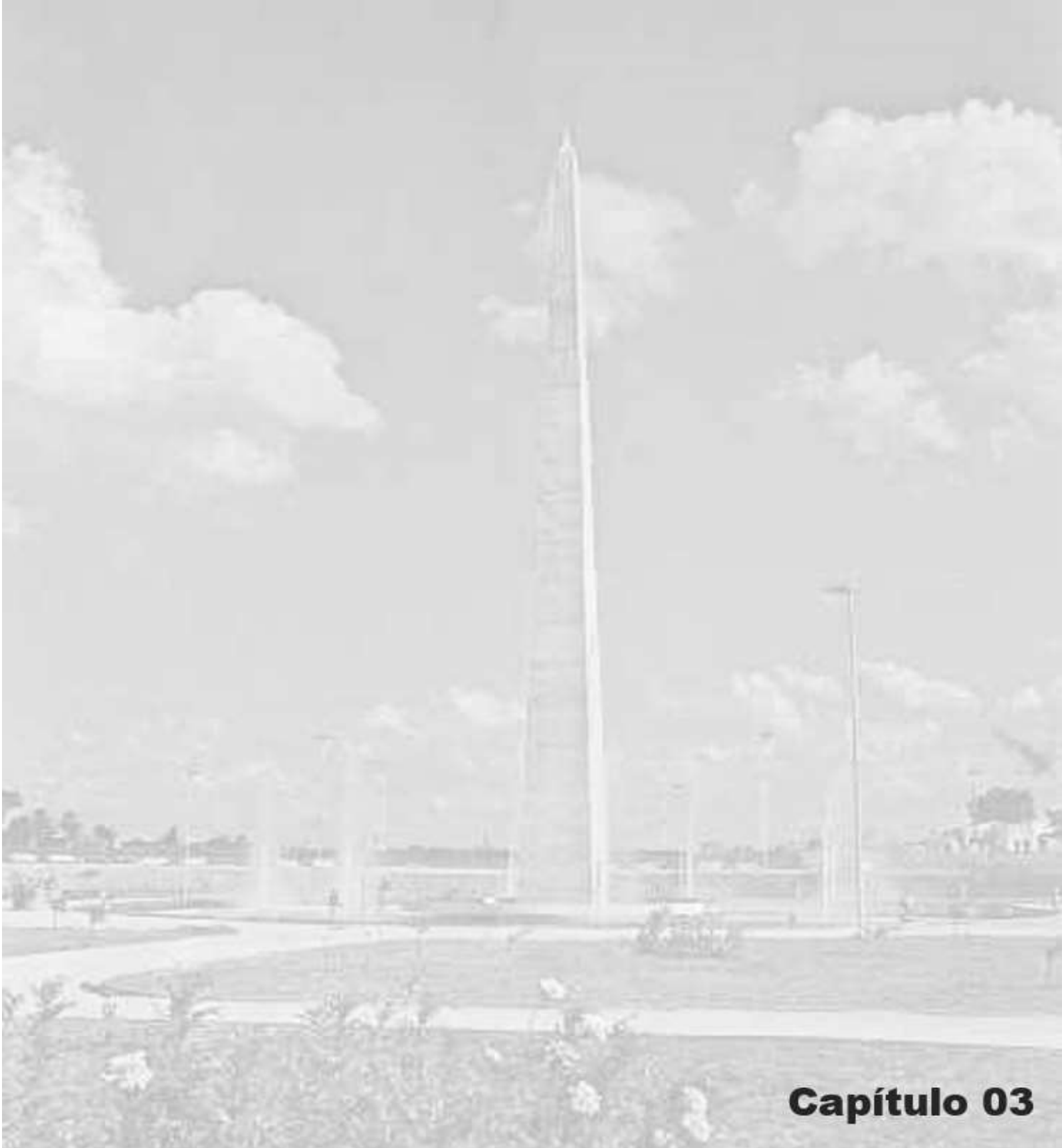
Para Ricoeur, “o ato de se lembrar produz-se quando transcorreu um tempo. E é esse intervalo de tempo, entre a impressão original e seu retorno, que a recordação percorre” (RICOEUR, 2007, p.37). Existe neste intervalo uma presença ausente que outrora foi percebida e experimentada.

Essa marca temporal que há entre o vivido e o lembrado, pode fazer com que as memórias apareçam em narrativas com alguma alteração. Lowenthal (1998, 2015) discute a

confiabilidade da memória subjetiva e não se trata de dizer se uma lembrança é falsa ou verdadeira, se ocorreu ou não ocorreu, se aconteceu exatamente de tal forma ou se há distorções. Esta característica que se associa à inconfiabilidade também é marcada pela capacidade das lembranças de serem alteradas quando as recordamos.

Conhecer a memória de uma cidade é uma das maneiras mais prazerosas de adentrar em sua história. Alguns costumes e edificações são testemunhos do desenvolvimento e transformações que permaneceram na memória por gerações. São dessas memórias afetivas que a essência da cidade se alimenta. Para este trabalho o conhecimento do passado foi percebido em função de relatos do presente, transmitidos oralmente, através das narrativas de diferentes gerações, cujas lembranças e passados não são idênticos, mas são incorporados e ressignificados no cotidiano delas.

A discussão apontou a memória com uma dimensão constitutiva do sujeito e, também, como fundamental para compreensão da indissociabilidade espaço-tempo. Nossas experiências são vividas em determinadas circunstâncias espaço-temporais, ao nos lembramos e narramos tais experiências já estamos em outra circunstância, mas as duas se cruzam e as lembranças se presentificam.



Capítulo 03

**PARQUE EVALDO CRUZ:
DE BOAS LEMBRANÇAS
AO ESQUECIMENTO**

3 PARQUE EVALDO CRUZ: DE BOAS LEMBRANÇAS AO ESQUECIMENTO

3.1 Campina Grande e as iniciativas para sua modernização

A seguir será feita uma breve contextualização sobre o cenário em que Campina Grande se encontrava em meados do século XX. Devido ao amplo desenvolvimento populacional, industrial e educacional em que se encontrava, o município foi incluído no Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), na década de 70, pelo Governo Federal, com o objetivo de orientar o planejamento da cidade, propiciar o desenvolvimento do município e sua região e corrigir os setores com maiores problemas. Havia a necessidade de apresentar Campina Grande como uma cidade moderna e com ares de progresso, e nesse contexto surge o Parque Evaldo Cruz.

A preocupação com a reorganização do espaço urbano de Campina Grande esteve presente em várias décadas. A primeira tentativa de promover uma reforma arquitetônica na cidade foi em 1937¹⁵, durante a gestão do prefeito Vergniaud Wanderlei. Entre os anos de 1960 e 1962, essa preocupação com o projeto de modernização também voltou à tona, sendo elaborado nesse período o Plano Diretor Físico da cidade, época em que foram feitos projetos referentes à urbanização do Açude Velho e Açude Novo, que não chegaram a ser realizados, destacando-se também, entre outras obras, a construção do Teatro Municipal Severino Cabral (OLIVEIRA, 2000).

A ideia de melhorar a qualidade de vida da população e a sua funcionalidade veio à tona novamente em 1972, quando o poder público municipal voltou mais uma vez a se preocupar com a reorganização do espaço urbano. Frente ao desenvolvimento que Campina Grande vivenciava em meados do século XX tanto no âmbito populacional, como também devido a expansão do ensino superior e a produção industrial, o município foi incorporado ao planejamento integrado proposto pelo Governo Federal ao implantar o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI¹⁶), na década de 1970, que serviu para orientar o

¹⁵A partir do ano de 1937 começou a surgir a primeira tentativa de valorização do espaço urbano para tentar organizar e modificar a estrutura da cidade. Nesse período foi exigido o alinhamento dos prédios considerados importantes, como os da praça da matriz; os nomes das ruas, as calçadas, fachadas foram arrancadas ou modificadas. Isso tudo fazia parte da reforma arquitetônica da cidade implantada pelo prefeito Vergniaud Wanderley (1935/1937 e 1940/1945). Nesse período, a urbanização foi intensa. É tanto que a Câmara Municipal votou e aprovou um decreto-lei de 13 de março de 1936, autorizando Vergniaud a utilizar verbas necessárias para o embelezamento e modernização da cidade. Ver mais sobre o assunto em Amorim (2000).

¹⁶O PDLI foi desenvolvido durante a gestão municipal de Evaldo Cruz de 31 de janeiro de 1973 a 31 de janeiro de 1977.

planejamento da cidade, além de propiciar o desenvolvimento do município e sua região e corrigir os setores considerados deficientes da cidade, desde a área de educação e administração, até os problemas urbanísticos.

O Plano de Desenvolvimento Local Integrado propunha a disciplinarização e ordenação do solo urbano, o controle das ocupações das zonas centrais e o desenvolvimento econômico e social a partir do controle das populações periféricas. (...) Assim, a justificativa da necessidade de uma política urbana para as cidades de porte médio é motivada pela procura de um maior equilíbrio inter-urbano-regional e pela interrupção dos fluxos migratórios (CARDOSO, 2000, p. 53-54).

Oliveira (2005, p.86) ainda aponta que o PDLI de Campina Grande “constituiu-se na realidade, em uma imposição do governo militar em consonância com seu modelo de planejamento urbano integrado e centralizado”. O Plano tinha como maior preocupação dotar a cidade de obras de infraestrutura visando à modernização e o desenvolvimento de Campina Grande, constando de pesquisas, diagnósticos e plano preliminar de desenvolvimento, abrangendo informações estatísticas até 1970. A sociedade campinense não foi ouvida, bem como os próprios técnicos municipais que estavam trabalhando na elaboração do Plano.

O PDLI foi elaborado pela Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande (COMDECA) em colaboração com o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), órgão do Ministério do Interior. Antes de dar início aos trabalhos do Plano de Campina Grande, a SERFHAU e a COMDECA definiram a Compartimentação Geoeconômica da Paraíba com base em vários estudos¹⁷ realizados no Estado. A Compartimentação tinha por objetivo a determinação de universos dentro dos limites institucionais do Estado. A imagem a seguir mostra como foi feita a compartimentação.

¹⁷Os estudos foram realizados pelo professor Bernard Issler da Universidade de São Paulo (USP), com a colaboração dos professores Leon Clerot, Lauro Xavier, Beatriz soares Pinto, Abelci Daniel de Assis Gerard Proust, entre outros.



Figura 20: Compartimentação Geoeconômica do Estado da Paraíba

Fonte: Oliveira, 2005.

O Compartimento Litoral Piemonte era polarizado de modo efetivo, em sua maior extensão, por João Pessoa. O Compartimento da Borborema, sob polarização potencial de Campina Grande. No Compartimento Sertão, não tinha cidade que se comportasse como polo, mas havia dois núcleos urbanos que exerciam influência relativa sobre os outros municípios: as cidades de Patos e Sousa (OLIVEIRA, 2005).

O município de Campina Grande, mais importante município da Paraíba, depois de João Pessoa, capital do Estado, exercia uma polarização efetiva e potencial sobre uma extensa área de 23.960 km², 42,5% do território Paraibano, abrangendo 57 municípios, com uma população de mais de um milhão de habitantes, cerca de 50% do efetivo populacional do Estado em 1970. Este conjunto foi definido em 1973 no Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI – sob a denominação de ‘Compartimento da Borborema’, constituído de cinco micro-regiões homogêneas: Agreste da Borborema, Brejo Paraibano, Cariris Velhos, Seridó Paraibano e Curimataú (OLIVEIRA, 2005, p. 42).

Mais uma vez Campina Grande foi comparada a cidades desenvolvidas do Sudeste, pois, segundo Oliveira (2005, p. 91), o PDLI tinha como estratégia “construir uma São Paulo no Nordeste”, com condições para abrigar o desenvolvimento de Campina Grande, cidade polo de interesse microrregional, mediante o estabelecimento de relações entre o crescimento nacional e as características do conjunto da sua estrutura urbana”. Preparando Campina Grande para desempenhar a função de cidade polo do Compartimento da Borborema, o discurso do Plano defendia que à medida que a cidade polo se desenvolvia, as outras cidades do Compartimento da Borborema iam se desenvolvendo, numa polarização efetiva.

Depois de implantado o PDLI, o prefeito Evaldo Cruz (1974-1976) percebeu que era necessário um programa de ação para operacionalizar as metas e assegurar à administração municipal e o dinamismo na realização de atividades. Dessa forma, a prefeitura municipal sancionou a lei nº 28/77 instituindo o Programa Trienal de Ação 1974/1976, em 10 de maio de 1974. As obras de serviços públicos a serem executadas no triênio (1974/1976) foram distribuídas em três categorias de setores: a) físico-territoriais: destinada a ampliar, melhorar ou construir equipamentos nas Zonas Rural ou Urbana; b) socioeconômicos: visando a integração do homem no sistema econômico ou aumentar seu bem-estar na comunidade; e c) administrativos-institucionais: objetivando a expansão dos Sistemas Administrativos e Financeiro do Município.

No plano, os programas e os investimentos no setor físico-territorial seguiam as determinações do PDLI. Evaldo Cruz propusera investimentos no sistema viário; no pátio da Estação Velha; na pavimentação de novas ruas e avenidas; construção de uma nova Estação Rodoviária; urbanização do Açude Novo; construção do Centro Cívico; e do Museu de Arte. Essas propostas foram concretizadas anos depois dotando a cidade de equipamentos modernos (OLIVEIRA, 2005).

Dentre as várias propostas e ações do Programa Trienal de Ação, destaca-se como foco para este trabalho a urbanização do Açude Novo, que inclui também a construção do Museu de Arte.



Figura 21: Anteprojeto do Museu de Arte Assis Chateaubriand dentro da área do Parque Evaldo Cruz

Fonte: Oliveira, 2005.

O Açude Novo acha-se localizado no centro geográfico da área urbana, oferecendo um vasto espaço físico, que urbanizado se revestiria de maior importância devido a implantação de áreas para recreação, lazer e ao processo de recuperação urbana, imposto à cidade. A urbanização desta área também ajudou a elevar o índice de área verde por habitante em Campina Grande, que encontrava-se entre os mais baixos do mundo com apenas 0,48m²/habitante, enquanto o índice indicado pelos urbanistas é de 16,00m²/habitante (dados do IBGE - CG). O prefeito Evaldo Cruz via na urbanização do Açude Novo um meio de humanizar e dinamizar o desenvolvimento da cidade.

Os objetivos da primeira etapa de implantação do Programa Trienal de Ação 1974/1976 seriam a urbanização da bacia do Açude Novo e áreas de contorno, com a construção de equipamentos tais como:

- O Monumento aos Índios Ariús, localizado dentro da bacia e situado exatamente sob coordenadas fixas que definirão o marco "0" da cidade. Construído em concreto armado, de forma piramidal, terá 45 metros de altura e base de 4 metros. Como efeito estético, um lago o circundará, objetivando monumentalidade e beleza com fontes sonoras compondo o conjunto;
- Equipamento de recreação infantil, dando uma utilização nobre a área da bacia, criando uma frequência familiar e educativa, devido a presença do monumento, esculturas e museu de arte;
- A construção do Museu de Arte assume uma elevada importância devido ao fato de o atual museu encontrar-se localizado em uma edificação inadequada ao funcionamento, contando em seu acervo com quadros e outras obras plásticas de elevado valor. O museu proposto, com área de 1.200m², compatível com seu acervo e atuação, deverá ser construído segundo técnicas simples, material de fácil conservação e custo médio;
- A densa arborização e exuberante ajardinamento obecerão ao plano paisagístico já elaborado, visando triplicar o índice de área verde citado anteriormente (OLIVEIRA, 2000, p. 196).

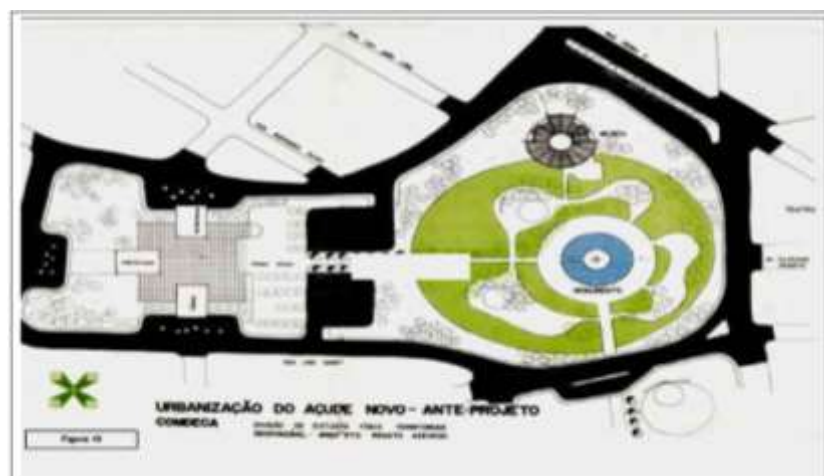


Figura 22: Anteprojeto de Urbanização do Açude Novo

Fonte: Oliveira, 2005.

A Figura 22 mostra o anteprojeto de urbanização do Açude Novo, onde se observa a implantação do Museu de Artes, do obelisco e do projeto paisagístico no projeto original do parque. O projeto para o parque foi construído, mas ao longo do tempo houveram modificações do *layout* do parque.

Após o PDLI, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) contemplou Campina Grande com mais um projeto de urbanização – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA) (década de 1980), também elaborado pela COMDECA. O Projeto CURA, financiado pelo BNH, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), investiu, basicamente, em equipamentos urbanos, em obras de infraestrutura, visando garantir a utilização do solo urbano e amenizar a especulação imobiliária.

Segundo Cardoso (2000), o CURA tinha como meta priorizar as obras que permitissem valorizar as áreas urbanas, destinando seus recursos para a construção de galerias e áreas de lazer, além da pavimentação de ruas. O projeto teve que ser dividido em três fases, onde apenas a primeira, que se refere às desapropriações para a execução de futuras obras, foi executada em sua plenitude. As outras fases foram concretizadas algumas obras, como, por exemplo, a construção do novo terminal rodoviário no bairro do Catolé.

O Projeto CURA (I, II e III) teve início em 1973 e durou até meados da década seguinte, abarcando em Campina Grande os governos dos Prefeitos Evaldo Cavalcanti da Cruz e Enivaldo Ribeiro principalmente, e Ronaldo José da Cunha Lima.

Outras obras que tiveram forte influência na estrutura espacial urbana de Campina Grande, foi a construção de conjuntos residenciais direcionando a expansão urbana no setor oeste. Trata-se dos conjuntos Severino Cabral, Presidente Médici e Álvaro Gaudêncio, um total de quatro mil unidades. A construção data de 1974 à 1981. A execução da obra dos conjuntos foi administrada pela Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP).

Este período foi, certamente, o mais crucial na história de Campina Grande, com a injeção de recursos na economia da cidade, que resultou em uma considerável expansão urbana, principalmente os oriundos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. As políticas implantadas nesse período resultaram no maior percentual de expansão da área urbana (PORTO, 2007).

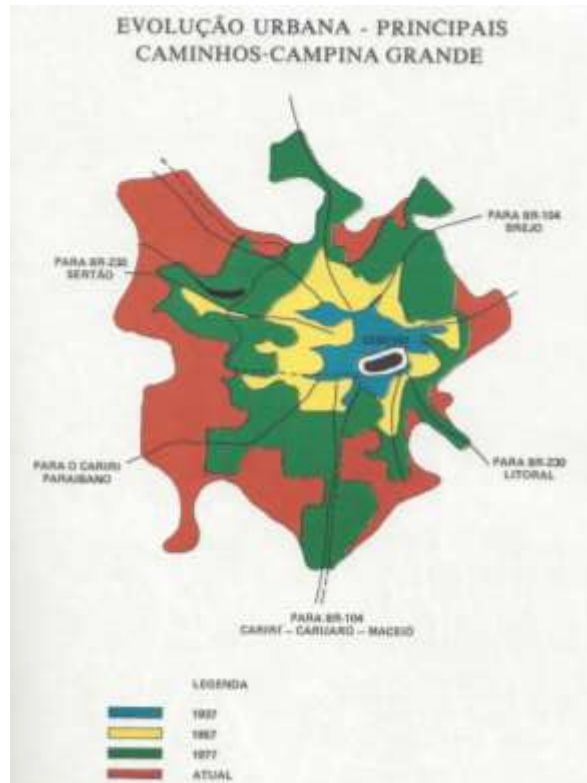


Figura 23: Expansão de Campina Grande em 1980

Fonte: Melo, 1984, p.21.

No mapa, podemos observar que as porções verde e vermelha fazem parte desta segunda grande transformação urbana, um espraiamento, crescimento para a periferia (bordas da cidade). Uma série de projetos foram desenvolvidos em Campina Grande fazendo da década de 1970 até meados dos anos 1980 um período que podemos denominar de segunda grande etapa de urbanização da cidade ou segunda grande reforma urbana, momento em que novas avenidas rasgam a cidade e novos espaços de sociabilidade e institucionais são criados, dando à Campina seus atuais contornos. Em linhas gerais, provocou uma renovação na vida social dos indivíduos que paulatinamente reinventavam suas ações e suas formas de viver.

3.2 Um dia açude, hoje parque: um breve histórico do Parque Evaldo Cruz

Onde hoje se encontra o Parque Evaldo Cruz, no passado já fora um açude. O Açude Novo foi construído em 1830 com o objetivo de abastecer Campina Grande em épocas de seca na região. Foi o segundo açude construído na cidade. O primeiro foi o Açude Velho, que hoje é um importante cartão postal da cidade. Durante 100 anos, os dois açudes foram as únicas fontes de abastecimento de água da cidade, até que as demandas da população começaram a

aumentar e a distribuição hídrica passou a vir da cidade de Puxinanã (1927) e mais tarde, da cidade de Boqueirão (1958). Depois de perder sua principal função, o Açude Novo passou a ser utilizado pela população como um local para prática de esportes, lazer e contemplação, onde sempre aconteciam reuniões de pessoas.

Na Figura 24, uma foto da década de 1950, onde se pode observar o prolongamento da rua 13 de Maio, a direita o Açude Novo, e a esquerda o balde do Açude Novo, onde hoje fica o Parque do Povo.



Figura 24: Açude Novo na década de 1950

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (Blog), 2019.



Figura 25: Açude Novo na década de 1950 sendo utilizado pela população

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (Blog), 2019.

O Açude Novo se manteve como bacia hidrográfica até meados de 1974, quando foi feita sua drenagem preparando o espaço para o novo parque que viria. Em 1976 o Açude Novo foi soterrado e transformado em parque, pelo então prefeito Evaldo Cruz, com projeto assinado pelo arquiteto Renato Azevedo, em parceria com uma equipe multidisciplinar de Recife – PE, composta por arquitetos, paisagistas, advogados e administradores (LIMA NETO; DANTAS; SILVA, 2016). De início o parque recebeu o nome de Parque Açude Novo, mas em 1985 passou

a ser chamado de Parque Evaldo Cruz, após morte do prefeito que o construiu (OLIVEIRA, 2005).

Abaixo, são destacados alguns registros fotográficos acerca do parque. A Figura 26 mostra o parque quando ainda estava em fase de construção e a Figura 27 mostra o parque concluído, em 1976, onde se observa alguns equipamentos infantis e o museu ao fundo. Na Figura 28 pode-se observar uma vista aérea do formato e de como o parque está inserido na malha urbana, incluindo seu entorno.



Figura 26: O Parque Açude Novo sendo construído
Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (Blog), 2019.



Figura 27: O Parque Açude Novo no ano de 1976
Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (Blog), 2019.



Figura 28: Vista aérea do formato e de como o parque está inserido na malha urbana

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (Blog), 2019.

O Parque Evaldo Cruz possui quase quatro hectares, localizado no Centro de Campina Grande. Foi bastante utilizado e apropriado pela população nos anos que sucederam sua inauguração até meados da década de 1990, quando se tem início a decadência da área. Ao longo do tempo passou por algumas reformas e atualmente, é um espaço público que possui boa estruturação física e urbana, com bom potencial de uso, oferecendo áreas destinadas a permanência, dotadas de mobiliário urbano que permitem esse tipo de prática, é também margeado por equipamentos urbanos que atraem grande número de pessoas diariamente, porém encontra-se esquecido e pouco utilizado pela população campinense.

O parque era conhecido como o parque da família, bastante frequentado por pessoas de todas as idades. Principalmente nos dias de domingo, o movimento era intenso e havia grande presença de crianças no local, brincando nos equipamentos infantis que o parque oferecia (Figuras 29 e 30).



Figura 29: Parque Evaldo Cruz e seus usuários em meados da década de 1980

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (Blog), 1979.

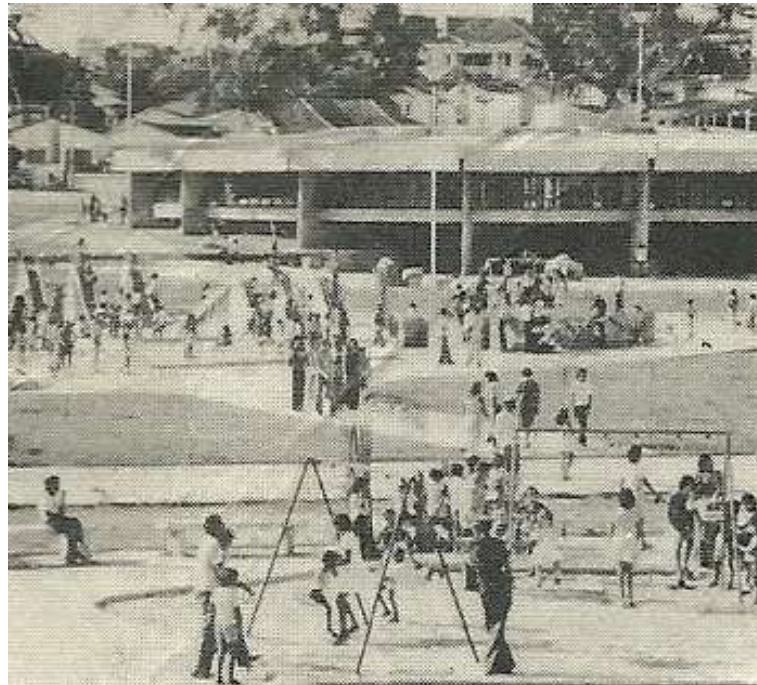


Figura 30: Parque Evaldo Cruz e seus usuários a pós a inauguração em 1976

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (Blog), 2021.

O PEC era ponto de encontro dos amigos e das paqueras. A população frequentava o local para caminhar, paquerar, encontrar pessoas, passear com animais de estimação, brincar e apreciar a fonte luminosa que arroteava o obelisco (Figura 31). Nessa época, o fator segurança não era um problema. Com o passar do tempo, por volta das décadas de 1980 à 1990 o parque

começou a ser pouco frequentado pelos campinenses e passou a ser ocupado por pessoas em situação de rua, por usuários de drogas e vândalos que ao longo do tempo vêm depredando o local. Essas práticas continuam a ocorrer nos dias atuais.

Hoje ficam apenas lembranças saudosas daquele espaço de antigamente, como relatado a seguir:

Eu não cheguei a participar de sua inauguração. Não estava lá. Contudo, frequentei durante anos o Açude Novo nas tardes de domingo. Na época, as árvores e as palmeiras que hoje lhes dão cor e charme era ainda muito pequenas. Eu vi essas árvores crescerem! Lembro também dos escorregos, dos balanços, das gangorras e das amarelinhas que animavam a garotada numa disputa frenética. Infelizmente eles não estão mais lá. Lembro também de um grande labirinto que desafiava a nossa imaginação e de uma enorme armação de aço, em forma de cubo, na qual nos trepávamos atravessando-a de um lado a outro. E o que dizer dos bancos que se espalhavam pelos jardins, da fonte luminosa que jorrava água nos fins de tarde, salpicando nossas roupas de domingo. O que dizer dos vendedores de pipoca, de algodão doce e dos fotógrafos que com seus pequenos pôneis e máquinas possantes, davam um espetáculo à parte. Tudo soava a música e poesia. Ao som de Lady Zu e no ritmo da abertura política que tomava forma, o açude Novo brilhava nas tardes de sol da Rainha da Borborema (RAINHA DA BORBOREMA, 2011).



Figura 31: Imagem noturna mostrando a fonte luminosa alguns mobiliários urbanos

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (Blog), 2019.

Cabe ressaltar que na mesma época em que o PEC caía em desuso, um outro parque foi construído às margens do Açude Velho. Em 1993, o Parque da Criança foi entregue aos campinenses, na gestão do Prefeito Félix Araújo. Tendo sido construído a partir do projeto de um antigo Curtume, o parque foi projetado para propor uma ressignificação ao espaço e também no sentido de projetar um ambiente destinado ao lazer e práticas de divertimentos voltados às crianças. Além de estar localizado em uma área central da cidade o parque oferece um espaço

tranquilo e abrangente, com presença de grama e vegetação em boa parte da sua área. No sentido de proporcionar o bem-estar e incentivo às práticas saudáveis, os frequentadores deste lugar dispõem de pista para caminhada e ciclovia, pista de skate, aparelhos para atividade física, quadra de basquete, quadra de vôlei de areia, campo de futebol de areia, quiosques além de outros equipamentos que auxiliam no divertimento e socialização das pessoas.

Além de vários problemas como o desgaste pelo tempo, marginalidade, falta de iluminação e falta de atenção pela prefeitura para com o PEC, a construção do novo parque pode ter sido um dos motivos¹⁸ pelos quais a população tenha deixado de frequentar o PEC. Além de também possuir boa localização, o Parque da Criança era uma novidade na cidade e oferecia para a população uma boa infraestrutura e mais opções de lazer.

Com o objetivo de atrair novamente a população para utilizá-lo, em 2002 o PEC foi fechado para reforma e reaberto em 2004. Nele havia, além da fonte, do obelisco e das árvores e bancos, brinquedos para crianças: balanços, escorregos, gangorras, labirinto, etc. Na reforma renovaram os bancos e a fonte luminosa, mas os brinquedos deixaram de existir. Algumas barraquinhas que antes funcionavam às margens do parque foram transferidas para seu interior.

Os brinquedos atraíam muitas crianças para o parque, e junto com elas os seus responsáveis. Eram equipamentos responsáveis por grande parte da presença de pessoas no local. Ao serem retirados depois da reforma, o público infantil ficou sem muitas opções de atividade, um fator que pode ter contribuído ainda mais para a diminuição do uso do parque por parte da população. Com o passar do tempo, o parque foi cada vez mais perdendo significado para os campinenses e as formas de uso e apropriação foram se transformando.

A reforma mais recente, feita dentro do parque aconteceu em 2008, no ano de inauguração do Terminal de Integração construído na margem norte do PEC. Naquele momento, podia ser observado um local bem cuidado, limpo, arborizado, com a presença de mobiliário como lixeiras e bancos, tudo pintado, sem vestígios de marginalidade impressos na paisagem (Figura 32).

¹⁸A partir das entrevistas feitas durante esta pesquisa, foi investigado se a construção do Parque da Criança foi algo que contribuiu para a decadência do Parque Evaldo Cruz.



Figura 32: Parque Evaldo Cruz após reforma em 2008

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (Blog), 2019.

Nas imagens a seguir (Figura 33) pode-se observar como a aparência do parque mudou até os dias de hoje. Atualmente encontra-se um lugar mais árido e menos arborizado do que antigamente. Ainda com aparência de limpo, pois a coleta é feita semanalmente e em visita a local pôde-se observar funcionários da prefeitura limpando o parque. O mobiliário encontra-se em péssimo estado e muitos foram retirados, a exemplo das lixeiras. Os quiosques e barracas encontram-se fechados. O obelisco e outras partes do parque, estão depredadas com pichações. Os banheiros apresentam uma estrutura degradada, com bacias sanitárias, chuveiros e torneiras saqueados, sendo utilizados para consumo de drogas e prostituição.



Figura 33: Parque Evaldo Cruz em 2019

Fonte: Acervo pessoal do autor, 2019.

Após breve exposição da trajetória do parque percebe-se que os tipos de usos e apropriações do Parque Evaldo Cruz se transformaram ao longo do tempo. No próximo

capítulo, será apresentada a discussão dos resultados com base em dados colhidos a partir da aplicação de entrevistas a moradores de Campina Grande. O Parque Evaldo Cruz será apresentado a partir da percepção dessas pessoas, que contaram sobre suas vivências e experiências no parque, desde sua inauguração até os dias de hoje.

3.3 O parque Evaldo Cruz e seu entorno imediato: caracterização da área de estudo

3.3.1 Localização

O Parque Evaldo Cruz está localizado no Centro da cidade de Campina Grande, entre as coordenadas de latitude $7^{\circ}22'19''S$ e longitude $35^{\circ}88'91''W$, correspondentes ao obelisco Ariús, erguido no centro do parque, e é margeado pelos bairros Prata e São José.



Figura 34: Localização da Paraíba no Brasil e do Parque Evaldo Cruz em Campina Grande

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

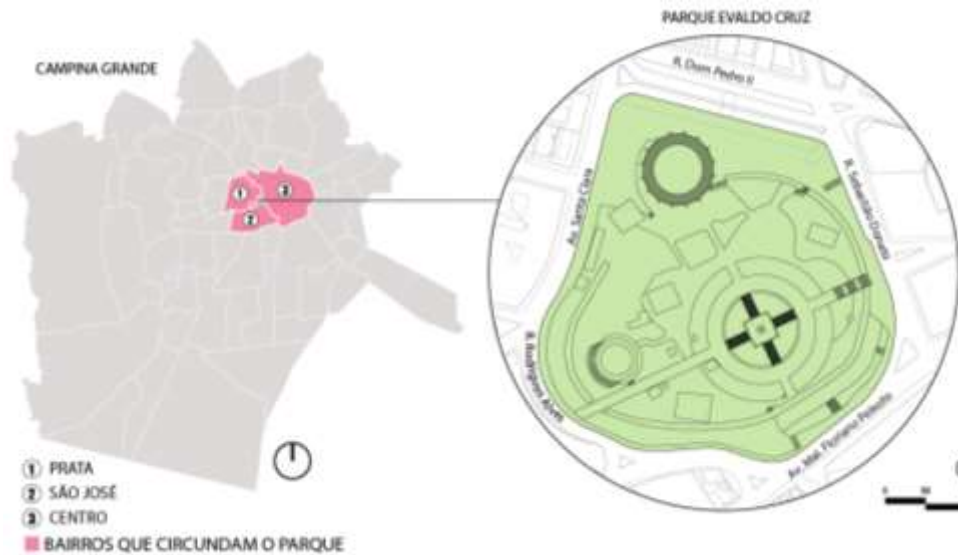


Figura 35: Localização da Área de Estudo

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

3.3.1.1 Aspectos legais

O Plano Diretor da cidade de Campina Grande, a Lei Complementar N° 003, de 09 de outubro de 2006, em seu Art. 8 define que “a sustentabilidade urbana e rural é entendida como desenvolvimento local equilibrado, nas dimensões social, econômica e ambiental embasado nos valores culturais e no fortalecimento político-institucional”. Sendo assim, a lei determina a melhoria contínua da qualidade de vida das gerações presentes e futuras, uma vez que se apoia:

[...] II - na valorização e requalificação dos espaços públicos, da habitabilidade e da acessibilidade para todos; [...] V - na recuperação, proteção, conservação e preservação dos ambientes natural e construído, incluindo-se o patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico; [...] (PMCG, 2006).

Observou-se que exigências regulamentadas não estão sendo cumpridas na gestão do Parque em estudo, uma vez que foi possível observar a desvalorização de um espaço que já fora tão significativo para a população campinense.

A gestão urbana do Município de Campina Grande tem os seguintes objetivos gerais, de acordo com o Art. 10:

I – ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, garantindo o direito à cidade sustentável, nele abrangido o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; II – reconhecer a diversidade espacial como elemento da paisagem do Município de Campina Grande; III – ampliar os espaços públicos e reconhecer sua importância

como áreas essenciais para a expressão da vida coletiva; IV – manter e ampliar os programas de preservação do patrimônio natural e construído e incentivar a sua conservação e manutenção; [...] (PMCG, 2006).

Diante do exposto, ressalta-se a importância que o Parque assume no meio urbano, seja como forma de garantir a diversidade espacial, como opções de lazer e vida coletiva, bem como a necessidade de manutenção e conservação do patrimônio natural e construído.

O município de Campina Grande tem seu território dividido em duas Macrozonas complementares, a Macrozona Urbana e a Macrozona Rural, sendo a primeira destinada fundamentalmente a atividades urbanas, tais como residenciais, industriais, comerciais, de serviços, turismo e lazer. Esta Macrozona é subdividida em quatro zonas - Zona de Qualificação Urbana, Zona de Ocupação Dirigida, Zona de Recuperação Urbana e Zona de Expansão Urbana (PMCG, 2006). A Figura 33 apresenta o mapa da disposição das zonas que formam a Macrozona Urbana de Campina Grande, onde se observa que os bairros do Centro, Prata e São José, e consequentemente o Parque Evaldo Cruz, estão inseridos na Zona de Qualificação Urbana.

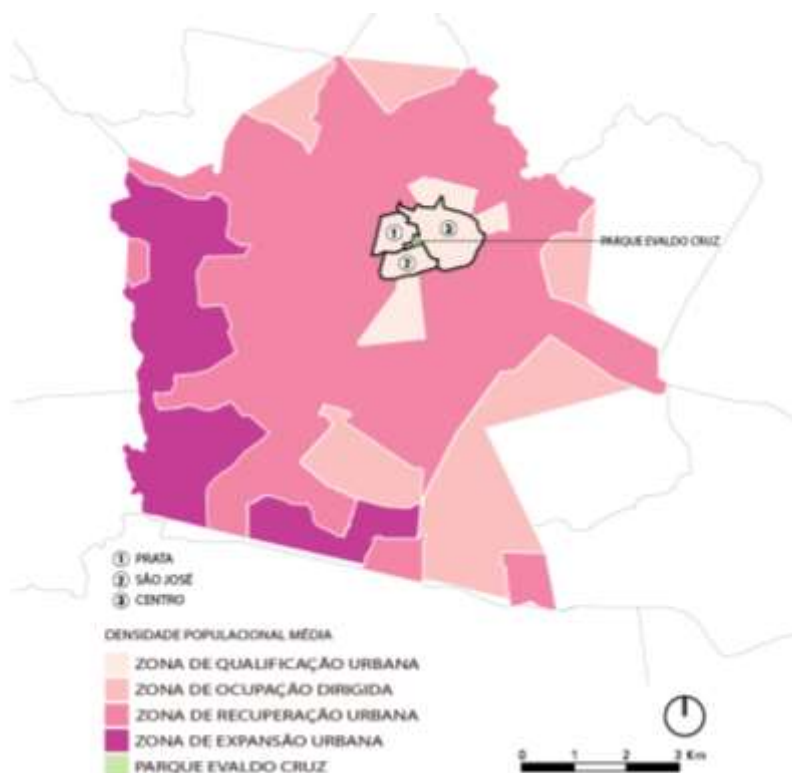


Figura 36: Mapa de Macrozoneamento de Campina Grande

Fonte: Adaptado de Plano Diretor, 2015.

A Zona de Qualificação Urbana caracteriza-se por usos múltiplos, sendo possível a intensificação do uso e ocupação do solo, em virtude de as condições físicas serem propícias e

da existência de infraestrutura urbana consolidada. São objetivos da Zona de Qualificação Urbana: ordenar o adensamento construtivo, permitindo o adensamento populacional onde este ainda for possível, como forma de aproveitar a infraestrutura disponível; evitar a saturação do sistema viário; ampliar a disponibilidade de equipamentos públicos, os espaços verdes e de lazer (PMCG, 2006).

3.3.1.2 Bairros: Centro, Prata e São José

Foi realizada uma coleta de dados populacionais produzidos pelo IBGE, para que fosse possível tecer considerações gerais sobre aqueles que habitam o entorno do parque e consequentemente ampliar a visão sobre os bairros que compõem o contexto urbano mais diretamente relacionado a esse espaço público.

No geral, a cidade de Campina Grande possui baixa densidade e os três bairros estão inseridos em uma área nesse mesmo contexto. Segundo dados do IBGE, Censo 2010, são bairros com densidades similares (0 até 75 hab/hec), onde apenas uma pequena área da Prata e do São José é mais adensada (75 a 150 hab/hec), características que podem ser observadas na Figura 37. Quanto ao fator renda, a grande maioria dos moradores desses bairros caracterizam-se por possuir médio poder aquisitivo (3 a 6 SM). Apenas uma porção do bairro da Prata se mostra com um poder aquisitivo mais alto (6 a 10 SM), como se observa na Figura 38.

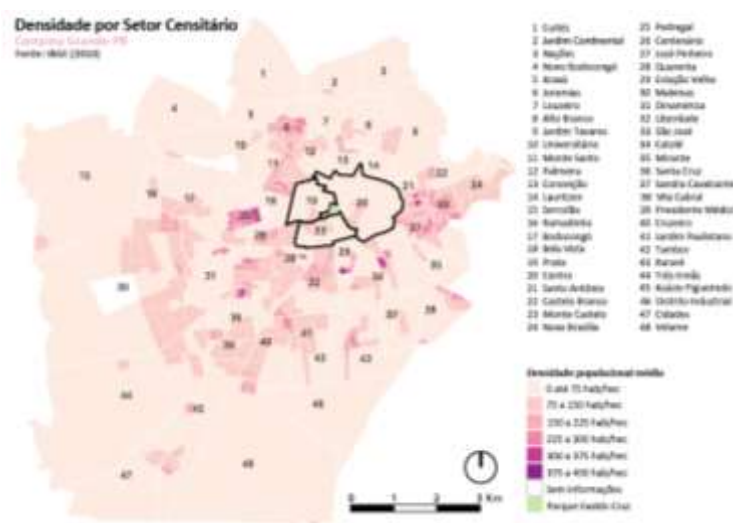


Figura 37: Mapa de Densidade de Campina Grande

Fonte: Adaptado de IBGE, 2010.

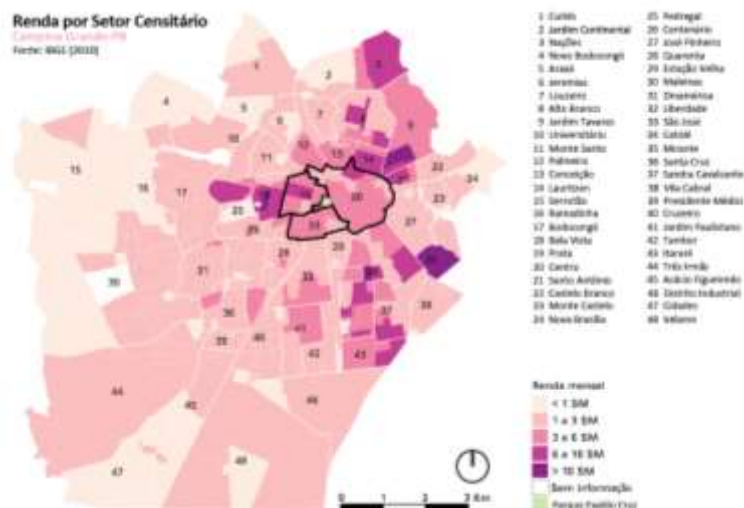


Figura 38: Mapa de Renda de Campina Grande

Fonte: Adaptado de IBGE, 2010.

3.3.2 *Uso e ocupação do solo*

O uso do solo é um dos fatores determinantes na dinâmica do espaço urbano e de acordo com ele vai variar o movimento de pessoas nos espaços públicos nos diferentes turnos. No mapa a seguir, identifica-se as atividades predominantes no entorno do Parque Evaldo Cruz. Ao analisar as quadras que estabelecem uma relação de proximidade com o parque observa-se que os usos predominantes são residencial e serviço, seguidos dos usos comercial e misto (Figura 39).

A maioria dos lotes nos quais funcionam serviços e comércios, estão abertos apenas em horário comercial, fazendo com que durante o turno da noite o movimento de pessoas seja menor na área. Na região do entorno, há alguns bares e restaurantes que funcionam durante a noite, mas nada que consiga tornar a área do parque, em específico, muito movimentada nesse período do dia.

O Terminal de Integração localizado na margem norte do parque, potencializa a conexão da área com o restante da cidade, garantindo que pessoas de qualquer ponto do município possam acessá-lo todos os dias, nos diversos horários. No entanto, essas pessoas que são atraídas para a região todos os dias, não utilizam o espaço interno do parque, onde as pessoas poderiam tomar um café, fazer um lanche, ou simplesmente contemplar a natureza em meio a corrida rotina cotidiana. Como se observa na Figura 39, todos os estabelecimentos no interior do parque, com exceção de um, encontram-se fechados e sem uso algum. Esse fato colabora,

negativamente, com a situação já existente. As pessoas não são atraídas a frequentar lugares que não lhes oferecem oportunidades trocas sociais, compras ou realizar alguma atividade.

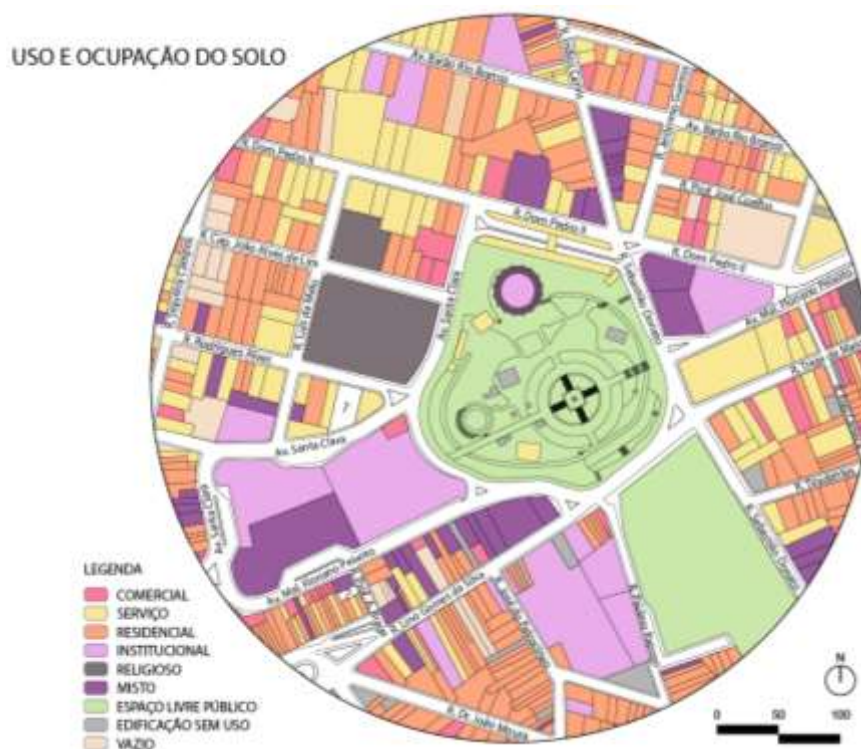


Figura 39: Mapa de Uso e Ocupação do solo

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

3.3.3 *Cheios e vazios*

A análise do mapa de cheios e vazios permite uma melhor compreensão da densidade construtiva de determinado local. No mapa a seguir percebe-se uma densidade construtiva significativa, já que não se observa muitas áreas vazias. É uma área já consolidada da cidade, na qual na maioria dos lotes se observa edificações construídas. O que tem acontecido na região do entorno imediato é uma suave verticalização, com a demolição de algumas edificações para a construção de novos prédios.



Figura 40: Mapa cheios e vazios do parque e do entorno imediato

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

3.3.4 Hierarquia Viária

A hierarquização de vias do mapa a seguir, foi feita de acordo com a classificação presente no Plano de Mobilidade Urbana de Campina Grande (PlaMob). Segundo o mesmo, em seu Capítulo IV – da hierarquização das vias, Art. 21, a hierarquia viária é estabelecida em função da capacidade de tráfego, da integração com a mobilidade e malhas urbanas e da compatibilidade com os usos estabelecidos pela Lei do Plano Diretor de Campina Grande – PB. De acordo com Art. 23 o Sistema Viário apresenta a seguinte hierarquização: I – Sistema Viário Urbano: a) Rodovia e Anel Viário; b) Via Estrutural; c) Via Arterial Principal e Via Arterial Secundária; d) Via Coletora; e) Via Local; f) Via Marginal; g) Ciclovia ou Ciclofaixa; h) Via de Pedestre;

O entorno do parque apresenta a predominância de vias locais, as quais ainda são de baixo fluxo, se comparadas as vias arterial, coletora e estrutural (Figura 41). Porém, um dos acessos ao PEC é garantido por uma via estrutural de fluxo intenso e que corta toda a cidade, a Av. Floriano Peixoto, o que demonstra a boa localização e inserção do espaço na malha urbana campinense. Além dessa importante via estrutural, o parque também é margeado pelas ruas Dom Pedro II e Sebastião Donato, arterial principal e coletora respectivamente, duas vias de

intenso fluxo no centro da cidade, confirmando a localização do PEC em área com alto nível de integração e fluxo intenso da cidade.



Figura 41: Mapa de hierarquia viária do entorno imediato

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

3.3.5 Vegetação

O mapa de vegetação indica as áreas de concentração de vegetação, áreas de plantio, porte da vegetação e áreas de vegetação rarefeita. No mapa a seguir observa-se apenas a vegetação referente ao interior do Parque Evaldo Cruz, onde há a predominância de vegetação de grande porte, o que reflete na presença de grandes copas de árvores (Figura 42).



Figura 42: Mapa de Vegetação

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

A vegetação foi um dos principais enfoques do projeto do parque para compensar o baixo índice verde que havia na cidade, no entanto, nota-se que o porte arbóreo, atualmente, constitui um fator que oferece determinado bloqueio visual. Isto ocorre, pois como o parque encontra-se abaixo do nível das ruas que o circundam, as árvores que crescem em seu interior, bem como o tipo de copa, impedem parte da percepção visual entre o meio externo e interno, não havendo continuidade e fácil interpretação da paisagem. Pessoas que caminham nas calçadas não conseguem visualizar com clareza o que acontece dentro do parque. Além disso, a poda das árvores não acontece em períodos regulares, fator que ajuda a agravar ainda mais a situação relatada anteriormente, além de bloquear a iluminação, que já é precária, no período noturno, fazendo com que a escuridão invada o parque, aumentando ainda mais a sensação de insegurança.



Figura 43: Vista aérea onde se observa a densidade arbórea do Parque

Fonte: Google Maps, 2020.



Figura 44: Descontinuidade visual entre área interna e externa do Parque

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Em visita ao local, observou-se a descaracterização e desvalorização do paisagismo da área, caracterizada pela ausência de espécies gramináceas, sendo mais representativas as espécies espontâneas (mato), a presença de solo desnudo, restos radiculares aparentes e muitos troncos de árvores cortados, o que reflete o descuido e a manutenção limitada do parque. Nas

imagens a seguir, observa-se uma área muito árida, reflexo do descuido com o paisagismo e ausência de forrações.



Figura 45: Falta de cuidados com o paisagismo do Parque

Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

Observou-se também, certa descontinuidade na plantação das Palmeiras Imperiais (presentes desde a construção do parque) que circundam a área da fonte e do obelisco, bem como de muitas árvores e arbustos nas bordas dos jardins, destacando o descuido com o patrimônio natural presente no Parque.



Figura 46: Descontinuidade na plantação de Palmeiras Imperiais

Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

3.3.6 Edificações/equipamentos internos e do entorno

Com o passar dos anos as edificações começaram a ser construídas nas margens e no entorno imediato do PEC. O antigo Museu Assis Chateaubriand, atual Secretaria de Cultura (SECULT), foi construído dentro do parque e possuía comunicação direta com o mesmo através de um acesso que se dava por dentro do parque (LIMA NETO; DANTAS; SILVA, 2016). Porém muitas edificações que foram sendo construídas não mantiveram relações tão “amigáveis” com o PEC, passando a dar as “costas” para o mesmo – são elas: o Convento das Clarissas, o Teatro Municipal Severino Cabral, o Terminal de Integração e lanchonetes.



Figura 47: Caracterização do entorno

Fonte: Adaptado de Google Maps, 2020.

O prédio do Museu, após algum tempo, teve sua relação com o parque limitada. Como mostra a Figura 48, originalmente o Museu fora construído sobre pilotis e uma escada o mantinha ligado ao parque. Sua parte inferior era um vão livre, o que proporcionava um espaço destinado à realização de feiras de artes, vendas e apresentações culturais. No entanto, hoje a escada e essa área foram fechadas e o que antes era um espaço integrado ao PEC foi convertido em salas que hoje pertencem a Universidade Estadual da Paraíba, como se observa na Figura 49.



Figura 48: Prédio original do Museu Assis Chateaubriand após inauguração

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (Blog), 2021.



Figura 49: Muro que encobriu os pilotis que sustentavam o museu

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

A falta de relação entre o Convento das Clarissas e o parque pode ser explicada pela forma como algumas freiras devem viver, enclausuradas. Desta forma, não seria viável para o convento ser construído mantendo estreitas relações com o PEC que sempre receberia muitas pessoas. A Figura 50 mostra o muro do convento que fica em frente ao PEC. Um muro alto e cego, que impede qualquer contato visual entre quem está no parque e no convento, aumentando ainda mais a sensação de insegurança na área.



Figura 50: Muro do Convento das Clarissas

Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

O Teatro Municipal deveria ter sua entrada principal voltada para o PEC, mas por questões de topografia, o prédio foi erguido dando as “costas” para o espaço público. Então, como solução para esse impasse, pensou-se em construir uma praça aos fundos do teatro, como uma forma conectar o teatro ao Parque Evaldo Cruz, um espaço público tão importante que se encontrava tão próximo a ele. A praça não foi construída e hoje a fachada posterior do teatro é encoberta por edificações que foram construídas onde deveria ser a praça. Mais um equipamento que nega o parque.



Figura 51: Fachada posterior do Teatro Municipal Severino Cabral

Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

O Terminal de Integração foi construído na frente do Museu, obstruindo a visão de sua fachada principal. O terminal também se configura como uma barreira visual entre quem passa

pela rua Dom Pedro II e a parte interna do parque. Mais um equipamento que não mantém relação com o PEC, apesar de se localizar vizinho a ele. “Hoje o projeto arquitetônico do PEC foi violentamente adulterado com a construção de um terminal de ônibus que ocultou a paisagem verde e o prédio do museu com um paredão de cimento e metal, impedindo também o acesso de veículos a secretaria de cultura”¹⁹.



Figura 52: Barreira visual causada pelo Terminal de Integração

Fonte: Adaptado de Leydson Jackson, 2021.



Figura 53: Grade que determina o limite da área do terminal e perpassa toda a fachada norte do parque

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

¹⁹ Disponível em: <https://issuu.com/revistaseculoemeio/docs/campina_seculo_e_meio-volume-4>. Acesso em: 9 jul. 2021.

As lanchonetes estão localizadas no perímetro do parque, as quais viram-se para a rua, mantendo pouca ou quase nenhuma relação com o PEC. Quem frequenta as lanchonetes, utilizando as mesinhas espalhadas na calçada, não chega a adentrar o parque. As fachadas posteriores dessas lanchonetes viram-se para o parque, contribuindo para enfeiar a área, devido a falta de cuidados estéticos e higiênicos.



Figura 54: Fachadas principais de lanchonetes que se localizam na calçada do PEC

Fonte: Acervo pessoal, 2021.



Figura 55: Fachadas posteriores de lanchonetes que se localizam na calçada do PEC

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

A Figura 56, demonstra através de ilustração as transformações morfológicas da área. Tanto no sentido de urbanização, de equipamentos importantes estarem sendo construídos nas proximidades do PEC, como a falta de relação desses equipamentos com o parque. Foram sendo construídos, um a um, sem haver a preocupação de se conectar a um espaço público tão

importante e significativo para os campinenses. A conexão desses equipamentos com o PEC, traria benefícios socioespaciais e visuais para ambos.

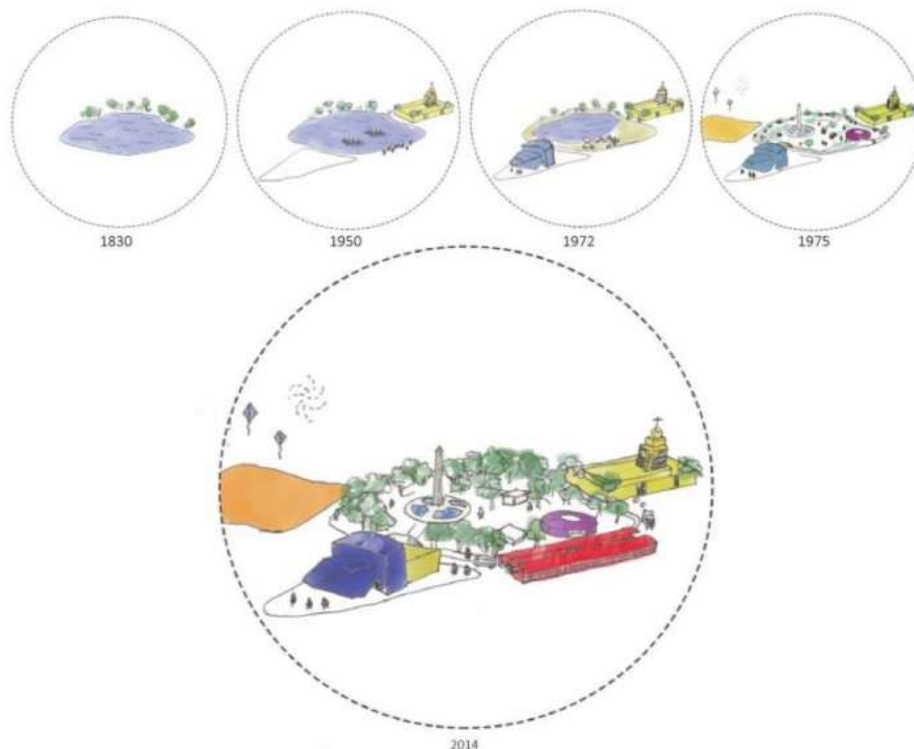


Figura 56: Transformações morfológicas ocorridas na área – relação entre os edifícios construídos e o espaço livre representado pelo parque

Fonte: ALBINO *et al*, 2015.

Ao longo de sua história, o PEC sofreu algumas alterações em relação ao seu projeto original, o que pode ser percebido ao comparar imagens antigas à sua configuração atual. Por exemplo, a área ao redor do obelisco – que antes possuía um formato circular e apenas uma passarela de acesso à fonte luminosa (1ª imagem na Figura 57) – foi modificada. Hoje possui mais três passarelas que permitem que os pedestres cruzem a área, apresenta um formato mais ortogonal e a fonte não mais funciona (2ª imagem na Figura 57).



Figura 57: Mudanças na área ao redor do obelisco

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (Blog), 2019.

Além de mudanças físicas, houveram algumas alterações nos tipos de uso do espaço durante estas transformações morfológicas. Os equipamentos infantis que convidavam crianças à permanência, foram retirados e hoje quase não se vê mais a presença delas nesse espaço.



Figura 58: Equipamentos infantis que foram retirados do PEC

Fonte: Acervo do Museu Histórico de CG, 2020.

Com relação as edificações no interior do PEC, bares, quiosques e a sede da Força Florestal encontram-se fechadas. Como mencionado, há apenas um quiosque em funcionamento.



Figura 59: Bares, quiosques e a Sede da Força Florestal (1ª imagem) fechados no interior do PEC

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

3.3.7 *Infraestrutura*

3.3.7.1 *Mobiliário urbano*

Segundo Ascher (2010), o mobiliário urbano é um elemento paisagístico bastante relevante no entendimento da paisagem de uma cidade. Para os espaços comuns sua importância está em contemplar funcionalmente várias necessidades e agregar valor estético e emocional, criando uma segurança psicológica para muitos usuários que se sentem “particularmente vinculados” ao local por apego ao mobiliário.

O mobiliário assume as seguintes tipologias: a) descanso: bancos, mesas e etc.; b) lazer: brinquedos e aparelhos de ginástica; c) comunicação: semáforos, painéis, totens, dentre outros;

d) limpeza: lixeiras e containers; e) infraestrutura e paisagismo: fontes, bebedouros, jarros, pergolados, luminárias e elementos escultóricos (MASCARÓ, 2008).

Através de visitas *in loco* pôde-se observar a precariedade em que se encontra o mobiliário do parque. Alguns estão distribuídos de forma aleatória e sem planejamento, enquanto outros contribuem para a socialização no local, uma vez que se adequam a suas funções.

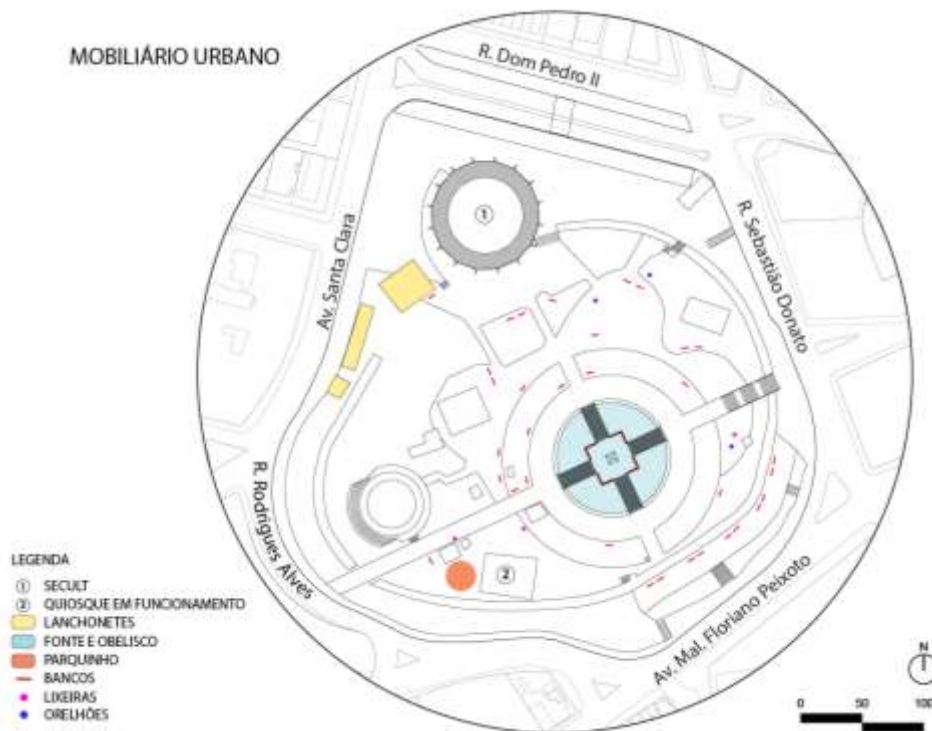


Figura 60: Localização do mobiliário urbano do PEC

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

Os bancos são de concreto armado, em formato retangular. Encontram-se no interior do parque. Alguns possuem encostos, outros não e muitos se encontram quebrados e deteriorados pela ausência de manutenção. Com relação a implantação dos mesmos, os encontros não são favorecidos. Estão sempre lado a lado, o que não oferece boas condições para que um grupo de pessoas converse mantendo contato visual de forma confortável, por exemplo.



Figura 61: Bancos em concreto no Parque Evaldo Cruz

Fonte: Acervo pessoal, 2020.



Figura 62: Bancos deteriorados no Parque Evaldo Cruz

Fonte: Acervo pessoal, 2020.

A fonte luminosa e o obelisco estão localizados no centro do parque, mais precisamente no encontro dos eixos ortogonais que dividem a cidade. O obelisco apresenta forma piramidal e foi construído em concreto aparente, possuindo 45 metros de altura, circundado por um espelho d'água com fontes e efeitos luminosos. O espelho d'água encontra-se seco, e as fontes e a iluminação não funcionam mais, além de depredação visível ao monumento.



Figura 63: Estado de conservação do obelisco e fonte luminosa

Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

As lanchonetes, quiosques localizados na porção oeste do parque têm período de funcionamento mais intensificado durante a noite, recebendo clientes apenas em mesinhas nas calçadas que circundam o parque. Os carros estacionam na frente das lanchonetes e as vezes os clientes preferem fazer a refeição dentro dos próprios veículos.



Figura 64: Lanchonetes no entorno do PEC durante o período noturno

Fonte: Robson Porto, 2029²⁰.

²⁰ Disponível em: <<https://www.labrua.org/pesquisas/acudenovo/>> Acesso em: 14 jul. 2021.

As lixeiras estão dispostas em quantidade reduzida. Foram observadas em locais bem aleatórios, onde a maior concentração delas é próximo ao quiosque em funcionamento.

Com relação ao mobiliário infantil, estes foram retirados após reforma em 2002. Os únicos brinquedos observados encontram-se próximo ao quiosque em funcionamento, onde o proprietário arcou com os custos do parquinho para que pudesse atender aos filhos de seus clientes. Em geral, o mobiliário existente não corresponde satisfatoriamente às necessidades que um espaço público deveria atender.



Figura 65: Único parquinho encontrado no PEC

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

Como se observa na Figura 66, há uma quantidade considerável de postes instalados no PEC. Porém, a iluminação encontra-se defasada e o espaço não é bem iluminado no período noturno. Em visitas ao local, pôde-se observar muitas lâmpadas queimadas, mas o número de lâmpadas quebradas é bem expressivo.

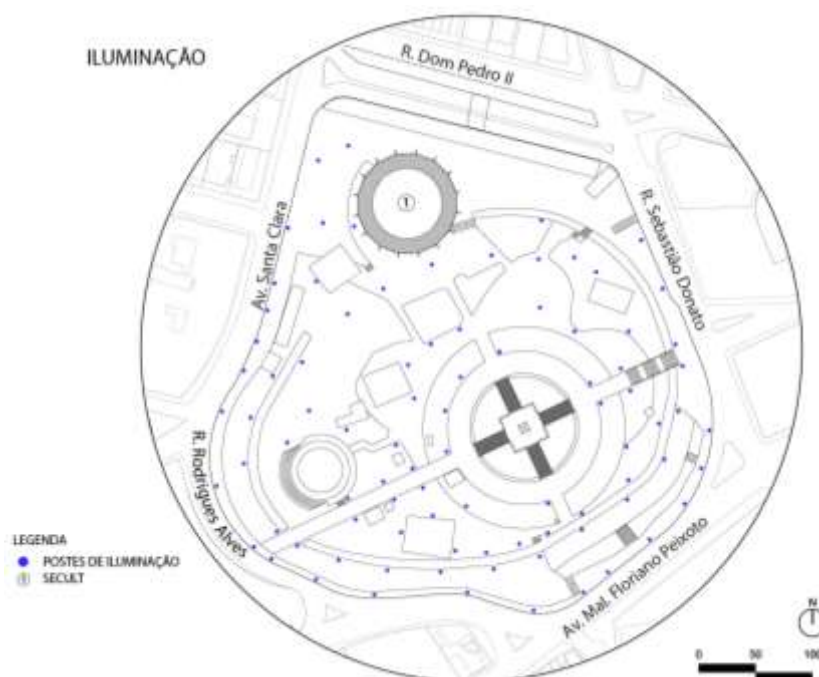


Figura 66: Mapa de localização dos postes de iluminação no PEC

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.



Figura 67: Lâmpada quebrada no PEC

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

As instalações da fonte luminosa encontram-se desativadas, e o show de luzes e águas que um dia encantou a população e os turistas não acontece mais.



Figura 68: Fonte luminosa desativada

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

3.3.7.2 Pavimentação

Em geral, a pavimentação existente confunde a percepção visual do usuário. Em visitas ao local, pôde-se sentir o incomodo em caminhar em um espaço que não tem seus caminhos bem definidos. Os caminhos que circundam canteiros do parque não possuem pavimentação definida em termos de material, há apenas uma demarcação. Mas, a areia dos canteiros, por ação do vento e de chuvas, invade os caminhos demarcados deixando a circulação muito confusa.



Figura 69: Caminhos confusos dentro do PEC

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

A área mais próxima ao obelisco tem a circulação mais bem definida. A pavimentação presente nos arredores do obelisco e no eixo nordeste-sudoeste que corta o parque é feita com paralelepípedos, que ainda não é a indicada para acessibilidade universal. Além das calçadas que circundam o parque, poucas áreas são pavimentadas em seu interior, como se observa no mapa a seguir.

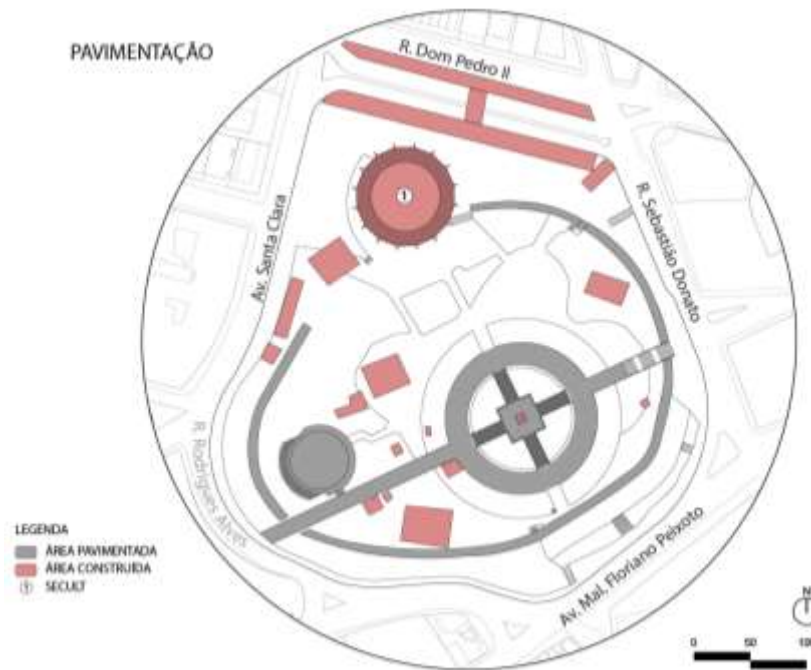


Figura 70: Área pavimentada do PEC

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

3.3.7.3 Banheiros

O PEC dispõe de banheiros públicos masculino e feminino, que se encontram localizados em baixo da escada principal do parque e não atendem as normas de acessibilidade. Apresentam uma estrutura degradada, com bacias sanitárias, chuveiros e torneiras saqueados, sendo utilizados para consumo de drogas e prostituição em seu interior, segundo o vigia do parque encontrado em uma das visitas a campo. A administração do parque não realiza a manutenção e a limpeza regular dos banheiros, o que fica a cargo daqueles (moradores de rua) que se dispõem a limpar quando querem usar algo mais limpo.



Figura 71: Localização dos Banheiros

Fonte: Acervo Pessoal, 2020



Figura 72: Entrada dos Banheiros na escadaria principal do PEC

Fonte: Acervo Pessoal, 2021.



Figura 73: Interior dos banheiros do PEC

Fonte: Acervo Pessoal, 2020.

O quiosque que ainda se encontra em funcionamento dispõe de banheiros que atendem a seus clientes, uma espécie de banheiros privados que tem o público selecionado. O estabelecimento oferece banheiros masculino, feminino e LGBT.

Esse diagnóstico foi realizado com o objetivo de compreender a situação do PEC e como o mesmo é apropriado atualmente, após suas transformações socioespaciais ao longo do tempo. Os resultados obtidos a partir desta análise física, foram confrontados com as entrevistas, comprovando relatos que apontam que o processo de degradação da área evidencia a falta de cuidado e abandono, o que comprova a inexistência de políticas públicas administrativas que explorem e revalorizem o parque.



Capítulo 04

O QUE ME CONTARAM DO PARQUE EVALDO CRUZ

4. O QUE ME CONTARAM DO PARQUE EVALDO CRUZ

Como já mencionado no capítulo que aborda os procedimentos metodológicos, esta pesquisa, além de buscar aporte teórico na pesquisa bibliográfica e documental, também utilizou da ferramenta metodológica fornecida pela História Oral.

De acordo com Thompson (2002), a história oral traz evidências vindas de múltiplas direções, possibilitando uma reconstrução mais realista do passado ao recriar vários pontos de vista, em consonância com o plano experiencial da realidade – completo e multifacetado.

Thompson (2002) coloca que a história oral pode ser muito bem-vinda em projetos de pesquisa, principalmente quando o foco se encontra em raízes históricas enquanto elementos de suporte a preocupações contemporâneas. Diz que nesse tipo de abordagem se utiliza a experiência humana como matéria-prima da pesquisa através de entrevistas, sendo estas um meio de se descobrir informações que ainda não vieram à tona em documentos e registros já existentes, por exemplo (THOMPSON, 2002). Seria a história oral um complemento as pesquisas bibliográficas e documentais.

(...) o historiador vem para a entrevista para aprender: sentar-se ao pé de outros que, por provirem de uma classe social diferente, ou por serem menos instruídos, ou mais velhos, sabem mais a respeito de alguma coisa. A reconstrução da história torna-se, ela mesma, um processo de colaboração muito mais amplo, em que não profissionais devem desempenhar papel crucial (THOMPSON, 2002, p. 32).

Sendo assim, assumindo o elemento humano enquanto ponto central da ferramenta, procura-se aqui trazer a história para dentro da comunidade e extrair a história de dentro desta (THOMPSON, 2002).

Este capítulo foi escrito de acordo com as informações colhidas através das entrevistas e demais fontes de evidências, que subsidiaram a discussão acerca das transformações nas relações de usos e apropriações entre a população campinense e o Parque Evaldo Cruz. Esta pesquisa partiu da experiência de quem habitou o Parque Evaldo Cruz através da experiência adquirida no cotidiano, apreendida pela percepção. É importante destacar que o parque aparece nas narrativas de modos variados, de acordo com percepções diferentes. Conforme Tuan (2011) existem aspectos que influenciam a percepção humana, onde duas pessoas não veem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem a mesma avaliação.

A seguir, a discussão contará um pouco da trajetória do Parque Evaldo Cruz segundo a visão dos entrevistados, que descreveram o parque no período das fases de sua vida na infância, na adolescência, na idade adulta, até os dias atuais. O que ficou bem claro é que eles vivem o

hoje com as suas lembranças passadas bem vivas em suas memórias. Foram entrevistados 18 participantes, com idades entre 44 e 78 anos. Assim as lembranças partiram da década de 1970 em diante. No APÊNDICE A encontra-se o roteiro utilizado para as entrevistas.

4.1 A década de 1970 e os anos de ouro do Parque Evaldo Cruz

Como já foi relatado no capítulo anterior, durante a década de 1970, Campina Grande vivia um cenário de grande desenvolvimento populacional, industrial e, por isso o município foi incluído no Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), na década de 70, pelo Governo Federal, com o objetivo de orientar o planejamento da cidade. Havia a necessidade de apresentar Campina Grande como uma cidade moderna e com ares de progresso, e nesse contexto surge o Parque Evaldo Cruz, em 1976.

Porém, não foi uma Campina desenvolvida e bem colocada politicamente, que foi recordada nas falas dos entrevistados. Foram falas saudosas de uma cidade que, naquela época, não lhes oferecera muitas opções de lazer, mas que também não lhes oferecera perigo nas ruas. Foi assim que muitos se recordaram de Campina Grande em meados da década de 1970, em frequentes discursos dicotômicos que fizeram questão de enfatizar a Campina segura do ontem e a Campina insegura do hoje.

Era muito comum as pessoas se deslocarem a pé pela cidade, inclusive para percorrer longas distâncias. Poucos tinham condições de ter um transporte particular e também não havia muitas opções de transporte público na cidade. Naquela época, as pessoas sentiam algo que não se pode sentir hoje – sensação de segurança. E por isso, tinham a sensação de liberdade e a oportunidade de poder percorrer as ruas da cidade.

Não tínhamos muitas opções de transporte e também não tínhamos muito dinheiro. Então a gente comia a pipoca, tomava o sorvete e ia a pé. Todo mundo ia para suas casas e não tinha tantos incidentes como a gente ver hoje (ENTREVISTADO 08).

Era um momento muito bom, porque os tempos eram outros. Não tinha assaltos, essas coisas. [...] Você ia tranquilo e voltava tranquilo (ENTREVISTADO 09).

Naquela época a segurança era total, você não sentia medo em momento nenhum. Me lembro, eu ainda jovem frequentava lá tranquilamente sem perigo nenhum de assalto (ENTREVISTADO 03).

O parque não era frequentado por consumidores de drogas. O parque era frequentado por artistas, por rippies que vinham vender seus produtos aqui. Era a época da paz e do amor. No máximo o que você via aqui era uma pessoa da classe média ou uma artista fumando seu cigarrinho de maconha de forma muito discreta. Mas não havia os perigos de hoje nem a droga pesada do craque (ENTREVISTADO 02).

Um espaço público, segundo Gomes (2002), onde se podia exercer a cidadania em condições de liberdade e livre acesso. Um lugar onde as regras de convívio eram respeitadas, e se podia observar os diferentes segmentos da sociedade convivendo juntos e em civilidade. Na década de 1970, no PEC e por entre as ruas da cidade, observava-se o acesso e o encontro entre indivíduos que eram diferentes entre si, que usufruíam do mesmo espaço coletivamente.

As falas que relatam uma cidade que não tinha muitas opções de lazer, reiteram a necessidade do governo de, naquela época, apresentar Campina Grande como uma cidade moderna e em progresso, o que de fato aconteceu. Todo esse desenvolvimento urbano posteriormente resultou em orgulho e mudanças de hábitos para a população Campinense. Em se tratando do Parque Evaldo Cruz, esse era tão bem frequentado que se tornou um ponto de encontro da cidade.

A população agiu com um campinismo imenso. Tinha aquela sensação de campinismo, aquele orgulho de ser de Campina Grande, a vaidade de Campina Grande. Uma cidade do interior do nordeste e que tinha um logradouro público imenso na época e que era um grande atrativo turístico pra cidade, reunindo todos os elementos de arquitetura, de um acervo fabuloso de artes visuais no museu de artes, o projeto paisagístico, a musicalidade. Eram muitos elementos que causavam uma sensação de pertencimento a população que comparecia em massa, pessoas de todas classes sociais (ENTREVISTADO 02).



Figura 74: Palavras de José Carlos Xavier de Almeida sobre o PEC

Fonte: Arquivo DB/D.A. Press, 1976.

As palavras de José Carlos (Figura 74), datam do ano de 1976 e declaram o orgulho que sentiu de sua cidade com a chegada do Parque Evaldo Cruz, que trouxe novas oportunidades de entretenimento para uma população carente de espaços de lazer. Também trouxe possibilidades de encontros, o que os cidadãos realmente apreciavam. Em vários relatos, percebeu-se a satisfação das pessoas porque, naquela época, tinham um espaço onde elas podiam se encontrar e simplesmente conversar, em pleno centro da cidade, o que facilitava o acesso ao espaço por moradores de vários bairros.

A gente não tinha muita opção de espaço de diversão sem ônus, sem custo e ali refletia um lugar onde a gente podia brincar, se relacionar com as pessoas de maneira geral, além de estar num ambiente arborizado, limpo, adequado para se estar, nesse sentido de atmosfera e de espaço humano, vamos dizer assim (ENTREVISTADO 05).

[...] E para quem queria ir passear, geralmente com os amigos, encontrar com alguém, encontrar uma namorada, o parque era a principal praça pública do município, que eu me lembro. Na verdade, era o seguinte. Não tinha muitas atrações. Era mais encontros mesmo. Mais encontros e brincar. Vinha muitas crianças brincar. (ENTREVISTADO 06).

Tamanha era a beleza do parque e sua importância que ele logo se tornou o principal espaço público da cidade, o cartão postal campinense. Era um ponto turístico que não poderia deixar de ser conhecido por quem visitasse Campina Grande. Para alguns o logradouro público mais bonito do Nordeste. Em nota (Figura 75), no dia de 5 de junho de 1976, o jornal Diário da Borborema registra a vinda do ex-presidente Geisel e sua esposa Lucy a Campina Grande, que passeiam pela cidade, tendo o Parque Evaldo Cruz e o Museu de Artes, recém inaugurados, como um dos pontos turísticos do roteiro.



Figura 75: Visita do ex-presidente Geisel a Campina Grande, em 1976

Fonte: Arquivo DB/D.A. Press, 1976.

Segundo relatos, era uma paisagem deslumbrante, aquela fonte luminosa em meio aquele verde natural, tudo decorrente de um projeto paisagístico cuidadosamente pensado para o parque. O espaço chamava a atenção dos fotógrafos, que sempre levavam seus clientes para fotografar no parque.

Na época que eu trabalhava com fotografia, como falei que o paisagismo lá era muito bonito, eu fiz muita fotografia do pessoal lá. Foram muitas pessoas. Debutantes, crianças, formandos, fotos de placas, noivas, todo mundo ia pra lá. Perdi a quantidade de vezes que fui fazer fotos lá (ENTREVISTADO 12).

Além de toda beleza, tinha também o grande atrativo do acervo do Museu²¹ de Artes Assis Chateaubriand. O próprio museu tinha uma programação cultural muito rica e muito diversificada, havendo diariamente um público frequentador. O prédio, além de agregar valor cultural ao espaço, agregava também valor estético, embelezando ainda mais o Parque Evaldo Cruz e seu entorno.



Figura 76: Museu Assis Chateaubriand ao fundo, em 1976

Fonte: Arquivo DB/D.A. Press, 1976.

“O museu de artes era o terceiro acervo mais importante do país no gênero, com obras de Portinari, Di Cavalcanti, Pedro Américo, os modernistas da Semana de Arte Moderna de 22” (ENTREVISTADO 02).

O Museu funcionava no prédio da antiga cadeia, na Av. Floriano Peixoto, atual Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande, até ser transferido para o prédio que foi construído dentro da área do Parque Evaldo Cruz, sendo entregue em 1976, pelo então prefeito Evaldo Cruz. Uma obra do arquiteto Renato Azevedo. Em 2012, o acervo do museu foi transferido para

²¹O Museu de Arte Assis Chateaubriand (MAC) é um museu de arte brasileiro, localizado na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba. Foi criado em 1967, fruto da Campanha Nacional dos Museus Regionais, idealizada pelo magnata das comunicações Assis Chateaubriand, que tinha por objetivo dotar as diferentes regiões do Brasil com expressivos acervos de arte.

um prédio moderno no bairro do Catolé. Foi administrado pela Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FURNe), uma instituição privada sem fins lucrativos, que atualmente se chama Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) (ARAÚJO; SOUSA, 2010).

Ao acervo foram doadas 120 obras de artes entregues ao presidente da FURNe, professor Edvaldo de Souza do Ó, pelo jornalista Assis Chateaubriand, frutos de doações efetuadas por diversos segmentos da sociedade brasileira. Entre as obras constam representações de grandes artistas do cenário nacional, como: Pedro Américo, Di Cavalcanti, Anita Malfatti, Cândido Portinari, entre outros (ARAÚJO; SOUSA, 2010).

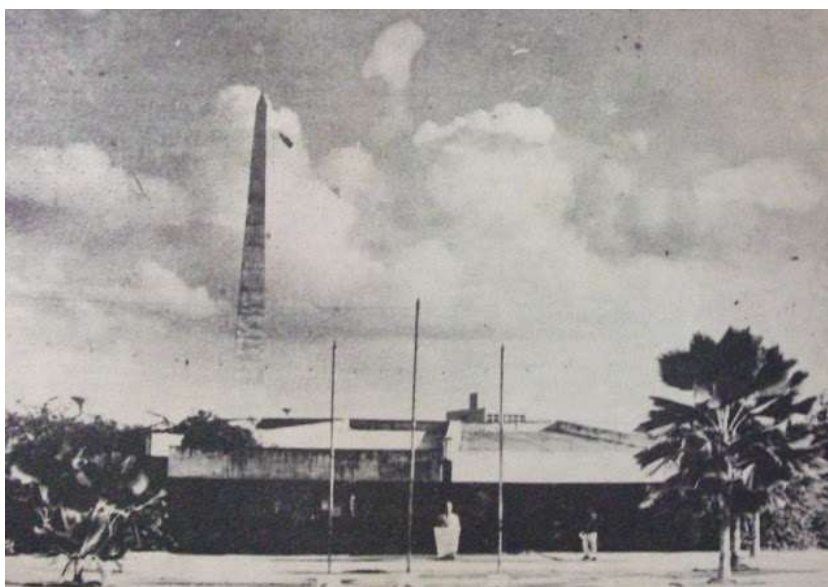


Figura 77: Museu Assis Chateaubriand em 1981, no Parque Evaldo Cruz

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (Blog), 2021.

A atmosfera do parque era muito boa, um bom lugar para levar as visitas, um ambiente familiar, seguro, que aos domingos recebia um grande público. Muitos queriam desfrutar daquele espaço amplo e natural, localizado no centro da cidade.

“Tinha a graminha, as plantas, a gente podia sentar embaixo de uma árvore e ficar olhando aquela fonte” (ENTREVISTADO 15).

A fonte luminosa era o que mais chamava a atenção das pessoas naquele parque. Ela era a grande atração. Era muito comum as pessoas chegarem ao parque à tardinha para esperarem o momento em que a fonte seria ligada, às 18h00.

Era algo deslumbrante. Era um negócio que chamava a atenção de quem frequentava lá. Tanto que quando a fonte era ligada durante a noite, ao seu redor ficava muito cheio, enquanto que as outras áreas do parque ficavam mais vazias. Tinha muita gente que ia para o anfiteatro, ficar sentado e conversando, outras iam para os balanços e escorregos, mas a concentração maior era ali, ao redor da fonte (ENTREVISTADO 03).

Ah, quando a gente ia lá era no finalzinho do dia, já pegando assim entre 17h00 - 18h00 da noite, que era a hora mais bonita da fonte luminosa (ENTREVISTADO 12).



Figura 78: A fonte luminosa que enfeitava as noites campinenses, em 1976.

Fonte: Arquivo DB/D.A. Press, 1976.

Para muitos, foi um projeto inovador, era muita tecnologia para aquela época. Foi algo que impressionou a população. Onde um dia existiu um açude, passou a existir um obelisco com uma fonte luminosa e sonora, um lugar onde as águas dançavam de acordo com o ritmo das músicas. Um espaço que trouxe aos campinenses sensações variadas e oportunidades de interagir com o espaço construído. Despertava interesses e curiosidades. Cada pessoa relatou uma sensação diferente, mas todas convergiam para o encantamento com algo tão novo e inesperado.

A graça para as crianças era ficar atravessando a passarela para se molhar. Eu chegava em casa todo molhado. Era maravilhoso (ENTREVISTADO 01).

Aquele jogo de águas com luzes pra mim era uma coisa do outro planeta. Era uma coisa linda, impressionante para a época. (ENTREVISTADO 17).

Eu lembro da minha reação, que foi de encantamento com o jogo de luz pra cima e pra baixo, no ritmo das músicas que tocavam, o colorido. Você conseguia passar por debaixo do obelisco, tinha uma pontezinha que você passava pelo obelisco e ficava pegando aquelas gotículas da água. A gente pegava as águas e achava que a própria água era colorida (ENTREVISTADO 12).

Aquela fonte, meus filhos achavam linda. Procuravam ver de onde vinha aquela água. Tinham muita curiosidade com tudo (ENTREVISTADO 15).

A gente ficava normalmente à tardinha, justamente para pegar aquele momento daquela música clássica tocando e as cores das luzes e a água jorrando. Isso me chamava muita a tenção. A gente sentava na lateral e a gente recebia a água que subia e respingava na gente. Era muito interessante. Dali a gente fazia a amizade e arrumava uma namorada (ENTREVISTADO 11).

A beleza da fonte impressionava a todos e permanece muito viva na memória das pessoas, que entusiasmadas falaram dela com saudosismo, como algo que rapidamente vem à mente quando se fala no Parque Evaldo Cruz. A dança das águas ao som das músicas clássicas e as cores que a fonte projetava, sempre rodeada de muitas pessoas felizes, fez aquele lugar se tornar uma lembrança marcante na história de Campina Grande.

A fonte me encantava profundamente. Chegava cedo de 15h30 da tarde para brincar e esperava até a hora da fonte ligar. Jatos de alturas diferentes, cores diferentes e som. A música Bolero de Ravel tocava na fonte e a lembrança é dos jatos da fonte tentando acompanhar a música. Era encantador. O espaço ficava lotado de gente para ver aquela fonte (ENTREVISTADO 01).

Quando se fala no Parque Evaldo Cruz o que vem na mente é aquela beleza daquela água jorrando, com luzes, aquele monumento ali no meio de Campina. A cidade não tinha nenhum parque a essa altura, e você ver uma beleza daquela com uma fonte luminosa, principalmente à noite, à tardinha para a noite, ali enchia os olhos porque você se deleitava com aquilo ali, com aquela beleza. Então as pessoas iam para ver a fonte mesmo, iam para ver aquele colorido da água saindo dali, jorrando (ENTREVISTADO 08).

Vem logo a mente quando a fonte estava jorrando as águas, era linda. A arborização de lá era linda sabe. Mas assim, quando a fonte ligava, ela roubava a cena (ENTREVISTADO 17).

Também foi relatado, com muito entusiasmo, sobre o ambiente familiar que o parque representava. Algo que, depois da beleza da fonte luminosa, era o que mais chamava atenção dos entrevistados – as famílias se confraternizando. Um ambiente sadio, onde as pessoas se encontravam. Enquanto os pais conversavam, sentados nos banquinhos, apreciando a beleza da fonte e ouvindo uma boa música, seus filhos corriam e brincavam nos parquinhos. Segundo os relatos – um parque de famílias. Era seguro, onde todos se respeitavam e não eram vendidas

bebidas alcoólicas. Os pais tinham o maior prazer em levar seus filhos para lá nos fins de semana, porque sabiam que a diversão era garantida.

Eu me lembro que papai soltava a gente no parque e ele ficava lá, em algum ponto, e soltava a gente lá. Ele dizia: “quando der tal hora venha pra cá”. E agente brincava, brincava, brincava. Brincava nos balanços, nos escorregos, marcava o tempo e voltava. Mas assim, a gente sentia a maior segurança e as pessoas lá com a maior felicidade do mundo. A gente nem sentia segurança, a gente não tinha noção que existia violência (ENTREVISTADO 12).

4.1.1 *Os antigos usos do Parque Evaldo Cruz*

O Parque Evaldo Cruz foi muito bem acolhido pela população. Ele era bastante frequentado por pessoas de todas as idades e para os mais variados fins. Era um parque visitado por todas as classes sociais. A maior frequência ocorria sempre nos fins de semana, onde a tarde de domingo era o momento de maior badalação. Crianças, adultos e idosos aguardavam, ansiosamente, durante toda semana, o final de semana chegar para irem passear no parque, que oferecia a população muitos atrativos e possibilidades de entretenimento.

O Parque Evaldo Cruz era um parque mais cultural, de lazer, o parque do ócio, para ser frequentado pela freguesia do ócio. Um parque para você vir e relaxar, ter um contato bacana com um pôr do sol legal, curtir música clássica, brincar (ENTREVISTADO 02).



Figura 79: Pessoas de todas as idades e classes sociais disfrutavam do PEC, em 1976.

Fonte: Arquivo DB/D.A. Press, 1976.

A tabela a seguir apresenta como o Parque Evaldo Cruz era utilizado em meados das décadas de 1970, 1980 e começo de 1990. A mesma foi elaborada de acordo com a visão dos participantes da pesquisa, que citaram em seus discursos como utilizavam o local ou o que era observado no espaço. Por exemplo, algumas pessoas não chegaram a brincar nos parquinhos do parque, mas se recordam muito bem que sempre viam várias crianças brincando por lá. Observando a Tabela 4, pode-se perceber que algumas atividades eram mais comuns que outras, e por isso foram mais citadas, mas é importante destacar que existia uma gama de possibilidades naquele lugar.

Tabela 4: Tabela de antigos usos e usuários do parque, segundo os entrevistados

TEMATICA		ENTREVISTADOS																	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
T E M A S	Antigos usos e usuários do PEC																		
	Contemplação da fonte luminosa							3	3										2
	Contemplação do pôr do sol																		
	Passear/caminhar																		
	Relaxar																		
	Encontrar pessoas/amigos							2	2			2							
	Paquerar					3		2	3	2		3							
	Ouvir músicas																		
	Era o <i>point</i> das crianças brincarem/parquinho								3										3
	Frequentar a feirinha																		
	<i>Point</i> da juventude																		
	Ensaio fotográficos																		
	Visitação do museu de artes																		
	Eventos culturais e artísticos no anfiteatro																		
	Piqueniques																		
	Comer pipoca, algodão doce, sorvete, cachorro quente, batatinha frita								2										
	Local de ensaios do Grupo Tropeiros da Borborema																		
	Parque de diversão e circo (pagos)																		
	Queima de fogos no Ano Novo e no São João																		
	Ponto turístico da cidade											2							
1990 era o Parque das Empregadas																			
Banho na fonte luminosa																			

Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

No gráfico a seguir, pode-se visualizar melhor as principais respostas dos participantes.

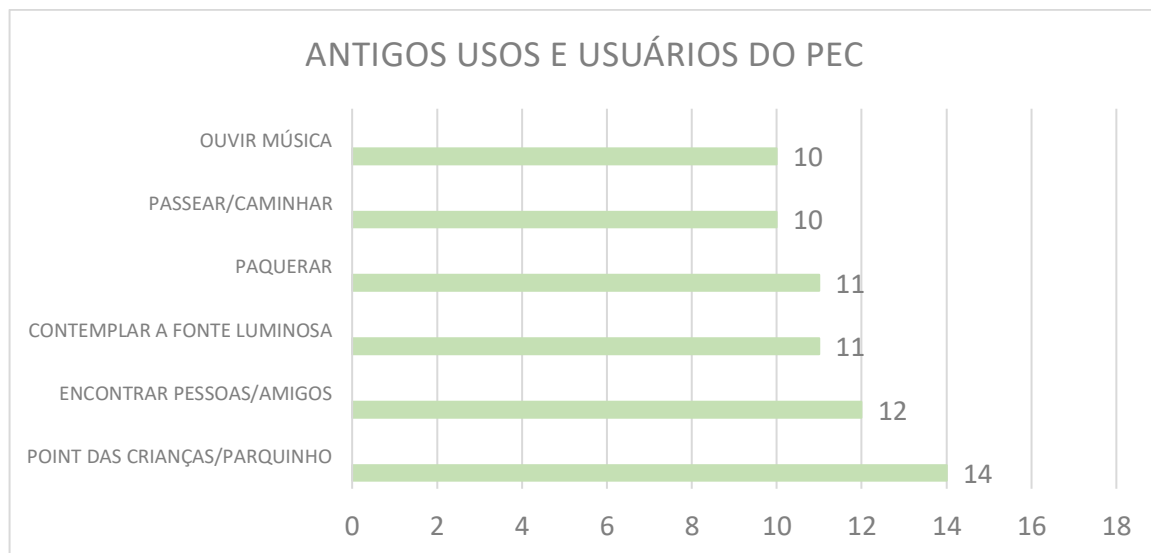


Figura 80: Gráfico de antigos usos e usuários do parque, segundo os entrevistados

Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Um dos principais usuários do Parque Evaldo Cruz eram as crianças, que iam brincar nos parquinhos que o local oferecia. Às vezes, iam também para levar seus animais de estimação. Com elas, sempre iam seus pais, tios ou avós, elas sempre iam acompanhadas, o que acabava por movimentar ainda mais o espaço. Simples equipamentos infantis eram grandes responsáveis por atrair pessoas de todas as idades para o parque.



Figura 81: Crianças com seus animais de estimação no final da década de 1970

Fonte: Acervo do Museu Histórico de CG, 2020.

Eram brinquedos diversificados e para todos os gostos e idades – balanços, gangorras, escorregos, labirinto, etc. Os brinquedos eram feitos de concreto armado e eram arrodoados de terra, que as crianças adoravam. Aproveitavam de todas as formas cada brinquedo. Além de brincarem nos parquinhos, as crianças jogavam bola, subiam nas árvores, brincavam nas escadarias do anfiteatro, interagiam com a fonte e suas águas, corriam muito, faziam piqueniques com suas famílias e tomavam banho na fonte. Era um ambiente de muita diversão. Lá vendia pipoca, algodão doce, cachorro quente, sorvete, batatinha frita, todo um leque de opções de comidas que remetiam a infância. O Parque Evaldo Cruz era o ponto de encontro das crianças.



Figura 82: Crianças brincando nos equipamentos infantis do PEC em meados da década de 1980

Fonte: Acervo do Museu Histórico de CG, 2020.

Era um ambiente que todo mundo ia só para brincar, só para lazer. Não existia bebida, não lembro de bebida na época lá, como existe hoje, essas coisas. Era só alegria, pipoca, algodão doce, só alegria. Os pais da gente soltavam a gente lá só para brincar (ENTREVISTADO 12).

Eu não via bebidas. Tinha algodão doce, brincadeiras, famílias, famílias reunidas em rodas de piqueniques. A gurizada solta. [...] Lá tinha algodão doce, tinha balões, fiteirinhos, aqueles de carrinho para vender confeitos (ENTREVISTADO 17).

Era comum ver crianças brincando, tinham os escorregos e os balanços. Tinha o labirinto também. Eu achava muito bacaninha o labirinto. Era uma parede com mais ou menos 1m de altura, se não me engano, e as crianças com menos de 1m sentiam-se presas mesmo no labirinto. Quem era grande conseguia enxergar a saída, mas quem era pequenininho era preso mesmo no labirinto (ENTREVISTADO 03).

A fonte luminosa atraía crianças, jovens, adultos e idosos e os encantava com a dança de suas águas. Muitas das atividades realizadas no parque eram realizadas as margens dessa fonte. Ela era um dos principais motivos do parque ser tão bem frequentado. Além de apreciar a

bela paisagem, as pessoas gostavam de ouvir as músicas clássicas que eram tocadas lá. Há quem diga também que o Bolero de Ravel e as músicas de Roberto Carlos eram um sucesso só e embalavam a trilha sonora da fonte. Segundo entrevistados, os casais de namorados aproveitavam toda aquela atmosfera e a paquera acontecia. Apreciar a fonte era sempre um bom momento para relaxar e conversar com os amigos. O parque também era conhecido como o ponto de encontro da juventude.

A atmosfera que existia na época era uma atmosfera do interior. Era a da paquera, de flertes. Tinha papéis com mensagens de amor para vender. Tinha rosas para vender. Hoje você não vê mais. O amor se tornou tecnologia, você manda um desenho. Tinha os vendedores de rosas, pipoqueiros, tinha as músicas. Era aquela essência da paquera. Era aquela coisa boa, que hoje tenho saudade (ENTREVISTADO 13).

Tinha as brincadeiras de rua, que ali a gente fazia a turma, ou a turma de escola, e ia para o parque no domingo para paquerar. Sei que a gente ia e paquerava, sentava ali na lateral da fonte. Também fica próximo ali do parque o primeiro shopping de Campina, que tinha a feirinha, que também era mais um motivo pra gente ir. Então tinha o parque e a feirinha, tudo ali. E não era como hoje que você tem medo até de botar o rosto fora de casa. O parque era o melhor local para se encontrar com as pessoas (ENTREVISTADO 07).

Próximo ao parque havia uma feirinha de artesanatos. Ela não foi mencionada pela maioria dos entrevistados, mas foi citada por alguns deles por lhes trazer boas lembranças. Era mais uma opção de entretenimento ali próximo ao Evaldo Cruz. A feirinha acontecia ao lado do primeiro Shopping Center de Campina Grande, construído no final da década de 1970, pelo prefeito Enivaldo Ribeiro. Anos mais tarde a feirinha cedeu espaço para a antiga Boate Discovery, tendo seu terreno posteriormente transformado no Museu Vivo da Ciência e Tecnologia (ARAUJO; SOUSA, 2015).



Figura 83: Primeiro Shopping Center de Campina Grande em meados da década de 1980

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (Blog), 2015.

A feirinha tinha boa frequência nos fins de semana, principalmente no início da noite. Era comum as pessoas irem para tomar uma caipirosca e degustar cachaças artesanais e comidas típicas. Existiam várias barraquinhas, por onde os visitantes ficavam circulando, onde eram vendidos churrasquinhos, petiscos em geral e artesanato. Era o novoponto de encontro da juventude.

A gente já estava numa fase que já podia provar a ‘calcinha de nylon’, ‘leite de onça’. Tinha as barraquinhas lá, só uma tendazinha e cheio de bebida de todo tipo. Bebidas mais artesanais. Você não via a cachaça mesmo e tal, nem whisky nem nada. Tinha essas bebidas e as pessoas corriam pra lá. Então, tinha um espaço curtinho, menos de 200 metros da fonte luminosa pra lá. Então, ali foi uma outra opção que se teve. Tinha o Shopping Lindaci Medeiros e do lado de cá a feirinha. Lá vendia bebidas, comidas, churrasquinhos, petiscos, artesanato também, tinha uma parte de artesanato. Eram as barraquinhas e você circulando. Era um piso de chão batido com brita. E lá era todo mundo bebendo, conversando, aquelas turminhas ali e todo mundo se deleitando com um aperitivo bem gostoso que deixava todo mundo mais alegre (ENTREVISTADO 08).

Muitos adolescentes e jovens frequentavam o Shopping Campina. Ali nos domingos acontecia uma feira de artesanato que tinha barracas de todo tamanho e todo jeito, e com muitos shows. Tinha shows nessa feira. Era feira de artesanato, mas tinha muitos barzinhos, comidas, então o pessoal ia para lá e ficava. Anoitecia e ficava lá comendo e tal, e atravessando de um lado para outro. Era pertinho do parque. A feira acontecia na parte de baixo do shopping, dentro do shopping em frente ao parque. Era ali que acontecia as feirinhas de artesanato, barzinhos, à tarde. Nas festas de Natal, Carnaval, São João sempre tinha movimento, alguma coisa acontecendo ali e enchia os dois espaços [Parque Evaldo Cruz e feirinha] (ENTREVISTADO 10).

O Parque Evaldo Cruz mantia estreita relação com grandes eventos que aconteciam na cidade – Maior São João do Mundo, Nova Consciência, Festival de Inverno, eventos carnavalescos, período natalino. Durante esses eventos o PEC sempre recebia grande movimento de pessoas, porque lá também eram oferecidas atrações. Como muitos eventos eram realizados no Parque do Povo, o Parque Evaldo Cruz acabava funcionando como uma extensão daquele espaço.

Quando tinha o São João no Parque do Povo, tinha sempre alguma coisa no Parque Evaldo Cruz também. Se tivesse a Consciência Cristã, acontecia alguma coisa no Parque Evaldo Cruz também. Como se fosse uma extensão do Parque do Povo (ENTREVISTADO 10).

Então, era muito comum, por exemplo, no período de São João, enquanto as festividades aconteciam no Parque do Povo, o Parque Evaldo Cruz estava todo ornamentado em tema junino. Na Figura 84, por exemplo, pode-se observar, a esquerda, a entrada do PEC decorada na época de São João, aberto a visitas. Havia no parque palhoças, onde as pessoas podiam dançar um forró pé de serra e ambulantes, que vendiam comidas típicas, balões e confeitos. Era um local

muito convidativo, que os turistas frequentavam bastante, até pela sua proximidade com o Parque do Povo. Antigamente, o Evaldo Cruz também fazia parte do roteiro de pontos turísticos de Campina Grande, durante o Maior São João do Mundo.

A imagem a seguir é do ano de 2008, ano em que o PEC foi decorado em homenagem a cantora Marinês, que faleceu em 2007. Talvez essa tenha sido uma das últimas vezes em que o Parque Evaldo Cruz tenha funcionado como ponto turístico, durante o Maior São João Mundo.



Figura 84: Entrada do PEC em 2008, decorada para os festejos juninos

Fonte: Cesar Di Cesario, 2008.

Também no período de São João, o Parque Evaldo Cruz passou a sediar o Cantinho da Paz, mais recentemente conhecido como Cantinho da Benção, um evento cristão, que acontecia em paralelo com os shows do Parque do Povo. Era um evento noturno, muito frequentado por pessoas da religião evangélica. Aconteciam shows góspel no palco do anfiteatro, e quem não queria dançar forró, se dirigia ao Evaldo Cruz para momentos de louvor. Esse evento gerava grande movimento de pessoas no parque.

Havia um teatro de arena ali. Já vi algumas peças teatrais de jovens, gente levava shows... era muito bem utilizado aquele parque ali. Depois, de um tempo pra cá, no período do São João, começaram a fazer o Cantinho da Paz, faziam cultos ali (ENTREVISTADO 10).



Figura 85: Estrutura do palco montado para o Cantinho da Benção, no anfiteatro do PEC em 2015

Fonte: Facebook Cantinho da Benção, 2015.



Figura 86: Público do Cantinho da Benção, sediado no PEC em 2015

Fonte: Facebook²² Cantinho da Benção, 2015.

O Encontro da Nova Consciência evento que sempre aconteceu no Parque do Povo, atraindo visitantes de vários estados, também era estendido ao Parque Evaldo Cruz. Alguns momentos do evento aconteciam no PEC e reuniam um grande número de pessoas. Alguns shows musicais aconteciam no anfiteatro, assim como os atos ecumênicos, com representantes de várias religiões.

²²Disponível em: <<https://www.facebook.com/cantinhodabencaopb/photos/749577478497656>> Acesso em: 13 jul. 2021.



Figura 87: Show musical sediado no anfiteatro do PEC, durante Encontro da Nova Consciência em 2006

Fonte: Cesar Di Cesario, 2006.



Figura 88: Ato ecumênico sediado no anfiteatro do PEC, durante Encontro da Nova Consciência em 2006

Fonte: Cesar Di Cesario, 2006.

O Festival de Inverno, evento que acontece desde 1975 em Campina Grande, traz para a cidade grupos de dança, música e teatro de todo país. Inicialmente era sediado apenas no Teatro Municipal Severino Cabral, porém nas últimas edições vem se descentralizando, incluindo outros lugares da cidade, como a Praça da Bandeira, Praça Clementino Procópio, Parque Evaldo Cruz e o teatro do SESC-Centro. Artistas, grupos de dança e de teatro, tanto nacionais quanto locais compõem a programação do evento, que dispõe de apresentações pagas e gratuitas, de forma a levar a cultura a todas as parcelas da população.

Esse evento não foi muito mencionado durante as entrevistas, mas é um evento de grande representatividade na cidade e já realizou espetáculos no Parque Evaldo Cruz. As imagens da Figura 89 mostram as arquibancadas do anfiteatro repletas de pessoas para assistir à apresentação, gratuita, do grupo de teatro Galpão.



Figura 89: Apresentação teatral no anfiteatro do PEC, durante Festival de Inverno em 2013

Fonte: Cesar Di Cesario, 2013.

Além dessa relação com grandes eventos que aconteciam na cidade, havia também os eventos culturais e artísticos que aconteciam no espaço do anfiteatro. Eram eventos disvinculados de qualquer data comemorativa, que aconteciam aleatoriamente no Parque Evaldo Cruz. Dentre eles haviam shows, recitais poéticos, mostras de dança, apresentações teatrais, etc. O anfiteatro conseguiu exercer sua função de espaço destinado a disseminar a cultura e a arte, recebendo em seu palco diversos artistas locais e de nível nacional. Era um espaço que tinha boa frequência, sempre tinha muita gente por lá quando havia apresentações.

Um público familiar. E apesar de ser em local aberto, as pessoas sentiam-se muito a vontade em estar lá. Havia a sensação de segurança, até pela quantidade de pessoas que usufruía do espaço.

As pessoas começavam a chegar por volta das três da tarde e ficavam aqui até umas onze horas da noite. [...] tinha eventos artísticos de dança, de música, recitais poéticos, peças teatrais, feira de artes e artesanatos, comidas e bebidas típicas. O parque era literalmente uma festa (ENTREVISTADO 02).

Algo que me marcou foi um grande encontro que teve aqui com a banda Quinteto Violado, de Recife. Fizeram um show aqui nessa pequena arena do parque. Foi um show aleatório, não era evento específico. Mas me lembro que vim assistir com muito prazer (ENTREVISTADO 06).

A famosa queima de fogos do Maior São João do Mundo, durante abertura e encerramento do evento, acontecia no Parque Evaldo Cruz. Nesse exato momento, o parque era tão lotado quanto o próprio Parque do Povo. Campinenses e turistas se reuniam para assistir ao espetáculo de perto. Era um momento mágico. Os fogos eram colocados ao redor da fonte luminosa. Além da beleza dos fogos de artifício, podia-se apreciar a beleza que o entorno proporcionava.

Lá tinha queimas de fogos para o ano Novo e eu via da minha casa. Era onde tem o obelisco, uma fonte de luz e de água. Ela cantava a música e a água subia no ritmo da música, mudava de cores, era muito lindo aquilo ali. Aí no final do ano tinha queimas de fogos lá. Tanto no final do ano como na abertura do São João (ENTREVISTADO 10).

O Parque Evaldo Cruz também era muito frequentado durante o período Natalino. Era a época do ano em que todos iam muito arrumados fazer suas fotos de fim de ano. Durante esse período, o parque recebia uma iluminação especial – as árvores eram todas enfeitadas com muitas luzes coloridas. Mas o que mais chamava a atenção dos campinenses era a grande árvore de natal iluminada que era erguida no obelisco. Isso marcou muitas pessoas. Todo o entorno do parque também era ornamentado, as lojas tinham belas decorações. Nesse período, também havia a chegada do Papai Noel, que era recebido em festa pela população. As crianças iam entusiasmadas e ansiosas para ver o Papai Noel e para a entrega de presentes que lá acontecia.

Houve uma época que começaram a colocar as lâmpadas no obelisco e ali era uma imensa árvore de natal pra gente, era uma coisa fora do sério. Eram lâmpadas coloridas, lâmpadas quentes, era lindo. Uma altura que pra gente era fora do normal (ENTREVISTADO 12).

Mas na época o obelisco era iluminado de uma forma diferente e a gente vinha contemplar aquela grande árvore de natal, o obelisco todo iluminado, com aquele jogo de luzes e aquela água que jorrava (ENTREVISTADO 06).

No período de Natal, vinha o Papai Noel para lá. Eles faziam palcos e recebiam o Papai Noel, com bandas de músicas, entregas de presentes. Tinha tudo isso lá. Às vezes eu ia justamente para isso, ver essa movimentação. No finalzinho da tarde, umas 17h que o Papai Noel chegava, faziam a festa toda com ele lá (ENTREVISTADO 10).

Na época natalina, que tinha que ir com a família para essa questão de brincar em parques de diversão e dar uma rodada por ali, vendo as lojas que se preparavam para o período natalino com suas decorações. Era um passeio também para se observar e admirar (ENTREVISTADO 05).

Era muito comum, principalmente durante o São João e o Período Natalino, parques de diversão serem montados no Parque Evaldo Cruz. Segundo os entrevistados – os parques pagos. Era um grande atrativo, ainda que as pessoas precisassem pagar por eles. Esses parques conseguiam atrair mais pessoas e movimentar ainda mais aquele espaço. Em outras épocas do ano, o circo chegava ao parque – um outro atrativo oferecido a população.



Figura 90: Parque de diversão instalado no PEC no período junino, em 2014

Fonte: Blog²³ Repórter Junino, 2014.

Muita coisa girava em torno do Evaldo Cruz, até surgir o Parque do Povo, que ganhou muita visibilidade sediando O Maior São João do Mundo. O Parque Evaldo Cruz era o parque mais importante de Campina Grande. Então era normal sempre haver atrações²⁴ de todos os

²³ Disponível em: <<https://reporterjunino.com.br/2014/06/12/parque-de-diversao-e-instalado-no-acude-novo-durante-festividades-juninas/>> Acesso em 14 de jul. 2021.

²⁴ As imagens de eventos ocorridos no PEC, mostradas anteriormente, não são imagens referentes as décadas de 1970, 1980 e 1990, os anos de ouro aos quais o trabalho se refere. São imagens dos anos 2000, da época em que o espaço já não era tão utilizado pela população, mas que ilustram como o PEC era apropriado e utilizado pelas pessoas em eventos comemorativos.

tipos, naquele espaço. Todo mundo queria se apresentar e levar o seu empreendimento para o PEC, simplesmente porque todo mundo da cidade se encontrava e se divertia lá.

4.2 A decadência do Parque Evaldo Cruz

Toda essa efervescência do Parque Evaldo Cruz não durou muito tempo. Apesar de ter sido um espaço muito importante para a população campinense, que o utilizou intensamente, e um símbolo para Campina Grande, marcando a história de algumas gerações, o parque entrou em decadência muito cedo, tendo uma vida útil muito curta. Os ‘Anos de Ouro’ do parque não duraram nem vinte anos.

Quando se fala no fim dos ‘Anos de Ouro’ do parque, a opinião da população fica muito dividida no tocante a época em que o parque começou a decair, e também sobre quais os reais motivos que levaram o parque a se acabar. Para alguns, o parque começou a entrar em decadência na metade da década de 1980 e para outros, apenas no início da década de 1990.

Vários foram os motivos mencionados como responsáveis por essa queda, mas essa divergência de datas veio muito associada a construção de outros dois parques da cidade, o Parque do Povo e o Parque da Criança. Os que acham que a decadência teve início na metade da década de 1980, também associam o fato a construção do Parque do Povo, que desviou as atenções dos governantes. Já os que acham que a decadência teve início no começo da década de 1990, muitos citam a construção do Parque da Criança, como um dos motivos que acelerou o processo de declínio do Parque Evaldo Cruz. Porém, há quem diga também, que tal processo não teve relação alguma com a construção desses parques.

Os festejos juninos em Campina Grande tiveram início na gestão de Enivaldo Ribeiro, no Largo do Açude Novo.

Esse largo tinha uma participação marcante na história cultural de Campina Grande, porque aqui aconteciam muitos eventos. Inclusive foi no largo do Açude Novo, que em 1978 com o projeto do Palhoção, Enivaldo Ribeiro deu início ao resgate dos festejos juninos de rua em CG. Na época havia grandes festejos nos Clubes Sociais, mas nas ruas se resumiam ao São João nas ruas de bairros. Enivaldo teve a ideia e fez o Palhoção onde começou os festejos juninos até o final de seu mandato. [...] O largo desapareceu na década de 2000, quando foi inaugurado o Terminal de Integração. Ali tinha eventos religiosos, eventos carnavalescos, eventos de Natal e o São João de rua (ENTREVISTADO 02).



Figura 91: Palhoção no Largo do Açude Novo em 1984

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Campina Grande, 1984.

Em 1985, os festejos aconteceram no Parque do Centro Cultural, local onde é o Parque do Povo hoje. Em 1985 ainda não existia a pirâmide, mas as festividades já aconteciam naquele espaço.



Figura 92: Parque do Centro Cultural pronto para o Maior São João do Mundo em 1985

Fonte: Arquivo DB/D.A. Press, 1985.

Em 14 de maio de 1986 foi inaugurado o Parque do Povo, pelo ex-prefeito Ronaldo Cunha Lima, que teve a ideia de ‘profissionalizar’ o evento ali já existente. Foi construído um monumento em forma de pirâmide, que fora batizado como ‘Forródro’, onde passou a ser sediado O Maior São João de Campina Grande. O evento cresceu e atraiu as atenções de todo o Brasil, entrou para o calendário oficial de eventos brasileiros e elevou internacionalmente o nome de Campina Grande. “Dessa forma, o Parque do Povo entrou para a história de Campina Grande, sendo utilizado para todos os grandes eventos da cidade, como a Micarande, Feira de

Automóveis, Encontros Cristãos, além é claro, pelo próprio São João” (ARAÚJO; SOUSA, 2021).

Quando Ronaldo Cunha Lima assumiu a prefeitura ele colocou o Palhoção para o leito seco do Açude Novo, onde hoje é o Parque do Povo. Dois anos depois ele urbaniza o parque. Em 1986 ele urbaniza o parque e transforma o que era o leito seco [do Açude Novo] no Parque do Povo, e com grande inteligência de mídia ele cria o Maior São João do Mundo, e a cidade passa a ter a lembrança do São João de Ronaldo, mas na verdade quem iniciou os festejos juninos em Campina Grande em menor proporção foi Enivaldo Ribeiro, o São João de rua. Ronaldo pegou tudo e deu um toque profissional e jogou na mídia e fez a festa explodir. (ENTREVISTADO 02).



Figura 93: Inauguração do Parque do Povo

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (Blog), 2021.

Diante dessa importância, era natural que as gestões voltassem seus olhares e atenções para o espaço público da cidade que colocou Campina Grande em cenário internacional. Mas esquecer outros espaços, também importantes para a população, desagradou os campinenses. O grande foco do Parque do Povo era, de fato, os grandes eventos, mas o Evaldo Cruz também tinha sua importância por se tratar do espaço de lazer que Campina dispunha. O que muitos alegam é que depois do Parque do Povo, o Parque Evaldo Cruz foi esquecido pelo poder público.

Mais ou menos isso [decadência] passou a acontecer dos anos 1980 pra cá, depois de um período que passou a existir o Parque do Povo (ENTREVISTADO 04).

Acho que após a construção do Parque do Povo o Parque Evaldo Cruz ficou esquecido (ENTREVISTADO 11).

A partir de 1986 foi que começou mais a decadência do parque. As atenções começaram a se voltar para o outro lado do parque. O poder público começou a

concentrar a manutenção, a conservação do Parque do Povo. O Evaldo Cruz começou a ser deixado de lado, havia reclamações pelo lixo, pelas pichações, mas nada tão acentuado como foi a partir da década de 2000 (ENTREVISTADO 02).

Eu acho que o ápice do parque ficou ali sendo bem frequentado de uns 10 a 12 anos após a inauguração. Depois disso, acho que em 1985, 1987, ainda na década de 1980, as pessoas passaram a não frequentar mais. E, se eu não me engano, até porque surgiu o Parque da Criança, que era uma outra opção de lazer que todo mundo passou a frequentar (ENTREVISTADO 08).

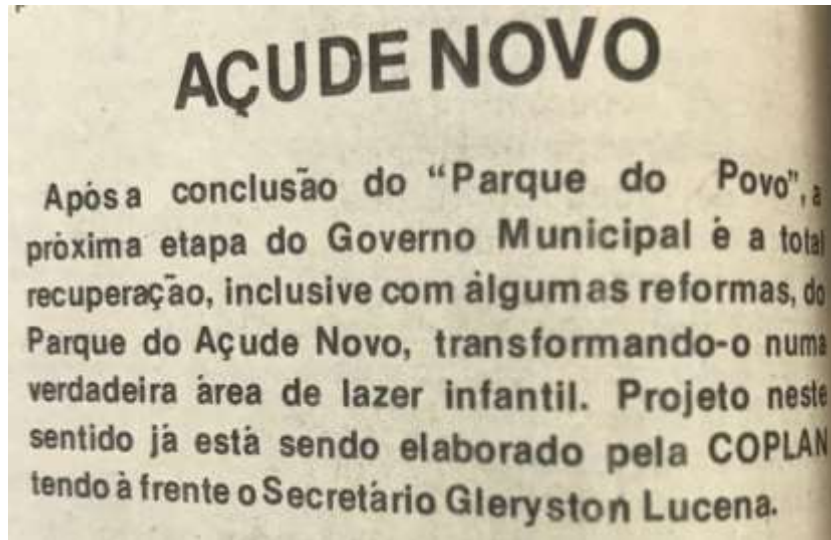


Figura 94: Nota no jornal Diário da Borborema Oficial sobre o Açude Novo, após inauguração do Parque do Povo, em 1986

Fonte: Arquivo DB/D.A. Press

Conforme nota do Diário da Borborema Oficial (Figura 94), o Parque Evaldo Cruz já necessitava de algumas reformas após a inauguração do Parque do Povo. Ainda na década de 1980, o parque já passava por maus cuidados e falta de manutenção por parte do poder público, porém segundo usuários, ainda continuou a ser utilizado pela população, mesmo que com menor frequência.

Nesta mesma época, meados da década de 1980, como mencionado no Capítulo 03, Campina passava por um acelerado processo de crescimento urbano. Uma grande transformação urbana, onde a cidade crescia em direção a periferia e novas avenidas rasgaram a cidade e novos espaços de sociabilidade e institucionais foram criados, provocando uma renovação na vida social dos campinenses. Com tamanho crescimento, e de acordo com fontes do Diário da Borborema Oficial, nesta época, Campina Grande já dispunha de outros locais e meios de lazer. A população podia disfrutar de clubes, como o Rotary Clube e AABB (Associação Atlética Banco do Brasil), de jogos de futebol nos fins de semana no Estádio de Futebol Governador Ernani Sátyro (O Amigão), das atrações do Teatro Municipal Severino

Cabral, das piscinas do SESC (Serviço Social do Comércio) e da orla do Açude Velho para um passeio ao ar livre. Agora não existia apenas o Parque Evaldo Cruz, existiam outros espaços e talvez nessa época as pessoas tenham começado a procurar outras formas de diversão, fazendo com que o PEC deixasse de ser o centro das atenções, também para a população.

O Parque da Criança foi construído em 1993, pelo ex-prefeito Félix Araújo. Um importante equipamento urbano, destinado a prática esportiva e ao lazer em geral. A obra consistia em um complexo esportivo, localizado ao lado do Açude Velho, onde antigamente funcionava o Curtume Santa Margarida ou ‘Curtume do Mota’, como era mais conhecido. Era uma grande área de lazer, que possuía pista de caminhada, quadras poliesportivas, pista de skate, campo de futebol de areia, de vôlei, parquinhos e quiosques. Era muito frequentado por pessoas para a prática de atividades físicas.



Figura 95: Parque da Criança sendo construído em 1993

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (Blog), 2019.

Segundo os entrevistados, quando o Parque da Criança foi inaugurado, o Parque Evaldo Cruz já vinha agonizando, a população já não frequentava tanto o espaço. Não apontaram a chegada de outro parque como algo que afetou o Parque Evaldo Cruz, mas lamentaram o descompromisso do poder público com aquele espaço. Dentre outros motivos, como o processo de crescimento da cidade e o surgimento de outras formas de lazer, a falta de manutenção do parque que o tornou impróprio para uso e que fez com que as pessoas parassem de frequentá-lo. Com os equipamentos quebrados não havia o que se fazer no parque. Essa situação abriu precedentes para que o parque ganhasse novos usos e usuários, que tornou o parque inseguro, o que contribuiu ainda mais para afugentar as pessoas.

Eu não acho que teve relação entre a decadência do Parque Evaldo Cruz e a construção do Parque da Criança. Acho que é um descaso dos governos, seja ele qual for. Todos que passaram até agora desprezaram aquilo ali. Acho que é uma falta de interesse e de manutenção (ENTREVISTADO 07).

Quando o Parque da Criança foi inaugurado, o parque Evaldo Cruz já estava em acelerado processo de descaracterização, aqui já estava em processo de má conservação, e a falta de atenção do poder público já tinha afastado o público completamente em 1993 (ENTREVISTADO 02).

Diante dessa situação, a população sentiu-se presenteada e muito satisfeita com a chegada de um novo espaço de lazer, que dispunha de muitas opções de atividades, segurança, além de ser novidade na cidade. Com isso, as poucas pessoas que ainda frequentavam o Parque Evaldo Cruz, passaram a frequentar o Parque da Criança. O novo parque veio suprir a falta que o mais antigo já estava fazendo.

O parque da criança veio jogar uma pá de cal no açude novo. Eu frequentava o parque da criança, tinha pista de cooper, parquinho, quadra de esportes. Com o passar do tempo as pessoas passaram a frequentar o parque mais intensamente. Era um espaço muito árido, não tinha grama nem árvores. O Parque da Criança chega no momento em que o parque Evaldo Cruz já está agonizando a muito tempo. O Açude Novo teve uma vida útil muito breve e o parque da criança veio para suprir a decadência desse local (ENTREVISTADO 01).

Além de ser associada, direta ou indiretamente, à construção de outros parques na cidade, a decadência do Parque Evaldo Cruz é resultado de muitos e diferentes fatores associados. Os entrevistados apontaram vários deles em suas falas, que coligados ao longo do tempo contribuíram para pôr um fim em um parque que um dia fora tão importante. A seguir, a Tabela 5 traz os fatores que contribuíram para o esvaziamento do Parque Evaldo Cruz, segundo a percepção dos participantes desta pesquisa, a partir da pergunta: “O que você acha que contribuiu para que o Parque Evaldo Cruz chegasse ao estado em que se encontra?”. Porém, o que foi observado foi que esses fatores apareceram do começo ao fim de cada entrevista, onde o entrevistado podia falar livremente sem, necessariamente, se sentir engessado pelo roteiro de perguntas. E, através dessa situação, pôde-se perceber a insatisfação das pessoas com o estado de abandono do parque, pois a todo instante da entrevista se lamentavam e disparavam várias possíveis causas para a decadência do mesmo.

Tabela 5: Tabela de fatores que contribuíram para o esvaziamento do Parque Evaldo Cruz

TEMÁTICA		ENTREVISTADOS																	
Fatores que contribuíram para o esvaziamento do PEC		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
T E M A S	Depredação e falta de manutenção																		
	O desprezo com que as coisas públicas são tratadas																		
	A população não enxerga mais o parque como um espaço utilizável devido à falta de atrativos																		
	Falta de segurança																		
	Substituição dos usuários																		
	Perda da capacidade da sociedade de usar parques e praças, aderindo à espaços privados em condomínios e shoppings																		
	Construção da Integração																		
	Descaracterização do parque																		
	Instalação de quiosques que vendem bebidas no PEC																		
	Brigas políticas																		
	Criação de outros parques em CG																		
	Desativação da fonte luminosa																		
	Parou de fazer as decorações natalinas																		
	Falta de compromisso/corporativismo dos comerciantes do próprio PEC																		
	Dificuldade de estacionamento																		
	Desnível do PEC																		

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Ver gráfico a seguir para melhor visualizar as principais respostas dos participantes.

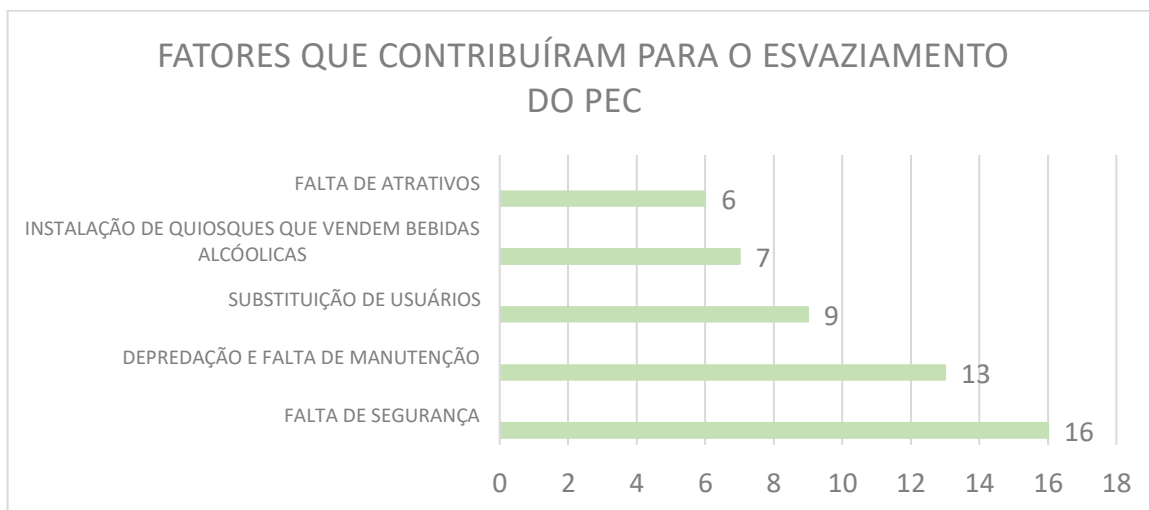


Figura 96: Gráfico de fatores que contribuíram para o esvaziamento do Parque Evaldo Cruz

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Como se observa, o fator mais citado foi a falta de segurança no parque. Hoje a população tem medo de frequentar o espaço, e a sensação de insegurança é apontada como a principal causa da população se sentir afastada. Outros fatores também foram citados

isoladamente e essa falta de segurança é consequência de um processo que envolve muitos deles em um ciclo vicioso.

Um risco de vida! Um risco total de vida aquilo ali. Eu pessoalmente não tenho coragem de entrar nem de dia, nem de tarde, nem de noite ali. Ali está muito perigoso. Você andar na calçada ali é perigoso (ENTREVISTADO 12).

Só que hoje é medo. Hoje você não atravessa. Não sei se foi por causa da mudança da sociedade, mas saiu de uma coisa que nos dava alegrias e orgulho, para hoje ser um apêndice. Um canto que a gente fica com medo de passar ali de noite. Já levei carreira ali. Pra cruzar ali tinha que ser corajoso. Eu tive a oportunidade de ter felicidades e tristezas lá. Já levei carreiras de assaltantes agora já na fase de abandono (ENTREVISTADO 17).

As pessoas hoje não se sentem seguras para irem a um parque daquele. Há a insegurança. Mas isso é um processo, é uma conjuntura de fatores. Não há um fator único (ENTREVISTADO 18).

Como se observa na Tabela 5, a falta de interesse do poder público pelo parque apareceu em muitas falas. Ao analisar todos os discursos e reorganizar todos os fatores, para que se pudesse entender qual o real papel de cada um dentro do processo de esvaziamento do parque, percebeu-se que o desinteresse público funcionou como uma das causas para que o processo de esvaziamento ocorresse.

O problema do Parque Evaldo Cruz foi mais o descuido, o esquecimento (ENTREVISTADO 06).

Acho que é um descaso do governo, seja ele qual for. Todos que passaram até agora desprezaram aquilo ali. Acho que é uma falta de interesse. Desprezo de quem pode fazer alguma coisa e não faz nada (ENTREVISTADO 07).

Eu acho que faltou vontade política de manter o parque. Existem algumas obras que ao invés de aproveitar e ajeitar ela que ela já está pronta, as pessoas querem fazer outra. A gestão ganha mais nome se fizer uma nova ao invés de manter uma que já existe (ENTREVISTADO 09).

Falta de zelo do poder público. Acho que as gestões não valorizam (ENTREVISTADO 17).

O ciclo a seguir explica o processo de esvaziamento do Parque Evaldo Cruz, a partir da associação dos fatores citados nas entrevistas, onde a falta de segurança e consequentemente o medo de frequentar o parque, aparecem como consequências e não como causas nesse processo de esvaziamento encabeçado pelo abandono do lugar.

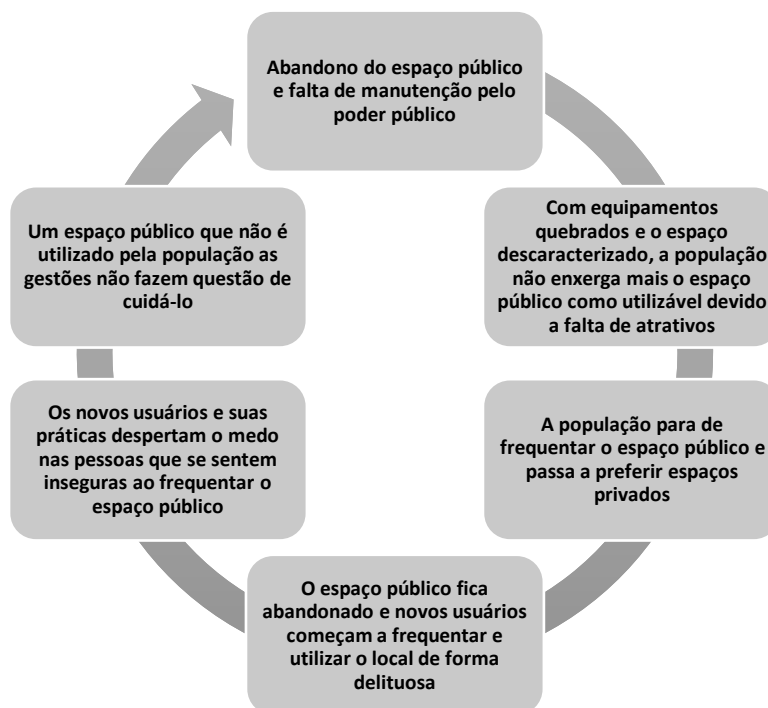


Figura 97: Processo de esvaziamento do Parque Evaldo Cruz

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Com relação a esse medo de estar no espaço público, segundo Bauman (2008), enfrentamos atualmente males produzidos por seres humanos tão inesperados, incalculáveis e imprevisíveis. Na modernidade líquida²⁵ não existem sinais, ou fronteiras claramente definidas, que nos permitam identificar ou separar o bem do mal, e assim identificar amigos e inimigos. O mal pode surgir de qualquer lugar, a qualquer momento. A consequência mais grave disto é a aterrorizante crise de confiança que se vivencia nos tempos atuais. Nesse contexto de incertezas e medo, as relações humanas e os vínculos sociais encontram-se extremamente ameaçados. O distanciamento parece a única medida capaz de propiciar um pouco de alívio e segurança. As cidades, antes símbolos de proteção, se transformaram em fontes de ameaça e de perigo permanentes, e os encontros no espaço urbano tendem a ser evitados ou marcados pela suspeita, mediados por guaritas, grades e câmeras.

Além de todas essas questões, que poderiam, inclusive, serem genéricas ao processo de esvaziamento de outros espaços públicos, existem as que são peculiares ao Parque Evaldo Cruz. No parque haviam equipamentos que eram as principais atrações do parque – os parquinhos e

²⁵O conceito de modernidade líquida foi desenvolvido pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman e diz respeito a uma nova época em que as relações sociais, econômicas e de produção são frágeis, fugazes e maleáveis, como os líquidos. O conceito opõe-se, na obra de Bauman, ao conceito de modernidade sólida, quando as relações eram solidamente estabelecidas, tendendo a serem mais fortes e duradouras. Hoje o mundo é permeado por incertezas e instabilidade.

a fonte luminosa. Com a falta de manutenção dos parquinhos e a desativação da fonte, o parque perde seus principais atrativos e grande parte de seu público para de frequentá-lo também por esses motivos.

O primeiro ponto para o declínio do parque foi a falta de manutenção dos brinquedos. Quebrava um brinquedo ficava sem o brinquedo, ele não era consertado (ENTREVISTADO 01).

Me lembro bem disso assim - a fonte de luz era o 'chama', então quando quebrou, deixou de funcionar, as pessoas foram se afastando mais (ENTREVISTADO 10).

Segundo relatos, desde a metade da década de 1980 os equipamentos do Parque Evaldo Cruz já vinham precisando de manutenção e a população já fora começando a se afastar do parque. Em 1992, na gestão do ex-prefeito Cássio Cunha Lima, foi feita, de forma superficial, uma manutenção nos parquinhos e nos mobiliários, que parece não ter sido suficiente para continuar motivando a população a frequentar o parque.

Em 1992 me chamou a atenção porque eles cercaram a área do parque todinha com tapumes e depois que reabriram não foi observado quase nenhuma mudança (ENTREVISTADO 03).

Em meados dos anos 90 teve uma reforma, não lembro bem, para manutenção dos brinquedos. Consertaram alguns parquinhos, mas não foi suficiente. No início dos anos 2000 teve outra reforma como tentativa de fazer as pessoas utilizarem o parque, colocando os quiosques (ENTREVISTADO 01).



Figura 98: Placa referente a reforma feita por Cássio Cunha Lima em 1992

Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Em 2002, o parque já estava abandonado, a população havia parado consideravelmente de frequentá-lo. Na gestão da ex-prefeita Cozete Barbosa, nesse mesmo ano, foi executado um projeto de reforma, na tentativa de atrair novamente as pessoas para o parque. Houveram algumas mudanças que marcaram a memória das pessoas, e as principais mudanças dessa

reforma foram a retirada dos parquinhos e a descaracterização da fonte luminosa. Houveram também mudanças na vegetação, manutenção de mobiliários e implantação de quiosques ao redor do parque. Numa reforma feita para tentar trazer a população de volta ao parque, não foram levados em consideração seus principais atrativos – os parquinhos foram retirados e a fonte descaracterizada e posteriormente desativada, o que talvez explique o fracasso dessa reforma e a visão negativa que as pessoas têm dela, pois o parque continuou abandonado.

Lembro que houve uma reforma em que houveram mudanças na fonte. Para ter acesso ao obelisco tinha apenas uma passarela, você ia e voltava pela mesma passarela. Depois dessa reforma fizeram como se fosse uma cruz, acrescentando mais três passarelas, descaracterizando a obra arquitetônica (ENTREVISTADO 03).

A outra reforma, até agora foi em 2002 a 2004, que foi a gestão de Cozete Barbosa, onde ela construiu esses quiosques e cobriu o canal, pois o canal era aberto. O canal que circula o parque. Cassio deixou esse projeto encaminhado e Cozete executou. Cozete também quebrou os parquinhos e modificou as passarelas da fonte. Só para mostrar que fez algo, que reformou (ENTREVISTADO 13).

O parque teve uma reforma entre 2002 e 2003, quando foram colocadas as três passarelas, descaracterizando o parque, construção de paredes no prédio do museu de artes, a descaracterização paisagística do parque com a introdução de elementos que não tinha nada a ver com a vegetação original do parque (ENTREVISTADO 02).



Figura 99: Placa referente a reforma feita por Cozete Barbosa em 2004

Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Hoje o Parque Evaldo Cruz não oferece mais parquinhos à população e a fonte luminosa está desativada. Apesar de muito marcante na memória das pessoas, a descaracterização da fonte luminosa não foi o principal motivo do afastamento da população, mas sim a sua desativação. Muitos campinenses não aprovaram as mudanças da fonte, acharam desnecessárias

e invasivas, modificando, sem o consentimento do autor, uma obra de arte que foi o seu projeto arquitetônico original. Mas foi a sua desativação que o povo realmente lamentou. Na Figura 100, pode-se observar as alterações realizadas na fonte luminosa – o anel interno que antes era redondo, passou a ser quadrado e foram acrescentadas mais três passarelas.



Figura 100: Antes e depois da fonte luminosa, após reforma em 2002

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (Blog), 2021.

Algo que foi muito mencionado nas entrevistas como negativo para a imagem do parque foi a instalação de quiosques em seu interior, onde era permitida a venda de bebidas alcoólicas. Os quiosques foram implantados em 2005, na gestão do ex-prefeito Veneziano e nesse período a população já não utilizava o parque como antigamente, pode-se dizer que já estava praticamente abandonado. Sendo assim, a instalação dos quiosques não contribuiu para a decadência do parque propriamente dita – o período em que ele, de fato, deixou de ser utilizado pela população – mas contribuiu para que a imagem negativa que já existia fosse reforçada na memória das pessoas.

Quando as pessoas associavam o parque aos quiosques, sempre remetiam a um ambiente carregado, a um ambiente que conseguiu ficar ainda pior depois da chegada deles. Os quiosques atraíam um público diferente, que frequentava o parque para outros tipos de diversão, o que deixou o ambiente inapropriado para crianças e famílias – observava-se pessoas bebendo e muitas vezes alteradas, brigas, som alto ligado tocando músicas obscenas, tráfego de carros e motos dentro do parque, etc. Houve um tempo em que começaram a tocar serestas e segundo alguns entrevistados, isso passou a atrair prostitutas e usuários e traficantes de drogas para o local.

O problema do Parque Evaldo Cruz foi mais o descuido, o esquecimento. É uma coisa que eu acho que prejudicou um pouco foi a instalação desses quiosques como bares no interior do parque. É aquela história, onde tem a bebida o pessoal não quer ir, só quem quer beber mesmo. Com esses bares e outros frequentadores, o espaço passou ficar meio bagunçado. Muita gente não vai mais para aquele ambiente porque diz que está muito carregado, frequentado por usuários de drogas, moradores de rua, onde há assaltos. Essa é a minha leitura (ENTREVISTADO 06).

Lembro que na época, com essas barracas, as pessoas na época entravam com carro, com moto, e isso aí acabava atrapalhando quem estava circulando por ali. E o pessoal bebendo com som alto ligado, acabou afastando ainda mais as pessoas do parque (ENTREVISTADO 08).

Depois botaram uns lanches, começaram a botar uma bares dentro. Começou a carregar demais e começou a desvirtuar. Não é que não possa ter bar. Mas a partir daí começou a ter brigas lá. Depois, lá dentro mesmo do parque começou os bares tocando aquelas serestas, aí foi onde desandou. Junto com as serestas foi onde começou a carregar de verdade (ENTREVISTADO 12).

A praça foi se tornado um lugar carregado. No sentido de um cidadão ali que era restaurante, seu Paturi, colocou seresta. E, onde tem seresta só é bom no começo, porque depois vai vindo as mulheres da vida, as garotas de programa, aquelas mais enfraquecidas, vai chegando o avião de drogas, vai chegando ladrão (ENTREVISTADO 13).

Ainda sobre algo relacionado aos quiosques, mais precisamente aos seus proprietários, fala-se sobre a falta de zelo dos mesmos pelo parque ao longo dos anos. Segundo relatos, muitos comerciantes abandonaram seus quiosques diante das dificuldades pelas quais já passou o parque.

Tem também a falta amor dos meus vizinhos pelo meu espaço. A minha praça só é amada quando ela rende alguma coisa. Quando tem algo que seja agradável e rentável, as pessoas se interessam em estar nela. Nos momentos difíceis eles correm. Então eles nunca amaram a minha praça, eles usufruíram dela. A maioria usufruiu, criou seus filhos – estou falando dos meus vizinhos comerciantes – construíram seus patrimônios e nos abandonaram, foram embora (ENTREVISTADO 13).

Ao verem que o parque já não atraía mais um público familiar, o aumento de usuários de drogas e traficantes, a chegada de prostitutas e pessoas em situação de rua no parque, os comerciantes simplesmente fecharam suas portas e, literalmente, abandonaram o espaço. Hoje em dia, há apenas um quiosque em funcionamento dentro do Evaldo Cruz, ao passo que outros quiosques tiveram suas esquadrias vedadas com tijolo para que não fossem invadidas por pessoas em situação de rua. Apenas a área externa desses quiosques abandonados, tem sido utilizada por essas pessoas, que montam suas barracas e vivem ali.



Figura 101: Quiosque que teve esquadrias fechadas com tijolos

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

O tempo passou, e o parque seguiu nessa dinâmica, até que em 2008, na gestão do ex-prefeito Veneziano, fora construído o Terminal de Integração de Transporte Coletivo de Campina Grande, no antigo largo do Açude Novo, possuindo os acessos posicionados nas calçadas periféricas do parque. Junto ao terminal, vieram o ônus e o bônus. A população enfim teve a oportunidade de pagar apenas uma passagem bairro a bairro. Em contrapartida, iniciaram-se inúmeras discussões sobre os vários impactos negativos – sociais e arquitetônicos – trazidos pelo terminal.

Algumas pessoas acreditam que a construção do terminal contribuiu negativamente para a imagem do Parque Evaldo Cruz, em vários aspectos. Primeiro, sobre a sua implantação com relação ao parque, o projeto do terminal não trouxe mais vitalidade para o parque, uma vez que para adentrar o terminal, a passagem dos usuários pelo interior do par que não se faz necessária. Deste modo, um grande potencial no que se refere à articulação entre o projeto do terminal e o próprio parque foi desperdiçado. Além disso, o terminal serve como barreira física, dificultando a acessibilidade visual do Evaldo Cruz para quem passa na Rua Dom Pedro II – uma das principais queixas da população.

Acho que talvez aquele equipamento do terminal ali foi que praticamente destruiu de vez o PEC. Aquele terminal veio enfeiar tremendamente aquela área. Não dá mais para ver o parque (ENTREVISTADO 18).

Segundo, ainda sobre a implantação do terminal, agora sobre a relação terminal/museu, o problema se encontra na forma como o terminal foi implantado, servindo de barreira visual

também para o Museu de Arte Assis Chateaubriand, um importante equipamento da cidade como já fora mencionado anteriormente, e que após a construção do terminal ficou escondido atrás dele. É possível perceber novamente a falta de articulação entre os projetos circundantes e o Açude Novo. Um dos aspectos qualificadores de um espaço urbano é a articulação entre ele e o tecido urbano, e essa característica é ausente quando se observa o Parque Evaldo Cruz e os projetos do seu entorno.

Aquele museu de artes ali foi praticamente destruído. Aquilo é lamentável, era um museu de artes que tinha um acervo interessante, com obras de Portinari, com contribuições de Chateaubriand que deixou para Campina Grande. Uma violência lamentável a forma como o terminal esconde o prédio do museu que é lindo (ENTREVISTADO 18).



Figura 102: Barreira visual causada pelo Terminal de Integração em relação ao Museu

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

E terceiro, o problema que mais aflige a população, é o público que o terminal acaba atraindo para o Parque Evaldo Cruz. Esperava-se que com o grande fluxo diário de pessoas que passam pela integração, o parque passasse a ser mais frequentado pela população, já que os dois equipamentos são vizinhos. Esperava-se uma maior integração entre os dois espaços, onde as pessoas que chegassem ou saíssem da integração pudessem cruzar um parque bonito e todo arborizado, ao realizarem seus percursos. Ou que lá tivesse lanchonetes e atrativos que convidassem as pessoas que por ali passavam a fazerem uma pausa e apreciassem a beleza do parque, em um ambiente calmo e contemplativo. Apesar dos problemas com a implantação do terminal, ainda assim, a população poderia tirar proveito dessa proximidade, se beneficiar de

alguma forma da oportunidade de poder usufruir de um espaço como o Parque Evaldo Cruz em pleno centro da cidade.

Porém, nada disso aconteceu. Segundo relatos, o Açude Novo tem servido apenas como esconderijo de bandidos, que cometem seus delitos no terminal de integração e vão se esconder no parque. Isso acontece, também, pelas muitas condições favoráveis que o mesmo oferece para que uma pessoa consiga se esconder, se camuflar. O parque além de muito grande, é bem arborizado, situa-se abaixo do nível da rua e não possui uma iluminação eficiente, criando um cenário perfeito para que pessoas se escondam, principalmente durante a noite.

Então, o parque permaneceu em processo de decadência, talvez, eu acho que acentuado pela construção do Terminal de Integração que começou a trazer um público depredador pra cá (ENTREVISTADO 02).

E também aquela integração deixou muito a desejar sendo colada ali. De lá vem um monte de ladrão. Roubam na integração e descem pro parque para se esconder (ENTREVISTADA 15).

E como ele é grande demais, tem árvores, é fácil das pessoas [ladrões] se esconderem, ele é enterrado e quem passa na calçada não ver o que se passa lá dentro (ENTREVISTADO 10).

É uma dificuldade para pequenas ideias serem executadas. Quase que eles não aumentam a grade dessa cebola dessa Integração. Ladrão roubava lá e pulava pra cá. Só trazendo problemas pra cá. Foi teempo. Meu Deus, para aumentar 1m de grade a prefeitura não podia. (ENTREVISTADO 13).



Figura 103: Aumento de 1m da grade, ao qual se referiu o Entrevistado 13

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Por fim, a construção do terminal de integração não rendeu ao Parque Evaldo Cruz algum cuidado da gestão. Em 2008, algumas melhorias foram feitas no parque, porém aconteceram em decorrência da morte da cantora Marinês, que estava sendo homenageada. A

impressão é que o parque não foi visto como algo que pudesse agregar valor ao novo equipamento que estava sendo construído e foi ignorado.

Então descemos em 2005 pra cá. Quando a cantora Marinês morreu, o então prefeito Veneziano fez aqui tipo um sítio, uma coisa cultural. Aí foi quando começou brilhar os sonhos, foi em 2008. Eu estava desanimado, mas a fonte ainda tinha água. Quando Veneziano construiu a integração ele não fez nada dentro do parque. Na época, as melhorias dentro do parque foram decorrentes do evento em homenagem ao falecimento da cantora Marinês e não pela construção da integração. Só foi isso. Fecharam isso aqui, transformaram em tipo um sítio São João. Trouxeram água suja lá do açude de Bodocongó, trouxeram uns barcos velhos de pesca... então houve visitação. Quanto terminou a homenagem acabou tudo. Ficou aí tudo sucateado, só o lixo dentro da fonte, a sujeira. Ficou ali um troço que tinha um forró e começou a virar malocagem (ENTREVISTADO 13).



Figura 104: Parque Evaldo Cruz em 2008 para homenagear a cantora Marinês

Fonte: Cesar Di Cesario, 2008.

Serpa (2020) faz uma discussão sobre parques urbanos que passam por um processo de abertura e popularização que duram pouco tempo, por causa de problemas sociais como

criminalidade urbana, falta de manutenção da infraestrutura, dentre outros problemas. O Parque Evaldo Cruz se insere nesse quadro e tem deixado de exercer sua função na cidade, de promover não apenas condições a sociabilidade pública, mas também embelezar a cidade e oferecer lugares de entretenimento e diversão. A grande questão que se mostra, é que mesmo existindo locais propícios à produção da sociabilidade pública, como parques, praças, ruas, calçadas, nem sempre eles respondem a essa possibilidade. O Parque Evaldo Cruz hoje possui novos usos e usuários e tem sido visto de forma negativa pela população campinense.

4.2.1 Novos usos e usuários do Parque Evaldo Cruz

Hoje, o Parque Evaldo Cruz se encontra abandonado, tanto pela população que não o frequenta mais, quanto pelo poder público que não zela pelo espaço como deveria. Ao longo do tempo o parque foi perdendo seu significado para os campinenses e suas formas de uso e apropriação foram se transformando.

Tinha o parque Evaldo Cruz para se namorar, para se divertir, para brincar, para praticar skate, patins, jogar capoeira, servir também durante o Maior São João do mundo para evangelização. Tinha um leque de opções ali que infelizmente hoje você não ver mais e é só recordação. [...] ninguém vai pra ver nada (ENTREVISTADO 08).

Atualmente, novos usos e usuários podem ser observados no parque, o que o transformou em um espaço perigoso, despertando o medo da população de frequentá-lo. Vários fatores contribuem para que o Parque Evaldo Cruz não tenha mais tanta frequência, como já discutido anteriormente, mas o principal deles é a sensação de insegurança que o parque oferece.

Mais ou menos nos anos 80 começamos a sentir que o parque já não era mais o parque que poderíamos estar à vontade, de confiança, de ficar a noite. A ausência das pessoas no Parque Evaldo Cruz foi decorrente dos anos que se passaram e ele começou a se tornar um lugar perigoso. Não temos ali policiais, a guarda municipal, para a preservação, inclusive do próprio parque. Eu acho que as pessoas se afastaram por segurança (ENTREVISTADO 11).

Eu acho que a falta de segurança foi primordial para que aquilo ali se acabasse. Porque na hora que você chega e diz: não vou porque lá tem trombadinha, lá tem moleque de rua, então ali foi assustando e afugentando as pessoas (ENTREVISTADO 08).

A violência lá dentro fez as pessoas se afastarem do parque. Assaltos, drogas. Ninguém vai levar um filho pra ver os outros se drogando lá (ENTREVISTADO 16).

É tanta gente roubando, trazendo roubo, se camuflando. Inclusive esse meu vizinho está meio doido por causa desses aperreios. De tanto chegarem e obrigarem ele a

guardar [dentro do quiosque] a jaqueta, o revólver, a guardar o pacote de droga e vestir outra camisa e pronto. Esperar esfriar pra ir fazer outro assalto e voltar (ENTREVISTADO 13).

Segundo relatos, o espaço se transformou na Cracolândia de Campina Grande, sendo muito frequentado por usuários e traficantes de drogas. É possível se deparar com essas pessoas durante o dia, mas é durante a madrugada a maior movimentação dentro do parque. Na calada da noite, os traficantes adentram o parque para distribuir suas mercadorias, que são procuradas, inclusive, por pessoas de classe alta e média alta da cidade. Por entre a escuridão do Evaldo Cruz, o cenário é triste – segundo reportagem²⁶ veiculada no Jornal Bom Dia Paraíba, o local está abandonado pela população em geral e nele há pessoas se drogando, se prostituindo e assaltando.

Muita gente não vai mais para aquele ambiente porque diz que está muito carregado, frequentado por usuários de drogas, moradores de rua, onde há assaltos (ENTREVISTADO 06).

O anfiteatro hoje funciona como um maconhódromo. É um milagre não tá cheio de gente ali se drogando. As vezes nem acendem as luzes e já está lotado. De madrugada, é cada carrão que entra aqui pra comprar drogas, que ninguém imagina (ENTREVISTADO 13).



Figura 105: Pichações do anfiteatro do PEC, 2019

Fonte: Tectur Campina²⁷, 2019.

²⁶Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6557762/>> Reportagem exibida em 7 de março de 2018. Acesso em 24 fev. 2021.

²⁷Disponível em: <<https://tecturcampina.com.br/page/fotos/9>> Acesso em 01 jul. 2021> Acesso em: 6 mai. 2021.

Durante a madrugada, a movimentação no parque se intensifica após o término das festas que acontecem em outros estabelecimentos. O Parque Evaldo Cruz passou a funcionar como uma espécie de *after party* (pós festa), para onde vão muitos dos que já curtiram uma bela noite e ainda querem amanhecer em outra festa. É nesse momento que o tráfico de drogas e a prostituição aumentam, atingindo um público que já se encontra vulnerável.

Depois de 2011 viramos resto de bares. Terminava Ipiranga Clube, Salon Bar, Bar do Cuscuz, Banana Beer, Maria de Calú, Parque do Povo aí vinha aquela baitolagem todinha de lá dar problema pra nós aqui. Sobrava os problemas pra nós. Pela necessidade nós atendíamos. Quando era logo cedo nós não vendíamos, quando dava 2h da manhã em diante, com as contas na mão, escola de menino, água e luz para cortar, saúde, isso e aquilo, aí tínhamos que suportar o resto dos bares. Hoje eu não quero mais. 2h da manhã estou fechando a minha cordinha ali, pode ser o que for eu não quero (ENTREVISTADO 13).

Muitas vezes, confusões se iniciam em outros estabelecimentos e terminam em crimes no Parque Evaldo Cruz. Um homicídio que ganhou muita visibilidade em Campina Grande, foi o de ‘Naldo Lindo Olhar’, proprietário do trailer ‘Lindo Olhar’, localizado nos arredores no parque. Segundo reportagem²⁸ de Carlos Magno, publicada em 09/11/2015, o comerciante teria sido assassinado dentro do Parque Evaldo Cruz. E assim como esse, já foram noticiados vários outros assassinatos. Mas, às vezes, já de tão estereotipado, fica mais fácil a imprensa divulgar que um crime ocorreu no Parque Evaldo Cruz, quando na verdade aconteceu em outras imediações. Isso tem acontecido ultimamente e alguns comerciantes do parque não entendem o porquê. Lamentam muito, pois essas falsas notícias acabam depreciando seus negócios.

A gente sempre foi e é a escória do Centro. Todo acontecimento ou homicídio, coisas ruins que acontecem no entorno da praça, os repórteres, acredito eu, são comprados para que não prejudique os comércios dos bacanas. Então eles colocam: ‘tal homicídio aconteceu no largo do Açude Novo’. Eles nunca dizem: ‘na porta do estabelecimento tal’. Eles colocam no largo, mas foi lá longe, não foi aqui. Como agora o ano passado houve um homicídio que veio do Parque do Povo, mas terminou acontecendo aqui na minha frente. Aqui aconteceram crimes já. Inclusive o empresário do Lindo Olhar foi assassinado aqui no meu estabelecimento. Na verdade, houve um desentendimento e aconteceu aqui. Então ninguém disse que a briga dos delinquentes da facção começou no Parque do Povo, só disseram que o episódio foi aqui. Então vai colocando aquela imagem que quando Zé Cláudio na Patrulha da Cidade²⁹ diz: ‘não passe por lá, porque você morre’, pronto, acaba de matar. Aí toda vez que ele faz um enaltecimento negativo sobre minha praça eu dou uma quebradazinha, sempre meu comércio recai (ENTREVISTADO 13).

28

Disponível

em:

<https://www.carlosmagno.com.br/noticias/2330,morre_vitima_de_tiro_o_comerciante_naldo_lindo_olhar_proprietario_de_trailer_no_acude_novo_em_campina_grande.html> Acesso em: 6 mai. 2021.

²⁹ A Patrulha da Cidade é um noticiário, apresentado por José Cláudio, que noticia crimes e delitos em Campina Grande e região.

Além de lugar de drogas e crimes, o parque também é conhecido como ponto de prostituição, onde os atos são praticados em meio as árvores, nas partes mais escuras do parque ou dentro dos banheiros já deteriorados. Não existe horário certo ou mais propício, durante o dia ou durante a noite pode-se observar a presença de mulheres da vida rondando o parque.

Hoje eu passei do lado do parque e tinha também, além de trombadinhas, duas mulheres me chamando para programa em plena luz do dia. Para você ver como são as coisas, um parque daquele, com tanta beleza, que tem uma estrutura que pode ser frequentado por famílias e você ver essa questão de trombadinhas e prostituição (ENTREVISTADO 08).

Pessoas em situação de rua também são encontrados lá dentro. Eles utilizam as estruturas de quiosques abandonados para montarem suas barracas e lá fazem morada, em péssimas condições. Utilizam os banheiros do parque para suas necessidades fisiológicas e muitas vezes são essas pessoas que acabam fazendo a manutenção/limpeza desses banheiros para uso próprio. É um público que não costuma depredar o parque, apenas se utiliza dele para moradia. É muito comum as pessoas colocarem no mesmo escalão ladrões, trombadinhas, drogados, delinquentes e pessoas em situação de ruas. Mas esses, em sua maioria, não cometem delitos, apenas sobrevivem na rua.



Figura 106: Pessoa em situação de rua dormindo no alpendre de um dos quiosques fechados do PEC

Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Todo esse acúmulo de presenças inconvenientes dentro do parque, a sensação de insegurança que elas provocam, faz com que as pessoas não queiram, se quer, cruzar o espaço

em seus trajetos diários. Elas preferem arrodar o parque do que passar por dentro dele, fazendo com que a parte externa do mesmo seja mais utilizada que seu interior. Por isso, é observado um maior movimento de pessoas nas calçadas que circundam o Parque Evaldo Cruz, mas que ainda assim, transitam pela área com medo e receio.

Ninguém vai querer nem passar ali dentro. Eu poderia ter passado para cruzar, para evitar de estar circulando. Aquilo que eu disse, eu passei a pé, mas nem isso eu tive coragem. Mesmo observando alguns zeladores, um pessoal da prefeitura dando uma limpada (ENTREVISTADO 08).

As vezes quando a gente saía do hospital ali perto, tentava atravessar pelo parque para diminuir a distância, o medo era grande, porque tinha muitos usuários de drogas e assaltos também (ENTREVISTADO 15).

Tenho muitas e boas recordações do parque, só que hoje é medo. Hoje você não atravessa. Não sei se foi por causa da mudança da sociedade, mas saiu de uma coisa que nos dava alegrias e orgulho, para hoje ser um apêndice. Um canto que a gente fica com medo de passar ali de noite (ENTREVISTADO 17).

No atual contexto social, estamos vivendo o momento da demarcação do espaço individual, em nome da segurança, da livre expressão e da vida privada. Nesse contexto, o privado impõe-se ao público, onde as pessoas vão preferir estar em um condomínio, em casa, em um clube ou em um shopping center. Agora, o que impera é o espaço da intimidade, protegido pelos portões, muros e jardins fechados. E sobre essa ascensão do espaço privado sobre o público, Sennett (1988) reforça que o espaço público “morto” é uma das razões, e a mais concreta delas, pelas quais as pessoas procurarão espaços privados. Encontros e atividades que antes aconteciam nos espaços públicos de nossas cidades acontecem cada vez mais em outros espaços de sociabilidade, principalmente, ao se tratar dos setores mais abastados da sociedade, que dispendo de mais condições financeiras, podem ampliar suas possibilidades de experiência pública e recusar formas mais tradicionais de convivência social. Enquanto isso, para a outra parcela da população só lhes resta ficar em casa.

Esse fato é uma realidade em Campina Grande também. Vemos muitos campinenses que ainda preferem desfrutar de momentos de lazer e sociabilidade em espaços privados, principalmente por medo da criminalidade presente em alguns espaços públicos da cidade. Porém, algo tem mudado aos poucos e de forma sutil no que se refere aos hábitos dos campinenses e é importante mencionar a grande frequência de crianças, nos fins de semana, no Parque do Povo, que é separado do Parque Evaldo Cruz por apenas uma rua. Um parque que não foi construído para essa finalidade, que além de um grande espaço árido, não oferece mais nada para as crianças que vão para lá andar de bicicleta, patins, patinete, etc. No Parque do

Povo não existe se quer uma árvore ou bancos para que os pais possam sentar enquanto seus filhos brincam. Não se encontram vendedores de balas, vendedores de balões ou, até mesmo, um vendedor de água. O parque também não oferece equipamentos infantis e banheiros para seus visitantes. E, ainda assim, tem boa frequência. Isso acontece porque o espaço oferece menos riscos as pessoas, que não sentem tanto medo de estar ali com suas famílias. Independente da infraestrutura que não é oferecida, as pessoas estão ali porque não sentem medo de serem assaltadas, porque seus filhos não presenciariam pessoas usando drogas ou pessoas em situação de ruas em seus barracos.

Se você passar ali no fim de semana, você ver muitas crianças brincando ali no Parque no Povo, um espaço árido, que não tem nada a oferecer. Quando você pensa que poderia levar o seu filho para um espaço mais bonito ao atravessar apenas uma rua. Hoje não está tão bonito, mas poderia estar com um pouco de empenho. Quanto a segurança, coloca policiamento (ENTREVISTADA 07).



Figura 107: Crianças brincando no Parque do Povo em tempos de Pandemia

Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

As pessoas estão voltando a dar mais valor aos parques públicos e a vida em sociedade. Em Campina Grande, principalmente em tempos de pandemia, onde se valoriza a cada dia mais a liberdade do ir e vir, os costumes estão começando a mudar e os pais têm levado mais seus filhos para brincarem ao ar livre. Ao que parece, inicia-se, novamente, uma geração que corre, brinca, pula e se diverte usufruindo dos espaços públicos de sua cidade.

Pode-se citar também o Parque da Criança (Figura 108) e o Parque da Liberdade (Figura 109), ambos em Campina Grande, que têm feito bastante sucesso e têm sido muito elogiados e frequentados pela população.

Lá passou a ser bem frequentado, foi muito bonita também a inauguração [Parque da Criança], e graças a Deus permanece quase que do mesmo jeito. As pessoas optando pela caminhada, pelo lazer, usufruindo mesmo do local. É uma opção muito boa de lazer, de você fazer um piquenique, você ver em fotos nas redes sociais, as famílias que vão ali sentar na roda de três, quatro, cinco amigos, usufruir do sanduíche, de alguma coisa e se deliciar com aquela arborização, muito cheio de árvore e belo (ENTREVISTADO 08).

Meus amigos dizem que preferem o Parque da Criança porque tem mais gente e tem mais segurança, tem policiamento (ENTREVISTADO 11).

Agora temos o Parque da Liberdade, também muito bem frequentado por todas as famílias, bem estruturado, bem arborizado. As árvores ainda estão pequenininhas, mas aí, daqui a pouco vão estar belíssimas. Parques assim a tendência é que melhore (ENTREVISTADO 08).

Os pais que vão a um parque querem alguma coisa que seja atrativa para a criança. Criança precisa ter o seu espaço. O Parque da Liberdade tem uma ótima estrutura para criança (ENTREVISTADO 11).



Figura 108: Parque da Criança

Fonte: Codecom/CG, 2021.



Figura 109: Parque da Liberdade

Fonte: Canal do YouTube de Alexandrexhb³⁰, 2019.

Hoje, sobre os Anos de Ouro do Parque Evaldo Cruz, apenas boas lembranças. Fica o sentimento de tristeza por todo o abandono e o de esperança de que um dia alguma gestão volte a olhá-lo e cuidá-lo.

Eu acredito que se mantivesse o Parque Evaldo Cruz na essência do início, eu acho que hoje ele seria, talvez, mais importante do que o Parque do Povo e do que o Parque da Criança (ENTREVISTADO 05).

Nós temos uma estrutura prontinha. Você só precisa adequar, fazer algumas adequações ali para que as pessoas voltem a frequentar. Botar ali a segurança, para que o pai e a mãe levem suas crianças como levam para o Parque da Criança e Parque da Liberdade. [...] Toda campanha se fala que vai ter a reforma e fica só em promessa. E a gente fica só vendo aquele espaço todinho abandonado. Você tem ali uma estrutura pronta, dá uma melhorada e coloca segurança, faz algumas pinturas, adequa alguns equipamentos e pronto, não precisa muita coisa (ENTREVISTADO 08).

³⁰Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=m2X2jxr8NK4&t=375s&ab_channel=AlexandrexhbAlexandrexhb> Acesso em: 6 mai. 2021.

Como alguns disseram, a estrutura está pronta e não é uma das coisas mais difíceis resolver a situação do Parque Evaldo Cruz. Falta um pouco de empenho das gestões, para que se tome medidas que transformem aquele espaço de modo a oferecer a população novas dinâmicas de uso. A seguir, algumas ideias que, segundo os participantes dessa pesquisa, contribuiriam para a revitalização do parque.

4.3 Dos anos de decadência ao futuro do Parque Evaldo Cruz

Nesse sentimento de esperança, entusiasmados com a oportunidade de conversar sobre o parque e incitados a pensar possibilidades que poderiam ajudar a reerguer o espaço, os entrevistados apontaram uma série de intervenções que poderiam contribuir para que o Parque Evaldo Cruz pudesse atrair, novamente, a população a utilizá-lo.

Resgatar as feições originais do parque foi algo cogitado, mas novas possibilidades de intervenções também foram apontadas, pois o parque oferece um espaço de grande versatilidade. Poderiam ser resgatados alguns dos antigos usos, antes apreciados pela população, mas também poderiam ser incorporados novos usos, o que contribuiria para o resgate da essência que o parque tinha na década de 1970, mas um Evaldo Cruz com uma nova imagem, com outros aires, uma proposta que atenda às necessidades de uma nova sociedade.

Foi muito comum, em algumas falas, a crença de que uma possível revitalização do parque seja uma tarefa fácil para o poder público. De fato, algumas intervenções citadas seriam mais simples que outras. Na tabela a seguir, foram listadas tais intervenções. Elas estão divididas ações de gestão e ações projetuais, essas divididas em ações de menor complexidade e de maior complexidade.

INTERVENÇÕES QUE CONTRIBUÍRIAM PARA A REVITALIZAÇÃO DO PARQUE		
AÇÕES DE GESTÃO	AÇÕES PROJETUAIS	
	MENOR COMPLEXIDADE	MAIOR COMPLEXIDADE
Fazer decorações natalinas no final do ano	Reativar a fonte luminosa	Cercar o parque, tornando-o um espaço fechado
Desenvolver trabalhos culturais e artísticos de ressocialização dentro do parque	Instalar academias para terceira idade	Construir uma área destinada a gastronomia
Retirar os drogados e os moradores de rua do parque	Reinstalar parquinhos	Construir uma área destinada a degustação de bebidas artesanais

Proibir a venda de bebidas alcóolicas nos quiosques	Investir no paisagismo do parque	Construir uma área destinada ao artesanato
Oferecer serviços públicos no interior do parque	Melhorar a pavimentação do parque	Construir um local permanente de forró, que pudesse ser visitado o ano inteiro
Conscientizar a população para que reconheça o parque como um espaço público utilizável	Melhorar a iluminação do parque	Reformar as barracas tornando-as mais rústicas
Realização de eventos	Instalar novos mobiliários	Construir um túnel que interligue o Parque do Povo ao PEC
Trazer brinquedos particulares para o parque		
Aumentar a segurança do local		

Figura 110: Intervenções que contribuiriam para a revitalização do Parque Evaldo Cruz, segundo os entrevistados

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

As ações de gestão seriam intervenções que não necessitariam de um projeto propriamente dito, mas envolveriam vários sujeitos na resolução dos problemas. O poder público teria que lidar com os atuais usuários do parque e os comerciantes dos quiosques, envolveria a Secretaria de Cultura, profissionais ligados a arte e outros órgãos públicos. Ao retirar drogados e moradores de rua do parque, algo deve ser oferecido a essas pessoas para sua reabilitação, por exemplo. São ações de cunho mais social, onde a gestão precisaria demonstrar um maior cuidado com a população e seu bem-estar.

As ações projetuais de menor complexidade seriam as mais simples, que iriam aproveitar toda a estrutura pronta que já existe no parque. Para a sua execução, não seria necessário grandes investimentos, grandes projetos, não envolveria os atuais usuários do local e os comerciantes dos quiosques, por exemplo. Seriam necessários pequenos investimentos, mas que trariam melhorias ao Parque Evaldo Cruz, o mínimo necessário para que alguém se interessasse em frequentar o local.

As ações projetuais de maior complexidade, além de envolver muitos sujeitos, demandariam maiores orçamentos e maiores projetos. Várias Secretarias do município precisariam estar envolvidas nas intervenções, assim como várias classes de profissionais. Seriam projetos inovadores, algo novo que seria construído dentro do parque.

São ideias de intervenções bem pertinentes, dado o estado em que o parque se encontra. Não se sabe ao certo quais seriam as mais eficientes, ou quais a população acolheria da melhor maneira. Porém, é fato que são muitas as possibilidades de intervenções e que apenas reformas

espaciais não seriam suficientes. A população precisa perceber que aquele espaço tem algo de bom a oferecê-la, e que ao frequentá-lo ela estará segura. As pessoas precisam sentir-se confortáveis em levar suas famílias ao parque, e romper esse estereótipo de lugar feio e perigoso, e talvez isso seja o mais difícil de se conseguir.

Apenas reformas espaciais não resolveria o problema. É necessário um plano de gestão, mobilização social, para que o espaço seja aproveitado. Por melhor que seja o projeto arquitetônico, paisagístico ou urbanístico, apenas mudanças físicas não são suficientes. Mesmo que a fonte volte, não significa que as pessoas voltem para ver a fonte (ENTREVISTADO 01).

No gráfico a seguir, as respostas mais citadas sobre intervenções que contribuiriam para a revitalização do PEC.

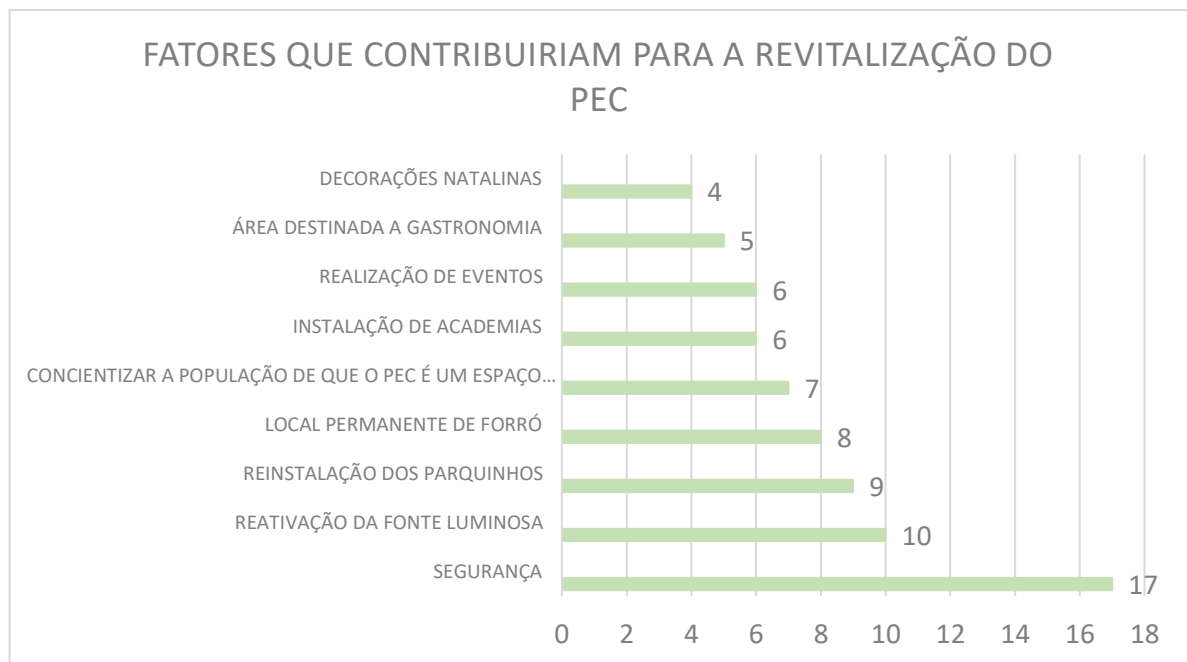


Figura 111: Gráfico com intervenções que contribuiriam para a revitalização do Parque Evaldo Cruz

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

A questão da melhoria da segurança no parque foi a mais citada. Como já mencionado anteriormente, a sensação de insegurança no parque foi um dos grandes responsáveis por afugentar a população dali. As pessoas acreditam que uma melhora na segurança, oferecendo policiamento diário, vigilância 24h, seria o primeiro passo a ser dado para que o parque pudesse atrair usuários.

Primeiramente, medidas com relação à segurança. Estabelecer uma segurança rígida e conscientizar a população que tanto o parque quanto seu entorno estariam seguros. Esse é um ponto chave para que a população começasse a voltar (ENTREVISTADO 03).

Primeiro, um super sistema de segurança que dê tranquilidade para o povo. Quando colocar segurança, câmeras, e que dê a sensação de segurança, aí sim tudo vai melhorar (ENTREVISTADO 17).

A questão da segurança né. Tem que estar limpo, tem que está organizando, mas tem que ter segurança. Hoje em dia todo espaço público tem que ter. E como ele é grande demais, tem árvores, é fácil das pessoas se esconderem, ele é enterrado e quem passa na calçada não ver o que se passa lá dentro, a questão da segurança é essencial (ENTREVISTADA 10).

Associada a essa questão de segurança, muitos fizeram uma comparação com o Parque da Criança, como se esse fosse mais seguro pelo fato de ser cercado com grades. Gradear o Parque Evaldo Cruz, foi uma solução citada por alguns entrevistados, mas a comparação feita com o outro parque da cidade, que é gradeado, foi feita por quase todos, que acabam pensando que a mesma solução poderia ser aplicada ao Evaldo Cruz e assim muita coisa se resolveria.



Figura 112: As grades do Parque da Criança

Fonte: Google Maps, 2021.

O principal dali é a segurança. Acho que ele hoje poderia até ser um espaço fechado. Não era pra ter tantas entradas, não ser tão livre. Ser mais ou menos como o Parque da Criança, que tem entradas e seguranças (ENTREVISTADA 16).

Aí vem a diferença entre o Parque Evaldo Cruz e o Parque da Criança, porque lá você ver dois em cada entrada, tem o sargento lá comandando. Se não me engando são 13 ou 15 vigilantes. Aí você se sente seguro (ENTREVISTADO 13).

Caso fossem colocadas grades no Parque Evaldo Cruz, poderia ser que houvesse um melhor controle nas entradas. Mas a sensação de segurança que se tem ao frequentar o Parque da Criança, não pode ser associada apenas ao fato de ele ser cercado. Sim, existe a cerca, mas

também existem os seguranças, o policiamento, os vendedores de comidas e brinquedos, e o principal, muitas pessoas frequentando o local. Então, além das grades e dos seguranças, o Parque da Criança é constantemente vigiado pela própria população que o frequenta, o que dificulta mais a prática de um delito, por exemplo.

A circulação e a atividade humana são importantes para a segurança pública pelo efeito identificado pela célebre urbanista Jane Jacobs como “olhos da rua”, uma característica de cidades gerarem ambientes mais seguros através da simples observação e fiscalização informal dos cidadãos ao seu redor. Espaços públicos desertos não são apenas monótonos, mas também criam um ambiente onde assaltos e atividades ilegais podem ocorrer sem testemunhas, que é o que vem acontecendo com o Parque Evaldo Cruz.

Para o Parque Evaldo Cruz, pode ser que as grades sejam uma solução. Mas, ao passo que existem muitos parques cercados que são seguros e têm bom funcionamento, existem outros que não possuem cercas e são seguros também, bem avaliados e bem frequentados. E assim, percebe-se que uma cerca não é um fator determinante para a segurança de um parque. Não existe um fator isolado que seja responsável pela segurança de um espaço, ou mesmo um modelo, mas um conjunto de fatores associados que devem ser pensados de acordo com cada situação, com cada área. Esses fatores incluem a questão da desigualdade social reinante em nosso país. O índice de desemprego, a falta de educação, enfim, questões sociais e econômicas que estão além da arquitetura.

Durante os anos 80 uma das principais medidas de segurança implementadas em Nova York foi a *broken windows theory*, ou “teoria das janelas quebradas”, introduzida pelos sociólogos James Wilson e George Kelling. A teoria, de sucesso comprovado em uma série de experiências, presume que um ambiente degradado – com, por exemplo, janela quebradas – traz um ambiente de descaso e ausência de fiscalização que incentiva ainda mais degradação – mais janelas quebradas, ou algo ainda pior – diminuindo a barreira psicológica para que crimes sejam cometidos. Ou seja, a desordem gera desordem. Assim, a experiência mostra que o próprio investimento em melhorar o espaço público – ao invés de cercá-lo, piorando-o – é capaz de aumentar a segurança do espaço. Isso pode ser traduzido em melhorar a iluminação; instalar mais e melhores lugares para sentar; melhorar as calçadas dentro e ao redor do parque; colocar cestos de lixo; e realizar a manutenção e fiscalização constante do espaço contribuindo para que ele seja sempre visto como um ambiente organizado pela população que o frequenta.

Foram sugeridas muitas intervenções que dizem respeito a melhoria da infraestrutura física do parque. A reinstalação dos parquinhos foi a mais mencionada, seguida da reativação

da fonte luminosa. Esses dois equipamentos eram símbolos do Parque Evaldo Cruz, responsáveis por atrair um grande público. Eles eram as grandes atrações do local e segundo os entrevistados deveriam voltar a ser novamente, porque quando se fala em Parque Evaldo Cruz o que vem em suas mentes são os parquinhos cheios de crianças brincando e a beleza da fonte luminosa.

Eu gostaria de ver as crianças brincando novamente, a harmonia que a gente tinha, encontros de amigos, as crianças bem à vontade gastando suas energias. Era muito gostoso. Gostaria que fosse instalado mais iluminação, mais brinquedos. Trazer de volta aquela fonte. Valia a pena. Se tivesse segurança, eu hoje pegaria as minhas netas e levaria para brincar lá (ENTREVISTADO 15).

Deveriam encher aquilo ali de escorregos, balanços, carrosséis, gangorras, isso tudo iria trazer as crianças de volta, com a fonte, com a música (ENTREVISTADO 10).

Não sei dizer exatamente o que, mas ali, de cara, seria reativar a fonte, dar um brilho maior ao obelisco. Voltar aos velhos tempos, que todas as pessoas com certeza vão gostar. Ou de uma forma futurística, ou da forma do passado, aquilo ali sempre vai ser um ponto de referência para todo mundo (ENTREVISTADO 12).

Há necessidade de novos mobiliários, melhora da iluminação e da pavimentação do parque. A população sente o descuido com o lugar através de simples observações – bancos quebrados, as lixeiras que não existem, as lâmpadas quebradas, uma iluminação pouco eficiente e a pavimentação que não oferece conforto para se realizar uma caminhada enquanto atividade física.

Novos bancos, equipamentos infantis, mobiliários em geral. Ajeitar a pavimentação para que fosse possível uma caminhada mais confortável. Verificar alguns pontos de luz que estão danificados, para que durante a noite o espaço ficasse mais claro. Mas, principalmente, reativar a fonte luminosa. Duas coisas importantes para o retorno da população, para mim, são garantir a população que ela estaria segura ao frequentar o parque e a reativação da fonte luminosa (ENTREVISTADO 03).

Algo que nunca existiu no Parque Evaldo Cruz, mas que é muito bem aceito pela população campinense em outros espaços públicos da cidade, são as academias ao ar livre. Percebeu-se um forte desejo nas pessoas, de que ali se torne mais um espaço na cidade para a prática de atividade física. Além da instalação das academias ao ar livre, também se falou muito sobre um local para caminhada. A população vê no Parque Evaldo Cruz um grande potencial, por ser um espaço amplo e plano, bonito, arborizado, central, que se revitalizado seria ideal para a prática de atividades físicas.

Devia ser revitalizado com diversas academias, para que o povo pudesse fazer seus exercícios. Era uma coisa que devia ter em cada bairro de Campina Grande era uma academia para a terceira idade. Eu espero que o próximo prefeito cumpra o seu papel que é ver todos os segmentos da sociedade em qualquer lugar (ENTREVISTADO 04).

Fazer uma urbanização de maneira que a gente possa fazer atividade física. Digo isso porque sou amante da atividade física. Se ali tivesse um espaço onde a gente pudesse fazer uma caminhada. Colocar academias públicas. Investir e mostrar para a população que aquilo ali realmente funciona, para que as pessoas possam acreditar. (ENTREVISTADO 14).

Uma outra forma de se atrair pessoas seria realizando eventos no parque e torna-lo multiuso, não apenas um espaço de lazer. Resgatar um antigo uso do Parque Evaldo Cruz, que tanto servia como anexo para grandes eventos em Campina Grande, como para shows esporádicos durante o ano. Então, uma boa solução seria aproveitar os eventos da cidade e levar também atrações para o parque, além disso, realizar shows, apresentações teatrais, de dança, repente, durante o ano todo no espaço do anfiteatro, pois o que não falta na cidade são artistas talentosos. O Parque Evaldo Cruz daria oportunidade para que os artistas campinenses se apresentassem para seu povo. Além de criar novas possibilidades de entretenimento, também atrairia turistas e movimentaria a economia da cidade.

Ali pode ser transformado, não é nem transformado, pode ser resgatado, pode ser revitalizado como uma grande área turística e cultural de campina grande. Em uma cidade que tem poucos atrativos turísticos que prendam um turista por 5 ou 6 dias. O parque seria um dos principais pontos turísticos da cidade (ENTREVISTADO 02).

Poderia ser muito bem utilizado no mínimo para fazer shows o ano todo, já que tem o espaço do anfiteatro (ENTREVISTADO 06).

Mas, eu acredito que se houvesse, principalmente, na época do São João em que a gente comemora o Maior São João do Mundo, se tivesse essa ligação e atividades culturais fossem levadas para o PEC, eu acredito que se revitalizaria muito o Parque Evaldo Cruz. Se por ventura acontecer de um próximo prefeito ter essa ideia de fazer essa ligação e levar atrações, não colocar somente o parque de diversão que sempre é instalado lá, não só isso, mas também levasse atrativos, grupos de dança folclórica, quadrilhas juninas, repentistas, pau de cebo, cantores locais, os cantores da terra, os trios, uma palhoça... eu acredito que revitalizaria e daria uma nova roupagem ao Parque Evaldo Cruz (ENTREVISTADO 11).

Esses eventos acontecendo no parque, além de dar oportunidade aos artistas da terra, daria oportunidade também aos ambulantes, proprietários de brinquedos como – pula-pula, cama elástica, piscina de bolinhas e parques de diversões – que sempre atraem a criançada.

Porém, cabe ressaltar que os eventos iriam movimentar o parque em momentos específicos, havendo a necessidade de se pensar em medidas que façam com que o local seja utilizado diariamente, e não funcione apenas como espaço para eventos esporádicos.

A realização de eventos no parque também ajudaria a atrair mais pessoas. Porém os eventos fazem o parque ser utilizado em momentos específicos. Ajudam, mas não resolvem o problema. Não conseguem fazer com que o parque seja utilizado todos os momentos do dia como antes (ENTREVISTADO 01).

Uma outra sugestão foi a de utilizar o espaço do parque para realizar ações sociais, feiras e oferecer serviços à população, como acontece na Praça da Bandeira, no centro da cidade. Campanhas de doação de sangue e alimentos, serviços bancários, feiras de flores, ações sociais, shows, protestos, sempre são realizados nessa praça, que tem um espaço muito pequeno se comparado com o do Parque Evaldo Cruz, o que acaba sobrecarregando o espaço da praça que além de pequeno, tem no seu interior e no entorno um movimento intenso de pessoas e carros respectivamente, independente de feiras, campanhas ou ações sociais.



Figura 113: Eventos que acontecem na Praça da Bandeira em Campina Grande

Imagem 1: Abertura da Semana da Pátria com hasteamento de bandeiras; **Imagem 2:** Show de Elba Ramalho no 40º Festival de Inverno de Campina Grande; **Imagem 3:** Protesto contra o atual presidente Jair Bolsonaro;

Imagem 4: Feira de Flores de Holambra

Fonte³¹: **Imagem 1:** Jornal da Paraíba 1, 2016; **Imagem 2:** Jornal da Paraíba 2, 2015; **Imagem 3:** CUT-PB, 2020; **Imagem 4:** G1 Paraíba, 2019.

³¹**Imagem 1:** Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/5276318/>>; **Imagem 2:** Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/4403406/>>; **Imagem 3:** Disponível em: <<https://pb.cut.org.br/noticias/atos-contra-bolsonaro-acontecem-em-campina-grande-e-joao-pessoa-e25b>>; **Imagem 4:** Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/10/28/festival-das-flores-de-holambra-acontece-na-praca-da-bandeira-em-campina-grande.ghtml>> Acessos em 15 Jul. 2021.

Eu sempre senti falta de, por exemplo, esses dias estava, a Caixa Econômica na Praça da Bandeira renegotiando dívidas. E eu Penso: ‘caramba, já é apertado a Praça da Bandeira. Esse caminhão não poderia vir pra cá [Parque Evaldo Cruz]?’ Eu vejo o hemocentro reclamando da coleta de sangue. Caramba, tanta sombra que tem aqui. Não dá pra botar um danado de um trailer daquele aqui não? Porque para você sair daqui para o Catolé é mais difícil para doar sangue. Tem inscrição de alguma coisa, eles botam lá longe. Tem uma confraternização de uma universidade – Praça da Bandeira. Bota banda e tal e fica aquele inferno no Centro. Eles não vêm isso aqui não (ENTREVISTADO 13).

O Parque Evaldo Cruz poderia ter seu espaço utilizado para tais atividades. Um espaço amplo, localizado a apenas 500m da Praça da Bandeira, que poderia receber confortavelmente toda a infraestrutura necessária para as campanhas, feiras e ações sociais. Tudo ainda aconteceria no Centro da cidade. Não significa acabar com as ações que acontecem na Praça da Bandeira, apenas lembrar que o Evaldo Cruz tem potencial para acolher essas práticas. É importante se discutir uma melhor distribuição de atividades, ações e eventos entre os demais espaços públicos da cidade, principalmente quando estão ali tão próximos. É necessário pensar nos espaços livres públicos como um sistema e não de forma isolada.



Figura 114: Distância entre espaços públicos no Centro de Campina Grande

Fonte: Adaptado de Google Maps, 2021.

Importa ressaltar também o que acontece com a Praça Clementino Procópio, uma praça também maior que a Praça da Bandeira, praticamente vizinhas, bonita e muito arborizada, que tem parquinhos e um coreto, e que não sedia nada. Observa-se espaços públicos que são simplesmente negados pelas gestões, e essas atitudes acabam contribuindo ainda mais para a criação de um estereótipo negativo desses espaços, fazendo com que as pessoas não queiram frequentá-los.

Ainda associado a essa questão de eventos, surgiram também comentários sobre as decorações natalinas que são feitas pela cidade e que têm feito grande sucesso. O parque que um dia teve tantas decorações natalinas, hoje vivencia uma grande escuridão em todas as épocas do ano, inclusive durante o Natal.

Hoje, o espaço de maior sucesso da cidade no período do Natalino é a Praça José Américo (Figura 115), um pequeno espaço da cidade, que possui em seu entorno tráfego intenso de veículos. Lá são colocados vários itens decorativos e muita iluminação, atraindo pessoas de todas as partes da cidade, que vão para lá fazer seus registros natalinos. Registros esses que antes eram feitos no Parque Evaldo Cruz. Toda essa visitação faz com que o trânsito nas proximidades da praça fique um caos, sendo necessário o auxílio da Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTP) todos os dias da semana. Isso gera um certo incômodo na população, principalmente nos residentes dos bairros vizinhos. Além de trânsito intenso, o entorno fica tumultuado com trailers de lanches e suas mesinhas, ambulantes vendendo brinquedos, e muitos brinquedos infláveis. Durante as entrevistas, algumas pessoas que se sentem incomodadas com essa situação, ao serem instigadas a falar do Evaldo Cruz, indagaram – Por que não decorar também o Parque Evaldo Cruz para o Natal?

Poderia ter coisas belíssimas acontecendo ali. Por exemplo, agora se faz o Natal Luz naquele espaço apertado ali próximo ao parque da criança. Espaço apertado e inseguro por conta do trânsito do local. Poderiam transformar o Parque Evaldo Cruz em um grande Natal Luz, belíssimo, usar o obelisco para fazer a árvore de natal. Tinha tudo ali, tem tudo a ver e eu não sei porque eles [gestores] não fazem (ENTREVISTADO 10).

O natal iluminado do contorno do Parque da Criança poderia ser no Parque Evaldo Cruz. Aquele natal só vão tirar dali do dia que tiver um acidente, o lugar é inviável e muito trânsito. Atrapalha o trânsito que vai para o Catolé (ENTREVISTADO 12).



Figura 115: Praça José Américo toda iluminada e seu entorno, no período Natalino

Fonte: Paraíba Debate³², 2019.

³² Disponível em: <<https://paraibadebate.com.br/sttp-altera-transito-com-interdicao-de-vias-no-entorno-do-acudevelho/>> Acesso em: 22 jun. 2021.



Figura 116: Movimento intenso de pessoas na Praça José Américo e seu entorno, no período Natalino

Fonte: Viva Campina³³, 2021.



Figura 117: Trânsito intenso nas proximidades da Praça José Américo, durante o período Natalino

Fonte: Viva Campina³⁴, 2021.

Há em Campina Grande, como se observa na Figura 118, uma série de espaços públicos, todos muito próximos uns dos outros, que poderiam receber decorações natalinas, além de oferecer a população permanências mais confortáveis. Mas quase tudo se concentra no menor dos espaços, a Praça José Américo, a qual a maioria dos campinense não sabe o nome e se refere a ele como o contorno do Parque da Criança.

³³Disponível em: <<https://www.vivacampina.com.br/noticia/campina-grande-realiza-o-maior-natal-iluminado-de-todos-os-tempos#>> Acesso em: 26 abr. 2021.

³⁴Disponível em: <<https://www.vivacampina.com.br/noticia/campina-grande-realiza-o-maior-natal-iluminado-de-todos-os-tempos#>> Acesso em: 26abr. 2021.



Figura 118: Demais espaços públicos de Campina Grande que poderiam ser ornamentados para o Natal

Fonte: Adaptado de Google Maps, 2021.

Os espaços da cidade poderiam ser mais bem aproveitados e os eventos e decorações melhor distribuídos, proporcionando diferentes experiências e causando diferentes sensações nas pessoas, além de movimentar outros espaços públicos. Com tantos espaços decorados os turistas teriam mais pontos turísticos para visitar em Campina Grande, durante o Natal

Pessoas que vêm de fora de CG eles precisam conhecer não só o Parque do Povo, mas precisam conhecer aquele complexo que a gente tem ali que é fantástico. Eu conheço muitas cidades nesse país a fora viajando com o Grupo Tropeiros da Borborema, mas eu vou te dizer uma coisa... Uma cidade como Campina Grande, que é privilegiada geograficamente na posição do estado e ter os monumentos e praças que a cidade tem, poderia ser mais bem explorado e mais bem tratado para que o turista pudesse ter atrativo para vir. É um complexo que nem toda cidade tem esse privilégio de estar tudo próximo. Tem o museu [onde hoje funciona a SECULT], tem o Parque Evaldo Cruz, o Parque do Povo, o Parque da Criança, o Centro Cultural, a Estação Velha e o Açude Velho, é o polo cultural da cidade. Então Campina Grande tem um potencial turístico imenso, mas acho que o poder público ainda não olhou com o devido olhar, não estão sabendo explorar isso (ENTREVISTADO 11).

Na Figura 119, pode-se observar a proximidade dos equipamentos mencionados anteriormente pelo Entrevistado 11, o que ele chama de Polo Cultural de Campina Grande. De fato, são todos muito próximos, porém desconectados, como já mencionado em capítulo anterior do trabalho, sobre os espaços públicos de Campina Grande.



Figura 119: Polo Cultural de Campina Grande a que se refere o Entrevistado 11

Fonte: Adaptado de Leydson Jackson, 2021.

O desenvolvimento de trabalhos culturais e artísticos voltados a ressocialização no parque, seria uma ótima opção para o próprio público que frequenta o espaço atualmente. Meninos de rua, usuários de drogas, pessoas em situação de rua, prostitutas poderiam se engajar em atividades culturais que seriam oferecidas dentro próprio parque. A própria Secretaria de Cultura de Campina Grande, funciona, hoje, no prédio do antigo Museu Assis Chateaubriand. Ou seja, está inserida dentro do Parque Evaldo Cruz e fecha os olhos para aquele espaço. Aulas de dança, teatro, música, instrumentos e etc. poderiam ser ministradas nas dependências da SECULT ou até mesmo no espaço do PEC. Concertos e apresentações poderiam ser realizados no anfiteatro do parque. E quem sabe assim, não se ofereceria novas oportunidades a esse grupo de pessoas tão desprezadas e maltratadas. A solução não seria apenas retirá-las do parque, mas, talvez, ressocializá-las dentro do próprio espaço.

Aqui após um serviço de restauração o parque pode ter inclusive um trabalho cultural a partir de inclusão social, através das artes. O próprio público de crianças de menor que frequenta o parque usando drogas, pode haver um trabalho cultural com essas crianças, reeduca-las e reintegrá-las a sociedade através da arte e da cultura (ENTREVISTADO 02).

Por si só Campina Grande já é uma cidade cultural, está entranhado em suas raízes. Poderia oferecer, lá no parque, oficinas de artes, música, dança, teatro, de todas as diversidades (ENTREVISTADO 05).

Uma outra ideia, e que não partiu apenas de um ou dois respondentes, mas de vários deles, é a de transformar o Parque Evaldo Cruz em um local permanente de forró. Um lugar onde os turistas e os próprios campinenses pudessem disfrutar do forró pé-de-serra durante o ano todo e não apenas durante o mês de junho, quando se comemora o Maior São João do Mundo.

Como já comentado, Campina Grande é uma cidade que sedia grandes eventos durante todo ano. Além disso, é uma cidade universitária, onde acontecem os mais diversos encontros e congressos, atraindo muitos visitantes para a cidade. Muitas dessas pessoas que visitam Campina fora do período junino, retornam para suas cidades sem conhecer mais da cultura campinense. Voltam para suas casas com a curiosidade de como seria dançar um forró na terra do Maior São João do Mundo.

Chega turista aqui em Campina o ano todo para congressos e perguntam: cadê o forró que é tão conhecido? A gente responde que não tem, que o forró é apenas no mês de junho. Por que não ter o ano todo?? Se a gente tem cantores, os cantores pé-de-serra. Aqui cantores não faltam. Daria emprego para eles o ano todo. Ia movimentar a renda, mas fica aquela coisa parada (ENTREVISTADO 07).

Campina Grande é uma cidade que recebe muita visita, de congressos, de tudo. Nós não temos uma atração turística. O pessoal vem e nós vamos para onde? Vamos nos Três Pandeiros, arroteia ali [o Açude Velho] e pronto acabou. Não tem. Então, poderíamos ter nossa identidade junina o ano todo (ENTREVISTADO 17).

A ideia do entrevistado 17 é que a cultura junina fosse prestigiada o ano todo, não apenas o forró, mas o artesanato, as comidas típicas, as danças, e que o clima junino do mês de junho pudesse ser vivenciado sempre. Uma das sugestões seria utilizar o espaço do Parque Evaldo Cruz como um local de valorização dessa cultura, onde os artistas da terra pudessem se apresentar o ano todo. O parque seria devidamente decorado, com artefatos mais rústicos e coloridos, remetendo ao junino. Seriam construídas palhoças, onde os artistas se apresentariam, e barracas, devidamente decoradas para a venda de artesanato e comidas típicas. E assim Campina Grande teria um ponto turístico que iria sempre remeter ao Maior São João do Mundo, para que os turistas que não vêm à cidade no mês de junho pudessem vivenciar a cultura junina campinense.

No PEC poderia se resgatar a verdadeira essência do São João de Campina durante o ano todo – segurança e atrações boas, uma boa comida. Coloca *food trucks*,

artesanatos. Ali poderia se fazer um espaço de gastronomia perfeito, desde que não mexesse na estrutura do parque. Tem que se fazer algo que dê vontade de ir lá. Hoje tudo é foto, tudo é quero me sentir bem. Então vamos pra lá. Vamos usar um espaço no meio da cidade. Agora, primeiro é a segurança. Segundo uma intervenção menos tecnológica, e sim algo mais cultural, rústico, regional, mais acolhedor (ENTREVISTADO 17).

Poderia, por exemplo, funcionar no Parque Evaldo Cruz o Sítio São João, um espaço tradicional do São João de Campina que proporciona ao turista experiências de uma vida simples no sítio, onde o visitante pode disfrutar de um bom forró, além de comidas típicas, petiscos e aperitivos. O Sítio São João é destino certo para quem visita Campina Grande no Maior São João do Mundo, é um dos pontos turísticos mais importantes. O espaço todos os anos é montado e desmontado, e já funcionou em vários espaços da cidade, inclusive dentro do próprio Parque do Povo. Mas a frequência de pessoas era tão grande, que o sítio precisou ser retirado do parque, para ser montado em um espaço maior.

Uma sugestão foi aproveitar a infraestrutura que o PEC oferece, para que lá funcionasse o Sítio São João permanentemente. O Sítio São João estaria bem pertinho do Parque do Povo, espaço que é o grande ícone do Maior São João do Mundo. Não precisaria ser desmontado todos os anos, e aproveitaria o verde natural que já existe no PEC para recriar os cenários do sítio. As mesmas atividades que já são desenvolvidas atualmente, continuariam a acontecer lá no PEC – apresentações de trios de forró, quadrilhas, grupos de dança, repente, venda de artesanato, de comidas típicas regionais, caldo de cana, degustação de cachaças artesanais da região – oferecendo novas dinâmicas de uso ao Parque Evaldo Cruz.

Levar pra o parque o artesanato, as lanchonetes. Pronto, ali poderia ser o Sítio São João, aproveitando o verde natural que é lindo. Seria algo permanente, como o que o novo prefeito [Bruno Cunha Lima] quer fazer, o São João o ano todo. Então, imagina havendo no parque um forró permanente. Transformar o açude em um ponto turístico e a gente ter o São João o ano todo (ENTREVISTADO 07).

Haveria uma maior integração entre o Parque do Povo e o Evaldo Cruz durante o Maior São João do Mundo. Os espaços são vizinhos e durante a famosa festa nada acontece no PEC, um espaço naturalmente bonito e com potencial para funcionar como um anexo da festa. O PEC sendo vizinho do Parque do Povo, facilitaria a visita ao sítio das pessoas que já estariam no Parque do Povo durante a festa e favoreceria a concentração de turistas naquela região, para que os dois parques fossem sempre lembrados ao se falar de São João em Campina Grande.

Poderia fazer essa integração do São João com o Parque Evaldo Cruz. Eles estão querendo levar o São João ali para trás do Bompreço, fazer um arraial ali, está uma

loucura. Tendo um espaço maravilhoso ali no Parque Evaldo Cruz. Se tivesse uma arena de quadrilhas juninas, uma arena cultural de danças, de artesanato. Porque o São João em si, aquela parte do miolo ali de camarotes e barracas ficou mais para a gastronomia, bebidas e shows. Você tem poucos espaços culturais. Tem a vila nova da rainha *fake*... Ali no Parque Evaldo Cruz poderia ser um anexo do São João. Um espaço arborizado, com segurança, tem o anfiteatro, poderia ter apresentações culturais, musicais, cantores regionais. Poderia se fazer uma estrutura de barracas mais temáticas, mais rústicas. Fazer algo mais regional (ENTREVISTADO 17).

Quando o Entrevistado 17 fala que estão querendo levar o São João para trás do Bompreço, ele se refere a um projeto do ex-prefeito Romero Rodrigues que propôs ampliar o São João 2018 de Campina Grande do Parque do Povo até a Estação Velha. Os shows aconteceriam na Estação Velha, que seria toda reformada e a parte superior do Parque do Povo serviria de estacionamento. Um projeto que envolveu as secretarias de Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e Agência Municipal de Desenvolvimento (Amde)³⁵.

O novo projeto contempla um espaço que começa no Parque do Povo e vai até a área próxima à Estação Velha (que será reformada), onde ficaria o palco principal da festa, em formato 360°. Toda a área teria também calçadas padronizadas. A parte superior do Parque do Povo vai ser reservada para uma estrutura que abrigará a Vila do Artesão e o estacionamento. Na parte inferior será reservado espaços para as apresentações das quadrilhas, com uma arena para apresentações, com camarins e maior infraestrutura. O palco 360° deve ficar localizado na Estação Velha, com espaço para bares e restaurantes. Vai ter também uma cidade histórica com réplicas da biblioteca central, catedral, Cine Capitólio, Prefeitura e outros (G1 PB, 2017).



Figura 120: Projeto para nova área do Maior São João do Mundo 2018

Fonte: G1 PB, 2021.

³⁵Disponível em: < <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/prefeito-propoe-fazer-sao-joao-2018-de-campina-grande-da-estacao-velha-ate-o-parque-do-povo.ghtml> > Acesso em: 27 abr. 2021.



Figura 121: Detalhes de como seria o Polo de Eventos Poeta Ronaldo Cunha Lima

Fonte: G1 PB, 2021.

Parte da população não reagiu muito bem a essa nova ideia, pois o Parque do Povo, o espaço onde o Maior São João do Mundo começou, seria reduzido a um mero estacionamento. Além disso, grandes orçamentos seriam necessários para a reforma da área da Estação Velha e construção do novo Polo de Eventos Poeta Ronaldo Cunha Lima, quando se tem o Parque do Povo que ainda comporta a festa e é a grande referência do Maior São João do Mundo. Há também, como já mencionado, o Parque Evaldo Cruz, com uma estrutura pronta e muito mais próximo ao Parque o Povo, que oferece condições para funcionar como anexo da festa, onde poderia ser oferecido aos visitantes um espaço mais tradicional e regional. Tradição essa que vem se perdendo a cada ano do evento.

Ao anunciar o novo projeto Romero Rodrigues disse, "A ideia do novo projeto é manter a tradição e buscar uma nova alternativa que desse ainda mais grandeza ao evento"(G1 PB, 2017). E a parti disso, perguntasse – que tradição seria mantida?? – se ultimamente os artistas regionais, que trazem as músicas de grandes nomes da nossa cultura, quase não se apresentam mais no palco principal do evento. O palco principal do Maior São João do Mundo tem sido invadido por gêneros musicais totalmente alheios à nossa cultura junina e as raízes da festa – swingueira, sertanejo, forró mais estilizados, gospel, dentre outros. E agora, ainda querem transformar o Parque do Povo, o berço do Maior São João do Mundo, que recebe o evento a quase 40 anos, em estacionamento.

Com o novo projeto o ex-prefeito iria espetacularizar ainda mais o São João de Campina Grande, que tem deixado de ser uma festa tradicional, de raízes juninas a cada ano que passa. A vontade de muitos é que a verdadeira essência da festa não se perca completamente. É fato que o estilo de festa/shows que vêm acontecendo no Parque do Povo só tende a crescer, mas as

peças enxergam no PEC uma saída, uma solução para que o São João de raízes volte a brilhar, um lugar que pode receber a parte tradicional da festa e os artistas que valorizam e vivem da cultura junina.

Pode ter no Parque do Povo Wesley Safadão sim. Mas lá no Parque Evaldo Cruz poderia ter algo mais São João mesmo. Poderia se fazer uma cidade cenográfica verdadeira, com brincadeiras de antigamente, com pau de cebo, por exemplo. Poderia voltar os parquinhos de antigamente. Não os mais tecnológicos com montanha russa. Mas o parquinho mais simples do escorrego, da gangorrinha. Algo mais minimalista e regional. O São João do espetáculo pode ficar no Parque do Povo, no Parque Evaldo Cruz poderia ser algo mais cultural, mais romântico, para se levar crianças (ENTREVISTADO 17).

Nesse sentido, ainda sobre as festas juninas da cidade, cabe fazer uma reflexão, a partir do que Serpa (2020) argumenta sobre a crescente atuação da iniciativa privada no processo de produção dos espaços públicos. Além de espetacularizar uma festa de raízes tradicionais, a privatização de parte da festa tem produzido um espaço cada vez mais segregador, definindo os usos do espaço durante o Maior São João do Mundo, e conseqüentemente os grupos e as classes que terão mais “direitos” nesse espaço. O processo de apropriação da festa pela população tem caminhado para algo desigual, definindo uma acessibilidade que é, sobretudo, hierárquica. Os espaços mais privilegiados da festa, hoje, são consumidos pela classe mais abastada, que têm pago valores absurdos para estarem em seus camarotes ou atrás de grades, separados das outras parcelas da população, usufruindo de maiores mordomias. O Maior São João do mundo tem cada vez mais se tornado uma festa para ricos, onde a cada ano, o espaço privado (camarotes e áreas VIP’s) aumenta e exclui um pouco mais as pessoas de menor poder aquisitivo. Essa exclusão não acontece apenas durante o Maior São João do Mundo, mas também em outros empreendimentos financiados pela iniciativa privada, que incentiva um processo de apropriação desigual em outros espaços da cidade – condomínios, clubes, shoppings, etc.

A partir de todas essas ideias trazidas pelos participantes da pesquisa, percebe-se que são várias as possibilidades de intervenções no PEC, capazes de requalificá-lo. Essas pessoas conseguem enxergar essas várias possibilidades de intervenções porque elas vivenciaram aquele espaço, e por isso falam dele com propriedade e com sentimentos. Sentimentos que se transformaram à medida que o PEC também se transformou.

Diante de toda essa narrativa, de fato, as formas de usos e apropriações entre a população campinense e o Parque Evaldo Cruz se transformaram ao longo do tempo. Com isso, todo o sentimento de alegria e tranquilidade um dia vivenciados naquele espaço, dão lugar a

sentimentos de tristeza, pena e medo. Para essas pessoas, hoje fica a saudade do que o parque um dia foi e a expectativa de que o parque um dia se torne um espaço melhor.

Os desafios são muitos para se chegar a espaços públicos mais democráticos e de qualidade. Segundo Souza (1994), apenas um planejamento integrado de desenvolvimento, que articule diferentes dimensões – econômica, cultural, ambiental, política e espaço-territorial – poderá prestar uma contribuição verdadeiramente positiva ao esforço de ultrapassagem das dificuldades atuais. Problemas de diferentes ordens não devem ser resolvidos isoladamente. Para o Parque Evaldo Cruz, faltam políticas públicas verdadeiramente imbuídas para a criação de projetos voltados a melhoria daquele espaço e que atendam as reais demandas e transformações sociais, comportamentais, políticas e econômicas da sociedade campinense que tem se transformado ao longo do tempo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho foi fruto de uma inquietação, trazida pela formação de arquiteta e urbanista, que motivou o olhar, a compreensão e a preocupação com a cidade de uma forma diferente das pessoas que não possuem a mesma formação. Sobre o Parque Evaldo Cruz, sempre houve o questionamento de como um espaço com tanto potencial, em pleno centro da cidade, passou a ser tão subutilizado, se transformando em uma periferia social³⁶. Era preciso entender o porquê de o parque se encontrar nessa situação de abandono indo além do discurso de que “o local é muito perigoso”. Hoje pode-se dizer que o problema vai muito além disso. Além de todas as transformações morfológicas que ajudaram a provocar tal abandono, o momento social em que vivemos hoje é marcado pela sobrevalorização de nossa dimensão individual, em detrimento da nossa dimensão coletiva. Há um processo social, político e econômico por trás da decadência de áreas centrais tradicionais das cidades brasileiras, além de apenas problemas de ordem física.

São várias as questões espaciais que colaboram para agravar a questão social que envolve as transformações de usos e apropriações do parque, chegando à situação atual de abandono, sendo considerado “um local perigoso”: visibilidade restrita; edificações que “dão as costas para o espaço”; marcação fixa de acessos; pouca diversidade de usos; qualidade do mobiliário, dentre outras descortesias.

Para reverter essa situação, é necessário que essa reputação seja desconstruída à medida que a população compreenda a importância desse espaço público para a cidade. As melhorias vão além de intervenções que enriqueçam a estrutura física do mesmo. É necessário que isso seja trabalhado associado a medidas que informem e convençam a população de que o espaço é e pode ser utilizado. A reaproximação da sociedade com o parque precisa ser entendida como algo que venha a acontecer a longo prazo e que não vai acontecer com o cenário atual em que a sociedade se encontra. A população campinense precisa criar laços com o PEC novamente, mas o fator insegurança estabelecerá sempre uma barreira, criada pela cultura do medo. Assim, as melhorias físicas do parque devem vir associadas a resolução dos problemas de ordem social que o envolvem.

Durante a pesquisa, as vozes que descreveram todas as mudanças sofridas pelo PEC ao longo dos anos, foram as mesmas que idealizaram uma série de possíveis intervenções para

³⁶ Periferia social no sentido de ser frequentado por pessoas marginalizadas pela sociedade, como pessoas em situação de rua, prostitutas, traficantes e usuários de drogas, mendigos, etc.

requalificá-lo. Intervenções essas que atenderiam aos anseios e as necessidades de pessoas que, um dia, vivenciaram o parque intensamente e criaram laços naquele espaço e com aquele espaço. Pessoas que guardam memórias afetivas de uma época na qual o PEC tinha bastante significado para Campina Grande. São essas pessoas que detêm o conhecimento das experiências vividas e que podem colaborar na discussão sobre o futuro do Parque Evaldo Cruz, baseando-se em antigos usos e tradições. Informações que devem ser acessadas e levadas em consideração, no momento que se pretende propor algo que requalifique o parque.

Hoje, a população campinense não consegue visualizar como o parque se transformou, apenas enxergam um espaço perigoso. Mas através das vozes dessas pessoas o passado pôde ser contado, e as transformações das relações de uso e apropriação ocorridas ao longo do tempo puderam ser compreendidas. Através das entrevistas, foi possível conhecer alguns “comos” e “porquês” que envolvem a história do Parque Evaldo Cruz.

Ainda sobre essas falas, é fundamental destacar que muitos dos fatores citados pelos entrevistados como causas (insegurança principalmente) para o esvaziamento do parque, na verdade, são consequências de todo um processo que tem como principal causa o abandono do poder público com o local.

É importante ressaltar, também, que apesar dos anos 1970 terem sido mencionados como os anos de ouro do PEC, não podemos romantizar essa década ao ponto de se pensar que problema algum existia. Pode ser que naquela época as relações socioespaciais tenham acontecido de forma mais proveitosa e benéfica para a população, mas os problemas que envolvem cidade e sociedade não eram inexistentes, sempre existiram.

Por todo o exposto, ao se pensar em requalificar o PEC, é muito importante que se elaborem propostas a partir de um estudo denso da realidade a ser modificada, levando tal discussão a todas as camadas da sociedade, responsáveis pela construção de nossas cidades. Deve-se atentar não apenas para a história do lugar, tradições e toda sua importância para a cidade, mas também para suas formas de apropriações atuais e o significado que o mesmo tem hoje para os campinenses. E assim, será possível incluir, em futuras propostas, elementos de interesse popular, construindo um espaço com mais urbanidade. A ideia seria fazer uma ponte entre o saber popular e o saber erudito, buscando um maior equilíbrio entre o olhar dos profissionais e o olhar dos usuários. Nesse contexto, é importante refletir que por mais que se tenha falado em o PEC voltar a ser o que era antes, o parque da década de 1970 não volta. A sociedade mudou, a cidade mudou. As demandas são outras e as futuras transformações que o parque possar vir a ter, irão acompanhar essas mudanças.

Este trabalho não teve a intenção de esgotar o assunto, são muitas as considerações que ainda podem ser feitas. As necessidades dos Espaços Livres Públicos são mutáveis, assim como a sociedade, e precisam ser observadas e compreendidas, acima de tudo. A intenção deste trabalho foi oferecer uma descrição detalhada do processo de transformação socioespacial que ocorreu com o PEC, que pudesse ser utilizada como base para intervenções futuras, abrindo caminhos para novos pensamentos a respeito do lugar e chamar a atenção para a importância do estudo das cidades antes de qualquer coisa. Os resultados buscam identificar os reais problemas que incidem sobre o parque e auxiliar a gestão municipal na elaboração de planos e projetos para a requalificação da área.

De acordo com o Plano Diretor de Campina Grande e conforme observado em todo o diagnóstico da área de estudo, reconhece-se a necessidade de requalificação do Parque Evaldo Cruz, um importante espaço verde da cidade, melhorando sua infraestrutura e tornando-o mais atrativo, a fim de que o mesmo volte a ser apropriado pela população campinense como já fora um dia, oferecendo novas oportunidades de lazer e acesso a áreas verdes a população.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, S. L. **Espaço Público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- AGUIAR, D.; NETTO, V. (Orgs). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.
- ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.
- ALBINO, B. C. A. *et al.* Parque ao avesso: a involução do açude novo como espaço livre público no centro de campina grande, PB. In: X Colóquio Quapá-Sel, 2015, Brasília. **Anais** [...] Brasília: Quapá, 2015.
- ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M. **A patternlanguage/ Unlanguage de patrones**. Barcelona: Editorial Gustavo Gil, 1980.
- ARAUJO, A.; SOUSA, E. **Antigo Shopping Center Campina Grande**. Retalhos Históricos de Campina Grande, 2015. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2015/04/antigo-shopping-center-campina-grande.html>. Acesso em: 13 ago 2021.
- ARAUJO, A.; SOUSA, E. **Como Surgiu o Evento “Maior São João do Mundo”**. Retalhos Históricos de Campina Grande, 2021. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/search?q=inaugura%C3%A7%C3%A3o+do+parque+do+povo#.Yi5WinrMJPY>. Acesso em: 13 ago 2021.
- ARAUJO, A.; SOUSA, E. **O Museu de Artes Assis Chateaubriand (MAAC)**. Retalhos Históricos de Campina Grande, 2010. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/05/o-museu-de-artes-assis-chateaubriand.html#.Yi5SfHrMJPb>. Acesso em: 13 ago 2021.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- ATKINSON, P. HAMMERSLEY, M. Ethnography na Participant observation. In: DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. **Strategy of Qualitative Inquiry**. London: Sage, 1998. p. 110-113.
- BAETESON, G. **Stepsto a ecologyof mind: collected in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BARROS FILHO, M. N. M.; ALBINO, B. C. A.; GÓIS, J. L. C. X. *et al.* Lacunaridade dos Espaços Livres Públicos: O Caso de Campina Grande, PB. In: X Colóquio Quapá-Sel, 2015, Brasília. **Anais** [...] Brasília: Quapá, 2015.

- BAUER, M. A. L. **A Construção Social da Identidade: um Estudo nas Organizações de Agricultura Ecológica em Duas Regiões do RS.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- BAUER, M.; GASKELL, G. **Qualitative researching with text, image, and sound.** London: Sage, 2008.
- BAUMAN, Z. **Medo líquido.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 229p.
- CARDOSO, C. A. A. **A cidade e a festa no interior do Nordeste:** espetáculo de poder, modernização e transformação cultural em Campina Grande – PB. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole.** 2 ed. São Paulo: FFLCH, 2017.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007.
- CASTELLS, M. **O Poder da Identidade.** A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 2. São Paulo: Paz e terra, 2003.
- CAVALCANTE, S.; NÓBREGA, L. M. A. Espaço e Lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. **Temas básicos em psicologia ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2011.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008. p 295-316.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DEL RIO, V. Cidade da Mente, Cidade Real. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. **Percepção ambiental: a experiência brasileira.** 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento.** São Paulo: Pini, 1990.
- DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira.** 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- DELGADO, L. A. N. **História oral - Memória, tempo, identidades.** Universidade do Texas: Autêntica, 2006.
- DINIZ, T. M. R. G. O estudo de caso: suas implicações metodológicas na pesquisa em serviço social. In: MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras Editora, 1999.
- ELALI, G. A. **Relações pessoa-ambiente como subsídio ao processo projetual.** Projeto de pesquisa (PVG961). Rio Grande do Norte: PPesq-UFRN, 2007.

FERNANDES, E. Do Código Civil ao estatuto da cidade. Algumas notas sobre a trajetória do direito urbanístico no Brasil. **Urbana**, n.30. p.43-59, 2002.

FERNANDES, L. D. **As praças cívicas das novas capitais brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília: Brasília, 2011.

FERNANDES, S. T. **Modernização em Campina Grande nas Páginas do Diário da Borborema**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

FERRARA, L. A. **Ver a Cidade: cidade, imagem, leitura**. São Paulo: Nobel, 1988.

FERREIRA, R. W. **O espaço público nas áreas centrais: a rua como referência – um estudo de caso em Uberlândia – MG**. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2 ed. São Paulo: Yendis Editora, 2007.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. São Paulo: Artmed, 2009.

FONSECA, W. C. Análise de conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

GEERTZ, C. **A Interpretação Das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEHL, J. **Cidade para pessoas**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

G1 PB. **Prefeito propõe ampliar São João 2018 de Campina Grande da Estação Velha até o Parque do Povo**. G1 Paraíba, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/prefeito-propoe-fazer-sao-joao-2018-de-campina-grande-da-estacao-velha-ate-o-parque-do-povo.ghtml>. Acesso em: 15 abr 2021.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma nova categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLANDA, F. **10 mandamentos da Arquitetura**. Brasília: FRBH, 2013.

HOLANDA, F. **O espaço de exceção**. Brasília: EdUnB, 2002.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

KLIASS, R. G. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade**. São Paulo: Pini, 1993.

KUHNEN, A.; HIGUCHI, M. I. G. Percepção ambiental. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 250-66.

LARAIA, R. B. **Cultura: um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 116 p.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Itapevi, SP: Neblí, 2016.

LIMA NETO, C. A; DANTAS, I. M. B; SILVA, K. V. N. **A Modernidade Brutalista Paraibana na década de 70: O caso do Museu Assis Chateaubriand**. In: 6º DOCOMOMO Norte/Nordeste, 2016, Teresina – PI. Anais [...] Teresina: UFPI, 2016.

LIMA, V. M. F. A Construção do conceito de identidade urbanística como contribuição ao campo do desenho urbano. **Cadernos do LINCC**, v. 3, n. 3, p. 160-82, 2009.

LIMA, V. M. F. **Desenho Urbano: uma análise de experiências brasileiras: estudo de caso nas áreas centrais de Curitiba, do Rio de Janeiro e do Recife**. Natal, RN: EDUFRN, 2014. 403 p.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, p. 63-201, nov. 1998.

LOWENTHAL, D. **The pastis a foreign country – Revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

LOZANO, J. E. A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, M; AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LYNCH, K.A **imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MACEDO, S. S.; SAKATA F. G. **Parques Urbanos do Brasil**. São Paulo: Editora USP, 2002.

MACHADO, L. M. C. P. Paisagem valorizada: A Serra do Mar como espaço e como lugar. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1996. p. 97-120.

MARSHALL, J. C. Sensation and semantics. **Nature**, v. 334, p. 378, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/334378a0>. Acesso em 15 nov 2021.

MASCARÓ, J. L. **Infraestrutura da paisagem**. Porto Alegre, RS: Masquatro Editora, 2008. 194 p.

MEDEIROS, S. T. B. F. **Um lugar para chamar de “Meu”:** Estudo sobre relação afetiva com o lugar de moradores da praia de Pipa – RN. Dissertação (Mestrado em Psicologia, Sociedade e Qualidade de Vida) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MELO, L. G. **Perfil do Município:** 120 anos de emancipação política de Campina Grande – Estado da Paraíba – Brasil. Coordenadoria de Planejamento do Município. Campina Grande: Grafset, 1984.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10926/8628>. Acesso em: 22 nov 2019.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NETTO, V. M.; VARGAS, J. C.; SABOYA, R. T. (Looking for) The social effects of architectural morphology. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.4, n.2, p. 261-68, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/urbe.7400>

OLIVEIRA, M. J. S. **Do discurso dos planos ao plano discurso: PdlI plano de desenvolvimento local integrado De campina grande 1970 - 1976. 2005.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

OLIVEIRA, M. J. S. Emblemas da modernidade campinense. In: GURJÃO, E. Q. (org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande.** Campina Grande: Prefeitura Municipal / Secretaria da Educação, 2000.

PORTO, F. E. **O mapa da cidade: o papel das políticas públicas e suas relações com o crescimento urbano da cidade de Campina Grande – PB.** Dissertação (Mestrado interdisciplinar de Políticas Públicas) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (PMCG). Lei Complementar Nº003, de 09 de outubro de 2006. **Promove a revisão do plano diretor do município de Campina Grande.** Campina Grande: Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2006. Disponível em: https://www.pmcg.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Plano_Diretor_2006.pdf. Acesso em: 15 jun 2021.

PRETO, M. H. **O Sistema de Espaços Livres Públicos como Ferramenta do Planejamento Local.** São Paulo: USP, 2009.

RAINHA DA BORBOREMA. O açude novo e o Parque Evaldo Cruz. Blog Rainha da Borborema, 2011. Disponível em: <http://rainha-da-borborema.blogspot.com/2011/12/o-acude-novo-e-o-parque-evaldo-cruz.html>. Acesso em: 15 jun 2021.

RAPOPORT, A. **Aspectos humanos de La forma urbana:** hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1978.

RICOEUR, P. **A Memória, a História, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras / PublicSquares In Brazil.** 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SÁ CARNEIRO, A. R.; MESQUITA, L. **Espaços Livres do Recife.** Recife: Prefeitura da Cidade do Recife; Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SENNETT, R. **Carne e Pedra:** O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SENNETT, R. **O declínio do homem público:** as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea.** 2. ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

SILVA, H. A.; SILVA, K. V. N.; LIMA, A. C. S. O potencial estruturante de um Sistema de Espaços Livres no tecido urbano da área central de Campina Grande (PB). In: XI Colóquio Quapá-SEL, 2016, Salvador - BA. **Anais [...]** Salvador: Quapá, 2016.

SILVA, H. A.; SILVA, K. V.; LIMA, A. C. Sistema de Espaços Livres na área central de Campina Grande (PB). In: X Colóquio Quapá-SEL, 2015, Brasília. **Anais [...]** Brasília: Quapá, 2015.

SOARES, B. R. **Uberlândia: da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado-imagens e representações no Triângulo Mineiro.** Tese (Doutorado em geografia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1995.

SOBARZO MIÑO, O. A. **Os espaços da sociabilidade segmentada:** a produção do espaço público em Presidente Prudente. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2005.

SOUZA, F. S. **A produção de espaços públicos pela iniciativa privada: a criação de parques urbanos por empreendedores imobiliários.** Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SOUZA, F. S. **O espaço público contemporâneo:** A complexidade vista a partir de parques urbanos de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SOUZA, M. J. L. Funcionalidade e disfuncionalidade das metrópoles para o desenvolvimento brasileiro: questões para uma política urbana que se proponha a ser crítica. IN: 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos, 1994, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba: AGB, 1994 .

SOUZA, M. L. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa** 2a ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TUAN, Y.-F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013.

TUAN, Y.-F. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço. **Geograficidade**, v. 1, n. 1, p. 4-15, 20 nov. 2011.

VILLAÇA, F. **As ilusões do plano diretor**. São Paulo, Edição do autor, 2005.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WHITE, L. The symbol: the origin and basis of humans behavior. In: MORBEL; LENNINGS; SMITH (orgs.). **Readings of anthropology**. Nova York: McGraw-Hill Book Co, 1955.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 290 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DA ENTREVISTA

ENTREVISTA

Esclarecimentos:

- *Esta entrevista terá o **áudio gravado** mediante autorização prévia do participante;*
- *Esta entrevista **não tem tempo de duração pré-determinado**, por isso sinta-se à vontade para discorrer sobre o tema abordado;*
- *Os **dados do participante serão mantidos em sigilo** pela pesquisadora e as informações geradas somente serão divulgadas de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o participante da pesquisa;*
- *Antes de começar a entrevista **leia atentamente as informações contidas neste documento e as perguntas da entrevista**. Se por acaso não se sentir confortável com alguma delas, não precisa respondê-la;*
- *Essa é uma entrevista semiestruturada, com um roteiro prévio, mas que não deve limitar ou controlar o que o entrevistado queira falar a respeito do Parque Evaldo Cruz. **O entrevistado deve estar à vontade para contar sobre suas vivências cotidianas no parque a qualquer momento da entrevista.***
- *Tema da Entrevista: **Parque Evaldo Cruz em Campina Grande (Açude Novo).***

DADOS DA ENTREVISTA

Entrevista N°: _____
Data: _____ de _____ de _____
Horário: _____
Local: _____
Tempo de duração: _____
Gravação N°: _____
O participante possui fotos que possam ser cedidas para a pesquisa? Sim () Não ()

DADOS DO PARTICIPANTE

Participante N°: _____
Nome completo: _____
Local de nascimento: _____
Data de nascimento: _____ de _____ de _____
Endereço: _____
Profissão: _____
Telefone para contato: _____

ROTEIRO

1. Quando se fala no Parque Evaldo Cruz o que vem em sua mente?
2. Lembra de quando a o Parque Evaldo Cruz foi inaugurado? Como a população reagiu?
3. Com que frequência você costumava ir ao Parque Evaldo Cruz? Quais motivos te levavam a frequentar o parque?
4. Me fale sobre as atividades que podiam ser realizadas no Parque Evaldo Cruz. Me conte como era a atmosfera do espaço, como as pessoas se comportavam, o que faziam.
5. O que mais chamava sua atenção no Parque Evaldo Cruz?
6. Pode me contar alguma história que tenha te marcado, ocorrida no Parque Evaldo Cruz?
7. Frequentava o Parque Evaldo Cruz durante o período da noite? O que era observado?
8. Lembra de quando o Parque Evaldo Cruz passou a não ser mais tão utilizado pela população? Em que ano, mais ou menos, isso começou a acontecer?
9. Tem alguma lembrança de reformas feitas no parque? Ano da reforma e o quais as modificações sofridas pelo parque?
10. Lembra da inauguração do Parque da Criança, em 1993? Como a população reagiu a chegada desse parque na cidade?
11. Como você enxerga o Parque Evaldo Cruz hoje enquanto espaço público da cidade?
12. O que você acha que contribuiu para que o Parque Evaldo Cruz chegasse ao estado em que se encontra?
13. Como o Parque Evaldo Cruz poderia ser revitalizado, de forma a oferecer a população novas dinâmicas de uso? Aponte soluções.

	reativação da fonte luminosa e decoração tipicamente junina em homenagem a morte da cantora Marinês (2007))																			
	2013 a 2020 - Romero Rodrigues (Reforma da calçada que circunda o PEC (2015) – cobertura com piso intertravado e melhorias da iluminação)																			
	Não recorda																			

APÊNDICE C

TRANSCRIÇÃO NA ÍNTEGRA DE UMA DAS ENTREVISTAS DA PESQUISA

ENTREVISTA Nº 14		
Vinculação com o lugar: Moradora de Campina Grande que frequentava o Açude Novo quando criança para usufruir dos parquinhos		
USOS	ENTREVISTA	TEMÁTICAS
Brincar	<p>Quando se fala no Parque Evaldo Cruz o que vem em sua mente?</p> <p>Brincadeiras, muitas brincadeiras.</p>	O que vem na mente
Parquinho Frase importante	<p>Lembra de quando a o Parque Evaldo Cruz foi inaugurado? Como a população reagiu?</p> <p>Não, eu não lembro da inauguração dele. Porque a gente menino não se liga nessas coisas. Aí eu via o espaço lá que a gente chamava Açude Novo como um espaço de lazer. Campina não dispunha de muita coisa para lazer e nós íamos todos os domingos pela manhã para brincar. Tinha lá o parquinho de alvenaria e alguns ainda de metal e aquela parte toda em areia. A gente se soltava lá. O pai que era quem nos levava nos soltava lá a vontade e passava lá a manhã inteira por lá.</p>	<p>Visão positiva</p> <p>Sobre Campina Grande antigamente</p> <p>Frequência de visitaçã</p>
Comer pipoca Brincar Passear	<p>Com que frequência você costumava ir ao Parque Evaldo Cruz? Quais motivos te levavam a frequentar o parque?</p> <p>Normalmente íamos aos domingos pela manhã. Esporadicamente íamos aos domingos à tarde na hora que a fonte era ligada. Eles ligavam a fonte com aquela iluminação e aquilo era encantador. Ficávamos lá a comer pipoca, a brincar... era um espaço para brincadeira. Íamos no final do ano ver a árvore de natal que era montada naquele obelisco que ficava piscando de várias cores e aquilo ali pra gente era o máximo. Porque na verdade, eu acho que era a única coisa que tinha em Campina Grande na época. Tinha muita iluminação nas árvores.</p>	<p>Frequência de visitaçã</p> <p>A beleza da fonte luminosa</p> <p>Sobre Campina Grande</p> <p>A beleza do parque no Natal</p>
Namorar Ouvir músicas Crianças brincando	<p>Me fale sobre as atividades que podiam ser realizadas no Parque Evaldo Cruz. Me conte como era a atmosfera do espaço, como as pessoas se comportavam, o que faziam.</p> <p>Eu acho que o espaço era muito usado pelos casais. Tinha muitos casais lá naquelas cadeiras. Aí tinha música, tinha as crianças correndo, brincando. Eu acho que era mais isso. A lembrança mais viva que tenho é essa.</p>	
Brincar Apreciar a fonte luminosa Ouvir música Apresentações no anfiteatro Comer pipoca e algodão doce	<p>O que mais chamava sua atenção no Parque Evaldo Cruz?</p> <p>As famílias. Elas iam em peso. Nos domingos de manhã quando a gente ia para brincar, a gente ia com papai e nossos colegas. Papai juntava a meninada da rua. Mas a tarde, quando a gente ia nos domingos a tarde eram as famílias. Tinha os pais, as mães e a meninada, porque tinha a fonte luminosa e a música. Sempre tinha música, fosse ambiente ou um conjuntinho tocando. Pipoca, algodão doce. As vezes tinha uma apresentação naquela parte que é o anfiteatro, as vezes tinha, não era corriqueiro, mas tinha. E era isso, era família, era muita gente, muita gente.</p>	<p>Frequência de visitaçã</p> <p>O que chamava a atenção</p>

Frase importante		
Escutar música e passear Frase importante	<p>Pode me contar alguma história que tenha te marcado, ocorrida no Parque Evaldo Cruz?</p> <p>Não, algo que me toque não. A não ser que a gente levava nosso cachorrinho. Nós tínhamos um cachorrinho, um pequenez chamado Bob. Bob era nosso companheiro na brincadeira. A gente corria, Bob corria atrás e depois quando acabava a brincadeira ele pulava dentro da fonte e nadava tudo aquilo ali. Dava muito trabalho pra gente tirar ele de lá.</p>	
	<p>Frequentava o Parque Evaldo Cruz durante o período da noite? O que era observado?</p> <p>Não, a noite não. A gente era pequeno, então a gente ia em fim de tarde, lá pelas 16h00 17h00. quando escurecia a gente voltava pra casa. Ficávamos até a fonte ligar, passava um pouquinho lá e ia pra casa. A fonte ligava quando escurecia, lá pelas 18h00. A gente ficava mais um pouquinho e depois ia embora.</p>	
	<p>Lembra de quando o Parque Evaldo Cruz passou a não ser mais tão utilizado pela população? Em que ano, mais ou menos, isso começou a acontecer?</p> <p>Quando eu comecei a observar que já não estava mais sendo utilizado eu estava na minha adolescência, ali pelos anos 1980 1985 1986 que eu já estava na adolescência, a gente começou a deixar de ir porque já não tinha mais tanto atrativo, lá não era tão legal. Primeiro porque a gente já tinha crescido, não fazia mais sentido a gente tá correndo e brincando. A gente observou que a fonte já não ligava mais, não se colocava mais a árvore no obelisco no fim de ano. Começou a não ter atrativos e as família foram deixando de ir porque não tinha mais o que ver, aí foram deixando.</p>	<p>Início da decadência.</p> <p>Fatores que contribuíram para o esvaziamento do parque</p>
	<p>Tem alguma lembrança de reformas feitas no parque? Ano da reforma e o quais as modificações sofridas pelo parque?</p> <p>Não. Eu lembro somente que a gente começou a deixar de ir exatamente por essa falta de atrativos, os brinquedos foram quebrando, foram deixando de ter aquela manutenção. Aí foi deixando de ter e a gente não foi mais. Foi acabando e foi ficando.</p>	<p>Fatores que contribuíram para o esvaziamento do parque</p>
	<p>Lembra da inauguração do Parque da Criança, em 1993? Como a população reagiu a chegada desse parque na cidade?</p> <p>Eu lembro quando ele começou a existir, mas o que aconteceu com a inauguração não. Eu lembro porque aquele espaço do Parque da Criança era um espaço que não servia para nada. Houve uma época que funcionou um curtume e estava abandonado. Quando quebraram todos os muros e deixaram que eu a população ficasse lá aquilo foi o máximo pra gente. Campina Grande já não tinha muito lugar pra ir. Tinha um muro enorme que ficava ali do lado do Açude Velho. Quando a gente estava caminhando dava medo, porque eu inclusive fui assaltada lá enquanto caminhava com minha mãe. Os camaradas pularam o muro pra dentro do curtume. Aquilo ali passou a ser um espaço para as pessoas se esconderem. Tanto que quando disseram que ia fazer um parque ali foi o máximo, pois tiraram os muros e fizera aquele espaço para a população.</p> <p>Pode ter contribuído ainda mais para ele ir embora. Mas justamente as pessoas deixaram de ir para o Açude Novo porque o Parque da Criança tinha mais atrativo, tinha um espaço para brincadeira, já estava mais seguro do que o outro. Eu acho que só acelerou o processo.</p>	<p>Foi feita relação com a decadência do Parque Evaldo Cruz e a inauguração do Parque da Criança</p> <p>Segurança</p>
	<p>Como você enxerga o Parque Evaldo Cruz hoje enquanto espaço público da cidade?</p>	

Frase importante	<p>Um depósito de coisa ruim. Para ser bem direta. Porque passar ali, para quem passa por ali a noite. Imagina para quem usa a integração que é ali vizinho. Acho que ali deveriam ter maiores cuidados, ser olhado com outros olhos. Quanto ao sentimento, vamos resumir em decepção, tristeza. Eu gostaria de ter levado meus filhos lá, mas meus filhos já usufruíram do Parque da Criança. Tiramos muitas fotos na época, inclusive com nosso Bob.</p>	<p>Visão negativa que as pessoas têm do parque hoje</p> <p>Fatores que contribuiriam para a revitalização do parque</p>
	<p>O que você acha que contribuiu para que o Parque Evaldo Cruz chegasse ao estado em que se encontra?</p> <p>Descaso da gestão, seja ela qual for. Desde a época que começou a decadência. Primeiro eles foram deixando para lá, e depois com o Parque da Criança... por isso que eu digo que ele pode ter acelerado o processo. Aí as pessoas migraram pra lá e eles deixaram de manter o lugar. Poderia existir os dois espaços, ali é um espaço muito bom. No tempo que eu dancei nos Tropeiros, o nosso ensaio era, ainda é lá no Centro Cultural. A gente descia do ônibus ali e a gente ia pra lá nessa época dos anos 80 e o Evaldo Cruz já não tinha mais essas coisas todas.</p>	<p>Fatores que contribuíram para o esvaziamento do parque</p> <p>Foi feita relação com a decadência do Parque Evaldo Cruz e a inauguração do Parque na Criança</p> <p>Visão positiva</p>
Frase importante	<p>Como o Parque Evaldo Cruz poderia ser revitalizado, de forma a oferecer a população novas dinâmicas de uso? Aponte soluções.</p> <p>Fazer uma urbanização de maneira que a gente possa fazer atividade física. Digo isso porque sou amante da atividade física. Se ali tivesse um espaço onde a gente pudesse fazer uma caminhada. Colocar academias públicas. Investir e mostrar para a população que aquilo ali realmente funciona, para que as pessoas possam acreditar. Do jeito que está ninguém vai. Quem é louco? Acho que até para caminhar ali naquela calçada já é complicado imagina ir lá pra baixo, só tem drogados. Se tivesse um espaço tipo o Parque da Criança, um espaço para se caminhar, mesmo que fosse uma caminhada só por fora, do jeito que é feito no Açude Velho, mas que dentro tivesse alguma atração e que mostrasse que a gente podia confiar em usar aquele espaço. Ali não precisava de muita coisa para melhorar. Uma poda de árvores, as academias, um espaço para caminhar e acreditar que funciona, eu acho que valeria muito a pena.</p>	<p>Novos usos e usuários</p> <p>Fatores que contribuiriam para a revitalização do parque</p>